

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
DISTRITO FEDERAL



ANO II – Nº 2 – Brasília, 1999

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



ANO II – Nº 2 – Brasília, 1999

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO DISTRITO FEDERAL – Nº 2 – SETEMBRO/1999**

EXPEDIENTE

Diretor

José Hélder de Souza

Conselho Editorial

Affonso Heliodoro dos Santos

Cassiano Nunes

João Carlos Taveira

José Santiago Naud

**DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO DISTRITO FEDERAL**

PRESIDENTE – Affonso Heliodoro dos Santos

VICE-PRESIDENTE – João Carlos Taveira

1º SECRETÁRIO – Lourierdes Fiuza dos Santos

2º SECRETÁRIO – Napoleão Emanuel Valadares

1º TESOUREIRO – Leon Frejda Szklarowsky

2º TESOUREIRO – Cláudio de Paula Penna

DIRETOR DA BIBLIOTECA – Clovis Sena

CONSELHO FISCAL – Paulo Afonso Martins de Oliveira, Guido Mondim e
Lincoln Magalhães da Rocha

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL – Raul Bernardo Nelson de Senna,
Kurt Pessek e Armando José
Buchmann

Editoração eletrônica, fotolito e impressão:
Verano Editora – Brasília, DF

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL
SEPS 703/903 – Brasília/DF – CEP 70390-039
Tel. (061) 224-6544/226-7753 – Tel/Fax. (061) 224-8467

SUMÁRIO

Editorial.....	5
Guido Mondin: A Própria História do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – Entrevista concedida a João Carlos Taveira	7
Três Poemas de João Carlos Taveira	15
No 31º Aniversário do IHG-DF – José Santiago Naud	17
Similitude entre a Proposta de Luiz Cruls e os Estudos Posteriores Sobre o Sítio Ideal para a Capital do Brasil – Ernesto Silva	33
O Centenário de Bernardo Sayão: O Último Bandeirante Brasileiro – Jarbas Silva Marques	41
O Cerrado e o Planalto Central: Transfigurações – Paulo Bertran	53
A Influência Árabe na Língua Portuguesa – Dad Squarisi	63
O Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta – Pe. José Carlos Brandi Aleixo	71
Dois Poemas de Anderson Braga Horta	81
A Influência da Cartografia na História de Brasília – Adalberto Lassance	85
Memórias Lusitanas no Magrebe – Rui Rasquilho	103
JK – de Diamantina ao Memorial – Affonso Heliodoro dos Santos	109
O Exército e a Mudança da Capital Federal – Manoel Soriano Neto	119
Uma Vida em Brasília – Antônio Carlos Osório	123
Registro	131

Luiz Cruls, Explorador do Céu e da Terra – Ronaldo Rogério de Freitas Mourão	137
Interpretando Canudos – Alberto Martins da Silva	145
Carlos de Laet – Napoleão Valadares	151
San Tiago Dantas e sua Significação para o Direito e a Política no Brasil – Hermenegildo Gonçalves	155
Meus Sessenta e Seis Anos... de Praça – Affonso Heliodoro dos Santos	173
Registro Iconográfico	183
Necrológio	189
Volta a um Velho Tema (A Correspondência entre Monteiro Lobato e Artur Neiva) – Cassiano Nunes	193
Machado de Assis, Se Santo Fosse, Profeta Seria – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira	203
As Razões Ocultas da Crise Mundial – Willian Almeida de Carvalho	205
De Marselha a Campinas – Antoninho Rapassi	225
O Projeto Rondon e a Associação Nacional dos Rondonistas – Estanilau Monteiro de Oliveira	227
Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal	233

EDITORIAL

Abrimos este segundo volume da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal na esperança de que o Brasil retome seus largos caminhos de prosperidade econômica e de paz social.

Os trabalhos que compõem esta publicação, de caráter cultural, hão de levar-nos também ao estudo de problemas que envolvem os destinos de nossa Pátria. Assim, estamos seguros de que pesquisas, estudos, sugestões e temas envolvendo os destinos de Brasília e do Brasil estarão criteriosamente focalizados nesta e nas edições subseqüentes.

Debates, palestras, simpósios, conferências e cursos de temas que envolvem as atividades deste Instituto continuarão sendo realizadas nesta Casa, com grandeza e responsabilidade próprias de uma Instituição que cuida da História e Geografia, sem os naturais mas indesejáveis desvios políticos partidários que tais assuntos possam, por ventura, suscitar. Assim, ao entregar aos nossos leitores mais este trabalho, o fazemos na convicção e no ardente desejo de estar colaborando para que dias melhores sejam a certeza de nosso futuro.

A par de mais este trabalho que conseguimos realizar aqui no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, queremos salientar a preocupação constante com a cultura e o saber, o que temos procurado demonstrar por intermédio das várias atividades culturais aqui são

permanentemente realizadas, bem como a criação de novos cursos, de nível superior, na área da Geografia e futuramente da Historiografia, em convênio firmado com o CEUB e de acordo acertado com o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura).

Esperamos, portanto, que a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal seja mais um componente na formação cultural de nossa gente.

Esta edição, como a que a precedeu, é uma cortesia da Verano Editora & Comunicação Ltda. Editada e impressa por seu proprietário jornalista e acadêmico Alarico Verano, a quem o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal muito agradece.

Affonso Heliodoro dos Santos
Presidente

Quinhentos anos é a idade do descobrimento do Brasil, feito histórico luso de 22 de Abril de 1500. Quarenta e de Brasília, inaugurada em 1960. O Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal comemora as duas datas entregando ao público o segundo número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Assim, esta entidade cultural que tem sua existência grandemente vinculada à da capital da República dos Estados Unidos do Brasil, junta-se as demais que em Abril do ano 2000 celebram referidas datas, veiculando em sua publicação oficial, editada em impressa pela Verano Editora em decidida colaboração com o IHG-DF, artigo de seus sócios e de outros colaboradores estudiosos de História.

José Hélder de Souza
Diretor de Publicações e Comunicação Social

GUIDO MONDIN: A PRÓPRIA HISTÓRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

Conversa com o Ministro Guido Mondin, que foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico-DF, no período compreendido entre os anos de 1973 e 1987, sobre os aspectos culturais desta entidade. Participaram da conversa o atual presidente Affonso Heliodoro dos Santos e o vice-presidente João Carlos Taveira, que conduziu a entrevista.

CEL. AFFONSO HELIODORO

Ministro, no meu julgamento acho que representamos duas fases heróicas do Instituto. O senhor é a própria história do Instituto. E eu vim recentemente para tentar consolidar principalmente sua obra. Não só sua obra, mas a do Adirson e dos outros que foram presidentes. Cada um teve sua participação.

MINISTRO GUIDO MONDIN

Exato.

CEL. AFFONSO HELIODORO

Nós tivemos o privilégio, o senhor de presidir o Instituto num longo período, que foi muito bom, eu por ter chegado em uma época em que tenho disponibilidade de tempo e ainda, graças a Deus, vontade de realizar algum trabalho.

MINISTRO GUIDO MONDIN

Um trabalho que não diria de consolidação. Eu diria de realização dos distintos objetivos do Instituto.

CEL. AFFONSO HELIODORO

Muito obrigado, Ministro. Mas então vamos em frente. Como o senhor é a própria história do Instituto, gostaria que concedesse a João Carlos Taveira entrevista sobre a vida do Instituto, para nossa Revista.

MINISTRO GUIDO MONDIN

A iniciativa da Revista é o que há de mais auspicioso para uma casa do nível do Instituto, porque ela registra, ela arquiva, ela preserva. De sorte, é uma notícia que recebo com a maior alegria.

CEL. AFFONSO HELIODORO

Muito obrigado, Ministro.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

Estamos aqui com o Ministro Guido Mondin, artista plástico, ex-parlamentar, ex-ministro do Tribunal de Contas da União, de que foi presidente. Pioneiro, reside em Brasília desde 1960. O Ministro Guido Mondin foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal durante quatorze anos, de 1973 a 1987. Missão que recebeu dos amigos e que exerceu com grandes dificuldades, mas com resultados decisivos para a consolidação desta Casa. Devemos ressaltar também sua luta para evitar a retomada do prédio pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP). Além de artista plástico, Guido Mondin é escritor, com três livros publicados: *Burgo Sem Água*; *Recado a Flávia*, em que conta a sua história de pintor à neta, e *Lenda do Lago*, que conta a história do Lago Paranoá, ilustrado pelo próprio autor. A lenda do Paranoá, mais tarde, transformou-se num balé.

1. Senhor Ministro, por que o senhor ficou na presidência do Instituto durante 14 anos?

MINISTRO GUIDO MONDIN

A explicação é simples. Não encontrava, em primeiro lugar, quem me substituísse. E, dentro da compreensão da missão que o Instituto tinha, isso me dava força para prosseguir, mesmo diante das dificuldades. Eu devo dizer, desde logo, que encontrei na vice-presidente, a professora Dorália Duarte Galesso, não só uma colaboradora eficaz mas uma animadora, animadora constante dos propósitos que eu alimentava. Mas, precisamente, o meu protesto de então era esse: por que não me substituíam? Porque as ocorrências da época vivida são da mais variada ordem. Hoje, quando eu venho ao Instituto, quando entro aqui na nossa Sede, me parece sempre ver a saída de dois burgos solitários. Ela e eu, que dávamos expediente diariamente, sempre na esperança de colaboração. Não que ela tivesse falhado, mas eu contarei mais adiante como tudo procedeu.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

2. O senhor se lembra das condições em que encontrou o Instituto, ao assumir a presidência?

MINISTRO GUIDO MONDIN

Encontrei o Instituto numa situação não só de precariedade mas de ansiedade diante das ameaças de termos de devolver a nossa propriedade.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

Certo.

MINISTRO GUIDO MONDIN

Nessa circunstância, foi então que eu assumi, na qualidade de vice-presidente, substituindo o presidente, doutor Ernesto Silva.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

3. E os sócios, eles não colaboravam?

MINISTRO GUIDO MONDIN

No início, parecia que íamos ter toda colaboração. No entanto, as colaborações ficaram reduzidas a três ou quatro nomes, que não falharam mas que também sofriam a mesma situação que eu.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

4. O senhor poderia destacar, além da vice-presidente Dorália, algum outro nome?

MINISTRO GUIDO MONDIN

Ah, começo por lembrar do doutor Fernando Tamanini, do coronel Cunha Costa e do nosso caríssimo confrade Krahenbuhl! Estes três sempre estiveram animando a ação.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

Sempre presentes?

MINISTRO GUIDO MONDIN

Sempre presentes. Entretanto, a vida do Instituto se dirigia precisamente com os dois nomes já citados. Volto a me lembrar e afirmar: a professora Dorália foi, sem exagero, eficiente num período de heroísmo, de obstinação, de consciência plena do que significa o Instituto na vida cultural de Brasília e na preservação da sua memória. Esta missão que estamos vendo hoje gloriosamente continuada.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

Que maravilha, né?!

MINISTRO GUIDO MONDIN

Não direi continuada, mas vivida, porque continuação pressupõe que houve intervalos nessa luta. E não houve.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

5. Mudando um pouco de assunto, qual foi a participação de órgãos públicos na sua administração?

MINISTRO GUIDO MONDIN

Ora, ninguém, a não ser a pessoa do coronel Pasquali, quando atuando no Ministério da Educação, que sempre foi sensível às solicitações do Instituto, inclusive em dado momento nos ajudando com dinheiro para as necessidades mais prementes, como colocação de vidros, etc. Não posso esquecer o quanto foi preciosa essa atuação do cel. Pasquali.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

6. E o GDF participou do seu trabalho?

MINISTRO GUIDO MONDIN

Nunca. Sempre esteve completamente alheio à existência do Instituto. Nada, nada que me recorde de ter encontrado esse apoio.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

7. Durante esses quatorze anos em que o senhor esteve aqui, na presidência do Instituto, quais foram os principais obstáculos enfrentados por sua administração?

MINISTRO GUIDO MONDIN

Os obstáculos se personalizaram. Não havia o apoio. Havia a palavra de animação necessária, que é fundamental para quem dirige o inviável. Qualquer organização necessita de apoio, e nisso me falhavam, a não ser, repito, a participação dos companheiros, dos confrades já citados, cuja presença não só era necessária, como me fazia extremamente bem.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

8. No meio de toda essa luta, de todo esse trabalho, de inúmeras dificuldades, de empecilhos encontrados, deve ter ficado na sua lembrança alguma alegria. O senhor poderia nos trazer os momentos de alegria vividos por sua administração?

MINISTRO GUIDO MONDIN

Eu diria que a cada dia houve cometimentos levados a efeito, que realmente me reabasteciam e, conseqüentemente, me davam alegria. Agora, eu direi que a alegria era constante, porque sem ela não teria trabalhado tanto e realizado alguma coisa.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

9. E como o senhor vê a atual administração do nosso presidente Affonso Heliodoro dos Santos?

MINISTRO GUIDO MONDIN

Eu tive oportunidade de dizer, há algum tempo, quando por solicitação do nosso presidente, ao recepcionar quatro novos acadêmicos, que era diferente de Dante, na *Divina Comédia*, quando disse que não há maior dor do que recordar no infortúnio os tempos de ventura que nós aqui realizamos. Ao contrário, recordar hoje, com euforia, os dias amargos vencidos. Então, eu vejo na presidência do nosso Instituto hoje como que a realização dos nossos sonhos não realizados. Hoje eles estão sendo realizados.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

Mas entrevistos, sonhos entrevistos.

MINISTRO GUIDO MONDIN

Eu não quero poupar elogios ao nosso atual presidente. Não direi que ele não foi antecedido por outros trabalhos. Mas eu quero dizer o que nosso Presidente está realizando, dentro daquele espírito que a História exige, que a informação que Brasília deve manter permanentemente para hoje e para o futuro, essas estão sendo realizadas pelo nosso presidente. E esta é a função do nosso Instituto Histórico, inegavelmente, uma Casa de Cultura, não só como realização de cultura mas como animação para a cultura. Nós estamos vendo, com as pessoas que aqui se reúnem, que as pessoas aqui vêm com este espírito. Então, o Instituto Histórico e Geográfico está realizando, mercê dessa presidência, o seu verdadeiro, o seu legítimo papel de preservação da história do Brasil, com todos os seus valores.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico, gostaria de agradecer sua presença aqui hoje, nos dando esta entrevista sintética, porém cheia de humana vivência e trabalho.

MINISTRO GUIDO MONDIN

Eu quero dizer ao meu entrevistador que o período vivido nos tempos de casa, aqui no Instituto, quando na presidência, eu o preservei no sentimento que tenho para com esta entidade. Creio que meu pensamento é permanente. Testemunha viva é a professora Dorália Galesso, que sabe que é assunto permanente nos nossos diálogos a vida do Instituto. Tal apreço que lhe tenho e tal sentido que dou à sua atividade e o futuro que ele tem no prosseguimento desse trabalho.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

Abusando da sua boa vontade, da sua prestimosa colaboração, eu lhe faria mais uma pergunta:

10. O que o senhor diria para os acadêmicos, hoje? Àqueles que ainda resistem ao comparecimento, à colaboração, à presença, às atividades que o Instituto oferece, com todas as condições, para os artistas, para os historiadores, para os professores, para que eles venham, para que eles participem, para que dêem um pouco de si. O que o senhor diria numa última palavra?

MINISTRO GUIDO MONDIN

Eu tive oportunidade de me manifestar a esse respeito. Cumprenos a todos nós cerrar fileira em torno da nossa presidência, animando-a, porque nós sabemos que a ação da presidência necessita da permanência desse apoio. Portanto, que freqüentem, que venham sempre, que vivam a vida do Instituto, porque é uma ação que nós estamos realizando em favor de Brasília. E como afirmação do amor por essa Terra. Eu disse, há poucos dias, a quem me perguntava: “Diz, numa palavra, o que tu pensas sobre Brasília?” E a minha resposta foi essa, entendam bem o que eu quero dizer: EU NASCI EM BRASÍLIA.

JOÃO CARLOS TAVEIRA

Muito bem. Obrigadíssimo.

MINISTRO GUIDO MONDIM

Muito obrigado e até uma próxima.

CEL. AFFONSO HELIODORO

Muito obrigado, senhor Ministro.



Ministro Guido Mondim, ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, presta depoimento ao vice-presidente João Carlos Taveira, sobre a história e a atuação do Instituto nos últimos 20 anos, em encontro na sede da Instituição.

TRÊS POEMAS DE JOÃO CARLOS TAVEIRA

O Argonauta

Para Affonso Heliodoro

Ó argonauta do sonho,
em que estrela te perdeste?
em que nave ou nuvem luzem
os faróis do Centro-Oeste?

Claras minas se avolumam
em caudais de gestos rotos,
como se fosse no sangue
esse rio sem esgotos.

Como se fossem de seda
esses nós na voz tonal,
cujo canto flui da chama
anterior, ancestral.

Ossos, pedaços de espanto
bóiam secos sob o sol
do Planalto, feito lâminas,
escamas, facas, tersol.

Ó marinheiro sem mar,
em que mágoas, em que charco
erguerás o sonho-porto
rente à proa do teu barco?

Sentimento Mineiro

A Hilda Honório do Couto

Minas está aqui,
dentro e fora de mim,
com seu vasto galope,
corpo se fosse um fardo.

Minas está em mim,
anterior ao verso,
paisagem sem cavalo,
halo que me desfaz.

Minas está, enfim,
ao rente do meu dorso,
abismo que resiste,
lâmina do meu susto.

Canção Doméstica

Aprendo a vida
na construção do dia.
A xícara de café
e a mesa posta
simbolizam um trabalho
doméstico,
solitário.

Aprendo o dia
em meu apartamento.
No exercício diário
de ir e vir
entre livros e objetos
vou construindo a vida.
Lentamente
aprendo a morte.

NO 31º ANIVERSÁRIO DO IHG-DF

JOSÉ SANTIAGO NAUD

A Lição de Dom Newton

Permitam-me que inicie esta fala por uma lembrança da infância.

Se o menino é pai do homem, conforme a sabedoria milenar, confirmada na poesia inglesa e magistralmente averbada por Machado de Assis – maior de *tutti quanti* pretendam escrever o português do Brasil, guardará a criança o conselho que nos anima em tempo de perplexidade. É certo que vivemos como nunca o transe das perplexidades. Por isso ponho hoje a palavra sob o manto venerando de D. José Newton de Almeida Baptista, nosso decano, *primus inter pares*. Dele aprendi uma luminosa lição na infância, mais tarde ratificada na vida civil.

Bispo da diocese gaúcha de Uruguaiana, tocou-lhe visita pastoral a São Borja, cidade missioneira às margens do Uruguai. Ali eu desfrutava da aurora dos oito anos, como o Casimiro de Abreu, entre os rigores da numerosa casa paterna e o privilégio de um aconchego clamorosamente exclusivo na casa da avó, perdido entre os mimos de cinco tias: a mim tão devotadas, quanto devotas da pia União das Filhas de Maria ou do Apostolado da Oração. Na casa delas foi D. José Newton recebido certa tarde calmosa e pediu um copo d'água fresca. Bebeu de um único sorvo – sem avidez ou qualquer bulha. Naquele justo instante, o pasmo do menino cresceu, dilatou-se, inflou, para explodir a admiração de quem visse os céus abertos, posta ali no centro da sala, entre míseros humanos, a figura do mensageiro divino saciando urgência corriqueira, que a gente ia buscar ao poço cotidianamente – mas tomava com avidez e bulha. Lembro-me ainda! O solidéu colorido, com o mesmo tom repetido nos botões da batina, e a faixa justa apontando perfeita sapatos

impecáveis. Um rosto de brancura rosada parecia a cara dos gregos que eu via em papel couché, no *Tesouro da Juventude...* Sua mão firme emborcava um copo e a água, fluindo através do fino cristal esmeralda, paralisou para sempre no tempo o outrora agora, que “primos” do outro lado do rio diriam: *El caballero de fina estampa*.

Então, no profano recesso das minhas horas amenas, experimentei a transparência absoluta da majestade e do sagrado, postos assim ao alcance de um olho intruso, redimido ao gesto simples de quem toma um copo d’água sem embaçar o vidro. Visitava-nos o bispo tempos depois da morte de Pio XI, que em âmbito familiar já nos habituara aos possíveis da aliança entre o poder e a bondade. Sua ação pontifícia diferia, e quanto, dos confrontos que a ferocidade política levava à nossa família maragata, o que de certo modo imunizou-me para sempre contra a ambigüidade em que todos os gaúchos vacilamos: ser Presidente da República, cavalo ou avião da Varig. Já secundarista, o estudo reiterou-me a reverência ao grande Papa, eleito quando alguns jovens brasileiros, na cidade de São Paulo, arrancavam para a modernidade. Seu espírito de escol – que firmara o Tratado de Latrão, organizando também com tino de estadista a ação religiosa e o serviço laico, fiel da educação e da ciência voltadas para o equilíbrio social, defensor do indivíduo liberto de extremismos, pedagogo ante o caos –, nas horas turbulentas da escalada totalitária, era idêntico ao de Dom Newton, cuja lição não esqueci, nem embaçou-se no pasmo do menino. Mais tarde, Pio XII resolveu piamente agradecer os mineiros com a transferência do nosso bispo a Diamantina. Muito embora nossa terra não sofresse orfandade, em mim persistiu a imagem do antiste bebendo água pura, até vir a encontrá-lo neste Planalto Central. Guri envelhecido, pioneiro de algumas iniciativas e umas outras desilusões, pude de novo admirar a serenidade e a majestade com que a mesma pessoa, agora arcebispo de Brasília, sabia singelamente apascentar, não apenas sua paróquia federal, como o conturbado momento político. Hoje ainda anda aí, rijo e maleável, fraterno, universal, para nós todos um exemplo e, para mim, como se, desde lá dos meus pagos, não tivesse parado de beber a sua pouca de água em dia de calor, sem embaçar o copo.

Signos assim, vivos na memória, eu gostaria de compartilhar com os presentes, fazendo de todos um só coração. Porque é no coração que demora o vero conhecimento e, nesta solenidade, quando celebramos um novo aniversário do Instituto com a recepção de novos membros, não tenho melhor imagem que a de D. José Newton, fazendo outra vez iluminar-se a roda do tempo ao vir para cá, desde as Minas Gerais. Penso

haver sido o berço natal do criador da cidade a pedra-de-toque, para fundar-se aqui o seu arcebispado. Se o foi, o Estado de Minas torna a repetir o nó de ligação da coerência brasileira. No ciclo aurífero o interesse material tocando as levas que demandavam o Nordeste e o extremo Sul, assim reunindo o vasto território. Na Inconfidência, a irrupção do espírito, com o burgo ouropretano cunhando a moeda da identidade nacional. Ontem, nosso Arcebispo consagrando à Nova Capital os números divinos da contabilidade terrestre. Disso precisamente necessitamos hoje, tempo das perplexidades, quando o horizonte da razão clássica se esbate e a paz da promessa cristã sequer ainda se esboçou.

A crise atual

Para perplexidades assim tamanhas teremos boa respostas, se atentarmos ao movimento espiritual dos nossos dias, desde já descontando-se os feirantes do místico ou sapadores da superstição, regressivos que logram, por isso mesmo, lucros surpreendentes e os êxitos mais inconcebíveis. Porém, coletivamente, isso não anula em cada um de nós o confronto vantajoso da vitalidade espiritual com o esgotamento materialista das idéias, que já pretenderam reduzir o homem e os seres a mero feixe de fenômenos, casuais, imprevisíveis, redutíveis, passíveis do frio cálculo ou, pior, das manipulações. Em nossos dias, intuição e criação, mais do que exercícios ancilares confinados à morada feminina do cérebro, despertam-nos a compaixão materna iluminando os escólios da razão. De tal maneira, que a terminologia científica ou literária, que tudo pretendia definir em termos humanísticos, transmuta-se na primeira metade deste século em noção mais ampla e abrangente. No Holismo, conceitua-se algo muito mais inclusivo, pois se o homem veio a perder o seu penacho de realeza, restaurou-se a realidade em que ele figura muito mais íntegro, parte solidária de contexto mais vasto, totalizante e não totalitário, aberto ao Cosmos e a Deus – sem quaisquer muletas dogmáticas. E é na raiz do novo paradigma que vemos as possibilidades de conciliarem-se objeto e sujeito, por cima de predicados exclusivistas, facultando a verdadeira paz, assim não reduzida a mero aposto explicativo, válido apenas no discurso inconsequente das demagogias ainda em vigência.

Cautelosamente evito aqui o conselho acaciano de lembrar que, desde os primórdios, a história humana é crítica porque tem sido uma sucessão de crises. Mas constato que a crista da crise atual emerge na transição da Era Moderna para a Contemporânea. Já nesses albores, um

mar de contradições choca-se na serena contenção anterior e, entre elas, bastaria a menção de apenas uma trinca, para que se entendam nossas atuais perplexidades. Na Alemanha, por exemplo, os dois maiores românticos ficaram sendo seus clássicos insuperáveis. Na França, o jovem herói revolucionário autocoroa-se, devasta a Europa, firma a paz e consagra o código civil, mas acaba por abrir com o pretexto consular vias à tirania. Em termos transnacionais, o gênio dos grandes naturalistas, extraordinários redescobridores da América, desvelando com esmero a Natureza, aceleram o processo industrial, que viria afinal a corrompê-la. Século titânico, engendrou cientificamente a devastação geral, e até suspeito que o impasse emocional de um poeta-filósofo aspirante à santidade, que escreveu em português, bem explicaria o naufrágio suicida do Antero de Quental. Os grandes libertadores, Prometeus agrilhoados nos limites do próprio saber, precipitam o enredado torvelinho das paixões. Não sei o que diria Marx do socialismo hoje, tripartido entre científico, utópico ou real. A Freud contrapõem-se as instigações junguianas. Para o notório processo devorador de Darwin, movido pelo progresso indefinido e a especialização, temos o fenômeno humano ascensional, a energia criativa e eterna, desde a paleontologia orientada pela crítica espiral, que o jesuíta Teilhard de Chardin viu padecer entre os próprios irmão de fé. Resta-nos entretanto a consolação do movimento. Estamos sempre em marcha. A mesma angústia que pudera paralisar-nos é a angústia do impulso, e por isso o principal legado dos Oitocentos representa a promessa da libertação. Não admira pois que, nesta última palavra, novos teólogos fossem buscar um novo conceito operativo da noção de Deus. Se o fato serve para curar a leviandade reacionária de quantos queiram reduzir a filosofia, as ciências ou as artes a circunstâncias apenas episódicas, jogo de interesses políticos e econômicos, também não exclui a verdade de que o relativo humano jamais poderá arvorar-se, como o elã romântico, à luz absoluta. Por isso, hodiernamente, de tantos sistemas genialmente concebidos restou a máscara vazia de um ego exacerbado, aqui representado agora na figura de quantos espessamente opõem-se à liberdade. O muro. Igual, na metáfora humanista o poeta o interpôs entre mão e espiga – símbolo do mal. Nós já o vimos engrossar as desigualdades e a opressão, por conseguinte é o odioso empecilho da fraternidade. Eis o totalitarismo engendrado nesta Era Moderna. Dupla a cara. Um lado, a razão de Estado; o outro, a razão do Capital. Na verdade, a sem-razão dos nossos tempos. Configura a tirania ou a codícia, viscerais no bicho em que insistimos e a nomenclatura social traduz por ditadura e escravagismo. Eis a dupla face totalitária

com as suas injustiças, que ganharam o mundo a partir das heróicas naus descobridoras, quando elas deixaram de dizer-nos o bem a que vieram. Adiou-se uma vez mais o mito da redenção humana, velho desde Ur a Brasília, ou desde Aztlán ao Mercosul. Certamente, com a queda do muro de Berlim, desfez-se uma das faces dessa cara monstruosa. Mas a outra persiste, mais consistente quem sabe por estar mais entranhada em nós, massa residual da vil cobiça no fundo de qualquer um. Astuta como a serpente edênica, juntou em inglês o contraditório entre rua e muro, fingindo que este libertava. E assim ergue-se Wall Street, na ilusão de ser a própria meta dos fins últimos do homem. Também em inglês, sabia como nos contos de fadas a Mary Poppins: enquanto esse tal muro não ruir, é vão tentar os bens do vôo, na esperança de chegar à liberdade plena. Já em nosso idioma repercute a mesma história, se a sã inocência atentar àquela voz da ciranda infantil, que nos fala de rua e nos fala de bosque (“*Nesta rua, nesta rua tem um bosque...*”), transpondo pelo anjo a solidão, que todo o muro é, para chegar às alegrias do coração distribuído. Ingenuidade das crianças talvez, ou sonho de poetas, mas a pura verdade, e forma única de alterar-se uma sentença clássica: “*homo homini lupus*”. Até lá, qualquer euforia com a queda de um dos muros disfarça a hipocrisia, e as boas intenções com que se calça o inferno ficam adiando a hora democrática, jeitinho só de maquilar as fuças do Leviatã, sabia o Thomas Hobbes.

Desânimo e indignação

Neste contexto ocidental, nosso país representa um colossal impasse. Com território enorme, incontáveis riquezas, população juvenil, alinha-se entre os primeiros números da economia mundial, mas figura entre os povos mais atrasados, no que concerne à renda, educação e saúde ou bem-estar social. Seu sistema distributivo é, no mínimo, escandaloso. Uma elite lamentável. Decerto, ainda descontados os fatos dos relatos espantosos com que, diariamente, nos bombardeiam os meios de comunicação, fica difícil dissimular as sensações de perda irremediável, que nos agitam entre o desânimo e a indignação. Resta a impressão de que este país não tem mesmo jeito, é coisa que não deu certo. Parece até consagração do crime. Cingindo-nos à Nova Capital, nascida de tantas esperanças e a aspiração mais justa, estão aí multiplicadas as prevaricações sem escarmento, invasão de terras públicas feitas por abastados, atrasados ou carentes, total falta de planos para a questão fundiária ou soluções agrárias, desmantelo dos serviços

essenciais, salários ridículos a par de gratificações polpudas, a mão-de-obra rebaixada, carências clamorosas na educação e na saúde, as obras ambiciosas inconclusas com as já edificadas postas às traças. Pior que tudo: as crianças na rua. Pasma escutar declarações da própria autoridade responsável, que vige a impunidade e, no que tange ao fisco, só o assalariado não sonega porque tem o seu desconto feito em folha. E que dizer de aposentadorias ou pensões someticadas, quando em manchetes nomeiam-se os empresários inadimplentes, com os bilhões que deixaram de pagar. A lei são os processos pras calendas. Inevitável recordar o Gil Vicente, já advertindo na câmara do rei, enquanto este país se descobria: *ergue-se torta a vara da Justiça*. Há quanto tempo! E continua... Mesmo o lazer, nos assentamentos disseminados como pragas, menos por dever social do que intuito da voracidade eleitoreira, substitui-se ao essencial. Uma esgalhada de antenas, por onde entram os apelos do consumo, enquanto juro escorchantes tratam de contê-lo, e pior: a licenciosidade e a violência, vingando ainda as provocações contra a miséria, nos sorteios acintosos de quem come ou ganha mais, sempre, iludindo o erário. Numa população com milhões de desnutridos, um vale-tudo por dinheiro. A pátria amada, idolatrada, que em remota adolescência eu sonhava, pelos textos, como “visão do paraíso”, parece haver-se transformado na antecâmara do inferno, com uma vala cada vez mais larga entre afortunados e excluídos. E esta nossa cidade, “planejada para o trabalho ordenado e eficiente, ao mesmo tempo viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual”, transtornou nossas moradas na gaiola cujas grades tratam de conjurar o mal em torno, ocupado pelas favelas e a grilagem, o lago inacessível, quando o urbanista o quis com a orla livre, preservada intacta, “tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana”. Por cima, se riem desse lirismo os pragmáticos cínicos, indiferentes ao que não seja lucro ou privilégio de poucos contra os muitos.

O que fazer?

Ter-se-ia equivocado o Santo? Estão abertos os montes, mas bíblicamente não jorraram ainda nem o leite nem o mel. Pode ser até que sim. Mas, para quantos? Pois, nesse transe de inversões, prevalecendo sobre o ser o ter a qualquer custo, não admira que nos sintamos perdendo substância e urja perguntar: *O que fazer?*

Muito mais eficiente do que clamar à pátria, ou dela reclamar a história que se fez, seria tratar de saber o que se pode fazer por ela,

conforme certa vez conclamou no seu discurso um político famoso, então muito escutado e depois assassinado. Mas, é o jeito de sorver o conteúdo num só travo, sem que por nós se embace o continente. Bom começo há de ser a revisão do nosso processo formador, visando a resgatar o quanto nele se fez de equivocado, mormente agora que lá, na sua origem, repercute a estupidez racista, não sei se um bem comum do COMECOM. Há um século, a pedra angular da sociologia brasileira já incandescia atos que nos induzem condenar “as loucuras e os crimes das nacionalidades”. Uma viabilidade corretiva será o aceite pleno da miscigenação, apagando os escravismos dominantes, fonte primeira de quantos excluídos vêm agora arranchar-se à volta das grandes capitais. Canudos multiplicam-se em cada centro urbano, e bem (ou mal) pode acontecer que outro conselheiro, menos piedoso do que Antônio Maciel, torne frágil a cerca que segura ainda a nossa precária discriminadora segurança.

Em recente entrevista, um célebre humorista, meu conterrâneo, declarou muito seriamente à repórter que “os últimos anos da história brasileira conseguiram transformar otimistas em céticos e céticos em cínicos”. Posto que não se sentisse bem sendo cínico, entre os seus personagens, que gozam nacionalmente de inumeráveis leitores e vasta audiência, ele gostaria de ser a Velhinha de Taubaté “na medida em que ela é ludibriada por todos os governos sem deixar de acreditar neles e sempre espera o melhor das pessoas”. Além de exercícios formais ou da explosão de vaidades, para tanto servirá a inutilidade literária nestes tempos boçais do utilitarismo, como ensina de resto a herança da cultura peninsular bandeada para nossas plagas. Em português e espanhol se exprime o amálgama precioso, ainda em decantação. Ele soma a complexidade de raças diferentes e, apesar dos pesares, continua fermentando o mosto de conquistas insuspeitas, que haverão de construir no espaço aberto da nossa melhor gente. Ao senso crítico trará o gesto cordial, para a prática do emblema triangular da Revolução Francesa, em nosso país quanto no resto do mundo ainda um desafio remoto, as teias da teoria – mormente no que tange à fraternidade. Tal ato criativo faz realidade os mitos redentores e projeta a utopia como signo de transformação, sonhos nossos: menos um mundo feito, do que outro a construir. E é exatamente aí que o nosso desconcerto submete-se ao crivo da razão. Basta prestar-se atenção à luz de alguns dos mais precisos comentaristas políticos da TV; ao cantinho do leitor, que constitui uma das mais suculentas seções dos nossos jornais; à “Hora do Brasil”, com a intervenção dos representantes populares no Parlamento e o rol dos

atos governamentais, um programa radiofônico de validade profissional, que cada cidadão deveria ter espontaneamente por compulsório. Pois em literatura o fato chega decantado. Nem importa que venha envolto no absurdo mágico, um cariz nosso. Vejam-se duas obras. A surpreendente geografia de Macondo é chão e contraponto da história surpreendente do Macunaíma. Na genética falta de caráter ou compostura, pela metáfora e as alegorias, a América encontra o seu espelho, onde pode refletir para emendar-se. Textos esplêndidos abrem as vias do riso, avesso nos ineptos adversos ao “nome da rosa”, incapazes assim de castigar maus hábitos. Com o riso, visto que Suas Excelências desbocaram-se, valeria camperear também o couro-de-fazer a brida que segure tantos estropícios. Porque, no meio dos charcos derramados por donos do poder e da exploração, contra a ignorância entronizada ergue-se a cultura latino-americana, una e diversa em sua rocha viva – a base promissora da nossa terra e da nossa gente.

Respostas do IHGDF

Não sendo um instrumento de poder, é óbvio que a este nosso Instituto escapa intervir poderosamente em tamanhas turbulências. Mas, fiel ao espírito e letra dos seus estatutos, há trinta e um anos vem prestando justamente atenção à nossa história e geografia, uma função de valor coletivo. Comprometido com a memória nacional, fez muito ao longo e ao largo destes anos todos. Só desde o seu último aniversário, quando se me concedeu a honra de integrar a agremiação, é sem nenhum favor expressivo o mero resumo das atividades. Neste mesmo prédio, mantém atualizada uma videoteca da cidade, principalmente a serviço de estudantes. O público em geral goza de livre acesso ao memorial de Brasília e à biblioteca JK, que dispõe do registro em imagem e som das sessões históricas e solenes celebradas pela instituição, iniciativa essa da maior utilidade para informação e pesquisa de muitos interessados. Tais serviços complementam-se na promoção de cursos ou conferências sobre temas do maior interesse para a cidade e para o país. Por exemplo, além da instalação de uma Comissão coordenada por um dos seus membros mais ilustres e presentes, incumbida de orientar estudos sobre a origem do homem brasileiro, patrocinou palestra sobre questões controversas da história da América, igualmente a cargo de outro ilustre companheiro, professor universitário, e realizou curso regular sobre o Distrito Federal, seu povo e sua história, ministrado especialmente a docentes da rede do ensino público. Na clausura do período letivo,

ofereceu outro curso de extensão, em convênio com o Departamento de História da Universidade de Brasília, sobre o tema “Os Painéis Portugueses do Século XV e o Futuro do Brasil”, ministrado por uma das mais capacitadas autoridades no assunto, Dr. José Luís Conceição Silva, luso-brasileiro e ex-professor da UnB, engenheiro de formação, matemático, senhor de vasto e diverso saber nas ciências agrárias, humanidades e artes. Por tudo, as questões levantadas nesse curso, que repassou a história milenar relacionada com Portugal e o sentido dos descobrimentos, foram no mínimo transcendentais. Inúmeras outras conferências ou encontros culturais de relevância foram promovidos por esta casa. Mas sua atividade não se limita à teoria e ensinanças. É impossível não referir o movimento realizado contra a campanha retornista, que o despeito de alguns inconscientes e muitos desocupados moveram contra Brasília, em nome de um Brasil que ignoram e já começou aqui. O manifesto resultante dessa iniciativa, por magistral, é em si mesmo bastante. Nas comemorações, o Instituto efetiva, além das alegrias do convívio, seu justo apreço a personalidades que fazem nossa história. Lembro algumas, inesquecíveis. Começando pela já tradicional festa da cidade, o 21 de abril, que celebrou o 35º aniversário de Brasília, e logo os trinta anos deste sodalício; a merecida e comovente homenagem prestada a Dom José Newton, no jubileu de ouro do seu episcopado, coincidente com os seus 90 anos; a participação da FAB numa outra homenagem tocante à pioneira da aviação civil, D. Anésia Pinheiro Machado; outro ato, que já se tornou tradição, é a lembrança de nascimento do Juscelino, assim mesmo informal – só com o prenome – de tal modo se plantou no coração, e que em 94 foi mais fundo, no testemunho e reconhecimento do amigo mais fiel e permanente, exemplo a animar nossas reuniões e a vida inteira; teve jeito de celebração a presença do vice-presidente da República, em palestra que aqui neste auditório pronunciou, graças à Associação de Estudos Econômicos e Políticos Brasileiros; *last but not least*, como os acadêmicos costumamos esnobar, é bom que se repitam homenagens como essa feita a Milton Sebastião Barbosa, na histórica Luziânia: são tônicos regionais e de amizade, sempre vivificantes. Não só de festas vivemos. Aí estão duas Comissões trabalhando arduamente, com um número respeitável de associados, para que dois eventos memoráveis não se extraviem nas nossas vãs memórias: o achamento do Brasil e o nascimento de um dos melhores brasileiros. O V Centenário do Descobrimento do Brasil e o I Centenário de Juscelino Kubitschek de Oliveira, graças ao siso do nosso Presidente, foram entregues judiciosamente à coordenação dos

companheiros certos. O manto de um deles espero que continue protegendo este discurso; o outro, é responsável pelo melhor texto em prosa já escrito neste Planalto Central, precisamente sobre a sua terra, a sua gente, e quantos demandaram suas glebas ou seus páramos, um primor literário e de investigação, capaz de sustentar o legado de “*Os Sertões*” e abrir veredas novas às invenções de estilo e aos rigores da pesquisa. De tudo vem dando ciência o informativo periódico deste Instituto Histórico e Geográfico em seus quatro números, desde setembro de 1993; não só um registro competente, como folheto a conservar-se pela limpeza das idéias e a feitura. Enfim, não poderia deixar de dar aqui uma notícia auspiciosa. E é a construção da nossa sede. Graças ao descortínio e tenacidade de sua diretoria e membros mais devotados, estão em fase final com importante empresa construtora de Brasília os entendimentos para a edificação de um conjunto arquitetônico, com área superior a sete mil metros quadrados. A nova sede objetiva, não somente ampliar as instalações da entidade, para melhorar os serviços que já vem prestando à comunidade, bem como criar condições à geração de recursos financeiros, capazes de projetar eficientemente as suas atividades, relevando os próprios sócios do ônus que eventualmente lhes pede. A imponência do projeto, preservando arquitetonicamente o espaço já existente, só virá a enriquecer o material e o espiritual desta área urbana, abrindo novas oportunidades à cultura da cidade. Entretanto, sempre há algum malpensado que ponha em dúvida o discernimento construtivo e inteligente dos demais; e de modo grave, quando o faz ao arrepio da verdade. Por isso, tal iniciativa legítima, claríssima, prática e necessária, em sã consciência bem louvável, não passou sem padecer os arranhões dos que não fazem. Foi quando vi de novo meu Arcebispo beber água, deixando serenamente à reação a própria decisão. Votou conosco, e o copo não vai se embaçar. Fato idêntico ocorreu, quando o Instituto após haver recuperado, limpo e habilitado o edifício construído para ser museu indígena, no Eixo Monumental, ali instalou o memorial da cidade, então constituído em Museu de Brasília, após uma procissão votiva encabeçada por Dom Newton levando adiante a imagem da padroeira Nossa Senhora Aparecida. Ora, o prédio, há longos anos abandonado totalmente pelo poder público e sua administração, já se arruinava, transmutado em valhacouto de vadios. Reavaliado, o novo governo reclamou-o para os fins a que, desde o princípio, destinava-se: a cultura indígena. Serena e judiciosamente devolveu-se o local sem qualquer dano, pondo-se o Instituto ainda à disposição da autoridade competente, para cooperar no que conviesse. Assim, retornando a esta sede o importante acervo, em

parte exposto na heróica I Feira Internacional do Livro e da Cultura, em novembro do ano passado, resta hoje esperar que aquela casa não vire, como antes se temia, uma tábua demagógica nem outra nova ruína. Que o índio encontre lá de fato sua memória, em amplo contexto nacional, a exemplo do que fez com probidade e suficiência o Museu Nacional de Antropologia, no México – mais do que pose, verdade e referência da autêntica alma humana. Para isso também estamos.

Novos membros

Esta noite um novo contingente vem somar nossas fileiras. Plantel admirável! No país do futebol que, ao menos com a recente Seleção, volta outra vez a ter vergonha e arte, seja-me lícito brincar com seriedade: é time titular, com muito mais de uma camisa 10. Dos dezessete novos sócios eleitos por unanimidade, mais de um terço são também escritores, entre os quais tenho a felicidade de contar alguns amigos do peito. Considerando todos, francamente uma plêiade! Advogados, diplomatas, empresários, engenheiros, jornalistas, magistrados, militares, professores. Oriundos das nossas cinco grandes regiões, aqui vieram ajudar a pensar o Brasil e fazer presentes os seus Estados: Amazonas e Pará; Alagoas, Ceará, Pernambuco e Piauí; Minas Gerais e Rio de Janeiro; Goiás; Santa Catarina. E Portugal também, pois que geograficamente expandindo-se, com toda a sua proto-histórica identidade milenar é brasileiro. Comprove quem, lá chegando, houver mamado o amor em mesmo idioma. É como se regressássemos à casa do avô. Na pátria grande, então, e com a singular região que representam, cada um dos nossos novos companheiros ilustres vem trazer-nos o auspício da alegria, garantida por uma vida inteira e fecunda votada às suas múltiplas tarefas nacionais. Nem faltará quem, no meio de todos, pode por direito revestir o paradigma do espírito público, amparado em suas muitas décadas de ação política. Cumpriu na probidade as suas funções, servindo os Três Poderes, se consentirmos o grau de magistrado ao Ministro da Justiça, que também foi – com toda a competência e exemplar equanimidade. Pessoalmente, a sua biografia harmonizou virtudes civis e militares, com trajetória fulgurante, e em seu trabalho competente, construtivo, não sobrou tecido para os sebos da pecúnia. Entretanto, o que me leva agora a estar pensando em Jarbas Passarinho, como prova de estima e saudação a todos os novos sócios que nesta noite consagramos como os novos companheiros bem-queridos, é o testemunho de respeito e admiração prestado por seu filho a um inquérito jornalístico em torno dos desatinos

da política. Quero dizer, para mim o atributo superior que faz nosso confrade destacar-se como exemplo em uma coletividade, é o amor que mereceu de um tempo novo, pelo exercício do poder como serviço. Só assim se pontifica, ou seja: faz-se a ponte, a fim de que a História passe por cima dos conflitos egoísticos e abrace as margens diferentes, separadas pelo que os norte-americanos classificam de “generation gap”.

Crise e reflorescimento

Tal circunstância ganha dimensão, se refletirmos que o testemunho filial pode identificar uma geração inteira, a dos nossos filhos. Augusto de Franco, jovem pensador com essa idade, exatamente sob o título *A Nova Geração: Crise e Reflorescimento*, publicou em 1990 um ensaio sociológico de indagação filosófica, com selo da editora paulistana Thomé das Letras. Do livrinho, tão breve quanto denso, crucial e lúcido, conclui-se a falência das crenças e ideologias que em minha juventude alimentavam ódios e ressentimentos, racionalizando desesperadamente os mitos e as utopias. Tudo resultou na cisão de grupos, para os quais o bom Drummond de Andrade teria escrito aqueles versos sobre “o tempo de partido, tempo de homens partidos”, constatando que “Deus vela o sono dos brasileiros, mas eles acordam e brigam de novo”. Ora, o que esse mencionado livro nos ensina é a urgência de discernir mitos e utopias, neles apenas salvando quanto houver de arquetípico ou perene, de forma que a realidade nem se turve ou negue à transcendência. Do texto, peço vênia para reproduzir literalmente algumas afirmações: 1. “Caminhamos para *um novo socialismo* utópico que não mais desconhece a autonomia das esferas ideológicas da sociedade humana e o poder realizador das configurações espirituais”; 2. “Já existem sinais do surgimento de abordagens espiritualistas... baseadas em mitos capazes de... conduzir um projeto de futuro onde não haja mais lugar para a dominação ideológica, a opressão política e a exploração econômica”; 3. “Volta-se, lentamente, à idéia elaborada pelo cristianismo primitivo, de *diaconia*, isto é, de *serviços* na comunidade (ao invés de *poderes: hierarquia*)”.

A tradição

Nesta altura é importante observar a convergência de resultados entre a ilação científica do jovem autor e o antigo painel da pintura portuguesa quatrocentista, atrás referido. No curso coordenado por nosso Instituto, foram estudadas as poucas evidências, que emergem da

intrincada mensagem impressa na obra-prima mandada executar pelo grande rei D. Afonso V. Uma delas, precisamente é a de diaconia, pois as 58 personagens, que circundam reverentes a figura central, prestam homenagem a ela, que na aparência de um jovem aureolado veste um hábito de diácono e se repete, num dos painéis segurando um bastão dourado e noutro um livro aberto, com versículos do evangelho de S. João. Neles, está o que Cristo ressurrecto disse aos discípulos, no lago Tiberíades: que voltava para o Pai, maior do que ele, mas enviaria o Consolador e nele o Príncipe do Mundo não teria poder. Com tais cifras explícitas podemos aventurar mais claramente que os Painéis têm a ver com o culto do Divino Espírito Santo, introduzido em Portugal por D. Dinis, séc. XIII, e depois, pela Ilha da Madeira, transferido ao Brasil. Tal culto que, essencialmente, consistia na coroação de um Imperador menino, na libertação de todos os presos, distribuição de pão a toda gente e o decreto da “folia” em que, mediante a festa, todos dançavam e eram os nobres que acolitavam o povo, obviamente dispõe sobre três pontos indiscutíveis: a liberdade, a fartura e a vontade de servir. Noutros termos, antecipam o triangular revolucionário e correspondem à profecia de Joaquim de Flora, referendada por Dante, na *Comédia*, de que à era do Pai, sucedeu a do Filho, que eles estavam vivendo, mas viria a do Espírito Santo, com toda a sua iluminação e a vitória final da fraternidade. Se, como diz Camões, a Fé e o Império transtornaram-se em “vil tristeza”, é que em algo a empresa falhou, e isso explicitamente está estampado nos painéis, pois há um véu de melancolia ou saudade cobrindo aquelas faces.

Toca a nós, portanto, o desafio; e assim pusemos em questão o sentido daquela obra e o futuro do Brasil. Agora é alguém da nova geração que, indagando sobre a crise e o reflorescimento, torna a levantar o dilema entre o serviço e o poder, propondo-nos um caminho de libertação. Quando o Concílio Vaticano II ampliou o conceito de “povo de Deus” para a noção “corpo de Cristo”, no meu entender punha em questão premissa semelhante. Pois, somente no mistério do amor, transposta no ministério da verdade a redução de qualquer grupo, alcançará o ser humano a plenitude, complementando com o outro seu contrário. A profecia tem a ver conosco. Em nosso vasto território fundiram-se as quatro raças. Tal diversidade, nos iguais da unidade que buscamos, cimentará o alicerce mais forte da edificação de Nova Era, assimilada ao Terceiro Milênio. Então, sem quaisquer otimismo ou pessimismo, buscando apenas atualidade nessas profecias, que decerto conformam nossa cultura e a proposição de uma realidade futurante, centro-me nas

possibilidades do nosso país, vendo sem desespero o quanto somos e em que estamos. Contra o mau agouro derrotista, vale fixarmo-nos em tudo o que se escreveu desde os Quinhentos, de Anchieta aos irmãos Campos, de frei Vicente do Salvador a Darcy Ribeiro, ou do mulato Pe. José Maurício Nunes Garcia ao aristocrata Tom Jobim. Francamente, se rasgar-se a nossa fatura na padaria angelical do próximo milênio, *new age* como hoje gostam de dizer os bruxos – mesmo que não saibam inglês, ainda resta-nos gás suficiente para iluminar outro, o IV, quando recém estaremos alcançando a idade de povos que os mais desarvorados dão por nosso exemplo. De fato, pessoalmente não seremos mais aqui, mas viverão nossos descendentes. E a Terra, com certeza... mais ou menos alterada segundo nossa sabedoria ou inconsciência, mas sempre a velha mãe.

Boas-vindas

Neste espírito, devoto da sabedoria popular, cujo ditado reza que toda a vassoura varre bem, devo rogar aos preclaros empossandos que nos auxiliem no pleito junto à autoridade competente, para reativação do Projeto Rondon. Um dos seus agentes mais tenazes tem, por sinal, assento neste sodalício e é dos mais ilustres sócios acadêmicos. Se o faço, será por estas razões enumeradas: 1ª) Tal projeto é um desagravo humanístico e ecológico da nossa última fronteira, configurada no desafio amazônico; 2ª) Já demonstrou-se à sociedade como um instrumento de paz social e a cooperação inteligente entre civis e militares, harmonizados no trabalho criativo a serviço da formação, dinamismo e saúde dos nossos jovens estudantes; 3ª) Porque honra a memória de Cândido Rondon, porventura o mais completo humanista que produziu a cultura brasileira: respondeu com descortínio aos desafios da nossa fronteira Oeste, sabiamente reunindo a teoria e a prática; em si mesmo harmonizou as virtudes civil e militar; ampliou em dimensão universal a nossa dinâmica nacional, fazendo religião seu exercício pessoal da ciência e da bondade.

Guardo a convicção de que o nune tutelar, protetor das decisões e atos neste Instituto, representado em sua própria efigie, ali, nesse enorme quadro desta pequena sala, também protege e aprova a presente proposta, fazendo-o com a mesma generosidade e grandeza que nos ensinou, na vida e na obra. Onde quer que ele esteja, eu lhe peço a bênção, junto ao tronco alto e sob a copa vasta de planta maior: a Árvore da Vida – eixo vertical entre os céus e a terra, imagem do cosmos, símbolo do eterno e da imortalidade. Neste sentido, e por solicitude do nosso presidente ou

em nome dos demais confrades, creio que a melhor saudação a lhes ser feita, como quem bebe água sem embaçar o copo ou, nuns painéis sem nome, vê a todos num só, é dar voz, com beleza e verdade, ao poeta brasileiro, posto em música por Villa-Lobos – o maior dentre os nossos maiores compositores:

*Amigo, seja bem-vindo,
a casa é sua, não faça cerimônia,
vá pedindo, vá mandando,
seja seu tudo o que eu tenho de meu,
e mais a divina graça.*

Amigos, sejam bem-vindos!

** Discurso proferido em 29 de junho de 1994, nas celebrações de aniversário do Instituto, por ocasião da posse de novos sócios que, no impedimento do Dr. Dario Abranches Viotti, tiveram como intérprete o Cel. Mariano Soriano Neto.*

SIMILITUDE ENTRE A PROPOSTA DE LUIZ CRULS E OS ESTUDOS POSTERIORES SOBRE O SÍTIO IDEAL PARA A CAPITAL DO BRASIL

ERNESTO SILVA

É sobejamente sabido que a primeira referência à mudança da Capital do Brasil para o interior deve-se aos Inconfidentes Mineiros, que, em 1789, incluíram em seu programa a transferência da Corte do Rio de Janeiro para São João Del Rei.

Fala-se também (sem a devida comprovação) de um pronunciamento de Guilherme Pitt em 1809, no Parlamento dos Reinos Unidos da Grã-Bretanha e Irlanda, quando teria sugerido a mudança da capital do Rio de Janeiro para o interior, citando, entre outros sítios, as “fontes desses rios”, isto é, a do Amazonas e a do Prata.

Em 1810, Veloso de Oliveira, em Memória apresentada ao Príncipe Regente “sobre a administração da Província de São Paulo, tratou da necessidade da Capital para o interior, em lugar são, ameno, apazível e **isento do confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas**”, mas não indicou qualquer sítio no qual deveria ser construída a Capital Federal.

Na realidade, consultados os inúmeros documentos existentes, parece-nos que a primeira nomeação de um determinado local destinado à instalação do Governo Federal se deve, indubitavelmente, a Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, que, em longo artigo publicado em 1813, no Correio Braziliense, na época editado em LONDRES, justificou a localização da futura Capital Federal para “as cabeceiras do Rio São Francisco”.

O jornalista observa, em outro pronunciamento, que “os cortesãos, que de Lisboa foram para o Rio de Janeiro deveriam se estabelecer em um país do interior, central e imediato às cabeceiras dos

grandes rios. E conclui: “Esse ponto central se acha nas cabeceiras do famoso Rio São Francisco”.

Ora, as cabeceiras do Rio São Francisco estão próximas de Brasília, não só as desse rio, mas também as do Rio Amazonas e as do Rio da Prata, constituindo seu conjunto, verdadeiro “chateau d’eau” (águas emendadas), de que fala Poli Coelho. Esse local foi visitado pelo Marechal José Pessoa, Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital, em 5 de fevereiro de 1955, onde também estávamos presentes.

Do grito de alerta de Hipólito da Costa surgiram novos defensores da transferência da Capital para o interior.

Coincidentemente, todos esses paladinos da interiorização apontavam, numa espantosa e racional unanimidade, o Planalto Central do Brasil como sítio ideal (as raríssimas exceções se devem às opiniões de políticos mineiros, que preferiam o Triângulo Mineiro ou Paracatu).

Em 1821, José Bonifácio cita o paralelo 15° nas suas “Idéias sobre a Organização Política do Brasil” e nas “Instruções do Governo Provisório de São Paulo aos Deputados e às Cortes de Lisboa” e afirma: “Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência, na latitude, pouco mais ou menos, de 15°”.

Em 9 de junho de 1823, José Bonifácio apresenta à Assembléia Constituinte e Legislativa do Brasil novos argumentos em favor de mudança da Capital e sugere que se a localize em Paracatu: “Esta Capital poder-se-á chamar Petrópole ou Brasília”.

Ainda em 1822, num trabalho de certo deputado (cujo nome omitiu) publicado na tipografia Rolandiana, sob o título “Aditamento ao projeto da Constituição para fazê-la aplicável ao reino do Brasil”, consta a seguinte referência no primeiro dos treze artigos: “No centro do Brasil, entre as nascentes dos rios confluentes do Paraguai e Amazonas, fundar-se-á a Capital deste reino, com a denominação de Brasília ou outro qualquer”.

No seu magnífico trabalho “Questão da Capital: Marítima ou Interior”, Francisco Adolpho Varnhagem, o Visconde de Porto Seguro, pergunta: “Qual é o local mais conveniente para fixar a sede do Governo Imperial?”. E responde: “É o em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná – dos dois grandes rios que abraçam o Império, isto é, o Amazonas e o Prata com as do São Francisco”.

Ainda Varnhagem, em carta datada de 28.07.1877, dirigida ao então Ministro da Agricultura, prestando contas da missão que lhe fora

atribuída, refere-se, proclamando lóas, à “bela região situada no triângulo formado pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre d’Armas”.

Para os místicos, há a memorável visão de São João Bosco, em 1883, que vislumbrou, em sonho, o aparecimento da Terra Prometida entre os paralelos 15 e 20, que se supõe se localize no hemisfério sul pelas conexões existentes com outras passagens reveladas pelo Santo (ele fala da Bolívia, da Venezuela e dos missionários salesianos massacrados pelos índios).

Entretanto, foi na República que, definitivamente, se tratou, com seriedade, da transferência da capital para o Planalto Central do Brasil.

O artigo 3º da Constituição de 1891 define: “Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, a área de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a Capital Federal”.

O restante é conhecido.

O Marechal Floriano Peixoto, a 12 de maio de 1892, por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária do Congresso Nacional, assim se expressou:

“Reputando de necessidade inadiável a mudança da Capital da União, o Governo trata de fazer seguir para o Planalto Central a Comissão que deve proceder à demarcação da área e fazer sobre a zona os indispensáveis estudos”.

E logo em seguida, a 17 de maio, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas cria a Comissão Exploradora do Planalto Central sob a direção do eminente cientista Luiz Cruls.

Após cerca de dois anos, Cruls apresenta o seu trabalho: delimita a área de 14.400 quilômetros quadrados, determinada pela Constituição, assim definida: “Começa na interseção do paralelo 15°10’00” sul com o meridiano 48°51’15” Wgree. (marco A); desse ponto segue para leste pelo paralelo 15°10’00” sul até encontrar o meridiano 47°21’15” Wgree (marco B). Daí, na direção sul, pelo meridiano 47°21’15” W até encontrar o paralelo 16°8’35” sul (marco C) e daí pelo paralelo 16°8’35” sul para oeste até encontrar o meridiano 48°51’15” (marco D) e desse ponto, na direção ao norte, pelo meridiano 48°51’15” até encontrar o paralelo 15°10’00” (marco A), fechando o quadrilátero”.

A área abriga a superfície de 14.400 quilômetros quadrados determinada pela Constituição (Mapa nº 1).

A repercussão desse notável trabalho de Luiz Cruls, realizado sob as mais adversas condições e com material hoje considerado obsoleto, mereceu da imprensa os mais entusiásticos encômios.

Do Jornal do Brasil: “Louvores não sejam regateados ao Doutor Luiz Cruls e seus operosos companheiros. Que quanto antes se mude a Capital Federal”.

Do Jornal do Comércio: “Qualquer desses relatórios contém dados preciosos que a todo o tempo serão consultados com proveito”.

De A Notícia: “O livro que o Dr. Luiz Cruls e seus dignos companheiros acabam de publicar é obra de grande valor e prepara dignamente a mudança da capital da nossa terra, que todo o brasileiro patriota e sensato deseja realizada o mais breve possível”.

Com exceção da lembrança do Presidente Eptácio da Silva Pessoa, que, na data comemorativa do centenário da nossa independência, mandou erigir um marco na região de Planaltina, o qual é impropriamente chamado de Pedra Fundamental, nada, absolutamente nada, foi feito, entre os anos de 1895 e 1946, que demonstrasse interesse ou vontade de o Governo Federal transferir a Capital para o Planalto Central, a não ser vozes esparsas e tímidas e a “MARCHA PARA O OESTE”, programa lançado por Getúlio Vargas, o qual poucos frutos produziu, embora o Presidente, em 7 de agosto de 1940, tivesse manifestado o propósito de levar o progresso ao oeste brasileiro. Em discurso pronunciado em Goiânia, naquela data, afirmara: “O vosso planalto é o miradouro do Brasil. Torna-se imperioso localizar, no centro geográfico do País, poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura”.

Com a ascensão do General Eurico Gaspa Dutra à Presidência da República e a promulgação da Constituição de 1946, que, no seu artigo 4º, parágrafo primeiro das Disposições Transitórias, determinava a mudança da Capital, o Presidente cria a Comissão de Estudos para a localização da nova Capital do Brasil, chefiada pelo General Djalma Poli Coelho, que realizou minucioso trabalho e apresentou, ao final, conclusões semelhantes às de Luiz Cruls, dando preferência ao mesmo local demarcado por Cruls, embora ampliando a área para o norte, com a inclusão do município de Planaltina, parte dos municípios de Corumbá de Goiás e Formosa, Município de Niquelândia e São João da Aliança e parte dos municípios de Posse e Cavalcanti, perfazendo uma área irregular de 77.953 quilômetros quadrados (Mapa nº 2), assim definida:

“Partindo da confluência do rio Paranã, no rio Tocantins, e pelo rio Paranã acima até a confluência do rio São Domingos; por este acima até a sua cabeceira na Serra Geral, limite entre os Estados de Goiás e Bahia; pela linha divisória o marco da trijunção: Goiás-Bahia-Minas Gerais.

“Continuando pela linha divisória entre Goiás e Minas Gerais, até o marco número 19, na confluência do rio Bezerra com o rio Preto e por este acima até a confluência do rio São Bernardo e por este acima até a interseção da linha demarcatória da Comissão Cruls; daí, por esta linha rumando para o sul, oeste, norte e leste até a sua interseção com o rio Verde, por este abaixo até a sua confluência no rio Maranhão e por este até a sua junção com o rio das Almas, dando origem ao rio Tocantins e por este abaixo até a confluência com o rio Paranã, ponto de partida”.

Poli Coelho, em seu relatório presta uma justíssima homenagem à Missão Cruls: “É deveras admirável a profunda visão dos homens do século passado, nacionais ou estrangeiros, ao indicarem para a instalação da Capital da Nação, numa época em que o interior do nosso país era dificilmente acessível, uma região como a do Planalto Central. A solução proposta pela Comissão Demarcadora do Planalto Central, presidida por Luiz Cruls, constitui uma solução geopolítica ou, pelo menos, a melhor solução que até hoje pôde ser dada ao problema da Capital sob o ponto de vista geopolítico, isto é, ponto de vista que realmente convém ao problema”.

E, entre as vantagens políticas, Poli Coelho cita “as condições mais propícias para a constituição de um funcionalismo federal mais realizador e menos oneroso”.

Dessa Missão Poli Coelho partiria, efetivamente, sem interrupções, todas as providências à solução do secular problema até chegarmos à inauguração de Brasília.

Chamo a atenção para a diligência do Presidente Dutra: recebeu o Relatório final de Poli Coelho no dia 12.08.48 e a 21 do mesmo mês (nove dias depois) envia a mensagem nº 293 ao Congresso Nacional com um projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a mandar proceder os estudos definitivos para a escolha do sítio da nova Capital Federal.

Como costuma acontecer, o Congresso Nacional levou cinco anos para decidir sobre o relevante assunto.

Finalmente, a 5 de janeiro de 1953, Getúlio Vargas sanciona a lei nº 1803, que “manda proceder, como achar conveniente, na região do Planalto Central, compreendida entre os paralelos 15°30’ e 17° e os meridianos Wgree 46°30’ e 49°30’ aos estudos definitivos para a escolha do sítio da Nova Capital Federal”. A lei exige várias condições para a referida escolha e determina que “os estudos serão feitos na base de uma cidade para 500.000 habitantes”.

Cumpre observar que, dentro desse retângulo do Congresso se encontra integralmente o Quadrilátero Cruls de 14.400 quilômetros quadrados, respeitando-se, assim, a indicação do ilustre cientista belga.

A área do Retângulo do Congresso alastrou-se, em relação à área de Cruls, para leste, oeste e sul e ligeiramente reduzida ao norte. Nesse retângulo estão as cidades de Anápolis, Goiânia e Unaí.

Criada a Comissão de Localização da Nova Capital por decreto assinado por Getúlio Vargas a 8 de junho de 1953, todos os trabalhos foram dirigidos no sentido de escolher o sítio ideal para a construção da Nova Capital e definição do contorno do Distrito Federal, cujos limites estão rigorosamente situados no antigo Quadrilátero de Cruls (exceto discretíssima faixa de terreno a leste, às margens do rio Preto) e assim definidos: “O perímetro começa no ponto de latitude 15°30’ sul e longitude 48°12’ Wgree. Desse ponto segue para leste pelo paralelo 15°30’ sul até encontrar o meridiano de 47°25’ Wgree. Daí, por esse meridiano de 47°25’ Wgree para o sul, até encontrar o talvegue do Córrego Santa Rita, afluente da margem direita do Rio Preto. Daí pelo talvegue do citado córrego Santa Rita até a confluência deste com o Rio Preto, logo à jusante da Lagoa Feia. Da confluência do córrego Santa Rita com o Rio Preto, segue pelo talvegue deste último, na direção sul, até cruzar o paralelo 16°03’ sul. Daí pelo paralelo 16°03’ na direção oeste até encontrar o talvegue do Rio Descoberto. Daí para o norte pelo talvegue do Rio Descoberto até encontrar o meridiano 48°12’ Wgree. Daí para o norte pelo meridiano 48°12’ Wgree até encontrar o paralelo 15°30’ sul, fechando o perímetro” (Mapas 3 e 1).

Ao entregar o trabalho à Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil, Donald J. Belcher, sinteticamente, assim se expressou: “O Brasil deve ser louvado pelo fato de ser a primeira Nação da História a basear a solução do sítio de sua capital em fatores econômicos e científicos bem como nas condições de clima e beleza”.

Vemos, portanto, que a similitude das diversas propostas sugeridas posteriormente ao estudo realizado por Cruls prova enormemente a perfeição e o critério da ingrata e extraordinária missão de Luiz Cruls, que, há mais de um século, sob as mais difíceis condições de trabalho determinou, com precisão, o que seus pósteros, com tantas facilidades técnicas, só conseguiram confirmar.

Na reedição do Relatório Cruls, publicada em 1992, lê-se na introdução: “Brasília é uma cidade com peculiaridades que a fazem única:

- foi idealizada com mais de dois séculos de antecedência;
- a determinação de seu sítio foi feita quase cem anos antes de sua construção;

– é a mais recente grande cidade construída com a finalidade de ser Capital de um país.

Por tudo isso e por mais ainda, Lúcio Costa assim se manifestou certa vez: “Administrar Brasília não é administrar uma cidade qualquer, mas uma cidade que já nasceu com ‘pedigree’, o que obriga a umas tantas limitações. A primeira condição para se administrar Brasília é gostar de Brasília; a segunda, conhecer os planos; a terceira, respeitá-los”.

Repito aqui: “Todos os fatos que, de uma forma ou de outra, estão ligados ao ‘nascimento’ de Brasília, compõem a memória da cidade e, portanto, não devem ser esquecidos”.

E vale lembrar também a expressão usada pelo rabino Henry Sobel quando fala da importância da tradição: “É preciso recordar. O povo que não lembra seu passado perde a identidade coletiva”.

Glória, pois, a Luiz Cruls.

Que a cada ano, a cada mês, a cada dia, a cada hora, a cada minuto, reverenciemos a memória de Luiz Cruls, que tantos relevantes serviços prestou ao Brasil.

O CENTENÁRIO DE BERNARDO SAYÃO: O ÚLTIMO BANDEIRANTE BRASILEIRO

JARBAS SILVA MARQUES

Quando se ultimam os preparativos para a comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, onde fatos e feitos serão relatados em artigos jornalísticos, ensaios históricos e sociológicos, bailados e balés, peças teatrais e espetáculos musicais, é mister que Brasília e todo o país se preparem para homenagear aquele a quem Antônio Callado chamou de “o último bandeirante”: Bernardo Sayão Carvalho de Araújo.

O Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, onde ele é o patrono da Cadeira nº 9, tem a honrosa tarefa de preparar as homenagens pelo centenário de nascimento dessa invulgar figura, nascida no dia 18 de junho de 1901 no Rio de Janeiro.

Ao longo da história universal, alguns líderes assumem papéis que os tornam exemplos constantes para a posteridade, ou símbolos de atitude marcantes. Numa dessas vertentes, assim o foi Átila, o Rei dos Hunos. Dele se disse – e o sabemos pela vulgarização da história – que por onde passassem um de seus cavalos não mais nasceria capim, tal a onda de violência que suas tropas deixaram no Continente Europeu.

Já Bernardo Sayão é um desses homens que ficaram na História como exemplo de seu povo, pelo trabalho, idealismo, despreendimento, abnegação e de consciência de que o Brasil – como País e Nação – necessitava para progredir e garantir os espaços e as fronteiras conquistadas ao longo de cinco séculos.

Sayão, ao inverso do Rei dos Hunos, foi um “Átila Benfazejo”. Onde pisou esse carioca, nascido na Tijuca, não nasceu mais capim, nasceram estradas e cidades.

Na tarde do dia 15 de janeiro de 1959, quando em plena mata amazônica, redigia pedidos de urgência para o abastecimento das frentes

de penetração que, vindas de Belém e de Brasília, iriam se unir formando a Estrada Belém-Brasília, caiu em cima de sua barraca um imenso galho de uma árvore.

Cumpria-se a maldição do “Curupira”.

Sayão muitas vezes fora alertado pelos trabalhadores ao longo de três décadas nos sertões de Goiás: “Doutor Sayão, o ‘Curupira’ mata quem invade a floresta. Ele é o ‘Senhor das Matas’ e pode matar o senhor que vive abrindo estradas e fazendo cidades nos seus domínios”.

Ao ouvir as falas dos caboclos, Sayão abria o sorriso largo que o caracterizou e não dizia nada. Respeitava o calor humano dos operários, com os quais compartilhava a mesma comida, o mesmo desconforto, sem jamais ironizar as suas credices nas lendas indígenas tão comuns no interior brasileiro.

Da imensa árvore onde armara a seus pés uma barraca, caiu um galho que afundou todo o lado esquerdo do crânio de Sayão, quebrando também todo o lado esquerdo de seu corpo, com fraturas expostas.

O pânico se espalhou no acampamento na selva do Pará. A única comunicação era através de aviões. Poucos minutos após a queda da árvore, rotineiramente um avião Cesna que patrulhava as frentes de trabalho sobrevoou o local. Os operários gritavam desesperados, na esperança de uma imagem significativa, começaram a retirar suas camisas e formaram uma enorme cruz branca no meio da mata, na esperança de que o piloto a visse e providenciasse socorro.

Assim que o piloto aterrissou em Açailândia, comunicou o que vira. O único meio de chegar ao local era de helicóptero. Contudo, o helicóptero estava com as horas de vôo vencidas. Mesmo assim, o então capitão Tomás – um dos aviadores de Juscelino Kubitschek – levantou vôo em direção à frente sul, comandada por Bernardo Sayão.

Sayão agonizava. Sua imensa resistência física, advinda desde a infância, quando fugia das aulas e ia escalar o Morro das Duas Pedras, em Friburgo, passando pela ponta-esquerda do time de futebol da Escola de Agronomia de Piracicaba, até o Botafogo do Rio de Janeiro, onde foi campeão carioca de remo, fez com que, mesmo com todo o corpo sangrando e macerado, resistisse à morte por cinco horas.

Como diz o povo: “Notícia boa vem a pé, e a ruim vem a cavalo”. Como que num passe de mágica, os acampamentos, vilarejos e cidades plantadas por Sayão, souberam de sua morte. Muitos não acreditaram. “Não é possível, o Doutor Sayão não pode ter morrido”. Ainda hoje, decorridos quarenta anos de sua morte, há quem não acredite que ela se deu de acordo com o fato.

O Homem

Com a morte de Bernardo Sayão Carvalho de Araújo, talvez tenha desaparecido no Brasil, a figura do homem público intimamente ligado ao povo, respeitado e amado por ele, principalmente, nos momentos atuais em que as elites dominantes tem entregado as riquezas e a soberania nacional a voragem estrangeira e ao capital internacional.

De uma energia física infatigável, ele impôs ao longo de sua vida pública, uma liderança presente, sem ser autoritária. Aqueles que não conseguiam acompanhar seu ritmo de trabalho, tinham liberdade para o declarar, e nunca se soube (pelos depoimentos que colhi) quem quer que seja, Sayão tenha-se dirigido com palavras grosseiras ou humilhantes.

O seu desprendimento pessoal espelha-se no legado financeiro e econômico que deixou para a família: quase nada.

Sua companheira de lutas e batalhas nas matas e cerrados do interior brasileiro, recebe hoje, aos 82 anos de idade, uma pensão de três salários mínimos.

Hilda Fontenele Cabral Sayão foi a companheira de todas as horas a partir do dia 26 de abril de 1941, quando casou-se com Bernardo Sayão. Poucas horas depois de casados, embarcavam no carro de Sayão com destino a Goiás, onde se fixaram até 1950.

Durante dezoito anos partilhou das lutas, das tristezas e dos sonhos do “Plantador de Cidades e Estradas”, no dizer do jornalista Walter Friedman.

A chegada do casal à beira do Rio das Almas, onde Sayão iria implantar a Colônia Agrícola, retrata esse desprendimento. É ela quem conta: “Chegamos na margem do Rio das Almas e ele me disse, apontando para a mata do outro lado: ‘Alí vai ser a nossa casa’. Em seguida, colocou a faca na boca e nadou até o outro lado do rio para escolher o local onde mais tarde, realmente, construiu a nossa casa na Colônia”.

Esse poder de contagiar as pessoas com as coisas que idealizava seria a constante na vida de Sayão. Das pessoas que cristalizaram a herança dos sonhos e ideais de Bernardo Sayão, procuramos duas pessoas que são fundamentais: sua esposa Hilda e o trabalhador e administrador de sua maior confiança: Mário de Sena Braga, que o conheceu na Colônia Agrícola em Ceres, e iria ser o seu “Sargento Garcia” até a morte.

Ambos são arredios a qualquer tipo de publicidade, como que em respeito ao homem que marcou profundamente suas vidas.

Como fiéis depositários de uma história ainda não escrita, minimizam suas participações em fatos de importância para a história de Brasília e do País.

Segundo Mário Braga – que aos 14 anos de idade começou a trabalhar com Sayão – ele “não tinha medo de morrer. Naquele tempo em que iniciamos a puxar estradas e a levantar pontes em Goiás, até a construção da Belém-Brasília, a gente, além de avançar por terra, também, voava muito, e nos “Teco-Tecos” mais acabados. Era a maneira mais rápida de se chegar às frentes de penetração nas matas.

Só fazíamos campos de aviação quando havia necessidade de se fazer acampamentos. Na grande maioria das vezes Doutor Bernardo sobrevoava a estrada e eu providenciava o alargamento para o aviãozinho aterrissar. Depois de quinze a vinte minutos sobrevoando o local, ele baixava.

O ritmo de trabalho dele era muito intenso. Em quinze anos de trabalho ao seu lado, só o vi sem trabalhar uma vez na vida, foi em Miracema.

A gente estava preparando a “Ligação” (as duas frentes da Belém-Brasília que iriam se encontrar) e estávamos no acampamento esperando o avião ir abastecer em Miracema, quando de uma choça saiu um menino e disse que lá tinha um homem muito doente. Entramos na choça e vimos um homem em carne viva, com “Fogo Selvagem”. O homem e sua família tinham fome. Ele tirou um queijo e os pães que trazia num saco e deu para eles. Foi quando me disse: “Sabe, Mário, onde a gente colocar um pneu, o progresso chega. Se não viéssemos até aqui, este homem morreria!”.

Aí, quando o avião chegou, tiramos os bancos e colocamos o homem. Em seguida, Doutor Sayão deu um bilhete ao piloto e mandou que levasse o doente até o Hospital do Pênfigo, em Goiânia, e procurasse o Doutor Anuar Auad. Ficamos três dias no mato comendo arroz e leite de mangaba até que o avião retornasse de Goiânia. Foi essa a única vez que o vi sem trabalhar.

Da simplicidade de Sayão, mesmo em altas funções, Mário Braga contou-nos um episódio de quando ele exercia o cargo de Governador do Estado de Goiás, em 1955: “Ele ficou enfezado com um gravatinha do Palácio das Esmeraldas que achou deselegante o Governador abandonar o motorista e o carro de luxo que tinha direito como governador, e ele mesmo dirigir um Jeep, que era o veículo que mais gostava.”

A honestidade seria um dos aspectos mais importantes desse homem que teve o poder e foi o poder. Seus filhos, que o acompanhavam

em todas as empreitadas pelo Brasil afora, só conheceram um caso de uso de influência. É Lia Sayão quem conta: “O papai gostava muito de cinema. Ele achava que para que Brasília pudesse ser construída e consolidada, todos os engenheiros e trabalhadores tinham que trazer suas famílias para morar aqui. Nós fomos a primeira família a morar em Brasília. Nossa casa era de “Duratex”, lá no Núcleo Bandeirante, numa rua em que ele botou uma placa: “Rua do Sossego”. Depois ele construiu a escola e lutou para que se fizesse um cinema. Quando o cinema foi feito, toda vez que ele chegava do mato a gente ia ao cinema toda noite. O dono do cinema não cobrava da gente. Então, os nossos colegas, todos crianças, iam com a gente. Era aquele mundo de meninos, e mais os que conheciam papai e ficavam perto do cinema esperando. Aí ele chegava para o porteiro e dizia: “Esse tá comigo... esse também tá comigo”, e assim por diante. De repente, o cinema tava cheio de meninos, todos convidados por ele, que construiu o cinema com madeira usada para “enformar” os concretos dos prédios já construídos.”

Religioso, é de Sayão a primeira construção de argamassa de Brasília, a Ermida de Dom Bosco, no Lago Sul.

Assim era o homem.

O Administrador

A primeira fase da vida profissional de Bernardo Sayão é desconhecida e não contou com a participação de seus familiares mais próximos. Foi a fase em que, recém-formado como engenheiro-agrônomo, vai organizar e dirigir fazendas de café no Paraná. Mas é alguns anos mais tarde que suas atividades profissionais vão marcá-lo, e identificá-lo como um período significativo da história nacional.

Após a Revolução de 1930 o país sofre uma mudança na política do Estado, agora voltado para uma visão industrial, aliada à necessidade de contar com uma agricultura comercial sem a predominância da monocultura.

O Brasil estava em ebulição nos seus aspectos políticos formais e político-ideológicos, agitado financeiramente pela crise monetária e financeira de 1929 nos Estados Unidos e na Europa e que iria desembocar na eclosão da 2ª Guerra Mundial.

O Nazismo, com sua pregação belicista, reivindicava o “Lebensraum” – a teoria militarista do “Espaço Vital”.

Com a crise européia, o fluxo de imigrantes europeus cessara, reforçando da parte de Getúlio Vargas, a implantação e a divulgação de

uma nova política, com ênfase na ocupação de espaços através das migrações internas.

Manifestam-se vários segmentos da sociedade e grupos de interesse em organização de suas pressões políticas.

Dentro das Forças Armadas, duas linhas de influência se delineiam. De um lado, os reflexos da Coluna Prestes e do Tenentismo com as alianças políticas com os democratas, liberais, nacionalistas e comunistas, em defesa da integridade nacional, e da outra a corrente integralista capitaneada por Goes Monteiro, Eurico Dutra, Gustavo Barroso e Plínio Salgado, de que o Movimento Sionista Internacional conseguisse erigir um Estado Judeu ao norte da Argentina, portanto, limítrofe de Mato Grosso e do então Território do Guaporé, com escassa densidade populacional.

O Estado Novo configura-se como instrumento de sustentação no poder de uma emergente burguesia industrial e em 1938 é anunciada a “Marcha para Oeste”, com a qual o governo proclamava buscar a ocupação territorial da região Centro-Oeste, redirecionando a migração interna através de programas que criassem colônias agrícolas para pequenas e médias propriedades rurais, espantando-se o medo pânico dos nazi-fascistas da criação do estado judeu limítrofe a Mato Grosso, e atendendo as exigências para criar e ampliar um mercado interno no País.

Durante o período, as ações voltadas para a ocupação e a colonização se efetivaram de várias maneiras. Foram criados o Plano Nacional de Viação, a Expedição Roncador-Xingu, a Fundação Brasil-Central, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Conselho de Imigração e Colonização.

Getúlio Vargas, em conversa com Luiz Simões Lopes – seu oficial de gabinete – diz do seu plano de operacionalizar a colonização agrícola no interior brasileiro, visando estabelecer uma política de direcionamento dos fluxos migratórios e de interiorização da atividade econômica como estratégia para assegurar a soberania nacional no Centro-Oeste e na região amazônica.

Com este objetivo Getúlio Vargas idealizou a criação de cinco colônias agrícolas a serem localizadas nos estados de Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Pará e Amazonas, e teriam como meta assentar pequenos proprietários que receberiam lotes de 20 a 50 hectares, com assistência técnica, médica, educacional, construção de habitações, organização de cooperativas e de agro-indústrias para beneficiar *in loco* a produção agrícola.

No entanto, faltavam a Vargas os homens para dirigirem e implantarem essas colônias.

Simões Lopes, que fora colega de turma de Bernardo Sayão em Piracicaba, disse a Getúlio Vargas: “Eu tenho um desses homens que o senhor precisa”.

Na primeira visita que fez a Vargas, Sayão discutiu os planos das colônias agrícolas e aceitou a tarefa de implantar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), situada no Vale do Rio São Patrício.

Iniciava-se a vida pública de Sayão, interrompida na tarde do dia 15 de janeiro de 1959 nas matas do Pará.

A região onde iria se localizar a Colônia já estava delimitada antes de Sayão assumir a tarefa de implantá-la.

Bernardo Sayão organizou um comboio de máquinas e caminhões e partiu do Rio de Janeiro em 1941. Naquele mesmo ano iniciou a construção de uma estrada de Anápolis até as margens do Rio das Almas, com o mínimo de máquinas de terraplanagem e com a escassez de combustível provocado pelo racionamento imposto com a eclosão da 2ª Guerra Mundial.

Sua liderança consolidou-se em menos de dois meses. Ora ele pessoalmente a dirigir os tratores, ora a segurar no cabo do machado ou de enxadões, a debastar madeira e a preparar valas para os mata-burros.

Sem dinheiro – as verbas do Ministério da Agricultura demoravam a chegar naqueles confins do interior brasileiro –, ele improvisava. Até 1965, quando o fluxo da rodovia Belém-Brasília já atingia 500 caminhões diariamente, a ponte de tambores que ele improvisou par ser vencido o Rio das Almas, estava em plena forma.

Os planos das Colônias Nacionais existiam, mas na prática as verbas não chegavam a tempo das épocas certas de plantio, nem as sementes davam para abastecer a imensa quantidade de migrantes que aportavam à Colônia.

Segundo Mário Braga, “ele viu logo de início que não adiantava plantar, se não havia meios de escoar a produção. Começou a planejar e a executar estradas que garantissem a implantação da Colônia. Era um sacrifício tremendo. Com a guerra, faltava gasolina, as verbas não chegavam nunca. Foi quando através do seu prestígio, começou a tomar empréstimos em seu nome nos bancos de Goiás, para não deixar faltarem ferramentas, sementes, escolas e assistência médica.

Seu lema – prosseguiu Mário Braga – era “A Colônia não pode parar”. Organizou a implantação de máquinas de beneficiar cereais, usina

de açúcar, e instalou um conjunto diesel para fornecer energia elétrica para as indústrias nascentes.

Para que a Colônia não pudesse parar, Sayão pagava os operários com as verbas que chegassem, comprova gasolina com verba de sementes e promovia os remanejamentos dos recursos a medida que chegavam. Ele era averso a burocracia, ainda mais quando ela claramente emperrava uma ação administrativa rápida e inadiável.

Em três anos, desde a chegada de Sayão em 1941, o Estado de Goiás experimentava um enorme surto de progresso com as estradas que ele fizera, e que foram fundamentais para a consolidação de Goiânia como capital política e administrativa, e de Anápolis como centro das atividades comerciais e industriais de Goiás.

Ele não se filiara a nenhuma das correntes políticas tradicionais no Estado, nem tampouco permitiu, nos limites da Colônia, o estabelecimento de partidos políticos, quer governistas ou de oposição.

Governava o Estado de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno, eleito pela União Democrática Nacional (UDN), após a Constituinte de 1947.

A Colônia já era o maior produtor de cereais do Estado de Goiás. Dessa produtividade nascia Ceres – a Deusa da Agricultura dos gregos – que se firmou como a mais progressista das cidades goianas à época.

Como Sayão não admitia bebidas, prostituição e jogo na área da Colônia, fundou-se na outra margem do Rio das Almas, a cidade de Rialma, onde quase tudo era permitido.

Como o seu prestígio crescia imensamente em toda a Região Centro-Oeste, para onde vinham mineiros, baianos, maranhenses, paraenses e brasileiros de todas as regiões, começaram as alianças de políticos goianos com o objetivo de afastá-lo da Colônia e do Estado, onde era um líder incontestado junto à população.

O instrumento usado pela classe política para tirar Sayão da região, foi através do Ministério da Agricultura, de instaurar um processo administrativo contra ele, alegando “desvio de verbas”.

Voltava-se contra Sayão a burocracia. Cobravam-lhe por que empregara verba de ferramentas para comprar remédios, ou verba de sementes utilizada para fazer pontes e estradas.

O feitiço virou-se contra os feiticeiros. Sayão prestou contas, e, como disse Dona Hilda, “ainda sobraram pontes, mata-burros, casas de colonos e estradas, para as quais não houveram recursos ou verbas oficiais”.

Contudo, embora não fosse provado nenhuma malversação de fundos, os políticos conseguiram que Sayão fosse demitido por Eurico Dutra da administração da Colônia.

Demitido, ele vendeu o gado e a fazenda que tinha em Anápolis e quitou as dívidas da Colônia que contraía em seu nome junto aos bancos de Goiás e mudou-se com Dona Hilda e os filhos para a fazenda de sua família, em Miguel Pereira, no Estado do Rio.

Em Miguel Pereira comprou um caminhão e começou a extrair pedras para construção, que ele mesmo entregava à porta das obras.

Juscelino Kubistchek de Oliveira é eleito governador de Minas Gerais e o convoca para construir a Rodovia Belo Horizonte-Bahia.

Em 1954, os políticos goianos vão ao acampamento da estrada e o convidam para ser candidato a vice-governador de Goiás.

Começa o homem político.

O homem político

Na realidade, Bernardo Sayão Carvalho de Araújo não foi um político na acepção profissional do termo.

Quando em 1954 os políticos goianos o foram procurar em Belo Horizonte, estavam de fato procurando um homem de prestígio que os recuperassem aos olhos do povo goiano.

As duas correntes inimigas e que disputavam a hegemonia em Goiás estavam desmoralizadas e sem um discurso junto ao eleitorado.

O candidato da União Democrática Nacional fizera uma administração opaca e saía sob um clima de intriga em que não faltou uma campanha de desmoralização, na qual se aludia que ele “comera até os faixões do Palácio das Esmeraldas, deixados pelo seu antecessor”.

Nas eleições de 1950, volta ao poder Pedro Ludovico Teixeira, que fora interventor durante a ditadura de 1930.

O País em 1954 vivia um clima de golpe de estado.

A UDN, com Carlos Lacerda no Rio de Janeiro acertava suas baterias contra Vargas, o que iria levá-lo ao suicídio.

Em Goiás, um jornalista ao estilo de Lacerda, era quem escrevia diariamente páginas e páginas contra Pedro Ludovico e sua administração.

Tal como Gregório Fortunato, um acólito de Pedro Ludovico organizou um atentado contra os jornalistas na principal praça de Goiânia, a Praça do Bandeirante. Pedro Arantes e alguns pistoleiros, mataram o jornalista Haroldo Gurgel, e feriram gravemente outros dois jornalistas do jornal “O Momento”.

Nessas condições, com a UDN desmoralizada pelo governo inepto que fizera, e o PSD tingido pelo sangue do jornalista Haroldo Gurgel, é que a classe política foi a procura de Sayão.

Ele não aceitou o cargo de candidato a governador, e de tanto insistirem, aceitou o de vice-governador, mas impôs uma condição: que lhe dessem as estradas de Goiás para conservar e construir.

Seu prestígio mostrou-se imenso na construção da vitória eleitoral.

José Ludovico de Almeida, candidato a governador com Sayão, foi impugnado e até que o Superior Tribunal Eleitoral julga-se o recurso, ele foi empossado como Governador de Goiás.

Logo os políticos mostraram a que vinham e a Sayão foram negadas as condições que ele pedira para fazer as radiais rodoviárias que pretendia implantar no Estado de Goiás.

Juscelino Kubistchek, já Presidente da República, vai encontrá-lo nessa fase de desencantamento com a classe política e o nomeia para Diretor da Companhia de Urbanização da Nova Capital – a Novacap.

Começa a segunda fase da sua saga.

Com tratores e caminhões que traz de Goiânia, faz o campo de pouso do Catetinho, abre as primeiras estradas da Capital da República e inicia a demarcação de Brasília.

Em novembro de 1956, traz de Goiânia a sua família (moravam numa pequena casa no Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás – DERGO) para uma casa feita de Duratex, na Candangolândia, sendo portanto a primeira família a morar na futura Capital da República.

Na vinda para Brasília, traz de Goiânia o Diretor da Faculdade de Engenharia de Goiás, Jofre Mozart Parada, que, como Mário de Senna Braga, iria partilhar de seus sonhos e seus empreendimentos até o fim da vida. Jofre Mozart Parada fazia os cálculos e Mário Braga abria as picadas nas matas.

A fase de Brasília é de todos conhecida; é o administrador que está de volta, na realidade, Sayão foi político por poucos meses.

Em 1959, quando da sua morte, o escritor e jornalista Antônio Callado disse que a profissão de Sayão era a de “Bandeirante”.

Não é exagero essa afirmação.

Goiânia se consolidou a partir das estradas que ele abriu e do progresso que surgiu através de Ceres.

Brasília foi beneficiada em sua consolidação pelo que ele fizera 20 anos antes em Goiás, e, o Brasil interiorizou-se a partir de sua visão

correta do que representava a Belém-Brasília para a Região Centro-Oeste e para impedir a internacionalização da Amazônia.

O sonho que alimentava e que já estava na prancheta de Jofre Mozart Parada e nas frentes de penetração comandadas por Mário Braga, era o de construir a Estrada Transamericana, que através do Equador iria unir as três Américas.

O reconhecimento mais contundente de todos os valores de Bernardo Sayão Carvalho de Araújo foi dado por Benedito Segundo. Benedito fôra seu motorista, e ao saber da sua morte, não disse uma palavra, abaixou a cabeça, encostou no volante do Jeep e morreu, sendo o segundo a ser enterrado no Campo da Esperança.

E Sayão, mesmo depois de morto, ainda invadiu os domínios do Curupira. Tiveram que abrir, em uma noite, uma estrada de dois quilômetros para que fosse enterrado o último bandeirante brasileiro.

O CERRADO E O PLANALTO CENTRAL: TRANSFIGURAÇÕES

PAULO BERTRAN

Nautas do Sertão. Até hoje alguns goianos, brasilienses primevos e tocantinenses antigos dizem coisas como “por lá navega a estrada”, “navega a serra do nascente ao poente”, expressões tatuadas na língua, que de alguma forma expressam da gesta quinhentista das grandes navegações. Arcaico nome para navegar-se os mares de ondulações do Planalto Central.

Brasil Central e Ocidental. O reino das montanhas sensuais com os corpos entremados das mesetas retilíneas das chapadas – as savanas brasileiras, ditas do cerrado, que é no entanto uma vegetação toda aberta – e cuja denominação vem de cêrro, altitudes onde mostra-se em todo seu suave e raro encanto.

Von Martius em 1820 denominou-o de “Regio Montano-Campestris” o reino dos campos entre montanhas, cujas ninfas protetoras, na cabeça de Martius, eram as Oréades. Mais modernamente tem sido poeticamente denominados de jardins japoneses de bonsais e pedras, por figurarem muitas vezes, em sua tortuosidade e em seus campos rupestres, quase um cenário dos jardins zens. Estendem-se os cerrados como se fossem a coluna vertebral ambiental do continente: desde o Maranhão e Piauí, rompendo pelo centro de São Paulo e norte do Paraná. E todo o centro do Brasil, evidentemente.

As rochas sobre as quais se assentam são muito antigas, variando de 1 a 4 bilhões de anos, ou seja, na última marca, quase a idade de formação do planeta. Não há pois no Planalto Central as magníficas penedias da Serra do Mar e das montanhas centrais de Minas, pois a erosão de milhões de anos geológicos as arrasaram em formas elípticas atenuadoras – que tanto inspiraram Niemeyer nos palácios de

Brasília. São prolegômenos de luxúrias amorosas, do encontro, raro no país, do relevo aniquilado com os 180 graus do planisfério curvo.

O Sertão. Não aquele do semi-árido nordestino glorificado por Euclides da Cunha na Canudos das Catingas – mato branco em tupi – de tão rala a vegetação espinhosa que dá para ver o claro do chão por entre as urzes.

O Sertão Central e Ocidental é outro. É o do Cerrado, muito diferente da Catinga. O sertão dos cerrados de João Guimarães Rosa, de Bernardo Élis, de Afonso Arinos (o velho), de Carmo Bernardes, de Cora Coralina e de Manoel de Barros. Uma biodiversidade florística pasmante, maior talvez do que a amazônica. Os botânicos modernos distinguem uma dúzia de fitofisionomias do Cerrado. Os índios Caiapós, segundo Darell Posey, distinguem mais de vinte, variando desde a mata fechada (parecidíssima com a mata atlântica), até os Campos Abertos – primeiro nome por que se designavam os sertões do Distrito Federal nos anos de 1700 – onde árvore alguma sobrevive às queimadas, às vezes nem mesmo arbustos, e tão somente as gramíneas, que neste caso florem da própria cinza, com indescritível variedade de formas e de cores. Completando o ciclo do fogo, o capim permanecia verde na seca, mantendo, antigamente, grandes rebanhos de cervídeos... Território indígena de caça. E por isso, de índio caçador.

O Cerrado, segundo o notável Ab Saber, começou a formar-se há 35 milhões de anos e para o botânico Mário Ferri, é a vegetação mater dos outros ecossistemas brasileiros. A Amazônia, por exemplo, constituía-se predominantemente de cerrados (ainda existem “ilhas” de savanas lá dentro). Só mudou depois da última deglaciação (cerca de 30-35 mil anos antes do presente) – tendo-se derretido enormes geleiras nos continentes e na Antártica que fizeram subir as águas dos oceanos em 80 ou 90 metros, recuando a plataforma continental brasileira, que estendera-se antes por, às vezes, mais de 50 km, em relação à atual linha do litoral.

O principal beneficiário (?) foi o Rio Amazonas, então estreito e raso, mas que pela verdadeira barragem de águas que lhe fez o oceano Atlântico na foz, ostenta hoje 90 metros de profundidade em frente a Manaus. O regime de chuvas mudou drasticamente. Surgiram os igarapés e a impressionante e frágil floresta amazônica, erguida sobre solos pobres, expulsou o cerrado de que se originava para os solos e climas mais altos, escassos e secos do Brasil Central.

Não se conhecem os limites mais antigos da presença do homem no interior do Brasil. Talvez, 30, 40 mil anos, a serem ainda confirmados

nas escavações de São Raimundo Nonato, no Piauí. Mas na faixa de 10-12 mil anos atrás surgiram nos Cerrados aquilo que chamo “as gerações douradas” (os arqueólogos chamam de tradição Itaparica), índios dotados de grande pendor artístico e artesanal, ocupantes sazonais de fantásticos abrigos pintados. Vão-se descobrindo seus indícios assim antigos em toda a savana brasileira. Não se estabeleceram todavia, com exatidão, as conexões entre as “gerações douradas” e os índios Jês encontrados pelos bandeirantes e colonizadores do Brasil Central nos séculos de 1600 e 1700.

Era o império Jê, o império Tapuia do Cerrado. Um índio bravo, eminentemente caçador, raramente seduzido pelos colonizadores, aos quais assediou ferozmente durante 50 anos de lutas. De língua, de etnia, de costumes diferentes dos tupi-guaranis do litoral brasileiro. Eram os índios Goyases – de onde veio o nome do Estado – os Crixás, os Acroás e outros, extintos. E reduzidas comunidades sobreviventes deles: os Caiapós e Xavantes confinados no Xingú, os Xerentes com reservas em Tocantins, os Xacriabás no norte de Minas, e os Carajás no vale do Araguaia.

Os Caiapós são notabilíssimos por plantarem cerrados na pré-amazônia paraense. Derrubam setores estéreis da floresta e por meio do fogo e do plantio direto de espécies do cerrado, aos poucos recompõem a flora do meio ambiente do qual foram expulsos há 200 anos.

Já os Carajás atuais estão descaracterizados: envolveram-se muito com as comunidades mestiças do Rio Araguaia. No passado, em seu médio curso, estiveram de tal forma encapsulados – durante, parece, uns mil anos – que nesse tempo desenvolveram línguas e costumes a tal ponto diferentes dos outros Jês, que velhos antropólogos os acreditavam de outra etnia. Antigamente, o homem e a mulher Carajá, cada qual falava uma linguagem sutilmente diferente, e no mato tinham caminhos diferentes para andar. Na preparação do ato sexual, a índia surrava bastante o índio, antes de irem para a conjunção no mato... Estranho povo?

Mas eis que o cerratense primitivo eclipsou-se na história. Os bandeirantes paulistas vindos do sul e os padres jesuítas vindos do Grão Pará incomodaram os indígenas do Araguaia/Tocantins, mas não deixaram marcas no território.

Estas vieram com os mineradores, com os garimpeiros donos de legiões de escravos. A conquista foi rapidíssima: Cuiabá (1719), Vila Boa de Goiás (1726), Pirenópolis (antiga Meia Ponte, 1731), Niquelândia (São José do Tocantins, 1735), já no cerrado. Eis que em pouco mais de

20 anos em seus extremos, os cerrados auríferos de Goiás, Tocantins, os dois Mato Grosso, o Distrito Federal, o noroeste e Norte de Minas e o Triângulo Mineiro, foram devassados e precariamente povoados...

Ao lado das minas de ouro instalam-se as sesmarias de fazendas. A capitania de São Paulo pariu seus filhos: nos livros dos notários da cidade bandeirante acotovelam-se, às vezes, de folha verso a reverso, sesmarias de Goiás às dos Campos de Viamão, às do Cuiabá, às do noroeste paulista.

Em 1749 criam-se as capitanias de Goiás e do Mato Grosso. Fora a maior e mais rápida expansão territorial contínua da história da colonização luso-brasileira. Um terço do território nacional incorporara-se à coroa portuguesa e ao Estado do Brasil: 2 milhões de km² em uma vintena de anos! Houve depois, ao longo dos séculos 18 e 19, a descoberta de pequenos “placers” de ouro. Mas a última grande mineração de ouro do Brasil antigo foi a de Santa Luzia – atual Luziânia – em 1746, a pouca distância de Brasília. A mesma Santa Luzia que, em 1872, ganhava um primeiro prêmio na Exposição Internacional de Philadélfia – USA – pela excelência de seu doce de marmelo. A partir daí, caríssimas, suas caixinhas de marmelada – ainda hoje fabricadas em pequena escala – não podiam faltar nas melhores mesas da Corte Imperial e do Paço de Pedro II. O mesmo com a celebérrima cachaça de Paracatu e o fumo de rolo de Jaraguá de Goiás.

Arrebentara-se a linha de Tordesilhas entre a Espanha e Portugal. Batida pelos fatos consumados, a Espanha conformava-se com as enormes perdas do Tratado de Madrid: o Brasil Central e Ocidental.

O ouro jorra menos de um século. Primeiro, exuberante, depois mornamente, depois raramente. Ainda em tempo do governo em Goiás do Barão de Mossâmedes (1772) ouvira o mandatário meia dúzia de óperas no giro que fizera pelos arraiais da Capitania. Em Mato Grosso, onde os diamantes recusavam-se a cessar, um governador mais tardio e devasso ornamentou seu palácio do Guaporé – Vila Bela da Santíssima Trindade, fronteira com a Bolívia – com tetos pintados com motivos amorosos, sensuais. Contrabando do ouro português pela prata espanhola.

Agora desaba o circo. Assim como o bandeirante paulista vai dar – Monteiro Lobato avisa – no Jeca Tatu pálido, o minerador empobrecido vai derramar no roceiro criador de porcos e galinhas, às vezes no criador de gado, às vezes no negociante ocioso deitado sobre o balcão de um comércio desalentado.

Desmoramam-se outrora belos povoados: São Félix, Traíras, Anta... Outros adelgaçam-se em míseras magrezas. A capital Vila Boa

de Goiás não cresceu um palmo, em um século. Vila Bela do Mato Grosso encolheu tanto que mudaram a capital para Cuiabá: nem o contrabando rendia mais.

A sócio-economia da mineração cederá para a nova vida rural. A enxada e a foice ocupam o lugar dos velhos ferros dos varejões, almocafres e marretas, rasgadores dos filões de ouro.

Na lavra do riacho aurífero agora brota milho, algodão, cana, banana, a mamona para o óleo de iluminação.

A escravaria míngua – é cara – trabalha e sofre mais do que no tempo do ouro, quando o senhor avaro e empobrecente soltava livre o escravo pelos córregos, vendia-lhe a liberdade a prestação, a troco de uma oitava de metal na semana. Uma aliança de ouro delgada, de metal escasso.

No fim vai-se o escravo e o dinheiro e o crédito para comprar outros.

Move-se a máquina cruel e ardilosa do patriarcalismo. O casal fornicava não mais de prazer. De necessidade sim: 10, 15 filhos plantados para cuidar das futuras roças e da precoce aposentadoria do fazendeiro, que talvez ainda sonhasse – pompa pobre – com o título de alferes da Guarda Nacional do Império do Brasil. E a mulher transfigura-se em matriarca quase à maneira turca, de porta adentro a economia doméstica, senhora dos filhos, genros e noras...

Os que além de fazenda tinham vulto no comércio tropeiro sertanejo, esses vestiam os mantos de Comendadores Imperiais da Ordem de Cristo, da Ordem da Rosa... Enquanto seus primos pobres nas roças proliferavam e a cada geração – nas heranças – eram menores as terras, mais pobres as lavouras, maior o número de filhos servis e proflícos, em busca da linha da miséria absoluta.

Antes porém que a pobreza relativa a tudo inundasse, houve famílias que tentaram novos ares.

Tão só da arruinada Vila de N. Sra. do Pilar de Goiás – reduto de famílias paulistas – já na escassez dos engenhos de cana, já de muito esquecido o ouro, passaram-se para o Mato Grosso os Dutras, onde nasceu o futuro presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. Da mesma Pilar o Pe. Bernardo Cardoso, bisneto do Anhaguera, tendo adestrado na caligrafia o filho tido com uma negra do povoado, envia Manoel com recomendação ao Bispo, que o empregasse de amanuense ou escrivão nos cartórios de Goiás. Era Manoel Cardoso de Oliveira, trisavô do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ao tempo, um tronco goiano dos Fleury Curado, enviava para além do Rio Grande os primeiros Fleury de São Paulo. Paracatu,

princezinha dos cerrados de Guimarães Rosa, desde há tempos exportava Mello Francos para Coimbra e para o Rio de Janeiro...

O homem do cerrado, se culto e ilustrado, solto no mundo, vira, ou bem o cão chupando mmanga, ou bem o gato das botas de Sete Léguas.

Vide na República Velha, Mato Grosso exportando Murtinho e Goiás exportando Bulhões, os mais longevos ministros da Fazenda da História do Brasil em razão da sua miserabilidade. Um sucedendo ao outro: homens do cerrado vestidos de fraque. A moderação pobre do sertão ocidental controlando com mesquinhasarias os cadeados do Tesouro Nacional.

Que se danasse a República, mas não o poder de compra de sua economia. Endividamentos públicos proibidos. Câmbio fixo, salários fixos.

Mimético com o solo pobre, a economia frugal do cerratense desenvolve o talento dos cálculos financeiros. Toda a República Velha assenta-se naqueles dois duradouros Ministros da Fazenda.

Isolado no fundo do país, limitado pelas distâncias e pelas próprias carências do cerrado, o seu homem criara uma cultura material que não diferia muito da indígena. Trabalhava quando devia e quando as chuvas, regradas, o mandavam para o eito da roça, indispensável no sobreviver. Depois trabalhava quando queria.

No cavalo ajaezado saía para os pousos de uma dezena de Folias do Divino Espírito Santo, engrossava as caravanas das romarias de Muquém, Barro Preto e Água Suja.

Se conduzindo tropa comercial ou boiada lá ia também fecundando as donas do sertão. Casamento? Sim: “casado é quem casa com fé”...

As sacudidas e ruidosas festas dos santos padroeiros. Festeiros sim. Rezadores, em horas de aflição. Um bispo de Goiás, tridentino roxo, quis acabar com festas e romarias. Expulsaram-no da prelazia. Daí talvez a permanência daquelas tradições populares coloniais. A funérea Semana Santa de Goiás Velho, tirada de um quadro de Hyeronimus Bosch. As Cavalhadas de várias cidades históricas – Pirenópolis, Corumbá, Jaraguá – tiradas de alguma liça medieval da reconquista de Portugal aos mouros.

Novos tempos no Planalto Central. A Primeira Guerra Mundial trouxe a ferrovia. Espalham-se estradas de rodagem pelas áreas mais povoadas. Afluem milhares de migrantes, do Brasil e do exterior.

Revolução de 1930, Estado Novo ditatorial. O Dr. Pedro Ludovico Teixeira – o homem que nunca riu – em ato de força muda a

capital da bicentenária Cidade de Goiás para a Goiânia art-nouveau. A capital do Anhaguera passa a designar-se pejorativamente “Goiás Velho”.

Sucumbem as poucas terras de cultura do planalto central. Durante uma escassa geração, até o esgotamento do solo, foi o celeiro de grãos do país. Depois só restaram as invernadas e terras das glórias bovinas: reino do zebu, do gir, do nelore. A custa de muita adubação e defensivos as chapadas de cerrado tornaram-se, mais modernamente, intermináveis sojais. Os rios e córregos minguam. O cerrado se extingue.

Marcha para o oeste, aponta o dedo de Vargas. Milhares de pessoas mal alojadas na pátria mãe abalam-se. Dezenas de povoados, futuras cidades, salpicam no mapa escassamente povoado.

Segunda Guerra Mundial. Goiás exporta níquel para o III Reich. Tocantins cristais de rocha para os aliados, até que uns navios brasileiros vão a pique, atingidos por mísseis alemães.

Acaba a guerra, cai Vargas. Velhos militares entendidos em geopolítica coçam as dragonas: desde a Inconfidência Mineira, o cônego Luís Vieira lembrava de quando o pirata Dugay Trouin tomou e saqueou o Rio de Janeiro e instava com os companheiros de infortúnio pela interiorização da capital do país.

Em 1892 um dos primeiros ditames da recém-editada Constituição da República foi mandar uma Comissão Científica ao Planalto para demarcar o futuro Distrito Federal.

E agora, perguntavam-se os velhos militares – pasmos com a possante máquina de destruição emergida da Segunda Guerra – que defesas tinha o Rio de Janeiro ou qualquer cidade litorânea para defender-se contra porta-aviões, submarinos, destroyers? Por acaso o Forte de Copacabana, obsoleto desde o dia em que se inaugurou na baía de Guanabara?

Mandam continuar os estudos para a mudança da capital, na esperança da viragem dos ventos da História, nublados...

Houve então quem os entendeu, o homem talhado para estadista. Nonô Pé de Valsa, para os simpatizantes. Juscelino Kubitschek de Oliveira, mineiro risonho da musical Diamantina – pelo norte de seus cêrros – quase o portal onde começavam o cerrado e o sertão ocidental. JK não tinha medo de sertão nem de distâncias. E afinal aviões e automóveis, existiam para quê?

O homem, com sua testada e eficiente equipe nos governos de Belo Horizonte e Minas arregaça as mangas, monta um esquema paralelo – que o permite governar sem ser tolhido pelo próprio Estado que presidia – sacode o país todo. Pela primeira vez em 450 anos de história, o Brasil

veria sua face obscura, a vastidão de seu corpo ondulado nos chapadões centrais, um frêmito vigorante de identidade de Nação.

É possível que nunca antes, em toda a história da humanidade – em exíguos cinco anos – jamais tenha existido uma ação tão fulminante quanto a construção de Brasília. E seguramente, na história brasileira, não houve.

Chama Oscar Niemeyer, dá-lhe carta branca. Oscar, o primeiro gênio – talvez o único – da Escultura Arquitetural curvilínea entra em transe. Os cânones gregos voam para o espaço. Desenha loucuras. Mostra para o engenheiro calculista Joaquim Cardozo, talvez tão ou mais gênio do que ele. Funciona, Joaquim? Não cai? E Joaquim Cardozo, que também era excelente poeta, varava as noites na régua de cálculo. Surgiram os palácios esculturais e a mais bela praça – conquanto em escala não humana – que a arquitetura de século XX legará ao futuro da História da Arte – aquela dos Três Poderes.

Cuidava dos detalhes. Convidou o maestro Antônio Carlos Jobim e o poeta Vinícius de Moraes para se hospedarem no seu palácio de tábuas de Brasília – o Catetinho – enviou-lhes uma caixa de scotch whisky e a encomenda de comporem uma sinfonia para a nova capital.

Convidou, no mundo inteiro, intelectuais e políticos, os mais importantes da época, para visitar as obras. Durante cinco anos a imprensa nacional não falou senão de Brasília. Os miseráveis funcionários que quizessem vir para a nova capital ganhariam em dobro – a famosa “dobradinha” – e ainda moradia de graça.

São Paulo chiava? Acostou-lhe ao polo industrial as montadoras estrangeiras de automóveis. A bancada nordestina estrilava? Encheu-lhes as indústrias açucareiras de incentivos.

Nonô tinha ao seu lado o povo brasileiro, curioso de ver no que ia dar tamanho rebuliço nacional. No asfalto novinho das azuis estradas brasileiras, pela primeira vez as classes médias passeavam em lindos carros Alfa Romeo, de design italiano, no popular fusquinha ou nos DKW alemães, todos “made in Brazil”.

Constatados os poderes de JK, sua sedução, sua obsessão incoercível de inaugurar Brasília em 21 de abril de 1960, o Rio de Janeiro ainda deu uns vagidos de dor, lambeu seus palácios decadentes, deitou seus biquínis no novo bairro de Ipanema, relaxou, gozou. Era a Cidade Maravilhosa, universalmente reconhecida.

Enquanto isso Israel Pinheiro, com punho de ferro, erguia Brasília. E um outro herói olímpico, – engenheiro Bernardo Sayão – tomou de peito rasgar a estrada decisiva daquela nova brasilidade: a da

Belém amazônica à Brasília cerratense – aquela que já do há muito esquecido tratado de Tordesilhas, trilhava justo sua coordenada, como que de vingança histórica...

Mas foi a floresta que se vingou. Uma gigantesca árvore, bolidada em suas raízes pelos tratores caiu sobre a tenda de Sayão, arreventou-lhe o corpo, matou-o. No outro dia, Brasília inteira acompanhou-lhe o féretro e soçobrada em lágrimas inaugurou o Campo da Esperança, a necrópole brasiliense.

Termina aqui a Brasília que chamaria de heróica, de empolgante, de catártica, o único fato digno de menção especial na história moderna do Brasil. Homens do campo do país inteiro, transformaram-se, em um passe de mágica, em peões da construção civil. No auge das obras, havia dias de 170 internações por acidentes no canteiro formigante.

Brasília, Planalto Central, capital da Nação e do Cerrado. O que há de brotar aqui?

Mas, sabe-se, Brasília cria-se e inventa-se. Podem morrer as flores loucas do cerrado – mas não morrerão suas figurações estéticas. Adotaram aqui os luais havaianos – festas nas luas cheias, à beira dos gramados e piscinas de Brasília. A gente que habita Brasília permanentemente pouco tem a ver com os poderes federais, que de cinco em cinco anos passam por lá sem deixar saudades.

Já se sabe, não é a síntese do Brasil, nem em matéria de etnias ou de culturas. É outra coisa muito diferente, dilacerada nas quadras inorgânicas do seu urbanista. Dilacerada por distantes bairros periféricos igualmente obtusos mas já detectados seu sotaque próprio desde os anos de 1970, segundo o estudo de uma filóloga brasiliense.

Inventam Brasília descozida aquelas moças e moços que estudam – é um povo estudioso, introspectivo – lufando nos ares padrões florados dos extintos cerrados, antigo vestibulo do paraíso na profusão das estrelas e crepúsculos excessivos.

A INFLUÊNCIA ÁRABE NA LÍNGUA PORTUGUESA*

DAD SQUARISI

Assim como o Egito é milagre do Nilo, o árabe é milagre de Alá. Entre todas as línguas existentes na face da terra, Deus considerou-a a mais bela. E escolheu-a para ditar sua mensagem.

Foi em 610. Era período do Ramadã, mês de peregrinação a Meca. O medium eleito chamava-se Maomé. O futuro profeta pertencia a uma das tantas tribos que povoavam a península Arábica. A dele, a hachemita – era talvez a que gozava de maior status. A ela cabia guardar a Caaba, templo que abrigava os principais ídolos daquele mundo politeísta.

Narra a tradição que Maomé, em jejum, estava na gruta de Hira para meditar. Adormeceu. Um anjo lhe mostrou o pergaminho e lhe ordenou.

– Lê!

E, Maomé, assustado, esquivou-se (era analfabeto). Mas o anjo insistiu:

– Lê em nome do Senhor que te criou.

Ao acordar, era como se as palavras lhe estivessem gravadas no coração. Saiu da gruta e ouviu uma voz que vinha do céu:

– Maomé, tu és o enviado de Deus e eu sou Gabriel.

Nasceu aí o Islã, que significa entrega incondicional a Deus. Seus seguidores são os muçulmanos, isto é, os que se entregaram à vontade de Deus. Sua Bíblia, o Corão, que quer dizer, simplesmente, o livro.

Não se sabe ao certo quem falava aquela língua. A península Arábica era habitada por tribos (formadas por clãs). Eram semitas e recorriam a diferentes dialetos semitas.

O documento mais antigo de que se tem registro em árabe data do século 4º. A língua só se consolidou com o surgimento do Islã, cujos ensinamentos estão consubstanciados no Corão. Repita-se – livro ditado por Deus. Portanto, o árabe é a língua de Deus. E o Corão, intraduzível (as versões em português, inglês, francês, dizem os arabistas, não é o Corão, mas explicação do sentido do Corão). Quem quiser conhecer a mensagem divina, deve debruçar-se sobre o idioma eleito. É o que fazem os muçulmanos não árabes. Eles recitam o texto no original.

Assim, o Islã está irremediavelmente associado ao árabe. O povo da península Arábica não podia expandir a fé sem o árabe, que assumiu caráter sagrado. Com essa bagagem – o árabe e o Corão – colunas dórica e jônica da civilização muçulmana, os árabes unificaram a península e partiram em direção ao Ocidente (o árabe é um povo *sui generis*. De cultura, tinha a língua e o Corão. Cultivava a poesia. Mas não se tem notícia dele como cientista).

Eles foram-se enriquecendo ao longo da expansão do que viria a ser o mundo árabe. Antes de chegar à península Ibérica em 711, o Islã se tinha espalhado. Dominava a Jordânia, a Palestina, a Síria, o império persa, o Egito, ilhas do mar Egeu (Chipre e Rodes) e o Magreb (norte da África) até o Marrocos (essa façanha toda foi lograda ao longo de 89 anos).

Os árabes interpretaram os ensinamentos dessas civilizações à luz do Islã. E, quando chegaram à Península Ibérica afundada na Idade Média (e ao longo dos oito séculos que lá ficaram), levavam uma civilização florescente, rica em conhecimentos de ciência, filosofia, matemática, astronomia, arquitetura, música.

A bagagem deles, pois, pesava. Porque nela estavam contidas cinco civilizações, representadas pelos territórios conquistados e a adesão ao Islã. A mais antiga é a assíria, que se desenvolveu na planície onde hoje é o Iraque. O mundo nasceu lá. O paraíso terrestre ficava naquelas terras entre o Tigre e o Eufrates. Quem duvida pode tirar a prova. Adão está enterrado na planície de Kilkur. Eva ninguém sabe por onde anda.

Ali, os filhos de Noé ergueram a Torre de Babel. Lá também os sumérios criaram a escrita cuneiforme, a mais antiga forma grafada para representar os sons da língua. E foram além. Inventaram os veículos sobre rodas. Dividiram o ângulo em 360 graus, o ano em 12 meses, o dia em 24 horas e 6 minutos, o minuto em 60 segundos.

Depois da assíria, veio a civilização babilônica. Foi lá entre os anos 3600 antes de Cristo. Ela nos legou uma senhora herança. Naquela região nasceu o primeiro legislador que a história conheceu. É Hamurábi. O monarca, 1800 anos antes de Cristo, deu impulso à organização judicial

e ao trabalho legislativo. A lei de talião, a tal que diz olho por olho, dente por dente, é uma de suas regras.

Mas o mais importante legado refere-se à filosofia de vida. Lá se punha a alegria de viver acima da glória militar. Não foi por acaso que Vênus nasceu naquelas terras. A bela deusa do amor era representada como uma mulher de pé sobre dois leões. A imagem simbolizava a mensagem daquele povo sábio: a força tinha que estar submetida à beleza.

A mulher, por aquelas bandas, era a mais emancipada do Oriente Médio. Na Babilônia não havia poligamia. Mas a concubinação corria solta. Graças a ela, a humanidade foi presenteada com uma das sete maravilhas do mundo.

Foi assim. Uma das tantas amigas de Nabucodenossor sentia-se muito triste. Para consolá-la, o galante monarca chamou os mais famosos paisagistas e arquitetos da época e encomendou-lhes o mais belo jardim que um ser humano pudesse conceber. Eles não se fizeram de rogados. Projetaram os jardins suspensos da Babilônia.

A literatura retrata a sabedoria e a astúcia femininas. Um exemplo está nas *Mil e Uma Noites*. Muitos e muitos anos atrás, o sultão Xaryar baixou estranho decreto. Toda mulher com quem se casasse deveria morrer no dia seguinte às bodas. Uma das eleitas, a bela Xarazade, resolveu acabar com a farra. Na noite de núpcias, começou a contar uma história. Interrompeu-a no momento mais excitante. Curioso, o marido deixou-a viver mais um dia para chegar ao fim da aventura. Na noite seguinte, ela recorreu à mesma estratégia com novas narrativas. Depois de mil e uma noites, o sultão, apaixonado, revogou o tal decreto. Até hoje Aladim, Ali Babá e Simbad povoam a fantasia dos homens.

Outra civilização cujo espólio chegou na bagagem do invasor foi a fenícia, que floresceu há 5 mil anos onde hoje é o Líbano. Por suas montanhas, andou Noé, o da arca. Em suas terras, segundo a mitologia, nasceu Apolo. Ali está BÍblis, a cidade continuamente habitada mais antiga do mundo.

Vivia naquela faixa de terra espremida entre o céu e a montanha um povo pra lá de curioso. Olhava pra longe. Queria saber o que havia além do horizonte. Para chegar ao infinito, inventou a navegação. E descobriu o mundo. Séculos antes de Cristo, contornou a África, atingiu a América por mar e a Índia por terra. Criou o alfabeto fonético. Com ele, construiu uma ponte entre o Oriente e o Ocidente. Através dela, se desenvolveu o intercâmbio intelectual dos povos.

– O fenício notabilizou-se pelo comércio. É dele o primeiro código comercial do mundo. Graças a suas relações de troca – de

mercadorias e sabedorias – o hoje pequenino Líbano tornou-se o país mais rico da Antiguidade. A Bíblia não nos deixa mentir. O livro dos livros diz que em Tiro (a bela cidade onde Jesus fez os primeiros milagres e hoje os israelenses bombardeiam sem piedade) o ouro era tão abundante quanto a poeira das estradas.

Os fenícios inventaram o vidro. E, muitos séculos depois, Kalil Gibran.

Outras civilizações se desenvolviam paralelamente na região. Mais ao sul, florescia a egípcia. Ela nos doou um legado material inimitável. Vale lembrar as pirâmides, os templos, as estátuas colossais, as pinturas, os murais, as múmias.

Ao lado desse patrimônio ímpar, figura uma sabedoria sem precedentes. As ciências ocultas sobre as quais hoje nos debruçamos vieram daquela dádiva do Nilo. Lá, o único passaporte que abria as portas do céu era a felicidade. No dia do juízo final, salvava-se não quem rezava mais. Mas quem vivia melhor.

Na mesma época, a civilização judaica se expandia na Palestina. Os judeus ofereceram ao mundo seu gênio religioso. Seus profetas pregaram a unidade de Deus e a primazia do espírito quando os ídolos ainda ocupavam os altares de todos os templos. Eles prepararam o caminho para Jesus.

A quinta, mas não menos importante civilização que, levada pelos árabes, desembarcou em portos espanhóis, é a persa. Lá também o povo cultivou a arte de bem viver. De lá vem o ensinamento de Zoroastro, que pregava o culto ao sol, cuja luz inspira a verdade, e o calor o sentimento do coração que a gente chama de amor.

Com o tempo, o modelo do bem viver tornou-se menos sublime. Mas muito mais sedutor. Convidava o homem a procurar a felicidade no amor à vida, nas flores e no prazer. Assim fez Omar Khayan com sua *Rubaiat*; Saadi e seu *Jardim das Rosas*; Hafiz e seu *Diuan*. Eles ridicularizam a repressão. E chamam a todos a conhecer as delícias da vida.

Esse legado milenar de civilização e cultura os árabes assimilaram. A ele acrescentaram a própria doação. E não foi pouca. Sua contribuição à ciência foi a mais decisiva na história da humanidade. Eles aperfeiçoaram a álgebra e introduziram os algarismos que se tornaram universalmente conhecidos como arábicos. Inventaram o número zero. Empregaram a trigonometria. Escreveram a primeira enciclopédia geográfico-histórica (912-57). Também conceberam a terra

como uma esfera. E defenderam a tese de que certas moléstias são transmitidas por contágio.

Os califas, além de grandes administradores, eram protetores generosos das letras e das artes. As cômtes estavam repletas de poetas, músicos, literatos, cientistas e artistas. Iniciaram intensa atividade tradutória: do árabe para o latim, do árabe para o grego. Traduziram para o árabe obras da cultura grega. Depois, devolveram-nas ao Ocidente.

E 830, o califa Al-Mamum estabeleceu em Bagdá a Casa da Sabedoria.

Funcionava ali um observatório, uma biblioteca pública e um corpo de tradutores. Quando Bagdá foi destruída pelos mongóis, tinha 36 bibliotecas públicas.

Esse patrimônio cultural foi transmitido ao Ocidente via Espanha. Ele impulsionou o renascimento das letras e das ciências na Europa. Por volta do ano 1000, Córdoba tinha um milhão de habitantes. Era a cidade mais populosa da Europa e a capital cultural do mundo. Tinha 70 bibliotecas públicas com meio milhão de volumes, freqüentadas por estudiosos de todos os cantos da Europa.

Através de Córdoba principalmente, o legado dos séculos passou para a Europa. Por isso Libri escreveu: “Apaguem os árabes da história, e o renascimento das letras na Europa teria sido retardado por muitos séculos”.

Ao chegar à Espanha, que chamavam de Andalus, os invasores não impuseram a língua. A língua é que se impôs. Eles encontraram lá o romance. Era uma língua intermediária. Deixou de ser latim e não chegou a ser espanhol ou português. É o que se chama de língua natural. Sem escrita, tem a função de estabelecer as relações cotidianas entre o povo. Com ela, não se pretendia – nem se podia – fazer as elaborações de cultura que só a instituição da escrita pode permitir. Segundo Antônio Houaiss, o acervo primitivo do português não vai além de 3 mil a 3.200 palavras.

No momento da imigração islâmica registra-se uma dualidade: o árabe era uma língua de cultura, o português ou o que deveria vir a ser o português era uma língua natural. No século 11 o árabe se transformou na língua de cultura em toda região ibérica.

A língua de cultura tem que abranger todo o saber. Graças a suas variedades, não pode, sozinha, ser dominada por ninguém. Quem dela se serve consulta dicionários, enciclopédias, textos escritos ou especialistas no assunto (quase todas as línguas, depois de mil anos de existência como línguas escritas, acumulam um estoque de 40 mil

palavras ainda vivas. Hoje, com o desenvolvimento das ciências – do saber e do fazer – a humanidade não se contenta com um vocabulário de menos de 400 mil palavras).

Depois de séculos de bilingüismo *românico/árabe*, ou às vezes trilingüismo *românico/árabe da península/árabe clássico*, o português e o espanhol denunciam enorme influência da língua do invasor. Essa influência não atinge a estrutura. Mas se restringe ao léxico.

Os cristãos nativos, vivendo num ambiente árabe, falavam uma língua românica altamente penetrada de arabismos. Era o moçárabe, que significa semelhante ao árabe. Era o cristão que se fez semelhante ao muçulmano.

É de 1024 a documentação castelhana relativa à palavra moçáriba (só no século 12 aparecem documentos escritos em língua portuguesa).

A coisa ficou mais ou menos assim: o árabe era a língua da administração e da cultura. O moçárabe, das relações familiares. Foi com a Reconquista e a conseqüente expulsão dos invasores árabes e que o português pôde conquistar terreno.

No século 10, quando se faz a documentação verbal do português, registra-se o seguinte: o árabe era a língua de cultura porque, para colocar-se numa posição de universalidade, recorria ao próprio árabe. O português, por sua vez, tinha que socorrer-se do latim.

Depoimentos da época, segundo Antônio Houaiss, informam que “os cristãos escreviam em árabe, liam em árabe e se compraziam na única língua que eles criam capaz de transmitir saber e conhecimento. A língua portuguesa não se prestava a tal fim. O latim já era desprezado por causa do esplendor e prestígio da cultura árabe comparado com o medievalismo peninsular”.

Essa diferença explica, então, um fenômeno muito singular: num total de 3.000 a 3.200 palavras do português primitivo, há, no mínimo, 800 palavras de origem árabe.

Á medida, porém, que o português começa a se tornar língua de cultura, chega ao renascimento com enorme aumento de palavras de origem latina e grega vindas com o acervo erudito. Por seu lado o árabe, expulso, prevalecia só em sua qualidade de língua natural. Suas palavras passavam para a expressão literária porque eram os vocábulos com que, naturalmente, se designava a realidade a que eles ficaram ligados.

A propósito da decadência da língua árabe na península, vale lembrar a transformação de significado sofrida pela palavra *algaravia*. Nos primeiros tempos de dominação, *algaravia* aparecia nos documentos

com a acepção original. Ela vem do árabe *al arabya*, que quer dizer, sem tirar nem pôr, a *língua árabe*. Tempos depois da expulsão dos árabes da península é que *algaravia* vai significar gritaria, confusão, mixórdia, impossível de entender porque, de fato, já não dava para entender.

Examinada, a herança lingüística árabe traz revelações. Matoso Câmara divide os arabismos em dois grupos.

1. O primeiro restringe-se aos vocábulos que se introduziram no português pela influência da cultura árabe na Europa durante a Idade Média. Chegaram de carona com os turcos, os franceses ou os italianos. É o caso de *zenite*, *califa*, *algarismo*, *minarete*, *zero*.

2. O segundo abrange as palavras introduzidas no português em consequência da ocupação da península Ibérica. São obras dos moçárabes. Em geral trazem aglutinado o artigo **al**: *alfaiate*, *azeite*, *aldeia*, *algodão*, *almanaque*.

Calcula-se em 800 vocábulos a herança árabe ao português. Neles, estão nomes próprios como *algarve*, que significa *ocidente* (com esse nome, os árabes designaram a parte ocidental da península Ibérica, hoje Portugal. Depois, o nome ficou restrito à atual província); *Alfama*, que quer dizer a *quente*, *fonte de água quente*, *termas*; *Mara*, mulher; *Salim*, honesto; *Medina*, a cidade do profeta.

Na área da administração, da organização do Estado, dos negócios, vale lembrar: *aduana* (ad-diwan), oriunda do persa, que significa *registro*, *oficina*, *escritório*. *Alvará*, documentada desde 1328, quer dizer o *texto que autoriza*. *Alferes* (o porta-bandeira na frente militar). *Almoeda*, que significa *leilão*, também árabe. Quer dizer *anúncio*, *Almoxarife*, *arsenal*, *almirante*, *alcaide*, *armazém*.

Na área da alimentação, temos: *azeite*, *acelga*, *acerola*, *almôndega*, *alcachofra*, *cuscuz*, *alfafa*, *arroz*, *açafrão*, *açúcar*, *alfinim*, *laranja*.

Em outros setores: *algodão*, *alfazena*, *almíscar*, *açucena*, *alfinete*, *alfombra*, *almofada*, *álgebra*, *alquimia*, *cifra*, *arroba*, *achaque*, *cânfora*, *algarismo*, *algoritmo*, *alarde*, *alvoroço*, *alvissaras*, *algaravia*, *algazarra*, *azar*, *salamaleque*, *anil*.

Para concluir, duas curiosidades. *Assassino* vem do árabe. Mas naquela língua semita, não tinha nada a ver com o *homicida*. *Assassino*, lá, era membro de um grupo político. Eram partidários de Hassan, iraniano que pretendia impor suas idéias por meio do terror. Chamavam-se *hachachins* porque usavam hachiche nas cerimônias coletivas.

Açougue é outra palavra daquelas bandas. Vem de *suqs*. Quem visitou o mundo árabe conhece bem os *suqs*. São bazares onde se vende

de tudo, literalmente de tudo – comidas, bebidas, roupas, sapatos, tapetes, jóias. Açougue é o *al-suq*. Inicialmente não se restringia à venda só de carne, mas de todas as coisas (como o suq árabe). A especialização do sentido veio depois.

A língua é a cultura de uma nação. Ao mesmo tempo, é o veículo da cultura. Lingüístas modernos dizem que a língua é a própria identidade da nação. Ora, nos lugares onde os árabes aportaram levaram a língua e, com ela, a cultura. Um dos traços mais marcantes dessa cultura é a gentileza, a cordialidade. A submissão, embora tivesse de implantar-se sob técnica militar muito eficaz, não raro foi gentil. O fato está documentado em certas palavras da língua. É o caso de *alvíssaras*.

É, também, um povo fatalista. Acredita no destino. E entrega-o, confiante, a Deus. Vem daí a palavra *oxalá* – se Deus quiser.

Em tempos modernos, os árabes deixaram os exércitos pra lá. Estão em todos os países. Graças à imigração, o Brasil, por exemplo, abriga três vezes a população do Líbano. Eles trazem a cultura. Entre suas doações, está a culinária. O quibe virou prato brasileiro. Não há reunião em que não seja servido. Há, até, quem sugira substituir a expressão “arroz de festa” por “quibe de festa”.

Alá está presente na boca do brasileiro. Entrou para o Aurélio. E virou marchinha de carnaval: Alá, meu bom Alá, mande água pra ioiô...

A cordialidade do convívio do tupiniquim com o *batrício* autoriza uma inferência. Existem três povos privilegiados na face da terra. Um é o judeu – povo eleito de Deus. O outro é o árabe, povo cuja língua Deus escolheu para mandar sua mensagem. O terceiro somos nós. Porque Deus é brasileiro.

*Trabalho lido na Embaixada de Portugal por ocasião da Exposição Luso-Marroquina, em março de 1999.

O CARDEAL CARLOS CARMELO DE VASCONCELOS MOTTA

PE. JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO

I – O Cardeal Motta e o Presidente Juscelino Kubitschek

Aos 3 de maio de 1975, a Academia Mineira de Letras engalanou-se para receber em seus claustros ao ilustre ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Assim se referiu ele ao Arcebispo de Aparecida do Norte, incumbido de saudá-lo:

“Colorido especial, num contorno que transcende pela significação e pela ternura, é a presença nesta solene sessão da santa e excelsa pessoa de um dos maiores vultos contemporâneos do Brasil, um dos grandes príncipes da Igreja, o purpurado sem mácula, amado e querido por todos, o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta. Num gesto de extrema bondade, senão de humildade, que bem lhe define a excelência do espírito, o fulgor de sua alta formação, aquiesceu, no acolhimento generoso só possível nos grandes, em deslocar-se de Aparecida do Norte e vir a esta Casa apresentar-me as saudações da Academia. Há seres designados para as magnas realizações, destes que parecem ficar sempre sob os cuidados especiais do destino, fadados a marcarem definitivamente o tempo em que vivem. O Cardeal Motta é sem dúvida um destes homens escolhidos e esta foi a impressão que me deixou quando eu, então terceiranista de medicina, o conheci.” (1)

Este primeiro encontro, de 1924, foi o início de duradoura amizade entre ambos. No contexto dela e de comuns sonhos em favor de um Brasil mais desenvolvido, unido e fraterno, coube ao Cardeal Motta lugar de relevo na história de Brasília.

Decidida a transferência da capital para o interior, surgiu, naturalmente, a questão de seu nome. Cogitou-se o de Vera Cruz, com o

qual fora designado inicialmente o nosso país. Contudo, assim se denomina importante cidade portuária do México. Convinha evitar possíveis confusões e repetições. Coube ao Cardeal Motta a idéia inicial de que a nova urbe fosse batizada como “Brasília” que é a tradução, em latim, da palavra “Brasil”. (2)

Em 1956, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sob a presidência do Cardeal Motta, por voto unânime de seus membros, pediu à Santa Sé que a futura Diocese e a Catedral da nova Capital Federal, Brasília, tivessem como padroeira Nossa Senhora da Conceição Aparecida, como de fato foi concedido. (3)

Aos 3 de maio do ano seguinte, o Cardeal Motta presenteou as autoridades de Brasília com uma réplica da imagem de Nossa Senhora Aparecida que havia visitado todos os Estados e Territórios do país. Em conformidade com a intenção do doador, ela está colocada na catedral da cidade.

Neste mesmo 3 de maio de 1957, o Cardeal Motta celebrou a primeira missa solene de Brasília, no local até hoje assinalado por um Cruzeiro, entre o Memorial JK e a Catedral Militar. Por ocasião dela pronunciou discurso antológico, para uma multidão calculada em mais de 15 mil pessoas. (4)

Nesta oração sacra e cívica publicada sob o título de “Brasília, Terra de Fé”, se lê:

“...esta Páscoa de 1957, está sendo a venturosa Páscoa da redescoberta do Brasil, nesta epifania, nesta alvorada de Brasília...”

De fato, o descobrimento em 1500, a Independência em 1822 e, na atualidade, a fundação desta nova capital metropolitana, no centro do país, são os três marcos culminantes da vida nacional...

Brasília será a matriz, nutriz e protetrix da vida nacional integral e total... não se repetirá mais a frase cediça do frade historiógrafo censurando os brasileiros de que se quedaram nas praias litorâneas à moda dos caranguejos.

A nação vai agora tomar posse do que é seu e ter o seu verdadeiro centro de gravidade. Brasília vai ser o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional...” (5)

De improviso, o Presidente Juscelino pronunciou, pela primeira vez, um discurso oficial na nova capital. Após declarar que o quadro desta Primeira Missa não seria levado para o esquecimento, enfatizou: “Com a Primeira Missa, planta-se em Brasília uma semente espiritual. Que a cidade cresça sob o signo da esperança, da justiça e da fé”. (6)

Mas, como foi o nascimento de Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, como decorreram sua infância e juventude, como viveu seu ministério sacerdotal e episcopal? Vejamos a seguir alguns dos fatos mais relevantes desta vida exemplar de cidadão e cristão.

II – Nascimento, infância e juventude

Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, nasceu, prematuro de sete meses, na Fazenda Quinta do Lago, em Bom Jesus do Amparo, então distrito de Santa Bárbara (e a partir de 1953 município), aos 16 de julho de 1890, festa de Nossa Senhora do Carmo. Daí a presença de Carmelo em seu nome.

Seu pai, João de Vasconcellos Teixeira da Motta, nascido em 1856, aluno dos oito aos 15 anos do famoso Colégio do Caraça, renomado conhecedor do Latim, da Filosofia e da História, foi eleito, em 1888, deputado para a Assembléia Provincial de Minas, mas deixou a vida pública, descontente com a proclamação da República. Era filho do Coronel Joaquim Camilo Teixeira e Motta que exerceu a presidência da Província de Minas Gerais em 1862. Este, por sua vez, era filho do Coronel João da Motta Ribeiro, português do Minho, que, aportado ao Brasil, em 1795, senhor de latifúndios e jazidas auríferas, promoveu a indústria siderúrgica e têxtil, a agronomia e a imprensa. Maria Josefa, esposa de Joaquim Camilo Teixeira e Motta e avó paterna de Carlos Carmelo, era filha de José Teixeira da Fonseca Vasconcellos que, nascido em 1766, doutor em Direito Civil pela famosa Universidade de Coimbra, fautor da emancipação do Brasil, membro da 1ª Constituinte do país, primeiro Presidente Constitucional da Província de Minas Gerais, distinguido por Dom Pedro I com os títulos de Barão e Visconde de Caeté, faleceu em 1838, no exercício de seu mandato de senador do Império.

Francisca Josina dos Santos Pinto Motta, mãe de Carlos Carmelo, era filha do Coronel Carlos José dos Santos, sobrinha do Dr. João Pinto Moreira, que foi Secretário-Geral do Governo de Minas e Deputado Geral no Império; e irmã do Dr. Carlindo dos Santos Pinto, que foi Deputado em Minas. (7)

João de Vasconcellos Teixeira da Motta e Francisco Josina dos Santos Pinto Motta, casados em 1878, viveram felizes unidos pelos vínculos do matrimônio durante 40 anos, até a morte dela em 1918. Ele faleceu, com 72 anos, em 1928. O casal foi para os filhos verdadeira escola de alta espiritualidade e de formação moral perfeita, ensino vivo pela palavra e pelo exemplo.

De 1902 a 1904 Carlos Carmelo, como aluno interno, cursou o ginásio, em Congonhas do Campo, com os beneméritos irmãos maristas. De 1904 a 1909, no conceituado Seminário de Mariana, estudou Letras e Filosofia e iniciou a Teologia.

Após a experiência de tarefas agrícolas na Fazenda da Prata, de propriedade de seu pai; o exercício da vereança, em 1912, na Câmara Municipal de Caeté; e estudos de Direito em Belo Horizonte, sentindo, de forma definitiva, o chamado ao sacerdócio, regressou, em 1914, ao vetusto Seminário de Mariana, para seu Curso de Teologia.

III – Sacerdócio e Episcopado

a) Ministérios sacerdotais

Ordenado presbítero pelo virtuoso e culto Dom Silvério Gomes Pimenta, aos 29 de junho de 1918, o Padre Carlos Carmelo exerceu seu zeloso apostolado sacerdotal como Coadjutor do Vigário de Taquarassú, Capelão do Asilo São Luís, na Serra da Piedade (época em que auxiliou Mons. Domingos Evangelista Pinheiro na direção da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade), Diretor do Santuário de Nossa Senhora da Piedade e colaborador do Convento das Enclausuradas Concepcionistas de Macaúbas, Pároco de Caeté, Pároco de Sabará e Primeiro Reitor do Seminário Maior de Belo Horizonte. Em 1926 realizou viagens de estudos a Roma e outras cidades européias. Recebeu o título de Monsenhor.

b) Bispo Auxiliar em Diamantina

Foi eleito Bispo Titular de Algiza e Auxiliar do Arcebispo de Diamantina, Dom Joaquim Silvério Souza, em 29 de julho de 1932 e ordenado, por Dom Antônio dos Santos Cabral, Arcebispo de Belo Horizonte, aos 30 de outubro do mesmo ano. Visitou as mais longínquas Igrejas e Capelas e empreendeu a reforma da imponente Sé. Após o falecimento de Dom Joaquim desempenhou as funções de Vigário Capitular da Arquidiocese até 11 de novembro de 1934.

c) Arcebispo de São Luís do Maranhão

Governou a arquidiocese de São Luís do Maranhão de 1936 a 1944. Nestes oito anos: instalou o Colégio Marista no prédio da, até então, sua residência episcopal; visitou todas as paróquias, muitas vezes no dorso de animais; fundou hospital para hansenianos; trouxe religiosas Filhas da Caridade, e Franciscanas assim como padres da Congregação

da Missão; organizou a primeira Conferência dos Bispos da Província Eclesiástica do Maranhão; aumentou o patrimônio para a sustentação de seminaristas pobres; etc.

d) Arcebispo e Cardeal de São Paulo

De 1944 a 1964, Dom Carlos Carmelo regeu a Arquidiocese de São Paulo. São exemplos de suas numerosas obras: criação de 140 paróquias; fundação em setembro de 1946, da Universidade Católica de São Paulo, da qual foi o primeiro Grão Chanceler; organização, em 1948, da Confederação das Famílias Cristãs; inauguração da nova catedral, em 1954, por ocasião do quarto centenário da cidade; instalação, em março de 1956, da Rádio “Nove de Julho” e do semanário “O São Paulo”; gestões bem sucedidas para, em 1958, a criação da Arquidiocese de Aparecida e a transformação em Arquidiocese das dioceses de Campinas, Ribeirão Preto e Botucatu.

Merece destaque o lema que escolheu para a Universidade Católica de São Paulo, “*Cum scientia conscientia*”. Como comentou ele próprio: “Com a ciência do cidadão, a consciência do cristão, tal a finalidade objetivada pela verdadeira educação da mocidade”.

e) Arcebispo e Cardeal de Aparecida

Atendendo a solicitação sua, a Santa Sé transferiu, aos 19 de abril de 1964, o Cardeal Motta de São Paulo para a Arquidiocese de Aparecida, da qual já era Administrador Apostólico, desde 1958. Grande foi a sua devoção à Padroeira do Brasil. Visitou o Santuário pela primeira vez, em 1933. Aí esteve, em retiro espiritual, de 13 a 18 de novembro de 1944, antes de assumir o governo da Arquidiocese de São Paulo. Sob sua égide, em 1946, fixou-se o local da nova Basílica e colocou-se, aos 10 de setembro, sua pedra fundamental, com punhado de Terra de Fátima trazida pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira. Com suas bênçãos, inaugurou-se, aos 8 de setembro de 1951, a Rádio Aparecida. Aos 11 de novembro de 1955, ocorreu o início da construção propriamente dita da Basílica Nacional. Em janeiro de 1961 inaugurou-se a estrutura metálica da Torre, que recebeu o nome de “Torre Brasília” em homenagem à nova Capital Federal e em 1964 foi toda ela definitivamente concluída. Aos 15 de agosto de 1967 o Cardeal Auleto Giovanni Cicognani, Secretário de Estado e Legado “a latere” do Papa Paulo VI (8), entregou solenemente ao Santuário, a Rosa de Ouro, presente do Papa Paulo VI. Aos 4 de julho de 1980 o Papa João Paulo II sagrou, pessoalmente, na presença do nonagenário Cardeal Motta e de

300.000 peregrinos, o novo templo, doou cinco preciosos mosaicos e concedeu-lhe o título de Basílica Menor. Ela é bem maior que as catedrais de Colônia, Londres, Milão, Paris e Viena, podendo abrigar 32.000 pessoas. Em tamanho, só é inferior à de S. Pedro em Roma. Os peregrinos contam também, para seu atendimento, com os serviços de parque, pronto-socorro, refeitório, higiene, informação, etc. Já em 1966 o número de romeiros foi de cerca de quatro milhões.

Nesta sua querida cidade de Aparecida entregou, piedosamente, sua alma a Deus, aos 18 de setembro de 1982 (9). No seguinte dia 20, no sepultamento, em concelebração eucarística de 37 antístites e mais de 200 sacerdotes, proferiu a oração fúnebre Dom Alexandre Gonçalves Amaral.

IV – Outras dimensões

Dom Carlos Carmelo, de diversas formas, atuou beneficentemente, além das fronteiras das circunscrições eclesíásticas confiadas ao seu pastoreio.

Criado Cardeal pelo Papa Pio XII no Consistório de 18 de fevereiro de 1946, veio a assumir também algumas responsabilidades na Cúria Romana. Foi membro das Congregações dos Religiosos, do Cerimonial, e dos Seminários e Universidades. (10)

A 17 de agosto de 1949, no Palácio do Catete, ao lado do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra e do Ministro da Justiça Adroaldo Mesquita da Costa, o Cardeal Motta assistiu à promulgação da Lei nº 781, que instituiu o Dia Nacional de Ação de Graças (DNAG). Nele se alicerçou a cruzada pró-Dia Universal de Ação de Graças, da qual o Cardeal Motta se tornou o Presidente Perpétuo de Honra. Ao final de missa solene em comemoração das bodas de prata da Lei Áurea nº 781, na Basílica de Nossa Senhora Aparecida ele pronunciou importante discurso. (11)

Um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi eleito, aos 14 de outubro de 1952, seu primeiro presidente, por seis anos. Não aceitou, em 1958, a renovação de seu mandato. Voltou a exercer a presidência de 1963 a 1964.

Após o 36º Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro, participou, de 25 de julho a 4 de agosto de 1955, sob a presidência do Cardeal Adeodato Piazza, da 1ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, da qual foi consequência o surgimento do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

O Cardeal Motta foi grande estudioso de temas históricos, cívicos e literários. Comprovam-no suas conferências no Paço Municipal de Santos, no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, na Academia Mineira de Letras, da qual foi membro, em Ouro Preto, onde falou como orador oficial em 21 de abril de 1957, em Brasília, etc.

V – Conclusão

Em boa hora o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal escolheu o Cardeal Motta como um de seus patronos. Seu nome está, como se viu, indelevelmente, associado às efemérides da nova capital e à história do Brasil, por cuja unidade e pleno desenvolvimento econômico e espiritual sempre batalhou. Mas a explicação de sua vida modelar está no conjunto de qualidades excepcionais que soube reunir em sua pessoa e que estão compendiosa e judiciosamente descritas pelo ex-deputado federal Pedro Maciel Vidigal: “Nele há de tudo: o *‘logos’* grego, a *‘caritas’* cristã, a *‘civilitas’* romana, o *‘enthousiasmos’* dos homens de Deus para as grandes causas, o *‘moderatus nationis amor’* dos verdadeiros nacionalistas, e todo aquele conjunto de formosas qualidades que fazem um grande homem ser amável, bem querido de todos: *‘humanitas, affabilitas, clementia, comitas, precipue prudentia singularis’*”. (12)

NOTAS

1. OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Discurso de Posse** – Belo Horizonte, Academia Mineira de Letras – Bloch Editores S.A. – 1975 – p. 11. Cabe ressaltar que Juscelino foi eleito para a Academia em junho de 1974. Seria saudado pelo amigo Pedro Aleixo, que no entanto faleceu em 3 de março de 1975. Em nome da Academia, mesmo antes de tomar posse, Juscelino falou junto ao féretro. Seu discurso está em José Carlos B. Aleixo e Carlos Chagas – **Pedro Aleixo – Testemunhos e Lições** – Brasília, Senado Federal, 1976 p. 59-60.

Vivaldi Moreira, Presidente da Academia Mineira de Letras, em primoroso artigo dedicado à figura excelsa do Cardeal Motta, registrou com que humildade o prelado respondeu ao honroso convite para receber o novo acadêmico. (“No Centenário do Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta”. **Minas Gerais**, 19-7-1990).

2. Em carta, datada de 20 de novembro de 1956, dirigida a seu irmão Joaquim, escreveu o Cardeal Motta: “A propósito de Brasília quero

contar-lhe que fui eu quem sugeri esse nome ao Dr. Israel, que o apresentou ao Presidente que, por sua vez, o aprovou e oficializou. Você bem poderia compor um hino a Brasília” (FERRARI, Salvador. Cardeal Motta – Belo Horizonte, 1990, p. 21). Outras pessoas confirmam esta importante afirmação.

Escreveu a propósito Monsenhor José Alves Motta Filho: “Aliás, foi o Senhor Cardeal Motta quem escolheu pessoalmente o nome de Brasília para ser o da nova Capital Federal da Nação”. In: “O Eminentíssimo Senhor Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, Arcebispo Metropolitano de Aparecida”. **Revista Universidade Católica de São Paulo**. XXXVIII (73-4): 7, jan. jun. 1970. Dom Alexandre Gonçalves Amaral afirmou: “...até o nome da atual capital brasileira – Brasília – é fruto de feliz sugestão de S. Eminência”. **Oração Fúnebre no Sepultamento do Cardeal Motta** (ocorrido aos 20 de setembro de 1982, em Aparecida). Pg 7. Dom Raymundo Damasceno Assis, Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário Geral da CNBB, conforme narrou ao autor, ouviu semelhante relato, de Dom José Newton de Almeida Batista, interlocutor freqüente tanto do Cardeal Motta como do Presidente Kubitschek.

3. MOTTA, Carlos Carmelo de Vasconcellos. **Primeira Carta Pastoral do Primeiro Arcebispo Metropolitano de Aparecida**. 29-6-1965, pg. 15.

4. Aos 19 de novembro de 1956 o Presidente Juscelino Kubitschek, em visita à residência do Cardeal Motta em São Paulo, convidou-o para celebrar a “Primeira Missa de Brasília” (carta citada do Cardeal Motta a seu irmão Joaquim de 20 de novembro de 1956).

O Cardeal Motta costumava colocar juntas a “Primeira Missa do Brasil Litoral”, em Porto Seguro, e a “Primeira Missa do Brasil Central”, em Brasília.

Durante a celebração de 3 de maio de 1957 ouviu-se o “Hino a Brasília”, com letra de Joaquim da Conceição de Vasconcellos Motta, irmão do Cardeal, e música de Luiz Melgaço.

A cruz junto à qual se celebrou a missa encontra-se na catedral de Brasília. A preocupação com o desenvolvimento e a unidade do país é uma constante na vida do Cardeal Motta. Um exemplo: aos 26 de maio de 1951, no Paço Municipal de Santos, ele proferiu conferência intitulada “De São Paulo à Amazônia”. Disse então: “O meu propósito... é ...o de colaborar com o vosso programa de vinculação efetiva das duas mais opulentas regiões brasileiras: a Paulicéia, a mais realizadora no presente; a Hiléia Amazônica, a mais promissora para o futuro...”

Urge, pois, estabeleçamos o eixo “São Paulo-Amazônia” que será o “corredor da vitória”, da vitória econômica, social e política do Brasil...

Tudo, talvez, pareça mera utopia de sonhos dourados. Entretanto, dos pensamentos nascem as idéias e das idéias as realizações, como das sementes nascem as árvores e os frutos... “*In viis divitiae*” era princípio econômico dos romanos... Das estradas depende a riqueza do País”. Apud VIDIGAL, Pedro Maciel. **O Cardeal de Vasconcellos Motta**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973, pg. 66-7.

5. MOTTA, Carlos Carmelo de Vasconcellos. **Cardeal. Brasília, terra de fé**. 1957. A celebração eucarística está presente em muitos momentos marcantes de nossa história. Houve-a em 8 de março de 1500, em Belém, antes do embarque da expedição de Pedro Álvares Cabral. Celebrou-se o Frei Henrique Coimbra, a 1º de maio do mesmo ano, em terra firme, na Bahia. As festividades da inauguração de Brasília, aos 21 de abril de 1961, começaram com a Missa Solene, celebrada pelo Patriarca de Lisboa, o Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, Legado Pontifício do Papa João XXIII.

6. KUBITSCHKE, Juscelino. **50 anos em 5. Meu Caminho para Brasília**. Rio de Janeiro, Bloch, 1978, vol. III, p. 146. Ao preparar este artigo, falei com o Presidente do nosso Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Cel. Affonso Heliodoro dos Santos, da conveniência de que artistas imortalizassem a Primeira Missa Solene de Brasília a exemplo do que fizeram Vitor Meireles e Cândido Portinari em relação à Primeira Missa do Brasil. Fruto desta idéia foi o quadro de nosso talentoso confrade e pintor Guido Mondim, inaugurado em 15 de setembro de 1999 no IHG/DF e nele conservado. Caberia ainda erigir no próprio local da Primeira Missa um monumento condigno.

7. MOTTA, Cardeal. Discurso de posse, aos 17.09.1956, como sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. **Minas Gerais**, B.H., 20.09.1956. Foi saudado pelo Dr. Policarpo de Magalhães Viotti, cujo discurso está em **O Diário**, B.H., de 14.10.1956. Em 18.10.1966 o Cardeal Motta pronunciou, no mesmo Instituto, conferência sobre o “Bicentenário do Visconde de Caeté” (**Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, vol. XII, p. 9-23).

8. O discurso do Cardeal Motta saudando ao Cardeal Cicognani está publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, vol. XIII, p. 231-4. Recordou nele palavras de Paulo VI: “Esta Rosa de Ouro é um símbolo permanente do grande amor que o Papa vos

consagra. Dizei a todos os brasileiros, Senhor Cardeal, que esta flor é a expressão mais espontânea do afeto que temos por esse grande povo que nasceu sob o signo da cruz. No Santuário de Nossa Senhora Aparecida, ela dará testemunho de nossa constante oração à Virgem Santíssima, para que interceda junto a Seu Filho pelo progresso espiritual e material do Brasil”.

9. O Dr. Salvador Ferrari, casado com Francisca Maria, sobrinha do Cardeal Motta, médico e amigo do prelado, assistiu-o nos últimos momentos e testemunhou: “Afeito ao mistério da morte, deveras fiquei impressionado como ia sua vida terrena se extinguindo sem que claudicasse o seu respirar, sem que as batidas do coração perdessem o ritmo... No seu rosto, sequer uma contração... A chama de sua vida lentamente desaparecia sem um bruxuleio, parecendo que mãos invisíveis a amparavam para que nenhuma sutil aragem a apagasse antes do derradeiro instante...” FERRARI, Salvador, op. cit., p. 31.

10. **Anuário Pontifício**. Cidade do Vaticano, 1946 e seguintes.

11. Suplemento do “Deo Gratias”, 1975, nº XVIII.

12. VIDIGAL, Pedro Maciel, Dep. **O Cardeal de Vasconcellos Motta**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1975, p. 98.

Cabe acrescentar que fazia parte do seu perfil fino senso de humor. No aeroporto de São Paulo, ao despedir-se, disse-lhe seu amigo, o Cardeal Cerejeira: “Até outra vez, em Lisboa, em São Paulo... ou no paraíso”. E, sem hesitação, o Cardeal Motta: “Começemos por Lisboa”. (NEVES, Lucas Moreira, Arcebispo de Salvador. “Os 100 Anos do Cardeal”. **Jornal do Brasil**, 11.07.1990 p. 11).

Ao receber uma visita de Monsenhor Almir Resende Aquino, disse-lhe: “Somos amigos há duzentos anos”. E explicou: O meu bisavô Visconde de Caeté era amicíssimo do seu antepassado o Marquês de Valença.

A primeira missa do Brasil, celebrada, em 1500, por Frei Henrique de Coimbra, está imortalizada em obras primorosas de Vítor Meireles e Cândido Portinari. Oxalá outros inspirados artistas retratem para a posteridade a cena memorável da primeira missa solene de Brasília. Tais quadros serão também justa homenagem à fé e patriotismo do Cardeal Motta, excelso patrono de uma das cadeiras do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, operosamente presidido pelo Cel. Affonso Heliodoro dos Santos.

DOIS POEMAS DE ANDERSON BRAGA HORTA

Romance do Caminho de Minas

*Chagado, esbulhado, irado e faminto,
vai noturno o viandante.*

Pelas montanhas verde-azuis,
hieráticas,
nas noites de solidão e de infinito,
nas manhãs de frio e de neblina,
escorre uma luz argêntea e blau,
escorre uma luz dourada e verde.

Vai cego em seu caminho.

Dos vales, dos prados,
dos rios enovelados
em algodões de bruma,
sobe outra luz, mais densa,
que se espraia,
domina as florestas, os descampados,
abre as cancelas,
incendeia as noites,
povoa as auroras.

Que pode ver, noturno, o viandante?

E é um sol jovem.
Sobe e se espraia.

Vela

sobre as montanhas,
o caminho de Minas,
toda a Brasília rosa
e projeta o seu sonho resplendente
para além do tempo,
além da morte,
para ávida futura
que no seu sacrifício e em nossas ânsias
enraíza.

E um tropel se pressente,
e adivinha-se uma voz.

*Ouves, vês, viandante?
É um sentir que germina,
um pensar que amadura
em condoreira altura
e desmedido desce.*

*Um caminho menino
cresce.
Derrama-se das margens.*

Sol só que inteiro dá-se.

São patas de cavalo,
é uma aliciante fala:
é o animoso Alferes!
em vigília por todos
até o dia, que tarda,
de uma inversa derrama.

Em cada posto, em cada esquina,
em cada quebrada
um fragmento da luz esquadrejada
aperta a mão do povo,
sussurra em seu ouvido,
reconstitui a estrela.

Abre os olhos noturnos, viandante,
vê que não vais sozinho!

*Desde as altas montanhas
alumbrando o caminho,
paira o vulto do Herói, como um Profeta
que esculpisse as mãos do Aleijadinho.*

Romance dos Poetas Conjurados

Sopra um vento em Vila Rica,
um vento de sedição.

Ouro Preto, Vila Rica,
a dos tetos de Ataíde,
a dos músicos mulatos,
das visões do Aleijadinho
presas em pedra-sabão,
de Cláudio Manuel da Costa,
de Gonzaga, de Alvarenga...
Ouro Preto, Vila Rica,
tuas musas onde estão?

Nises de zéfito e sonho,
Marílias de carne e osso,
Bárbaras do Norte estrelas
como suspensas estão.
Hoje à lírica cidade
outro nome – Liberdade –
move o áureo coração.

Sopra um vento em Vila Rica,
um vento de sedição.
Como se a velha semente
de Filipe, coração
atropelado pulsando
no escuro, furasse o chão,

varresse as cinzas da história
e rompesse a cerração.

Já o peso da revolta
nos beirais das casas nobres
se acumula.

Brilha a sombra de Filipe
no meio da cerração?
Será que a manhã desponta?

– Quem diz não?

Na noite, na cerração,
anda a morte encapuzada
com os punhais da delação.

Que diz o vulto encoberto,
em silencioso pregão?

Que Glauceste é já defunto,
aqui mesmo, na prisão.

De Dirceu
diz que amortiza em Angola
e resgata em Moçambique
o preço do sonho vão.

Diz que, enquanto fria Parca
uma mortalha lhe tece
ao seu Príncipe em Ambaca,
Bárbara bela enlouquece.

Varre os ares de Ouro Preto
o vento da traição!

Mas o sonho que sonhavam...
oh! dizei, dizei, Senhor,
que não sonhamos em vão.

A INFLUÊNCIA DA CARTOGRAFIA NA HISTÓRIA DE BRASÍLIA

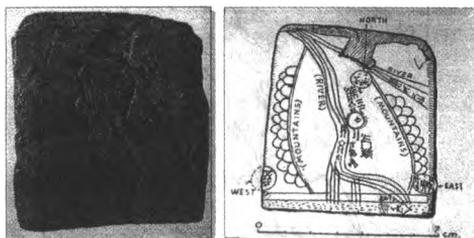
ADALBERTO LASSANCE

I – Apresentação

Um breve histórico da Cartografia

Pelos registros da história, a Cartografia, ou Cosmografia como antes era chamada, remonta a mais de 2.500 a.C. e a carta mais antiga que se conhece é de origem babilônica, produzida sobre um ladrilho ou “tablete” de argila encontrado na Mesopotâmia. O mais notável dessa carta são os símbolos utilizados no desenho, muito similares aos que ainda hoje são empregados na cartografia moderna, conforme pode ser visto na figura 1. Existem referências à data de 6.000 a.C., ainda sujeitas, porém, à comprovação científica.

HISTÓRICO DA CARTOGRAFIA
CARTA DE ORIGEM BABILÔNICA EM 2.500A.C.
TABLETE DE ARGILA / GA-SUR NA MESOPOTÂMIA
(Observar semelhança dos símbolos ainda hoje adotados na Cartografia)



A observação dos astros, amplamente utilizada pelos cartógrafos e navegadores, resultou com o passar dos séculos, nas ciências da astronomia e da geodésia, mas já era utilizada pelos fenícios, egípcios

e caldeus. Remonta ao tempo de Ramses II, em 1300 a.C., a utilização no Egito de plantas topográficas para uso militar e agrícola.

Também os gregos tiveram notável participação no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos antigos métodos, quando introduziram os princípios da Geometria e surgiram os grandes cartógrafos como Anaximandro de Mileto, Hecateu e posteriormente Erastóstenes de Cirene, no período de 279-196 a.C., que calculou o comprimento do Meridiano terrestre em cerca de 45.000 km. O incrível é que o erro com relação à medida real é de apenas 12,5%.

Na verdade é importante salientar que antes mesmo da linguagem escrita, a humanidade sentiu a necessidade das cartas topográficas, como um meio seguro para a sua própria localização e para seus deslocamentos.

Tanto é, que ainda hoje, povos primitivos ou selvagens da América, África, ilhas do Pacífico e regiões polares produzem as suas próprias “cartas topográficas”.

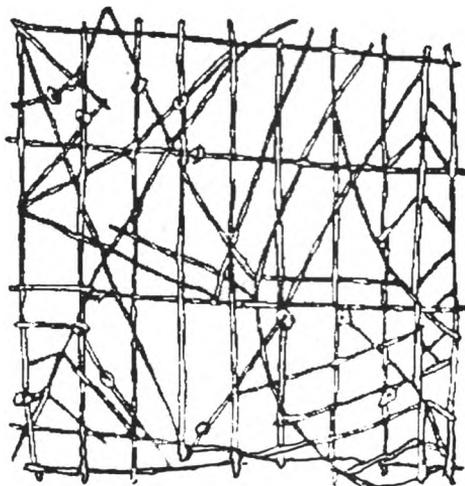
Os esquimós das ilhas Belcher, na Baía de Hudson, utilizam para seus mapas as peles de foca e sobre elas desenhavam as ilhas ali existentes, com incrível precisão, assinalando corretamente a localização, a distância e os contornos, em sua grandeza e posição relativa, o que pode ser observado na figura 2.

**HISTÓRICO DA CARTOGRAFIA
PELE DE FOCA - ESQUIMÓS DA ILHA BELCHER
(BAÍA DE HUDSON) REPRESETAM AQUELAS
ILHAS COM NOTÁVEL EXATIDÃO**



Os habitantes das Ilhas Marshal, produzem mapas utilizando-se de varas de junco, que assinalam os rumos e as distâncias, enquanto as conchas maiores ou menores, representam as ilhas em que moram ou para onde se deslocam. Um desses mapas pode ser visto na figura 3.

**HISTÓRICO DA CARTOGRAFIA
VARETAS DE JUNCO E CONCHAS = RUMOS,
DISTÂNCIAS E ILHAS (HABIT. ILHAS MARSHALL)**



Nos séculos XV e XVI, quando nações como a Espanha e Portugal iniciaram o ciclo das grandes navegações, a Cosmografia sofreu notável evolução, evidentemente em decorrência da necessidade de registrar informações preciosas para os navegadores, como também no intuito de assinalar as novas terras que iam sendo descobertas.

Dessa forma o Brasil logo se beneficiou, desde os seus primórdios, com a utilização dos mapas produzidos em suas diversas fases, passando o seu rico acervo a integrar a própria História do Brasil.

Com a Nova Capital do Brasil também não foi diferente. O que se pretende mostrar neste trabalho é uma tese, talvez inusitada, da INFLUÊNCIA DA CARTOGRAFIA NA HISTÓRIA DE BRASÍLIA.

II – A Cosmografia na colonização do Brasil

Desde a descoberta do Brasil, avançando pelo Tratado de Tordesilhas e pelas Capitanias Hereditárias, a Cosmografia, como era

então conhecida a Cartografia, teve uma forte influência no registro evolutivo da História do Brasil.

No curso dessa evolução a Cosmografia transformou-se na ciência da Cartografia, denominação até hoje empregada.

E, como tal, passou a registrar com um preciosismo cada vez maior as várias fases da nossa história, desde a conquista, primeiro do litoral e posteriormente do interior brasileiro, com a penetração das Entradas e Bandeiras, que legaram um acervo precioso de informações para o conhecimento físico e geográfico do nosso território.

III – A Cartografia na interiorização para o Planalto Central

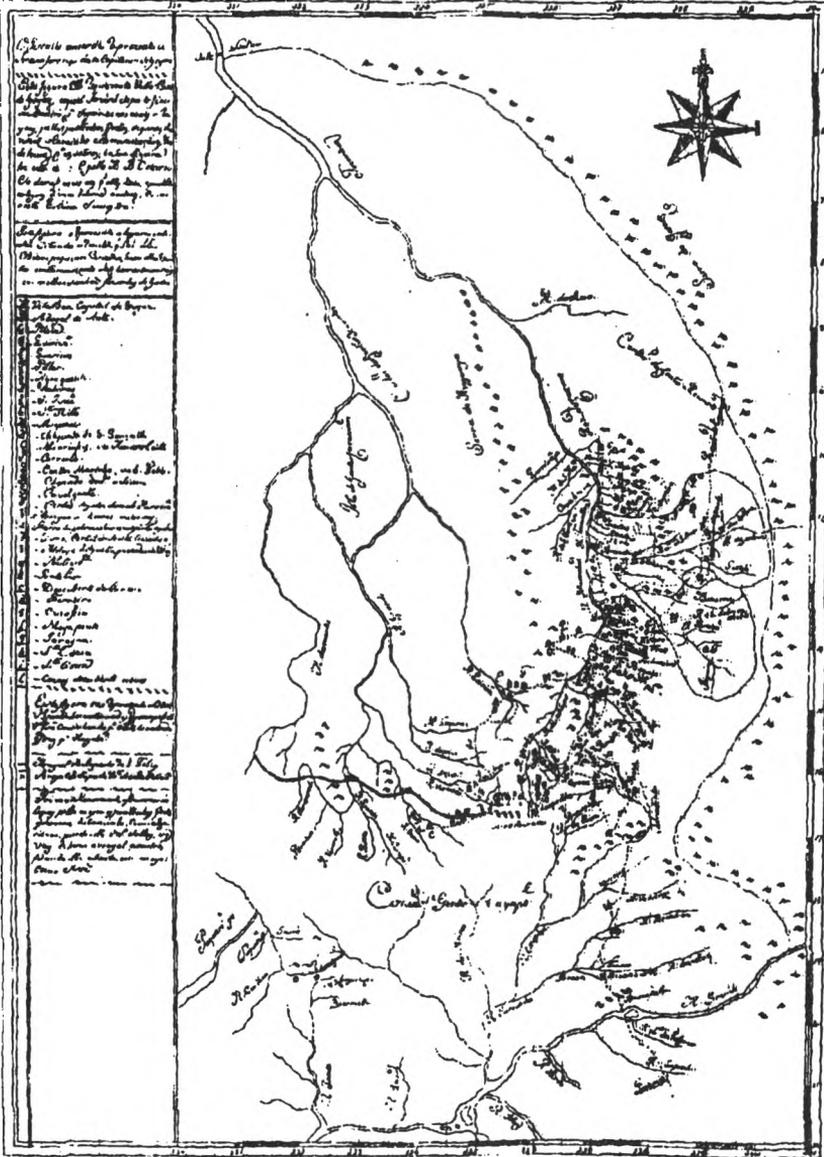
Desde os desenhos mais simples, produzidos por essas expedições, os “croquis” e os incipientes roteiros ou “mapas”, ao registrarem pontos topográficos e referências geográficas importantes, abriram, juntamente com a obra cartográfica de Tossi Colombina a partir de 1750, entre outros, os roteiros e caminhos mais seguros para a interiorização do Brasil rumo ao Planalto Central.

Se Colombina não foi o precursor da interiorização da capital, historicamente proposta por Tiradentes, foram seus mapas os primeiros a registrar com maior rigor esta vasta região do interior brasileiro. E assim propiciaram uma sólida base cartográfica que passaria a ser utilizada como fonte de conhecimento e inspiração aos defensores do “ideal mudancista”.

Numa proposta – que poderia ser chamada de visionária e até megalômana – Colombina teve a ousadia de projetar uma estrada que ligaria o litoral de São Paulo, Santos mais precisamente, à Vila Boa de Goiás e à Vila de Cuiabá. Embora o projeto da estrada não tenha tido sucesso, a obra cartográfica de Tossi Colombina originou uma notável evolução nos mapas que lhe sucederam.

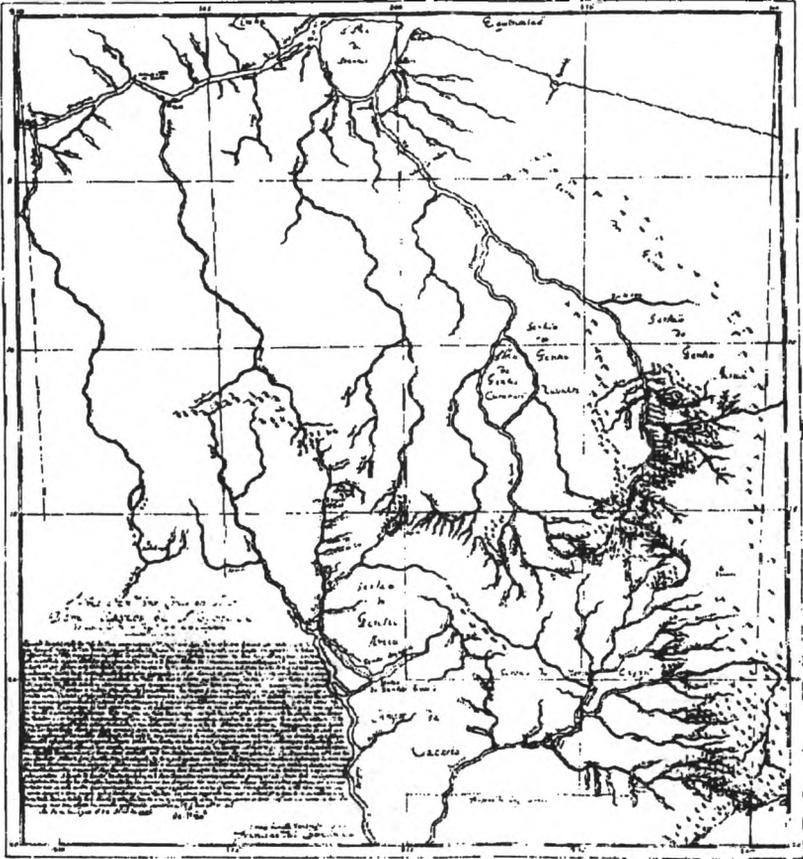
Em seus mapas datados de 1750 e 1751, é admirável a fidelidade da rede hidrográfica onde, entre tantos outros, o Araguaia, o Tocantins, a Ilha do Bananal e a Ilha do Marajó, aparecem com enorme semelhança em seus contornos e no posicionamento geográfico, destacando-se ainda a própria confluência do Tocantins e Araguaia, na região conhecida como “Bico do Papagaio” nas divisas dos atuais estados do Tocantins e Pará, como pode ser observado nos mapas 1 e 2.

MAPA I - TOSSI COLOMBINA 1750



Coleção Paulo Bertran
Escaneizado por: MICROGRAPH

MAPA 2 - TOSSI COLOMBINA 171



Legenda

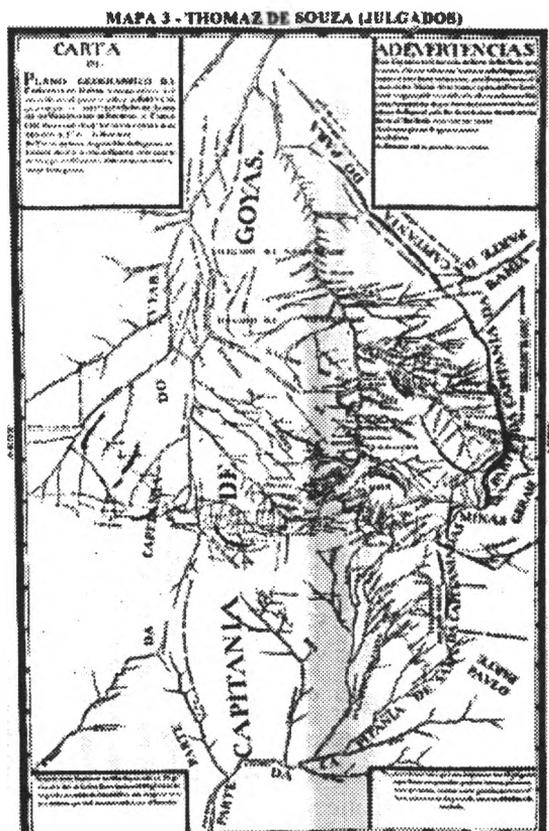
1. Rio Duero	21. Rio Guadiana	41. Rio Guadalquivir	61. Rio Tago
2. Rio Guadiana	22. Rio Guadalquivir	42. Rio Tago	62. Rio Duero
3. Rio Guadalquivir	23. Rio Tago	43. Rio Duero	63. Rio Guadiana
4. Rio Tago	24. Rio Duero	44. Rio Guadiana	64. Rio Guadalquivir
5. Rio Duero	25. Rio Guadiana	45. Rio Guadalquivir	65. Rio Tago
6. Rio Guadiana	26. Rio Guadalquivir	46. Rio Tago	66. Rio Duero
7. Rio Guadalquivir	27. Rio Tago	47. Rio Duero	67. Rio Guadiana
8. Rio Tago	28. Rio Duero	48. Rio Guadiana	68. Rio Guadalquivir
9. Rio Duero	29. Rio Guadiana	49. Rio Guadalquivir	69. Rio Tago
10. Rio Guadiana	30. Rio Guadalquivir	50. Rio Tago	70. Rio Duero
11. Rio Guadalquivir	31. Rio Tago	51. Rio Duero	71. Rio Guadiana
12. Rio Tago	32. Rio Duero	52. Rio Guadiana	72. Rio Guadalquivir
13. Rio Duero	33. Rio Guadiana	53. Rio Guadalquivir	73. Rio Tago
14. Rio Guadiana	34. Rio Guadalquivir	54. Rio Tago	74. Rio Duero
15. Rio Guadalquivir	35. Rio Tago	55. Rio Duero	75. Rio Guadiana
16. Rio Tago	36. Rio Duero	56. Rio Guadiana	76. Rio Guadalquivir
17. Rio Duero	37. Rio Guadiana	57. Rio Guadalquivir	77. Rio Tago
18. Rio Guadiana	38. Rio Guadalquivir	58. Rio Tago	78. Rio Duero
19. Rio Guadalquivir	39. Rio Tago	59. Rio Duero	79. Rio Guadiana
20. Rio Tago	40. Rio Duero	60. Rio Guadiana	80. Rio Guadalquivir

Coleção Paulo Bertran
 Escaneado por: MICROGRAPH

SEITE PHOTOGRAPHICO DO BATELO PEREIRA

Já podem ser vistas ali, as vertentes das grandes bacias hoje localizadas no Distrito Federal, embora Tossi Colombina talvez não tenha tido a percepção da importância de tão notável acidente geográfico. Mais adiante, a evidência da tese sobre a influência da Cartografia na história de Brasília será demonstrada mais minuciosamente e se poderá ver o verdadeiro papel da Cartografia na mudança da capital.

Citação especial deve ser feita à Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás, elaborada de 1777 a 1778 pelo Sargento-Mór Thomaz de Souza, conforme consta no mapa 3.



Este documento, também conhecido como Carta dos Julgados da Capitania de Goiás, teria sido elaborado a partir dos mapas de Tossi

Colombina, mas, evidencia-se como uma notável evolução da cartografia regional, pelas seguintes justificativas:

– Executado 22 anos após Tossi Colombina, esse mapa introduz uma toponímia mais atualizada dos acidentes geográficos. Assim, topônimos como Rio TUCANTINS, Rio URUGUAYA, Ilha do Gentio CURUMARÉ, foram grafados como Rio Tocantins, Rio Araguaia e Ilha de S. Anna, hoje denominada Ilha do Bananal;

– A capilaridade da rede hidrográfica foi identificada com muita minúcia para a época (1777/1778), e o desenho de acidentes geográficos como a Ilha do Bananal e inúmeros rios foi aprimorado;

– Aparecem assinalados os nomes da Capitania de Goyas e seus confrontantes: partes da Capitania de Cuyaba, da Capitania do Pará, da Capitania das Minas Gerais e da Capitania de Sam Paulo (manteve-se a grafia da época);

– Também aparecem referenciados os “**juílgados**” da Capitania de Goiás cujos nomes em seguida descritos, também foram mantidos com a grafia então empregada:

- Julgado de Natividade
- Julgado da Conceiçam
- Julgado das Arayas
- Julgado de Cavalcante
- Julgado de Sam Felis
- Julgado de Trairas
- Julgado de Crixá
- Julgado de Pilar
- Julgado da Meya Ponte
- Julgado de Santa Luzia
- Julgado de Vila Boa
- Julgado de Santa Cryz
- Julgado do Rio das Velhas

Observe-se que os “juílgados” da Capitania de Goiás transformaram-se em municípios dos atuais estados de Tocantins e Goiás, mantendo os mesmos nomes ou nomes bastante semelhantes, tais como: Município de Natividade, Conceição do Araguaia, Arraias, Cavalcante, São Félix do Xingu, Trafras, Crixás, Pilar, Santa Luzia (hoje Luziânia), Vila Boa de Goiás (hoje Goiás) etc.

De Colombina a Varnhagen – o Visconde de Porto Seguro – entremearam-se Tiradentes, que propôs a mudança da capital para São João Del Rei e, depois, Hipólito José da Costa e José Bonifácio, entre

outros, como defensores ardorosos da interiorização da capital para o Planalto Central.

Eles demonstraram já nessa época, um extraordinário conhecimento do detalhamento físico e geográfico desta região, avalizando as suas teorias geopolíticas favoráveis à mudança da capital. Se Hipólito da Costa fez referências precisas como “a localização da nova capital na região das nascentes das três grandes bacias...”, José Bonifácio chegou ao preciosismo de indicar a localização da futura Capital “no paralelo de mais ou menos 15°”.

Outras referências também foram feitas à localização das nascentes das bacias hidrográficas do Amazonas, Prata e São Francisco nesta região onde hoje se localiza o Distrito Federal.

PORTANTO, DE ONDE VIRIAM ESSAS INFORMAÇÕES, SENÃO DE DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS como, aliás, isto pode ser provado pela existência de tantos mapas e com detalhes tão preciosos!...

Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, foi o autor da primeira História Geral do Brasil escrita em 1834. Empenhou-se com grande fervor na necessidade da mudança da capital do Rio de Janeiro para o interior do Planalto Central. Com sua autoridade de historiador, geógrafo, engenheiro, antropólogo, escritor e, na condição de Embaixador do Brasil na Áustria e ardoroso defensor do “ideal mudancista”, não se conformava em lutar tendo apenas como respaldo o conhecimento teórico da região aonde deveria se instalar a nova capital do Império.

Quis vivenciar de perto, a região que tão bem conhecia apenas nos livros e nos mapas. Deixou o conforto da diplomacia e de seu cargo de Embaixador e veio embrenhar-se na Vila Formosa da Imperatriz, em Goiás, hoje a cidade de Formosa. Ali instalaria a sua base de operações, para conhecer com mais profundidade a região para onde viria a nova capital, e da qual continuou um defensor ainda mais ardoroso.

De sua autoria, o famoso Memorial Orgânico, de 1857, representa os resultados do seu intenso trabalho de campo realizado com notável eficiência evidenciando, para a sua honesta convicção, que a prática confirmava toda a teoria por ele defendida.

IV – A Cartografia no Relatório Cruls

Na realidade, entre Varnhagen e Cruls, houve um iato ponderável, embora alguns episódios continuassem a marcar a presença da plêiade de defensores do “ideal mudancista”.

Entretanto, como seria citado pelo próprio Cruls, de muita valia foram os estudos procedidos por Varnhagen, para os trabalhos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.

No contexto das comemorações do sesquicentenário do nascimento de Luiz Cruls, foram apresentadas várias palestras alusivas à sua figura e ao seu trabalho. No tema específico que nos coube para comprovar a influência da Cartografia na história de Brasília, esta publicação faz parte integrante de nossa palestra proferida em 20 de novembro de 1988, no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

O objetivo pretendido é oferecer uma contribuição documentada sobre uma tese há muito defendida por ilustres autores, de que Brasília foi uma Capital pensada, discutida, estudada profundamente em seus detalhes geográficos, físicos e geopolíticos, amadurecida com muita consistência e ponderação ao longo de uma história com mais de duzentos anos de maturidade e finalmente concretizada pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

Com esse desiderato, o próprio Relatório Cruls nos fornece uma completa fonte da vasta documentação cartográfica originada do extraordinário trabalho desenvolvido pelos vinte e dois membros da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.

Essa documentação consiste em: cadernetas onde se anotavam os dados topográficos e os registros dos trabalhos de campo, além de inúmeros “croquis”, roteiros, perfis longitudinais, plantas cadastrais de cidades como Goiás, Pirenópolis e Formosa e mapas de localização dos vértices demarcatórios do Quadrilátero Cruls.

De todos os documentos, embora todos sejam importantes, o maior destaque deve ser dado ao primeiro mapa do Brasil, elaborado pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, datado de 1893, onde constava o desenho de um quadrilátero com a inscrição “FUTURO DISTRITO FEDERAL”, fato esse da maior repercussão para a divulgação da mudança da capital para o Planalto Central.

V – Relatório Cruls – O EIA/RIMA pioneiro

Ao estabelecer as diretrizes de trabalho e compor de forma multidisciplinar a equipe de 22 membros da Comissão Cruls, o Governo da República já antecipava em mais de um século a adoção de um estudo de “impacto ambiental” para um projeto da envergadura da nova capital federal. Em consequência também foi produzido o respectivo “relatório

de impacto ambiental” – ou seja o próprio Relatório Cruls – e que hoje seriam simplesmente denominados de “EIA/RIMA”.

A semelhança entre o conteúdo do Relatório Cruls e o conteúdo de um atual Relatório de Impacto Ambiental, pode ser comprovada pela simples comparação entre os dados produzidos pelos dois relatórios, sendo assim incontestável o pioneirismo de Cruls em 1892/1893.

Os estudos desenvolvidos pela Comissão Cruls

Em 17 de maio de 1892, designados pelo Ministro de Obras Públicas do primeiro Governo Republicano, os membros da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil receberam as seguintes instruções:

- “proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento exato da posição astronômica da área a demarcar” (ou seja, proceder à definição geodésica da área);
- da orografia (relevo);
- hidrografia;
- condições climatológicas e higiênicas (ou sanitárias);
- natureza do terreno (geologia);
- quantidade e qualidade das águas que devem ser utilizadas para o abastecimento (hidrologia);
- materiais de construção;
- riqueza florestal (estudo da flora);
- e tudo mais que diretamente se ligue ao assunto que constitui objeto da missão”.

Da mesma portaria do Ministro de Obras Públicas consta a relação dos componentes da equipe multidisciplinar da Comissão Cruls. São eles:

- Luiz Cruls – Chefe (Astrônomo)
- J. de Oliveira Lacaille (Astrônomo)
- Henrique Morize (Astrônomo)
- Antonio Martins de Azevedo Pimentel (Médico Higienista)
- Pedro Gouvêa (Médico)
- Celestino Alves Bastos (Ajudante)
- Augusto Tasso Fragoso (Ajudante, servindo de secretário)
- Hastimphilo de Moura (Ajudante)
- Alípio Gama (Ajudante)
- Antonio Cavalcante deAlbuquerque (Ajudante)
- Alfredo José Abrantes (Farmacêutico)

- Eugênio Hussak (Geólogo)
- Ernesto Hussak (Geólogo)
- Felicíssimo do Espírito Santo (Auxiliar)
- Antonio Jacintho de Araújo Costa (Auxiliar)
- João de Azevedo Peres Cuyabá (Auxiliar)
- José de Paulo Mello (Auxiliar)
- Eduardo Chartier (Mecânico)
- Francisco Souto (Ajudante de mecânico)
- Pedro Carolino Pinto de Almeida (Comandante do Contingente)
- Joaquim Rodrigues de Siqueira Jardim (Alferes do Contingente)
- Henrique Silva (Alferes do Contingente)

No Relatório da Comissão Cruls, a apresentação das conclusões no primeiro volume, e os mapas, cartas, “croquis”, itinerários, perfis longitudinais, quadros e gráficos constantes do segundo volume, comprovam o detalhamento dos trabalhos da equipe de Cruls e a sua semelhança com as exigências técnicas modernas para a execução de um estudo e do respectivo relatório de impacto ambiental.

Estudos e relatórios de impacto ambiental

Conforme a Resolução nº 001/86 do CONAMA/IBAMA, é considerado como impacto ambiental, as alterações de propriedades físicas, químicas e biológicas do meio-ambiente e que possam afetar:

- a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- as atividades sociais e econômicas;
- a biota;
- as condições estéticas e sanitárias do meio-ambiente; e
- a qualidade dos recursos ambientais.

A leitura minuciosa do Relatório Cruls demonstra cabalmente a preocupação, o detalhamento, a eficiência e a importância dos estudos e do relatório que se configuram – sem nenhuma dúvida – num EIA/RIMA pioneiro, elaborados há mais de cem anos.

VI – A Cartografia no Relatório Belcher

Contratado em 1954, o RELATÓRIO BELCHER quebrou um jejum de sessenta e um anos, desde o Relatório Cruls de 1983, período em que pouco evoluiu a cartografia para os estudos da nova capital.

Entretanto, o salto qualitativo foi notável, pois adotou-se o emprego da cartografia através do processo aerofotogramétrico, sendo executados os seguintes trabalhos:

- relatório descritivo
- 41 fotomosaicos
- 217 mapas temáticos:
 - solos para agricultura
 - solos para engenharia
 - drenagem
 - geologia
 - utilização da terra

Da análise desses temas selecionaram-se cinco áreas consideradas apropriadas à implantação da nova capital, sendo escolhido o sítio denominado “castanho”.

Do RELATÓRIO BELCHER, encontram-se reproduzidas neste trabalho as seguintes figuras:

Figura I – Demarcações do Distrito Federal e os sítios

Figura II – Retângulo Belcher dividido em 18 quadrículas

Figura IV – Mapa de drenagem onde aparece iluminado o Lago Paranoá

Paranoá

Figura XIII – Mapa índice do Sítio Castanho

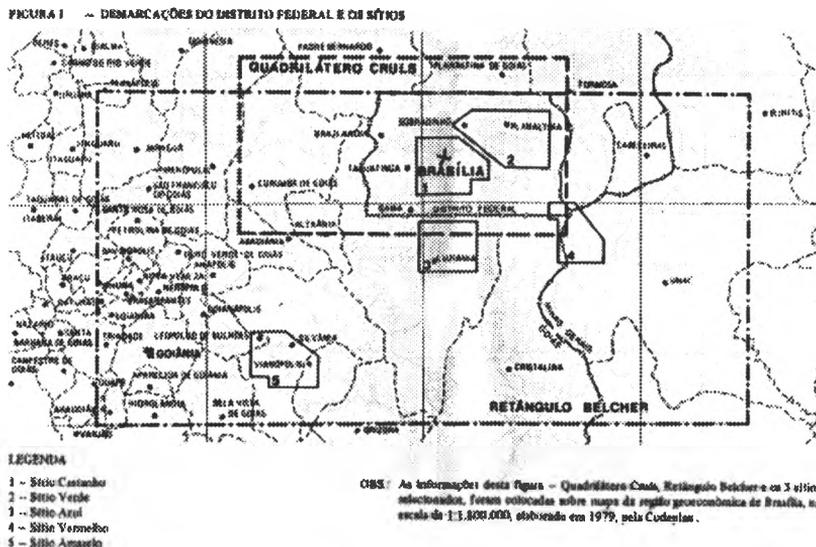


FIGURA IV - MAPA DE DRENAGEM

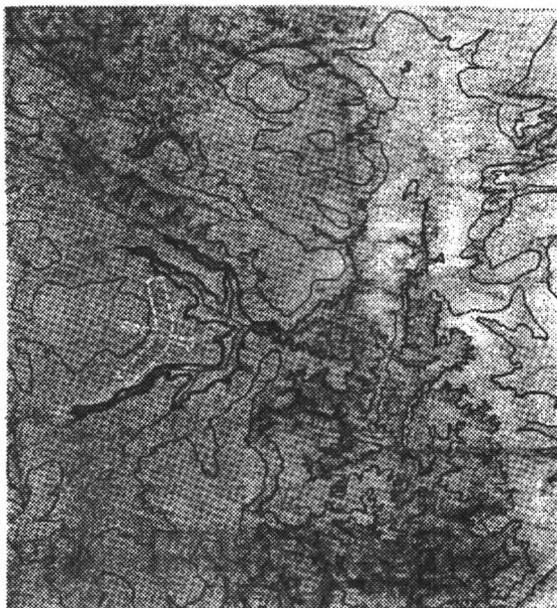
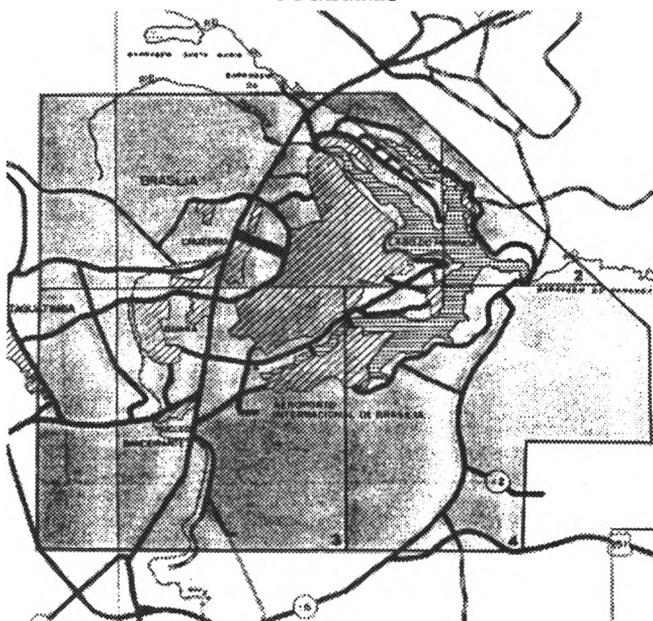


FIGURA XIII - MAPA ÍNDICE DO SÍTIO CASTANHO



OBS.: A delimitação do sítio Castanho foi feita sobre mapa da região geoeconômica de Brasília, escala 1:250.000, elaborado em 1980, pela Codeplan.

VII – A evolução da cartografia no Distrito Federal

Como foi demonstrado, a cosmografia evoluiu para a cartografia e a partir dos séculos XV e XVI, o ciclo das grandes navegações e descobrimentos, propiciaram condições favoráveis para que a cartografia se integrasse também à história do Brasil Colônia e do Brasil Império.

A interiorização da capital, a participação de Hipólito da Costa, José Bonifácio e Varnhagen, entre outros, teve amparo na cartografia de Tossi Colombina, Thomaz de Souza e outros.

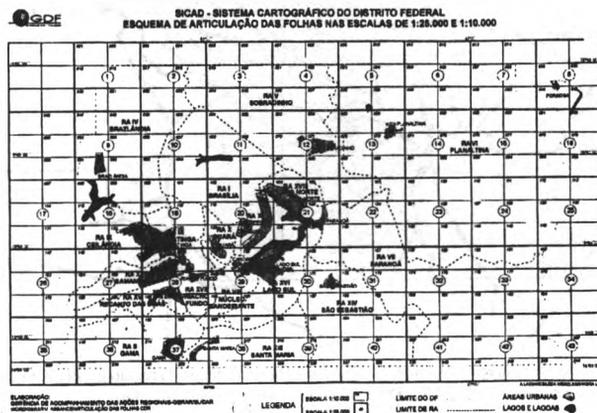
A cartografia no Relatório Cruls em 1892/93 também é substancial, e o Relatório Belcher foi totalmente executado a partir da cartografia executada através de processo aerofotogramétrico em 1954.

Posteriormente, em 1975, instituiu-se o Sistema Cartográfico do Distrito Federal – SICAD, composto de um acervo de 1.887 folhas nas escalas de 1:10.000, 1:2.000 e 1:1.000.

Finalmente, em 1997, encontrava-se em fase de conclusão o mapeamento atualizado das áreas urbanas do DF executado em ortofotocarta em meio digital.

Do vôo executado na escala de 1:8.000 referente a uma área de 700 km², foram produzidas 673 folhas das localidades urbanas do DF, incluídos todos os assentamentos e as novas cidades implantadas após 1991, sendo 1996 a data da penúltima atualização cartográfica.

SICAD – SISTEMA CARTOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL ÁREAS MAPEADAS (1975/1976)



ADALBERTO LASSANCE DE ALBUQUERQUE – Cartógrafo de profissão, é pioneiro e iniciou suas atividades em Brasília como topógrafo e desenhista da NOVACAP, onde participou de vários projetos como o Setor de Mansões Park Way, os Núcleos Rurais do Monjolo/Vargem da Bênção e Rio Preto/Jardim e na execução da primeira planta cadastral do DF na escala 1:5.000.

Foi coordenador do projeto e da implantação do Sistema Cartográfico do Distrito Federal – SICAD de 1975 a 1983.

É autor de várias publicações, como a coletânea de 17 documentos referentes ao Projeto Memória – Governo e Regionalização Administrativa do Distrito Federal.

Foi Subsecretário Substituto de Coordenação das Administrações Regionais do GDF em vários períodos de 1995 a 1998.

Atualmente exerce o cargo de Gerente de Acompanhamento das Ações Regionais da SUCAR.

MEMÓRIAS LUSITANAS NO MAGREBE

RUI RASQUILHO

(Adido cultural da Embaixada de Portugal)

Cinquenta mil homens, duzentos navios, um rei – D. João I e três príncipes, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique –, tomaram Ceuta em apenas um dia ao merenida Salah Bem Salah a 14 de agosto do ano de 1415.

Ceuta, o mais importante e o melhor defendido porto de Marrocos tornara-se desde a assinatura da paz com Castela, na cidade de Segóvia, em 1411, o objetivo prioritário da política ultramarina da dinastia de Aviz.

A nobreza, agora ociosa, desejava a sua conquista e obter a honra cavaleira de soldados de Cristo sonhava no sangue “infel”, a burguesia antevia-se senhora do comércio das especiarias e da seda. O trigo, o ouro e os escravos seduziam a precária economia do reino.

O porto que servia a cidade de Fez, apesar da decadência política dos governantes merenidas, é o mais rico entreposto comercial do mercado magrebino. À sua volta, nos ricos vales do Rif e nas férteis planícies do Garbe, o trigo e o gado ofereciam a tranquilidade econômica às aldeias da antiga Tingitana romana.

Mas, ao cheiro do pão, misturavam-se em Ceuta, os odores da pimenta e do gengibre; à cadência ritmada dos teares, o martelar dolente dos artesãos do cobre e dos calafates, enquanto a voz do almoadao descia do alto dos minaretes e atravessando a medina até o porto, envolvia as fontes dos jardins dos palácios, cortava o silêncio das bibliotecas, lembrando cinco vezes por dia que Deus é grande e único.

À esta janela aberta sobre a Europa, na direção do Reino Nacerida de Granada, chegavam, por essa época uma a duas vezes por ano, caravanas compostas por centenas de camelos, carregados com ouro,

escravos e tâmaras, procedentes de Tombuctu, cidade ribeirinha do Níger, o percurso fazia-se por Tagaza, Sijilmassa e Fez e estes cobiçados produtos obtinham-se em troca de sal e de tecidos.

Na Europa e naturalmente em Portugal, vivia-se então uma tremenda escassez de oiro, essencial por um lado ao desenvolvimento comercial da burguesia e por outro aos desejos de capitalização da nobreza.

Refira-se a propósito que, o amoadado marroquino, desde sempre circulou em Portugal e nos restantes reinos peninsulares. Do morabitino almorávida, às dobras almohadas cunhadas na península, às moedas de cobre e oiro de Ceuta e Messa, há indeléveis influências no nosso sistema monetário.

A falta de oiro atingiu no último quartel do século XIV tais proporções que Portugal e os restantes reinos da Península são obrigados a suspender a cunhagem de moeda.

Para esta situação contribuiu, sem dúvida, o constante recuo muçulmano para o sul da Península e depois de 1492 para o outro lado do estreito, o que nos irá obrigar a procurar o precioso metal amarelo na sua origem.

Fá-lo-emos, primeiro, indiretamente, em Ceuta durante o Século XV, depois, em Santa Cruz do Cabo Gué e Massa, no século seguinte, e finalmente por intervenção direta através das feitorias de Arguim, na costa ocidental de África e de S. Jorge da Mina, no Golfo da Guiné.

Com a tomada de Alcácer Ceguer em 1458 e a conquista de Arzila em 1471, logo seguida no mesmo ano pela ocupação de Tânger, por abandono dos marroquinos, que atravessaram um período de extrema decadência política e econômica interna, Portugal conclui o ciclo de conquista do norte marroquino, o Algarve de Além Mar, procurando estender ainda a sua influência, sem grandes resultados ao interior do reino de Fez.

Sujeita à soberania portuguesa, Ceuta perderá a sua importância comercial a favor de Salé, que passa a ser o novo porto de Fez. Mas ao isolamento da cidade portuguesa não será alheia a cisão política do chefe berbere Abou Hannoum que guardará para si o controle de toda a região do Rif, impedindo a livre circulação entre Fez e o norte marítimo de Marrocos.

O panorama do restante território não é, entretanto, muito diferente do descrito. Marraquexe, por exemplo, é um principado independente.

Os Naguil fundam neste período um reino com capital no febril centro caravaneiro sahariano da antiga Sijilmassa, no Anti-Atlas, e controlam as caravanas de especiarias e sedas vindas do Levante e as de oiro e escravos de Tombuctu, estas aliás também impedidas de circular livremente nos vales do Dra e do Dades devido ao controle do emirato Hintata do Alto Atlas.

Esta situação de fragmentação política que se iniciou ainda antes da nossa chegada, durará cerca de cento e cinquenta anos e, se por um lado nos facilitou a conquista das praças do Norte no século XV, como facilitará aliás as do Sul no século XVI, também impediu, nalguns casos, que os objetivos econômicos porventura inicialmente previstos fossem atingidos.

Neste período, o único obstáculo à circulação dos nossos pelo mar provém das incursões dos corsários de Anfa (Casablanca). Mas em 1468, dois anos depois da expedição militar de D. Afonso V à cordilheira do Rif, os marinheiros portugueses atacam a cidade e neutralizam o porto que acoitava os piratas, abrindo assim por algum tempo a livre circulação marítima na costa atlântica marroquina.

Quando em 1505, D. Manuel I se decide pela conquista da capital do Suz, o Porto de Santa Cruz do Cabo Gué, ligeiramente a norte da atual cidade de Agadir, já Bartolomeu Dias havia dobrado o Cabo da Boa Esperança (1487), Vasco da Gama chegado à costa ocidental da Índia (1498), e Pedro Álvares Cabral descoberto o Brasil (1500), enquanto em Cochim e Axem eram estabelecidas feitorias da coroa portuguesa.

A posse de Santa Cruz do Cabo de Gué vai permitir à Coroa o controle da exportação do açúcar do Suz, beneficiando assim a produção açucareira da Ilha da Madeira, para além de nos abrir o acesso direto ao comércio dos cavalos de Tiznit e às barras de sal gema de Sijilmassa.

Estes produtos, conjuntamente com os lambéis de Safim, irão por barco para as feitorias de Arguim, onde chegam caravanas vindas de Uadam, e S. Jorge da Mina, fundada em 1482. Sob a direção de Diogo de Azambuja, o fundador do Castelo Real de Mogador, comandante das tropas que conquistaram Safim e capitão de Agus em 1508.

Portugal vai agora poder negociar regularmente oiro e escravos.

Safim e Azamor são outras duas importantes cidades do sul marroquino com quem tínhamos de há muito relações comerciais. Ambas eram vassalas da coroa desde a primeira metade do século XV, ainda no tempo de D. Afonso V, quando se fez a sua conquista efetiva por determinação de D. Manuel I.

Safim é tomada no início de 1508 e fortificada, à boa maneira medieval, com panos de muralha verticais ameados, e um castelo junto ao mar que nos lembra estranhamente Almourol. Aí será construída a única catedral portuguesa em território marroquino.

No início do outono de 1513, uma importante força naval militar, sob o comando do Duque de Bragança, sobe a embocadura do Um-er-rebia e conquista Azamor, assumindo Portugal o controle comercial dos produtos cerealíferos da Duquela.

A presença portuguesa no Sus e na Duquela vai agora caracterizar-se, sobretudo, por uma política de alianças com diversos chefes berberes e árabes que vivem em aldeias do interior, havendo mesmo algumas fontes que referem a nossa presença comercial no longínquo vale do Dra.

Em 1515 os capitães das praças de Azamor e Safim e seus aliados berberes cercam Marraquexe, mas são obrigados a regressar a costa atlântica sem terem conseguido penetrar no interior da cidade.

Sempre que as colheitas são favoráveis e a tranquilidade política propicia a livre circulação, o trigo chega com abundância às cidades portuguesas do sul.

Todavia, durante o segundo quartel do século XVI, a penúria de víveres nas cidades costeiras de Marrocos é tal, que do reino e das ilhas açoreanas são enviados regularmente barcos carregados de abastecimentos vários.

Durante este período, ao tempo de D. João III, o ouro da Mina chega a Portugal em grande quantidade transportado em caravelas conjuntamente com escravos, almíscar, goma, peles, penas de avestruz e gado diverso.

Pode afirmar-se que, então, Portugal transportava por mar pelo menos metade das mercadorias anuais das caravanas que circulavam pelo interior marroquino.

Economicamente, dir-se-ia que a política magrebina da Coroa estava encerrada e que a conservação da nossa soberania sobre as cidades, ou apenas em algumas delas, dependeria sobretudo de decisões estratégico-militares, já que o império comercial do Índico era uma realidade e o Brasil começava a dar os seus frutos, obrigando a novas prioridades políticas.

Entre o abandono de Safim e Azamor no Sul, em 1452 e o de Alcácer Ceguer e Arzila, em 1549 e 1550, no Norte marroquino, os portugueses logram chegar ao Japão em 1543, tornando-se os primeiros

européus a cometer tal empresa, e a introduzir no império do sol nascente armas de fogo.

A história de Marrocos, em meados da centúria de quinhentos vai conhecer também novas e importantes modificações.

Os sádicos do vale do Dra vão lançar-se na guerra Santa (Jiade) contra os “infiéis” portugueses que ocupam a capital comercial do Suz e procurar depois a unificação do Sul para posteriormente afrontarem o reino de Fez.

Os marabutos, personagens religiosos virtuosos que a crença popular torna portadores de santidade e salvação e, posteriormente, as zauias confrarias com melhor organização religiosa e administrativa, vão assumir a liderança espiritual da unificação política do Sus pelos xerifes sadianos que se auto consideram descendentes do Profeta.

Santa Cruz é reconquistada pelos sadianos em 1541, confronto em que, pela primeira vez na sua história, utilizam a artilharia, e em 1544 carregados de prestígio por terem finalmente derrotado os infiéis lusos e os seus aliados berbéres, conquistam Marraquexe sob o comando do xerife Ech Xequé.

Decorridos dez anos, conquistam Fez aos otassidas iniciando a unificação de Marrocos.

Os sadianos promovem então uma ampla política de alianças, nomeadamente com a França e a Inglaterra, reorganizam o exército – o império Otomano está a dois passos – e procuram consolidar a unificação do reino, o que curiosamente irá acontecer com a ajuda involuntária dos portugueses, alguns anos depois.

De novo em Agosto, cento e sessenta e três anos após a conquista de Ceuta, o jovem rei D. Sebastião oferece a sua vida e a dos seus melhores ao rei Ahmed El Mansour, junto do rio El Makhazine (Mocazim) a meio caminho entre Larache e Alcácer-Quibir (Ksar El Kebir).

A dinastia filipina governará a monarquia por sessenta anos, até a aclamação de D. João IV como rei de Portugal em 1640. Exceptuando Ceuta, cuja população escolheu ficar espanhola, conservamos ainda em território marroquino, Tânger, até 1661, nesta data entregue aos ingleses como dote de D. Catarina no seu casamento com Carlos II de Inglaterra, e Mazagão (El Jadida) que abandonamos apenas em 1769 por ordem no Marquês de Pombal no tempo de Sisi Mohamed Bem Abdallah, após prolongado cerco e sucessivos ataques da artilharia, vinda expressamente de Rabat, para terminar com o último bastião colonial português em Marrocos.

O ciclo português de Marrocos estava concluído. Simbólica iria ser, talvez, a fundação de Nova Mazagão, em terras do norte brasileiro, levada a cabo pelos sobreviventes que entenderam não querer ficar no reino.

Longe estava já o oiro da Guiné que ajudou a financiar os descobrimentos e a comprar, na Índia e em Malaca, as especiarias que fizeram da Lisboa de quinhentos uma das mais importantes e ricas cidades do mundo.

Sem o Marrocos do Norte não teria havido trigo, nem a neutralização da pirataria que impedia a livre circulação dos nossos barinéis e caravelas e naus no Atlântico.

Sem a Duquela e o Sus, não teria havido cavalos, nem tecidos, nem lambéis e porventura teria sido mais difícil o comércio da feitoria de Arguim, e outras nações européias se teriam intrometido mais cedo no comércio do Atlântico, prejudicando desse modo a consolidação da organização econômica e administrativa dos “impérios” portugueses do outro lado do mar.



JK – DE DIAMANTINA AO MEMORIAL

AFFONSO HELIODORO DOS SANTOS

1. O “Dever de Servir”

Dona Júlia criou seus filhos como as velhas mães mineiras: trabalho, respeito a Deus e vontade de contribuir sempre, servindo de qualquer forma, ao seu semelhante. Estes princípios nortearam a vida de JK. Desde muito cedo, aos oito anos de idade, já começara a trabalhar para ajudar à mãe em casa. Procurava fazer um trabalho que não servisse somente a ele. Com o lema “certo e ligeiro”, fazia entrega de encomendas aos fregueses das casas comerciais de Diamantina, servindo a si próprio, à sua mãe, ao comerciante e ao freguês. Os magros tostões arrecadados às custas desse trabalho eram levados, para casa e entregues à dona Júlia.

2. O Homem Sem Ódios

“Sou um moderado e só por isso consegui superar todas as paixões.”

(J.K.)

Temente a Deus, desenvolveu ao longo de sua vida um acendrado amor ao próximo. Por isso pôde realizar três governos: Prefeito de Belo Horizonte, Governador de Minas Gerais e Presidente da República, sem alimentar ódios, sem procurar vinditas e sempre perdoadando, mesmo àqueles que mais o fizeram sofrer. A seus opositores, respondia com obras e trabalho, a seus detratores, com a grandeza de alma dos que não se deixam atingir pelas ofensas e calúnias gratuitas. Aos inimigos, com o perdão e, mesmo àqueles que tentaram derrubá-lo do poder, com os alucinados movimentos revolucionários de Aragarças

e Jacareaganga, respondeu com a anistia, o esquecimento e até com o prêmio das promoções que tiveram direito durante seu governo.

3. O Chefe – O Amigo – O Companheiro

“Se há algo que eu posso louvar em mim mesmo é o fato de ter-me mantido rigorosamente o mesmo homem, antes, durante e depois do Poder.”

(J.K.)

Sempre sabendo o que queria, temperamento inquieto, raciocínio ágil, memória privilegiada, resistência física fora do comum e uma inteligência fulgurante, luminosa e, às vezes até com centelhas que pareciam extrapolar às coisas puramente humanas, era Juscelino um chefe exigente, enérgico, impaciente e querendo as coisas sempre para ontem. À custa desse seu estilo “legou à administração pública deste país um ritmo dinâmico de trabalho, um estilo antecipador permanente das grandes arrancadas desenvolvimentistas”. Num depoimento para a história declarou, com relação a Brasília: “Fixei-me na epopéia que havia sido a construção de Brasília: Rapidez. Precisão. Determinação. No dia 2 de outubro de 1956 pisei no Planalto Central pela primeira vez. No dia 10 de novembro do mesmo ano, inaugurei o Catetinho. Em março de 1957, num trator, abri espaço no cerrado para a armação das primeiras barracas. A primeira estaca foi fincada na praça dos Três Poderes a 4 de janeiro de 1958. E, às 9 horas do dia 21 de abril de 1960, declarei, no Salão dos Despachos do Palácio do Planalto, esta solene frase: “Declaro inaugurada a cidade de Brasília, capital dos Estados Unidos do Brasil”. Este era o chefe. Enérgico, determinado. Mas ao seu lado tínhamos o amigo atencioso, devotado, carinhoso, preocupado, alegre, incapaz de uma grosseria, de uma palavra ríspida. Se porventura deixasse escapular uma palavra dura ou um gesto menos delicado, procurava imediatamente demonstrar que nada havia de pessoal naquela atitude. Era desabafo natural e humano de quem estava realizando um trabalho de 50 anos em cinco. Companheiro de serestas ou de descontraídas reuniões ao redor de um cantor de modinhas ou mesmo de um tocador de violão, não havia companhia mais agradável. Ninguém era mais alegre e informal do que ele. Por todas estas qualidades foi um chefe, um amigo e um companheiro inesquecível! Seu convívio era um constante aprendizado de vida.

4. O Estudante

Mas nem tudo foi sempre assim. Queria ser médico. Ser doutor.

Pobre, órfão de pai aos dois anos de idade, filho de professora do interior, suas dificuldades começaram cedo. As primeiras letras aprendeu-as com a mãe. Depois veio o Seminário. Mais tarde os exames parcelados em BH, e depois, a Faculdade de Medicina.

5. O Médico

Para freqüentar a faculdade tinha que trabalhar à noite. Mesmo assim, morando num quarto de pensão, dormindo pouco e comendo mal, foi dos primeiros de sua turma de médicos. Trabalhou para os pobres como médico da Imprensa Oficial. Depois casou-se com dona Sarah, moça de tradicional família mineira. Por seu devotamento à medicina tornou-se logo famoso pelas excepcionais qualidades de bom profissional e pela bondade de seu coração. Sempre atendendo com amor e carinho aqueles que necessitavam de seus cuidados, transformou-se naquele médico a que todos queiram consultar. Temperamento ultrasensível, complementou seus conhecimentos da alma e do sofrimento humanos naquele trabalho diário. Sua clientela era de gente humilde. Depois aperfeiçoou-se na Europa, o que na época era um feito arrojado! Voltou ainda mais famoso! Foi nomeado capitão médico da PMMG. Em 1932 segue para a região do Túnel da Mantiqueira, hoje Túnel Cel. Fulgêncio, teatro das operações bélicas da Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Por seu temperamento comunicativo, por suas qualidades de notável cirurgião, por sua comunicabilidade e natural alegria, por seu incansável devotamento ao trabalho, tornou-se logo conhecido e querido por todos. Faz amizade com os Generais Dutra, Barcelos, Góis Monteiro e outros. Mas a amizade que faria mudar os rumos de sua vida foi com o então obscuro delegado da Região do Túnel, deputado Benedito Valadares. Aí, praticamente, começa a carreira política de Juscelino.

6. O Político

“Sou visceralmente democrata. Para mim, a liberdade é algo fundamental.”

(J.K.)

Com a morte do Presidente Olegário Maciel, Benedito é nomeado Interventor em Minas Gerais e leva Juscelino para seu gabinete. Tem início então sua brilhante carreira política. Deputado Federal duas vezes, foi constituinte em 1946. Prefeito de Belo Horizonte, realiza obra tão notável, tão diferente, que seu prestígio é projetado até para fora do país. Rasga largas avenidas, asfalta ruas, abre todas as saídas da capital mineira, constrói moderna rede de esgotos, canaliza a água para diversos bairros, cria redes subterrâneas de luz e telefones, esburaca toda a cidade, transforma-se no “Prefeito Tatu”. Mas, sobretudo, urbaniza o bairro da Pampulha, onde represa o rio e cria o seu famoso Lago. Para urbanizá-lo chama grandes artistas como Oscar Niemeyer, Portinari, Cheschiatti e Burle Marx.

Cassino, Casa do Baile, Iate Club e a famosíssima Igreja de São Francisco, que pelo arrojado de suas linhas, pinturas e quadros, esteve interdita por um bispo retrógrado durante 14 anos. Hoje, esta obra é conhecida e elogiada em todo o mundo. Os artistas vetados pelo clérigo foram: Portinari, Cheschiatti e Oscar Niemeyer. Suas atividades à frente da Prefeitura de Belo Horizonte o credenciaram a concorrer às eleições para governador do Estado. Era quase uma imposição do povo a indicação de seu nome para o alto cargo. Seu “slogan” de candidato era o famoso binômio: “Energia e Transportes”. Minas precisava trocar a paisagem bucólica de seus campos e pastagens, pelos penachos de fumaça das grandes fábricas. Um Estado com apenas 11% de terras agricultáveis, era um Estado de “economia eminentemente agrícola”. Um contrassenso! Sem energia e sem estradas não seria possível transformar aquele panorama. Minas tinha que deixar de exportar “minério e mineiro”, para exportar produtos acabados. A campanha foi árdua. Todos os recantos de Minas foram visitados. O avião, o automóvel, o caminhão, o jipe, o carro de boi, o cavalo e o burro foram usados como meios de transportes. Onde houvesse um voto, aí estaria o candidato levando sua palavra de fé, de coragem e de entusiasmo.

Venceu as eleições! Seu governo foi marcado pelo arrojado e pelo trabalho diuturno, características que o acompanhariam na Presidência da República. Ao deixar o governo de Minas, só Belo Horizonte dispunha de mais energia elétrica do que a que ele encontrara em todo o Estado. Mais de 3 mil km de estradas de rodagem e centenas de pontes estavam inauguradas. Foram criadas a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A), a FERTISA (Fertilizantes de Minas Gerais S/A) e a FRIMISA (Frigorífico Minas Gerais S/A). O DER (Departamento de Estradas de Rodagem) foi modernizado. Minas tinha

agora uma nova feição e uma nova mentalidade. Todo esse trabalho naturalmente impunha seu nome à postulação da candidatura à Presidência da República. Manobras de todos os gêneros foram realizadas para impedir sua caminhada. Reuniões políticas da UDN, aliada a dissidentes do PSD; reuniões de generais que se opunham à candidatura de Jango para a Vice-Presidência e até um pronunciamento do Presidente Café Filho, pela Voz do Brasil, procurando dissuadi-lo de sua candidatura, foram realizados. A todos ele respondeu com a célebre frase que passou para a história: “Deus poupou-me o sentimento do medo”. A luta pela manutenção de sua candidatura foi enorme. Todas as manobras foram feitas para desfigurar a imagem do candidato. As regras do jogo político, na última hora, foram alteradas: adotou-se um sistema novo de votação: foi criada a “cédula única”, depois de já estarem todos os diretórios do PSD, que cobriam todos os municípios brasileiros, abarrotados das cédulas adotadas e aprovadas pelos Tribunais Eleitorais do país. Embora tantas manobras, realizadas as eleições, JK se elege Presidente. Começa então uma nova batalha: a da maioria absoluta de votos. Dos quatro candidatos: Juarez Távora, Ademar de Barros, Plínio Salgado e Juscelino Kubitschek, este último era o mais votado, com uma diferença de mais de 500 mil votos sobre o 2º colocado, Juarez Távora. Mas essa diferença não lhe dava a maioria absoluta dos votos colocados nas urnas para os quatro candidatos. Isso é: a metade mais um do colégio eleitoral. Também esta batalha foi vencida. Entretanto, só para não me alongar muito, basta dizer que, embora vitorioso nas urnas, foi necessária a deposição de dois Presidentes da República e um golpe de estado para garantir a posse daquele que tinha sido legitimamente eleito pela vontade soberana do povo brasileiro.

7. O Administrador

“Reivindico para mim a inclusão da palavra ‘desenvolvimento’ no vocabulário político brasileiro, porque antes ninguém percebia o conteúdo político desta palavra, era só ordem e progresso.”

(J.K.)

O slogan de sua campanha para a Presidência da República sintetizava já um ambicioso programa: “50 anos de progresso em cinco de governo”. Suas famosas metas não eram resultado de uma ilusão ou de um sonho. Eram, na realidade, a concretização, a cristalização de

demorados estudos de nossa economia de colônia e a consciência de que o Brasil teria que romper com o estado de pobreza em que fenecia para transformar-se num país rico, independente e capaz de trazer para dentro de suas fronteiras as decisões econômicas e políticas para seu rápido desenvolvimento. Àquela altura, já nossa dívida externa apresentava a cifra de 1 bilhão e 900 milhões de dólares, sendo 1 bilhão e 200 milhões aos americanos e 711 milhões de dólares aos ingleses (Shopping News –SP –21/11/82). Parte dessa dívida, ainda do tempo do Império, foi resgatada durante o governo do Presidente Juscelino. Dívida que ironicamente foi assumida pelo Brasil, para ter sua independência reconhecida pela Inglaterra. Dívida oriunda de empréstimo feito pelo governo português “para manter as tropas do General Madeira, na Bahia, lutando contra a independência brasileira”.

Pela primeira vez na nossa História um candidato apresentava ao eleitorado, antes mesmo de eleito, um programa antecipado de governo. Um programa que, dadas às suas características, ou seja, ao fato de todo ele ser traduzido em números, seria muito fácil ser fiscalizado, medido e cobrado, ao término do seu mandato. Para a realização desse programa, consubstanciado em 30 metas bem definidas, o Brasil aplicou 2 bilhões e 180 milhões de dólares.

Realizou toda a obra prometida, construiu Brasília e ao deixar o governo nossa dívida externa orçava em torno dos mesmos 1 bilhão e 900 milhões de dólares encontrados ao iniciar-se o governo Kubitschek.

Dos 30 anos que antecederam seu governo foi o período em que nossa moeda teve seu maior poder aquisitivo. Segundo relatório do Ministério da Fazenda apresentado em 1960, “a infra-estrutura econômica e a multiplicação das iniciativas reprodutivas, no quinquênio, asseguraram-nos olhar com otimismo e confiança o futuro de nossa Pátria”. Nossos déficits orçamentários giraram sempre em torno dos 30 bilhões de cruzeiros daquela época. Temos todavia que levar em conta a necessidade de gastos públicos adicionais; reajustamentos e vantagens concedidas ao pessoal civil e militar da União, em lei de governo anterior e bem assim a necessidade de atender a investimentos governamentais nos setores básicos da economia. Nossa taxa inflacionária em 1956 era da ordem de 19,2%. Em 1960 ela atingia 30,9%, um aumento, portanto, compatível com o programa de desenvolvimento da administração Kubitschek. O historiador Hélio Silva dá a média de 14% ao ano, o que resulta em 1.16% ao mês. Assim, o orçamento de janeiro, de um chefe de família, era compatível com seu orçamento no final do ano. Havia desenvolvimento e estabilidade. Ainda extraídos do relatório do

Ministério da Fazenda temos os seguintes dados: “A despeito das emissões e mesmo da intensa atividade promocional executada no período de 1956/1960, além dos já mencionados com relação ao crescimento mais rápido dos meios de pagamento, o ritmo médio anual do aumento geral dos preços foi de 22,1%, enquanto que no quinquênio anterior, se expressara em 17,5%, percentagem não muito mais baixa do que aquela.” É de notar-se, portanto, que realizando todo o seu fabuloso Programa de Metas, fazendo o Brasil romper a barreira do subdesenvolvimento crônico em que se debatia, abrindo as portas de nosso futuro, “sacudindo o gigante de Norte a Sul”, a média anual do aumento geral dos preços não foi muito acima daquela do quinquênio anterior. As críticas a Brasília, como obra inflacionária, faraônica e desnecessária foram respondidas com milhões de cruzeiros que passaram a circular dentro dos limites de nossa Pátria, canalizados para as indústrias da construção civil do Brasil, principalmente de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e Goiás. Os nortistas e nordestinos tiveram com que manter suas famílias nas carentes regiões de sua origem, pois milhares deles vieram trabalhar em Brasília, onde encontraram ocupação para seus formidáveis braços ociosos. Só na Rodovia Brasília-Fortaleza foram colocados 18 mil nordestinos. Na época das grandes máquinas de abertura de estradas, construíram aquela rodovia na base do uso da picareta, da pá e do carrinho de mão, de forma a ensejar emprego e sustento para aqueles milhares de flagelados do Nordeste. Se considerarmos que as famílias nordestinas se compõem de oito pessoas em média, vamos encontrar um número em torno de 154.000 (cento e cinquenta e quatro mil) pessoas assistidas por apenas a construção de uma estrada. A riqueza que passou a circular então dando novo alento às regiões mais pobres do Brasil, pode ser caracterizada apenas como um dado expressivo: cidades das imediações de Brasília, excluídas, Goiânia, Ceres e Anápolis, entrepostos naturais para a construção da capital, tiveram sua arrecadação federal elevada até 800%, o que significa um enriquecimento inusitado e jamais repetido. Seu Programa de Metas continha-se em quatro grandes grupos: 1) Energia; 2) Transportes; 3) Alimentação; e 4) Indústria de Base e Educação para o Desenvolvimento. Brasília não fazia parte desse programa. Brasília era sonho, era vontade, era mandamento constitucional, mas era, sobretudo, um quadrilátero amarelo no mapa do Brasil indicando o local do futuro Distrito Federal. Em carta endereçada a todo o povo brasileiro, no momento em que deixava democraticamente a Presidência da República, ele dizia: “Sinto-me satisfeito em poder proclamar que, na Presidência da República, não faltei a um só dos compromissos que

assumi como candidato. Mercê de Deus, em muitos setores realizei além do que prometi, fazendo o Brasil avançar pelo menos, cinquenta anos de progresso em cinco de governo”.

8. O Estadista

“Ninguém pode ter outro interesse senão o de que se consolide o regime de liberdade sem o qual não há nação que possa qualificar-se de civilizada.”

(J.K.)

Homem de larga visão política, Juscelino foi um estadista voltado para o desenvolvimento de seu país, o bem-estar e a felicidade de seu povo.

No âmbito internacional, sua obra mais característica foi a criação da Operação Panamericana, cuja finalidade precípua era a conscientização, a motivação, principalmente da América Latina, para a necessidade de se buscar, por todos os meios, o desenvolvimento econômico. Criar a consciência de que somos povos tão capazes quanto quaisquer outros povos do mundo e desenvolver organismos para o diálogo com os países de economia forte. Os países ricos. Os chamados irmãos do Norte. Não mais a palavra isolada, individual, cada um por si, com o chapéu na mão a mendigar a boa vontade de governos e banqueiros, cada vez mais aviltando os preços de nossas matérias-primas. Mas a voz da América Latina como um todo. Na mencionada carta diz também Juscelino: “Pude ainda, através da OPA, despertar as esperanças e energias dos povos americanos para o objetivo comum do combate ao subdesenvolvimento. E todo esse esforço culminou no cumprimento da meta democrática, quando nosso país apresentou ao mundo um admirável espetáculo de educação política, que me permite encerrar o mandato, num clima de paz, de ordem, de prosperidade e de respeito a todas as prerrogativas constitucionais”.

9. Brasília

“A criação de Brasília, a interiorização do governo, foi um ato democrático e irreatável de ocupação efetiva do nosso vazio territorial.”

(J.K.)

Brasília realidade – nasceu de uma pergunta feita ao candidato em Jataí, Estado de Goiás, no início de sua campanha presidencial. Todos sabem como foi: Antônio Soares Neto, o Toniquinho, perguntou se eleito o candidato cumpriria o mandamento constitucional que determinava a mudança da capital para o Planalto Central. Um segundo de reflexão e a resposta veio pronta e precisa: “Cumprirei a Constituição, farei a mudança da capital”. É fácil imaginar o que foi a batalha no Congresso, a luta contra a imprensa do Rio de Janeiro, contra os incrédulos e principalmente contra a UDN, que, finalmente, resolveu aprovar o projeto de mudança na certeza de que o Presidente não teria condições nem capacidade para cumpri-lo, ainda mais com data marcada para a transferência da capital. A intenção da UDN era, ao final do mandato, cobrar uma obra que não tinha sido feita e desmoralizar aquele que se havia comprometido com a Nação. Enganaram-se todos. Brasília está aí atestando a capacidade de nosso povo que, quando convocado para um trabalho da seriedade deste, dá-se de corpo e alma na certeza de que está realizando um Brasil novo. E, realmente, Brasília é o Brasil do século XXI, é a redescoberta do Brasil; a conquista e ocupação desta área, de mais de 6 milhões e 500 mil km² de riquíssimo território, para serem incorporados definitivamente à economia de nossa Pátria. Representa a definitiva, sonhada e tão decantada marcha para o Oeste. Os brasileiros deixaram a condição de caranguejo de beira de praia e assumiram a lendária, épica e gloriosa missão de novos bandeirantes. Brasília representa a base, o trampolim para o salto definitivo de ocupação desse espaço vazio e tão cobiçado pelo estrangeiro. No dizer de Juscelino, “Brasília é a demonstração inequívoca de fé na capacidade realizadora dos brasileiros, triunfo do espírito pioneiro, prova de confiança na grandeza deste país, rutura completa com a rotina e o compromisso.

10. O Memorial

“Sei que nestas terras brasileiras as tiranias não duram; que somos uma nação humana penetrada pelo espírito de justiça.”

(J.K.)

Não podia encerrar este texto sem mencionar a obra formidável realizada em tempo recorde, para perpetuação da memória de Juscelino. A conciliação, a concórdia, o entendimento, foram sempre apanágio de sua personalidade. E seu Memorial, um dos marcos definitivos e primeiros da abertura política neste país, trouxe ao povo brasileiro mais

esta lição de sabedoria política: governo, oposição e povo, uniram-se numa demonstração grandiosa de que o entendimento, a concórdia e a conciliação são possíveis quando os objetivos transcendem ao interesse individual, ao interesse partidário. O Memorial hoje, como seu Patrono, simboliza este grande gesto de conagração de nossa História. Todos assistiram à epopéia de sua construção. O Memorial vem cumprindo sua missão e finalidades:

- A história de Juscelino foi revivida;
- Seu túmulo visitado;
- Sua memória reverenciada;
- Seus ideais democráticos decantados;
- Sua obra elogiada e divulgada.

A singularidade de sua personalidade de político e invulgar homem público repetida para e por milhares de pessoas. O Memorial é hoje o lugar mais visitado de Brasília. Não apenas o povo, mas personalidades daqui e de outras partes do mundo têm visitado e demonstrado sua emoção e respeito pelo homem cuja vida e obra impuseram a construção de seu Memorial. Erguido na cidade por ele criada, há de ser o marco perene, o facho de luz que “deste Planalto Central” iluminará os caminhos da nossa Pátria, conduzindo-a aos seus mais altos destinos.

*Palestra proferida no dia 24/02/1983, em reunião/almoço no Rotary Club Brasília
Cruzeiro.*

O EXÉRCITO E A MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL

MANOEL SORIANO NETO

Brasília, “a Capital da Esperança”, é fruto do idealismo de pró-homens como José Bonifácio, que lhe sugeriu o nome e da férrea determinação em construí-la, do presidente Juscelino Kubitschek.

Outros insignes patriotas também muito contribuíram para que hoje, majestática, em excepcional região geo-estratégica – o Planalto Central – se encontrasse Brasília, a “cidade monumento”, patrimônio da humanidade.

É nosso intuito lembrar, de forma assaz breve, a saga de militares do Exército, precursores da mudança da capital brasileira, mencionando os seus respeitáveis nomes.

Impende lembrar, inicialmente, que o ilustre historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, também Ten. Cel. do Corpo de Engenheiros de nosso Exército Imperial, cujo nome consta dos “*almanaks*” da Força, desencadeou, no século passado, vigorosa campanha pela mudança da capital para o Planalto Central, área por ele percorrida, ficando célebre o ofício que enviou, em 1877, da Vila Formosa da Imperatriz (hoje, Formosa -GO), ao ministro da Agricultura, expondo as vantagens da dita mudança.

Entretanto, a primeira medida efetiva visando à interiorização da capital da República, somente se concretizaria por força do texto da Constituição de 1891, em decorrência de uma emenda constitucional, de autoria do constituinte, tenente do Exército Lauro Müller.

Em maio de 1892, foi criada uma comissão para explorar o Planalto Central, região prevista na citada Carta Magna de 1891, com vistas à localização do futuro Distrito Federal. Tal comissão foi chefiada pelo engenheiro belga, naturalizado brasileiro, diretor do Observatório

Astrônômico e major Honorário do Exército, Dr. Luiz Cruls, e procedeu à demarcação, durante nove meses, do que ficaria conhecido como *quadrilátero Cruls*.

Em 1893, no governo do marechal Floriano Peixoto – *o brasileiro mais entusiasta pela transferência da capital* – foi formada nova comissão, sendo Cruls outra vez chamado para chefiá-la, com a incumbência de escolher, na região anteriormente demarcada, a definitiva área do futuro *município neutro*; os trabalhos, iniciados em 1894, foram interrompidos, por dificuldades financeiras, em 1897, quando do governo de Prudente de Moraes.

Ressalte-se que quase todos os componentes das duas comissões eram militares ou servidores civis do Exército. Assim, o relacionamento com o Dr. Cruls era excelente, máxime porque ele fora 1º Ten. do Exército da Bélgica, era major honorário de nosso Exército e lente da Escola Superior de Guerra (escola de formação de oficiais do Exército, que não deve ser confundida com a atual ESG), tendo inclusive recebido, em 1895, a honorificência de *Ten. Cel. honorário do Exército Brasileiro*. A Comissão Exploradora, de 1892, era basicamente militar, tanto que dezesseis dos seus vinte e dois membros eram oficiais do Exército ou funcionários do Ministério da Guerra, isso sem contar o contingente de apoio e segurança, também da Força. Entre os oficiais que serviram sob as ordens de Cruls, merecem ser citados o Maj. médico Dr. Pedro Gouvea, o Cap. Pedro Carolino de Almeida e os Tenentes Augusto Tasso Fragoso, Hastimphilo de Moura, Antônio Cavalcanti de Albuquerque e Alípio Gama.

Hoje, o augusto nome de Luiz Cruls foi resgatado pelo Exército Brasileiro, que concedeu, em 1999, à 11ª Região Militar, sediada em Brasília, a denominação histórica de “Região Tenente-Coronel Luiz Cruls” e respectivo estandarte histórico.

Na relembração da memória de Luiz Cruls, merecem ser transcritas as palavras do historiador militar Gen. Hans Gerd Haltenburg, contidas em seu precioso arquivo: “*Foi soldado. Alma de soldado, soube cumprir missões. Aprendeu a amar a nova Pátria. Aqui casou. Aqui deixou descendentes. Aqui repousa. Morreu pelo Brasil*”...

Após a interrupção dos trabalhos da segunda *Comissão Cruls*, o assunto da mudança ficou esquecido. Isso se deveu, fundamentalmente, ao saneamento e modernização do Rio de Janeiro e às concomitantes restaurações das fortalezas daquela cidade e reequipamento da Marinha, ocorridos no princípio do século, além da evolução tecnológica dos meios bélicos (mísseis, principalmente), de 1946 a 1960, o que invalidava, em parte, as estratégias de defesa da capital da República.

Somente em 1946, o assunto voltou à baila, quando o presidente Gen. Eurico Gaspar Dutra constituiu uma comissão de estudos para a localização da nova capital, cuja chefia coube ao Gen. Djalma Poly Coelho. O relatório da comissão ficou pronto em agosto de 1948 (concluiu-se pela manutenção, com algumas modificações, do *quadrilátero Cruls*).

Em 1953, dá-se a formação da *Comissão de Localização da Nova Capital*, presidida pelo Gen. Aguinaldo Caiado de Castro, chefe da Casa Militar do presidente Vargas, que cumpriu, integralmente, os objetivos previstos, mormente um minucioso levantamento fotogramétrico da extensa área escolhida.

Em 1955, convidado pelo presidente Café Filho, assume a presidência da mencionada comissão o Gen. José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. A comissão foi responsável pela exata escolha do local, onde hoje, portentosa, se ergue Brasília. Muito importante é dizer-se que, por solicitação do Gen. José Pessoa, o então governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, exarou um decreto declarando de necessidade e utilidade públicas e de conveniência ao interesse social, toda a área onde se sediaría o Distrito Federal. À tarde de 30 de abril de 1955, um sábado, reuniram-se o governador José Ludovico e o Gen. José Pessoa, para acerto de detalhes do decreto, linhas atrás referido, o qual foi assinado no dia seguinte, 1º de maio, com data de 30 de abril, causando grande surpresa, mas impedindo a especulação imobiliária que adviria, caso esse ato legal fosse do conhecimento prévio da população. José Pessoa, acendrado patriota e idealista, assim antevia o radioso futuro do Planalto Central: *“O altiplano brasileiro sempre exerceu poderoso fascínio sobre os nossos primitivos habitantes, como se deu na era aurífera de São Paulo e Minas e não tenhamos dúvida de que o mesmo acontecerá, num futuro próximo, com aquele Planalto; será com sangue novo que lhe faremos o povoamento e a grandeza”...*

Por derradeiro, frise-se que em 1956, quando se iniciou a construção da Capital Federal, as primeiras *moradias* de Brasília, as dos candangos, foram as barracas verde-oliva do Exército, trazidas em enorme quantidade para o Planalto, por ordem pessoal do ministro da Guerra, general Henrique Lott; outrossim, ele deu prioridade máxima à construção de quartéis, porquanto era um ardoroso admirador do obstinado ânimo do presidente Juscelino, como nos ensina o emérito *historiador de Brasília*, Dr. Adirson de Vasconcelos.

Eis, em síntese, mesmo que imperfeita e incompleta, o que foi, através de várias épocas, a participação do Exército, pelo benemérito

labor de alguns de seus abnegados integrantes, na mudança da capital do País, inaugurada em 21 de abril de 1960 e consolidada pelos primeiros governos da Revolução de 31 de março de 1964. De Varnhagen, ainda ao tempo do Império, a Lauro Müller e Floriano Peixoto (que efetivou as primeiras medidas para a transferência), passando por Cruls até o Gen. Dutra (que retomou o *ideário* mudancista) e deste a Poly Coelho, Caiado de Castro, José Pessoa e Lott, muito foi feito pelo invicto e glorioso Exército Brasileiro, com vistas à materialização do sonho de interiorizar-se a capital do Brasil.

Eis por que os militares da Força Terrestre Brasileira, desde sempre, ufanam-se em pertencer à *mais lídima e representativa das instituições nacionais – o verdadeiro índice do povo brasileiro*, no dizer do inesquecível sociólogo Gilberto Freyre.

* O autor é Cel. ex-chefe do C. Doc. Ex.

UMA VIDA EM BRASÍLIA

ANTONIO CARLOS OSÓRIO

Cabe-me agradecer, com emoção e reconhecimento esta prestigiosa homenagem que me presta a Câmara Legislativa do Distrito Federal, com a outorga do título de Cidadão Honorário de Brasília. Em especial, aos ilustres proponentes da comenda, meus caros amigos Deputados Luiz Estevão de Oliveira Neto, Vice-Presidente desta Casa, e o bravo planaltinense Deputado Daniel Marques.

Não me compete refletir sobre a sua justificativa, mas apenas, neste momento, dizer algumas palavras que possam explicar ou legitimar a generosidade da oferta.

Meu título à outorga não é de certo o triunfo empresarial ou público, nem a pregação cívica ou religiosa, e menos ainda o crédito político.

Consistirá ele quem sabe no fato de ser o advogado mais antigo de Brasília, há mais de quarenta anos aqui militante, desde quando era ela um canteiro de obras, e de ter escrito alguns versos de destino incerto, além de várias meditações sobre a cidade que vi nascer, e que todos tanto amamos.

Tenho então à minha frente duas linhas de oração, em tese divergentes, mas talvez harmonizáveis.

Uma da memória, outra da reflexão. Uma do coração, outra do pensamento.

Nesta última vertente, devo evitar meditações que poderiam ser impertinentes, e mais não de incumbir a quem está investido de responsabilidades públicas, com os nobres Deputados que me conferiram a láurea.

Ambas muito me seduzem, mas optarei pela primeira, também porque Brasília para mim não é reflexão, é antes vida. Vida que está

dentro de mim, e eu dentro dela. Não um lugar que escolhi para viver, mas uma morada que me chamou para habitá-la, e com o próprio habitante se confunde.

Devo entretanto lhes dizer, generosos amigos, que já transitei por ambos esses caminhos, em textos arduamente meditados, e alguns tingidos por tensas escavações na memória.

O primeiro, de 1974, contribuição, representando a Associação Comercial do Distrito Federal, no I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, promovido pelo Senado Federal.

Consiste ela em um ensaio sob o título “Brasília – Capital ou Pólo de Desenvolvimento?”, publicado depois no meu livro “Brasília-Diálogo com o Futuro” (1978). Nele analiso, desde a sua ideação no século passado, a dicotomia básica da cidade, os seus dois destinos conflitantes um com o outro. De ser a um tempo Capital de Império, e pólo indutor de desenvolvimento. Ainda hoje Brasília se debate entre essas duas missões antagônicas, dificilmente conciliáveis, sendo a primeira substancial e prioritária, e a outra paralela e ancilar, embora também importante. Creio que, nessa meditação, foi que pela primeira vez se falou na criação de uma Região Metropolitana em torno de Brasília.

O segundo, escrito em 1978, sob o título “Memória e elogio de Brasília nascente, vista do Núcleo Bandeirante”, publicado no livro “Peço a Palavra pela Ordem”. Nele relembrei, em texto lançado em algumas noites febris, os três anos e meio em que tive escritório no Núcleo Bandeirante. Já aí disse, e repito aqui com a mesma cálida lembrança, dessa experiência fascinante e única. Também no campo da memorialística, mas abrangendo período maior, publiquei um livro inteiro, o “Arquivo Morto”, onde registro, já na fria crueza do tempo exausto, as minhas quatro décadas de Brasília.

Optando pela vertente da memória, perdoai-me eventuais estremecimentos de voz, porque a memória do coração se alimenta, e com ele freme, neste turbilhão de lembranças que me assaltam.

Perdoai-me também que retorne ainda antes de 1957, embora enfrentando o risco de entediá-los, com o uso forçado desta sempre odiosa primeira pessoa. Mas terei presente que a brevidade é a polidez do orador, assim como a pontualidade é a polidez dos reis.

Talvez seja a única forma de tornar inteligível, também para mim mesmo, esta alta láurea que me conferis.

A escusa estará em que a memória e o inconsciente individuais estão embebidos da história coletiva, e esta história pessoal pode quem sabe iluminar ou esclarecer aquela.

Nascido em Quaraí, pequena cidade da campanha gaúcha, no extremo sul brasileiro, nesse difícil ângulo com o Uruguai e a Argentina, sempre tive no entanto, desde que se me aflorou a consciência, uma noção nítida do Brasil, na sua grandeza e na sua unidade. Desse nosso gigante, não deitado, mas ereto, com suas costas amplas recostado nos Andes, e o peito aberto sobre o Atlântico e a sofrida África, à qual tanto devemos.

E recebi do meu pai, Antônio Cândido Osorio, fazendeiro, homem simples, mas de espírito largo e progressista, a idéia de que o destino do Brasil era a conquista de seu território, ao Norte, e ao Oeste das Tordesilhas.

Eram os anos iniciais quarenta, com as primeiras canções cívicas, inspiradas pelo notável Presidente Getúlio Vargas, da Marcha para o Oeste, antes e depois cantada por dois grandes poetas. Àquele tempo muitos fazendeiros gaúchos se estabeleceram no norte do Paraná e no Mato Grosso. Mas também nós sabíamos, naquele extremo meridional, da placa colocada pelo Presidente Epiácio Pessoa como marco da Nova Capital, a 7 de setembro de 1922, no hoje Parque das Águas Emendadas, belíssimo símbolo da unidade do Brasil. E vi, ainda adolescente, como também depois já em Brasília, vários títulos de venda de terrenos nos loteamentos então lançados. Se não me engano, um deles se chamava Planópolis. À época e por anos depois, li sempre com interesse um encarte jornalístico, nos Diários Associados, chamado Singra, destinado a propagar a idéia e lutar pela edificação da Nova Capital. Creio que editado ou financiado pelos irmãos Coimbra Bueno, construtores de Goiânia.

Todas foram pequenas sementes lançadas no limiar do consciente e do inconsciente, e que obscuramente viriam a germinar.

Bacharel em Filosofia e logo depois em Direito (1950), nem mesmo cheguei a encetar seriamente vida profissional em Porto Alegre, por caminhos então todos abertos, fosse no magistério, na advocacia ou no serviço público. Já no ano seguinte viajei para a Europa, onde, sempre em torno desta esplêndida Paris – outra cidade mítica – vivi quatro anos em estudos, trabalhos e viagens dispersos. Sem o saber, buscava espaços mais largos.

Retornando ao Brasil em fins de 1954 e quando apenas, embora hesitante, tentava iniciar vida de advogado e em parte de fazendeiro, por sugestão de meu irmão Walter e meu tio Coralio Meirelles, que me haviam precedido vindo a Goiânia em maio de 1956, cheguei pela primeira vez ao Planalto Central em agosto do mesmo ano. Fiquei algumas semanas

em Goiânia, e fui a Posse, pequena cidade do vale do Paranã, quase ao sopé da Serra Geral, encima da qual já é Bahia. Como o piloto do teco-teco se esquecera de nos buscar, a mim e meu primo Leônidas, permanecemos nesse então lugarejo quase 10 dias. Foi uma experiência emocionante que já contei em livro, pois pela primeira vez conhecia mais de perto a dura realidade do interior rural brasileiro. E imaginava Brasília como um instrumento de libertação do homem nesses imensos espaços.

Amadurecia, sob novas dimensões, a vaga fantasia do menino. Que na sua infância rural fora fascinado pelos corredores porque não sabia aonde conduziam os cavaleiros e suas tropas.

Pouco ainda se falava de Brasília, e a Novacap e o concurso de projetos para o Plano Piloto viriam alguns meses depois. No retorno, pelo Rio de Janeiro, onde passei algumas semanas, tive notícia da criação da Cia. Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) e do resultado do concurso, vencido por Lúcio Costa e sua obra-prima arquitetônica e literária.

A decisão já estava tomada, mas tive de voltar ao Rio Grande para ultimar alguns casos profissionais. Em agosto do ano seguinte, sempre passando pela já dinâmica Goiânia, estava de novo no Planalto, e em setembro vim pela primeira vez à Brasília infante, em estrada de terra que depois de Anápolis, passava por Corumbá de Goiás, Campo Limpo e Brazlândia.

No Núcleo Bandeirante montei o primeiro escritório de advocacia de Brasília, à Av. Central 990-C, em algumas pequenas salas, de madeira é claro, porque tudo no Núcleo era de madeira, salvo as ruas que eram de barro e as almas de aço.

Aí iria permanecer por mais que três anos, numa modesta mas intensa militância em matéria de acidentes de trabalho, prisões arbitrárias, conflitos de família, reclamações trabalhistas, cobranças, contratos. As questões forenses eram em maioria na Comarca de Planaltina, eis que, se bem o Núcleo estivesse na Comarca de Luziânia, o Plano Piloto a construir e os escritórios da Novacap se situavam em seu território, separado de Santa Luzia pelo Córrego Vicente Pires.

Planaltina, esta humilde e centenária Mestre d'Armas, primeira sentinela de Brasília nascitura, estava a mais de 50 km, por uma estradinha poeirenta que era obrigado a trilhar algumas vezes por semana, até que o Dr. Lúcio Arantes, o sereno e probo juiz da Comarca, resolvesse despachar também nas dependências da Novacap.

Já relatei longamente, na "Memória e Elogio" que antes mencionei, escrita há já quase vinte anos, o que era a Cidade Livre, naquela febricitação inicial. Não vou agora me repetir.

Mas permitam apenas algumas pinceladas de saudade daquele quadro já longínquo, e que muitos dos presentes não conheceram na sua moldura originária, infelizmente destruída pela crueldade do tempo e da História.

O Núcleo era paisagisticamente, algo inteiramente inédito, com as suas casinhas de madeira e suas ruas de terra, trepidantes sob rodas e passos. Também humanamente, no burburinho de gentes das mais divesas origens e raças à frente das quais o nosso bravo nordestino. A poeira velha serpenteava no ar, ou quando chovia, e era muito, se enrolava em sapatos e botas. Botas, sim, porque muitos usavam botas, e eu as altas botas gaúchas, com as quais comparecia até a audiências no fôro.

Nesse período, de 1957 até meados de 1960, morei, à falta total de opção, em hoteisinhos de madeira, há muito destruídos, com nomes para mim inesquecíveis: Paraíso, Portugal, D. Pedro II, Normandie, Burity. À noite, lia no quatinho, muitas vezes à luz de vela, O Estado de S. Paulo e... Fernando Pessoa. Para quebrar a rudeza do planalto, quase todos os fins de semana ía a Goiânia, na minha saudosa barata Ford 46, cor bordô. Na bonita capital goiana, já com bons prédios e largas avenidas, conheci e casei em maio de 1959, com minha mulher Natanry Ludovico Pinheiro Lacerda, admirável companheira desde então, e que não hesitou corajosamente um só momento em participar da áspera vida da cidade nascente. E lecionou em Taguatinga na primeira escola aí construída e depois, já em 1960/63 na Escola Parque da SQS 308.

No Plano Piloto nada havia sido ainda construído e os tratores recém estavam derrubando o cerrado, ruidosamente desenhando a cidade futura. Obras mais adiantadas, apenas o Palácio da Alvorada, a Rodoviária, o Congresso, o Brasília Palace Hotel. Vários Institutos de Previdência e o Banco do Brasil iniciavam também algumas superquadras.

Apesar da aspereza do ambiente e dos trabalhos, sentia-se um entusiasmo geral, na Cidade Livre e nos acampamentos de obras, desde o operário até o engenheiro e o funcionário. E por certo a sensação obscura, mas exaltante, de fazer parte de uma grande bandeira.

Consintam que me cite a mim mesmo:

“Havia no ar um certo senso de missão, uma espécie de seriedade quase mística. Um espírito de comunidade e de participação. Testemunhávamos, entre certezas e entremunhos, entre bravatas e dúvidas, entre heroísmo e ironia, o início de uma grande aventura da qual éramos todos, no Núcleo, partícipes e observadores. O patriotismo estava na moda e era coisa viva, que a gente sentia no ar. Não era esse

fácil civismo de passeata ou de comício". (Memória e elogio de Brasília nascente – in “Peço a palavra pela ordem” – pág. 38)

Durante esses mais de quarenta anos de advocacia em Brasília que continuará até o fatal limite marcado por Deus, tive centenas, senão milhares, de causas e clientes. Das mais diversas espécies jurídicas, desde aquelas de modorrenta rotina, até outras de alta complexidade e dificuldade. Representando desde humildes operários e donas de casa, até grandes empresas e Estados estrangeiros. E em todas as instâncias desde Delegacias de Polícia até os Tribunais Superiores. Essa larga variedade de pessoas e matérias me ofereceu à observação um largo espectro da vida e do destino humanos, em amplitude de vivências que se refletem por certo na minha poesia e nos meus ensaios.

Mas os tempos e os homens que me marcaram memória e coração de forma mais indelével, foram aqueles da época pioneira, a um só tempo valente e lírica. Não me abria ela uma cornucópia de moedas ou ovelhas, mas libertava quem sabe um rebanho de versos.

Não posso omitir, pois integra ela substancialmente a minha vida, uma palavra sobre a Ordem dos Advogados do Brasil, essa extraordinária instituição nacional. Inscrito inicialmente no Rio Grande do Sul, aqui advoguei no começo sob inscrição da OAB de Goiás, eis que Brasília se edificava em território goiano. Sou um dos fundadores da OAB do Distrito Federal, em meados de 1960, pois que inscrito no primeiro dia de sua inscrição, recebendo, em sorteio, o número 7. E sou atualmente o seu mais antigo Conselheiro Seccional, desde 1962, reeleito quatro vezes consecutivas até me tornar membro nato pelo exercício de sua Presidência. A nível nacional, fui Conselheiro Federal durante seis biênios, e Secretário-Geral de 1991 a 1993. Na gloriosa OAB muito aprendi de Direito e de civismo.

Por que vim para Brasília em época tão anterior?

É pergunta que muitos amigos me faziam e ainda fazem. Já tentei responder, sem consegui-lo.

Há contudo algo de certo. Não vim para Brasília em obras por nenhuma obrigação funcional, profissional ou familiar. Vim por escolha livre, o quanto podem ser livres as opções do homem, sitiado por tantos condicionamentos e mistérios interiores e externos.

Mas jamais me arrependi, embora tivesse tido, antes e depois, escolhas mais cômodas. E de certo acertei na decisão, principalmente por ter tido o privilégio raríssimo de testemunhar e participar, ainda que de forma modesta, de uma aventura cívica grandiosa, inédita na história humana, pela rapidez na execução e pela inaudita coragem de seus construtores.

Por outro lado, não posso deixar hoje de achar curioso, na mesma linha de raciocínio, que, vindo de tão longe e em tempos tão primevos, jamais tenha titubeado em aqui permanecer, e nunca nenhuma idéia de retorno a campos mais amenos. Devo-o seguramente, em parte não pequena, à minha mulher Natanry, bela e valente parceira de tantas lutas, e a quem devo os nossos filhos maravilhosos: Antônio Cândido Osorio Neto (1960), Maria Karla Lacerda Osorio (1961), Maria Cecília Lacerda Osorio (1962), Antônio Carlos Osorio Filho (1964) e Diva Maria Lacerda Osorio (1975).

Perdoai-me estas lembranças, quase confidências, por ser a minha história pessoal provavelmente a mesma de tantos outros companheiros e amigos, uns vivos e outros já imersos na paz do Senhor, que vieram para este planalto agreste ajudar a concretizar o sonho de toda uma nacionalidade.

Creio, pela análise histórica e pela experiência pessoal, que Brasília era, há décadas, uma aspiração nacional, embora latente e inarticulada. Embora construída pela determinação inabalável e pela vontade férrea do extraordinário Presidente Juscelino Kubitschek, ela correspondia aos anseios profundos, se bem que obscuros, da nação brasileira, que somente um grande estadista poderia captar e concretizar. E enfrentando com indômita coragem, os ferrenhos adversários da idéia, na política e na imprensa, aliás mesmo depois de sua inauguração e quem sabe até hoje.

Propus-me neste agradecimento, apenas à celebração da memória. Contudo, se me impõe, ao final, uma amarga reflexão.

Brasília, desde sua idealização, até sua construção e hoje sua realidade, tem características de cidade-esperança, cidade-símbolo, cidade-utopia, cidade de sonho.

Mas é da humana natureza, infelizmente, que todo sonho se transforma, ou tem momentos de pesadelo. Esse pesadelo doloroso é hoje decorrente da incoercível pressão migratória e da desenfreada especulação imobiliária, conduzindo a um gigantismo que a ameaça e desnatura.

Mas o sonho é bravo e rebelde, no sono ou na vigília. E nossa vigília há de mantê-lo aceso. DEO GRATIAS.

Discurso de ANTÔNIO CARLOS ELIZALDE OSÓRIO recebendo da CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, o título de Cidadão Honorário de Brasília, a 27 de maio de 1998.

REGISTRO

Ao presidente Juscelino Kubitschek coube a missão de prosseguir o feito iniciado em 1500 por Pedro Álvares Cabral. Os bandeirantes com suas botas de gigantes, avançaram além da linha de Tordesilhas, aumentando nossas fronteiras. Com o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa nosso país adquiriu o formato atual dos seus limites geográficos. Mas foi o presidente diamantinense quem tomou posse efetiva de 2/3 do território que só eram brasileiros no mapa. JK sonhava com o fantástico programa de ocupação que ele denominou “Cruzeiro Rodoviário”. Construiu estradas de longo percurso, obedecendo as linhas dos pontos cardeais e tomando a nova capital como ponto de irradiação. Em 1960 conseguiu realizar a pioneira e heróica “Caravana de Integração Nacional”.

Despertando o Brasil, JK fez um governo audacioso, dinâmico, vanguardista e certo da ilimitada capacidade realizadora do seu povo. Não só fortaleceu, como arraigou a consciência de país federativo, além de sustentar a idéia da hegemonia e da defesa dos interesses continentais, ao lançar a famosa Operação Pan-Americana.

Colocando em execução seu plano de 31 metas, construiu Brasília, iniciou a fase decisiva da nossa industrialização e foi um obstinado na rota do desenvolvimento. Enfrentou com coragem e determinação, quem desejava, pela frieza dos números, aniquilar nossa soberania, falir nossas indústrias, manietar nosso comércio, condicionando-nos às situações dos tempos coloniais. Ante às ameaças de nos manter na posição de povo subdesenvolvido, a decisão de JK há 40 anos tomada no princípio de junho, repercute e ensina.

Símbolo mesmo daquele que seria um Brasil-Potência JK precisa ser mais conhecido e estudado nas escolas. Só as novas gerações,

se libertas estiverem, comprometidas sim, com as pesquisas e com nossa independência, haverão de se encantar e serão seduzidas com as visões avançadas, a compostura de estadista e a dignidade do político hábil que ele foi. O proclamado amor de JK ao Brasil, sempre tão carregado de entusiasmo, é um convite permanente para se refletir sobre os meandros da vida pública.

Ao coronel Affonso Heliodoro dos Santos, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do DF, coube o privilégio de acompanhar a vitoriosa e sempre democrática trajetória política de JK, desde os tempos do governo de Minas Gerais. Assessor e confidente, sua lealdade só é comparável à das figuras mitológicas. Administrador dirigente como a abelha que produz mel, de índole alegre e doce, nunca se conformou com expedientes burocráticos. Incansável, sempre fez da criatividade e da rapidez as marcas do seu trabalho fecundo e admirado.

Ao Instituto Cultural Semana JK coube a honra de fazer, neste dia, a homenagem a estes dois personagens singulares, que é ao mesmo tempo um brado de patriotismo e de orgulho pelos valores que mais alto se alevantam na civilização brasileira.



Antoninho Rapassi, Solange Rapassi e Sãozita, esposa do presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, ao lado da Placa Comemorativa dos 39 anos da chegada da Caravana de Integração Nacional ao Planalto Central. A referida placa está hoje na sala da Presidência do IHG-DF.



Solange Rapassi corta a fita que inaugura a maquete do Monumento à Caravana de Integração Nacional existente na Esplanada dos Ministérios. Na foto: Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira, Ministro Guido Mondin, Solange Rapassi, Antoninho Rapassi e Affonso Heliodoro dos Santos, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

ANTONINHO – SÓCIO CORRESPONDENTE

Falo de Antoninho Rapassi com alegria e contentamento. Nele tenho encontrado o bom amigo, o companheiro dedicado, um fiel e excelente colaborador na incansável tarefa de não permitir que caia no esquecimento o nome daquele que foi, como entendemos, um dos maiores vultos de nossa História a ocupar o elevado cargo de Presidente do Brasil: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Em Antoninho Rapassi tenho encontrado apoio, inteligência e dedicação, na obra que realizamos juntos, a tarefa de manter viva, na lembrança dos brasileiros, a figura legendária de JK.

Embora seus adversários tenham tentado esconder-lhe as nobres qualidades de estadista e homem público, procurando ainda denegrir seu nome, hoje já lhe fazem justiça por tudo que realizou, criando um Brasil novo – diferente daquele que se julgava menor –, mas agora crente de si, acreditando-se capaz e forte, tanto quanto qualquer outro povo.

Tenho encontrado em Antoninho Rapassi, como já salientei, aliado fervoroso nessa batalha contra o esquecimento e o menosprezo

ao legado deixado por Juscelino para nossa História. Este dileto amigo, desde cedo empenhado em fazer política, elegeu-se presidente, por mais de uma vez, para três Centros Estudantis em São Paulo. E, a exemplo do que fizera seu candidato à Presidência da República em 1955, também propunha aos seus eleitores estudantes um Programa de Metas.

Passam-se os tempos e o jovem estudante continua seguindo os passos e os feitos de seu candidato, agora Presidente da República. Mais tarde, terminado o mandato, o governo JK, Antoninho mais uma vez se posiciona ao lado dele na campanha para o Senado e no Movimento JK-65, que o teria levado novamente à presidência do País, não fossem os acontecimentos de 1964, com a deposição do presidente João Goulart e o advento dos governos militares que se seguiram.

Juscelino senador, e já lançada sua candidatura novamente à Presidência da República, tem seu mandato e seus direitos políticos cassados. Ausenta-se do País. Vai para um exílio forçado. Mas meu amigo Antoninho continua fiel aos seus princípios e mantém-se, embora as adversidades, defendendo o Presidente que ele ajudou a eleger e que agora via, para infelicidade do Brasil, banido da vida pública do País, exilado, não tendo mesmo o direito de ser cidadão brasileiro, pois não podia votar nem ser votado. Antoninho via seu ídolo, aquele homem que “só pensava no Brasil, que só estudava Brasil, só viajava pelo Brasil e em torno de si reunira uma equipe de colaboradores só para adorar o Brasil”, agora impedido de participar da vida pública de nossa pátria.

Um acidente muito contestado na Via Dutra rouba-nos a vida de Juscelino. Morto o ídolo, continuou Antoninho, todos os anos, no mês de setembro, a comemorar-lhe o aniversário. Reunia amigos, fazia discurso, falava da obra de Juscelino. Estas comemorações criaram vulto e em 1992, fundou, em Americana, São Paulo, o Instituto Cultural Semana JK, cujo objetivo e finalidade são promover o estudo, o ensino e a divulgação da grande figura de estadista que foi o fundador de nossa Capital. O homem que fez o Brasil olhar para si mesmo e deixar de encantar-se com a beleza inegável de suas praias, aquele que fez, também, seu povo voltar-se para seu interior. Enfim, Juscelino revelou ao País a existência de um outro Brasil, imenso, rico, estuante de força, ávido de progresso, ansioso por libertar-se do isolamento em que vivia desde a volta dos bandeirantes para São Paulo e Minas Gerais, esgotadas as minas de ouro e pedras da região. Esta pregação de Antoninho aproximou-nos e passamos a fazer juntos um trabalho que julgamos necessário para resgatar parte da História recente de nossa Pátria.

Assim, ao outorgar a Antoninho Rapassi o título de sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal em Americana, São Paulo, nada mais fazemos do que reconhecer seu valioso trabalho em prol da verdade histórica, cultuando o nome daquele que é o Patrono desta Casa, Casa que pretende guardar a História de Brasília, cultivar seus grandes vultos e valorizar a obra dos que aqui vieram convocados ou não por Juscelino, para realizarem a obra do século, a construção, em pouco mais de mil dias, da mais bela capital do mundo, no deserto que era esta região do Planalto Central, propiciando com esse memorável feito a integração nacional.

Faço-lhe, portanto, Antoninho Rapassi, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, a entrega do Diploma de Sócio Correspondente desta Casa, na cidade de Americana, em São Paulo, na melhor certeza de que nosso Instituto terá em sua ilustre pessoa mais um dedicado colaborador.



Palavras proferidas pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Affonso Heliodoro dos Santos, por ocasião da outorga do título de Sócio Correspondente deste Instituto a Antoninho Rapassi, Presidente do Instituto Cultural Semana JK da cidade de Americana, São Paulo.

Visita

A presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, na pessoa de seu titular Coronel Affonso Heliodoro, recebeu a visita do Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Eslovaca, Dr. Jozef Adamec. O encontro deu-se no dia 2 de fevereiro de 1999 e o diplomata foi recepcionado no salão nobre do Instituto.

Mapas de Israel

Daniel Zohar Zonshine, Conselheiro da Embaixada de Israel e o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, coronel Affonso Heliodoro, descerram a fita de inauguração da Exposição de Mapas Antigos de Israel. A exposição, inaugurada no dia 5 de julho de 1998, teve lugar no andar superior do Instituto, com a presença de diversos sócios acadêmicos, membros da comunidade israelita e pessoas da sociedade de Brasília. Na foto, flagrante da solenidade de abertura da mostra.



LUIZ CRULS, EXPLORADOR DO CÉU E DA TERRA

RONALDO ROGÉRIO DE FREITAS MOURÃO

Além de pesquisador do espaço sideral, Luiz Cruls foi um autêntico explorador, especialmente, do território brasileiro. Afora as descobertas astronômicas, em particular do cometa que leva o seu nome, realizou várias expedições. Foi a Punta Arenas, no sul do Chile, para observar o trânsito do planeta Vênus pelo disco solar, quando explorou as regiões antárticas. Mais tarde, comandou duas missões ao planalto central – uma primeira para explorá-lo e uma segunda para estudar as condições de salubridade do clima, da qualidade da água e sua abundância, bem como a natureza do terreno e sua topografia. Nessa segunda missão estabeleceu as condições que viabilizariam as ligações por linhas férreas e mistas (ferro-fluviais) da nova capital com a maior parte do território nacional. A sua última missão à região amazônica está relacionada à questão acreana, definição do limite entre o Brasil e a Bolívia, quando foi colocado à disposição do Ministério das Relações Exteriores com o objetivo de demarcar as nascentes do rio Javari. Este grande explorador que foi Louis Ferdinand Cruls nasceu em Diest, província de Brabante, na Bélgica, em 21 de janeiro de 1848, filho do engenheiro civil Philippe Auguste Cruls e Anne Elizabeth Jordens. Após fazer seus cursos de humanidades, entrou para a Escola de Engenharia Civil da Universidade de Gand, que frequentou de 1863 a 1868. Mais tarde, em 1872, foi admitido como aspirante de engenharia militar, obtendo nesta última carreira, que seguiu durante um ano, os postos de segundo e primeiro tenente.

Em 1874, pediu demissão do Exército com o objetivo de visitar o Brasil, apenas por espírito de curiosidade e sem nenhum plano premeditado, mas influenciado pelos brasileiros que na época estudavam

na Bélgica. Assim, em 5 de setembro de 1874, Cruls embarcou no pequeno vapor que transportava os passageiros de Bordeaux com destino a Pouillac, onde ancoravam os navios das *Messengeris Maritimes*, que faziam a travessia da Europa à cidade de La Plata.

A viagem, de Bordeaux a Pouillac, era feita, geralmente, em condições bastante desagradáveis o que provocava, a cada vez, numerosos protestos dos passageiros. De dimensões muito limitadas, essa embarcação a vapor era insuficiente para receber os passageiros, freqüentemente em número considerável, que se comprimiam a bordo.

Pouco depois de haver deixado o cais, Cruls conheceu um passageiro de aspecto muito simpático. Era Joaquim Nabuco que acabava de viajar pela Europa e regressava ao Brasil. Nabuco, nessa época, iniciava sua carreira diplomática. Poeta, escritor, jornalista, orador de talento, Nabuco não imaginava o papel importante que lhe estava reservado mais tarde, na política do Brasil, como campeão das grandes causas liberais e humanísticas.

Mais tarde, confessou Cruls que a sua aproximação deu-se em virtude de uma simpatia mútua, que rapidamente os conduziu ao terreno das confidências. Cruls explicou-lhe que se dirigia ao Brasil por influência de um dos seus compatriotas, em particular ao engenheiro Caetano Furquim d'Almeida, que conheceu em Gand, no tempo em que freqüentavam a Universidade onde estudava engenharia civil. Foi durante o tempo dos seus estudos, entre 1863 e 1869, que se associou a um grupo de estudantes brasileiros: João Van Erven, Cristiano Ottoni, Manuel Lara Caetano da Silva, José Maria Vianna, Antônio Chermont Félix de Moraes. A maior parte morava e fazia suas refeições na residência dos Dupré.

Com relação à duração de sua permanência no Brasil, informou a Joaquim Nabuco, que tudo iria depender da entrevista que deveria ter no Rio com Furquim. Na ocasião, Nabuco ofereceu-se para colaborar afirmando que tudo faria pela sua permanência no Brasil, onde existia um vasto campo aberto à iniciativa de todas espécies, principalmente às inteligências voltadas para a geodésia e astronomia, uma das ciências de preferências do Imperador. Além disso, havia as relações de suas famílias, sobretudo de seu pai, que gozava de grande prestígio. Tanto mais que, de um dia para outro, esperava chegar ao poder pelo Partido Liberal, o que lhe podia ser de grande utilidade. Acrescentou Nabuco que a hospitalidade e a natureza dos brasileiros são de tal modo atraentes, que o estrangeiro facilmente se sentia seduzido.

Alguns instantes mais tarde embarcaram no paquete *Orénoque* que logo deixou os estaleiros de Marselha. Era sua primeira grande

viagem, entre os passageiros, além de Nabuco, relacionou-se particularmente bem com o Dr. José Bento Martins.

Em 1874, gastavam-se 20 a 21 dias na travessa de Bordeaux ao Rio de Janeiro, onde só chegaram em 26 de setembro. No dia seguinte à chegada, soube que Furquim estava no Rio Grande do Sul, ocupando-se como engenheiro da construção de uma estrada de ferro. Era um contratempo com o qual não contava. Mandou-lhe um telegrama. Alguns dias depois, a resposta por carta chegou informando-o que só poderia estar de retorno à cidade do Rio de Janeiro, alguns meses mais tarde.

Depois de 15 dias, graças a Nabuco e ao Dr. Bento Martins, Cruls foi recebido por várias famílias cariocas, quando então pode verificar a exatidão do que lhe havia afirmado Nabuco, com respeito à hospitalidade brasileira. Aconselharam-no a procurar o Imperador, que o recebeu com a amabilidade tão natural que D. Pedro II dispensava às recepções no Palácio. Em geral, eram tão desprovidas de etiqueta que muito contribuíram para tornar a família imperial eminentemente popular.

Mais tarde, o Senador Nabuco apresentou Cruls a Buarque de Macedo, que ocupava o cargo de diretor geral no Ministério dos Trabalhos Públicos, tendo sido mais tarde nomeado Ministro. “Conservei da sua acolhida a melhor lembrança; era uma inteligência esclarecida e um espírito aberto às grandes idéias”, escreveu mais tarde Cruls. “Infelizmente a morte cedo interrompeu o curso dessa preciosa existência, consagrada até então ao serviço do país”.

Buarque de Macedo aproveitou para nomeá-lo membro da Comissão dos Trabalhos Geodésicos no Município Neutro, sob a chefia do Marechal Henrique deBeaurepaire Rohan, onde serviu de 1874 a 1876. Como tinha vindo para o Brasil, sem uma determinação fixa relativa ao seu tempo de permanência, motivos familiares obrigaram-no a retornar à Europa em janeiro de 1875. Aproveitando a oportunidade, o governo brasileiro incumbiu-o de auxiliar o Ministro do Brasil, em Paris, na recepção de uma encomenda de instrumentos de geodésia, que havia sido feita algum tempo antes. No mês de junho desse mesmo ano, regressou ao Brasil para prosseguir os seus trabalhos na comissão para a qual fora nomeado.

Em abril de 1875, uma pesquisa sobre o método de repetição e reiteração usado para leitura de ângulos, com fiins astronômicos e geodésicos, publicada em Gand, deu-lhe os títulos necessários para que fosse admitido, como astrônomo adjunto, no Observatório Imperial do Rio de Janeiro. No ano seguinte foi nomeado para a Carta Geral do Império, em 27 de junho de 1876.

Em 26 de maio de 1877, Louis Cruls casa-se com Maria Margarida de Oliveira, na Matriz de Santo Antônio, no Rio de Janeiro.

Neste mesmo ano, em 6 de dezembro, Emmanuel Liais nomeia Louis Cruls secretário ordinário da Comissão das Longitudes.

Em 12 de fevereiro de 1881, o Imperador D. Pedro II assina o ato de naturalização já com seu nome aportuguesado para Luiz Cruls. Em 24 de março do mesmo ano, foi nomeado primeiro astrônomo do Imperial Observatório do Rio de Janeiro.

Residiu durante anos no velho prédio do observatório no Morro do Castelo. Lá nasceram quase todos os seus filhos. Era comum ser interrompido durante as suas fecundas e pacientes pesquisas por uma visita – às vezes inesperadas, mas sempre muito bem recebida, do Imperador, que subia até a cúpula para muito humildemente, bater à porta, respondendo a solicitação de quem era com a resposta simples e quase monossilábica.

– É o Pedro.

Não era, na realidade, o Imperador, mas o astrônomo-amador que o procurava como o fez em diversas ocasiões, ora para observar um cometa, eclipse da lua ou até para discutir sobre alguma nova descoberta. Mesmo diante da insistência de Dona Maria, esposa de Cruls, para tomar um chá, Dom Pedro recusava com receio de perturbar a intimidade da família. Mas não eram raras as vezes em que cedia a insistência para aproveitar ainda mais os conhecimentos de astronomia. A vasta correspondência de Cruls a D. Pedro comprova a estima que lhe era devotada.

Quando do trânsito de Mercúrio pelo disco solar, em 6 de maio de 1878, Cruls apresentou à Academia de Ciências de Paris, um artigo sobre os diâmetros do Sol, o de Mercúrio, determinados durante o fenômeno.

Em 1878, publicou uma memória sobre as manchas e duração do movimento de rotação de Marte.

Os volumes dos Anais do Observatório Imperial, em especial o quarto, publicado em 1881, provam a dedicação e a fecundidade dos seus trabalhos sobre cometas, eclipses, asteróides e estrelas duplas.

Em 1881, com o afastamento por licença de Emmanuel Liais da direção do Observatório, Luiz Cruls foi nomeado interinamente para substituí-lo.

No ano seguinte, 1882, ocorreram os maiores sucessos da astronomia do Brasil, assim como da ciência básica no século XIX. De fato, nesse ano assistiu-se ao primeiro grande debate, no Parlamento

brasileiro, sobre a importância da institucionalização da ciência como um dos objetivos políticos de um governo. Ao mesmo tempo, no Observatório Imperial do Rio de Janeiro, Cruls efetuava a primeira e até hoje única descoberta de um cometa realizado no Rio de Janeiro.

Como diz Cruls em sua comunicação à Academia de Ciências de Paris, foi graças ao sistema de comunicação telegráfica, organizado pela Repartição dos Telégrafos do país, que qualquer fenômeno assinalado em qualquer região do vasto território nacional podia ser imediatamente comunicado ao Observatório. Assim, em 10 de setembro de 1882, Cruls recebeu a comunicação de que um cometa era visível a olho nu, um pouco antes do nascer do Sol, do lado do nascente. No entanto, somente dois dias depois, em virtude das más condições de visibilidade, foi possível observá-lo às 5h15min.

Na comunicação à Academia, verificou-se como, já naquela época, eram precárias as nossas condições atmosféricas. Com efeito, o céu permaneceu coberto na região do Leste, pela manhã, até o dia 22 de setembro. Todavia, dizia Cruls, “o cometa continuava visível em todas as partes do Brasil e os telegramas que nos chegavam relatavam que ele esteve visível em pleno dia e a poucos graus do Sol, nos dias 18, 19 e 20 de setembro”.

“Enfim, no dia 25, às 4 horas da manhã – relata Cruls à Academia de Paris – o céu no horizonte se mostra límpido e foi possível assistir a um espetáculo de uma beleza acima de toda a expressão. Nesse momento, uma parte somente da causa emergia do horizonte e o aspecto era verdadeiramente imponente, pois parecia mais uma coluna de fogo do que um feixe de luz. A cauda se apresentava quase vertical sobre a linha do horizonte, segundo os relatos da época, em especial o de Luiz Cruls, e nada podia dar uma idéia do efeito grandioso que produzia aquela enorme coluna de fogo a se refletir nas águas da Baía de Guanabara.

O mais notável nesse cometa não era a cauda, mas o seu núcleo, como muito bem notou D. Pedro II, em 25 de setembro, comparando-o ao grande cometa de 1843, um dos mais excepcionais do século XIX. O Imperador afirmou que o de 1882 era muito mais notável pelo brilho do seu núcleo e cauda do que o de 1843, cometa que apresentou a mais extensa cauda já registrada na história da cometografia.

O cometa Cruls às vezes recebe também a designação Cruls-Finlay, pois um dos seus descobridores foi o astrônomo W.H. Finlay (1849-1924) do Observatório do Cabo, África do Sul, que observou o cometa na manhã do dia 8 de setembro. Aliás, convém recordar que navegantes australianos observaram o cometa nos dias 7 e 8 de setembro.

Apesar dessas prioridades na descoberta, vários astrônomos no mundo inteiro aceitavam que esse cometa recebesse unicamente o nome de Cruls.

O grande mérito do cometa Cruls não é só o fato de ser membro do grupo de Kreutz, ou seja, conjunto de cometas que além de descrever uma órbita muito excêntrica, passam a distâncias muito próximas da superfície solar. O que mais o valoriza, para nós brasileiros, é que com ele iniciou-se o desenvolvimento da Astrofísica em nosso país. Na realidade, foi com esse cometa que se obteve a primeira análise espectral de um corpo celeste efetuada no Brasil, e cujo resultado foi exposto na Academia de Ciências de Paris. Com efeito, usando um espectroscópio de Hoffmann de visão direta, com cinco prismas, Cruls determinou a existência, no núcleo e na cauda do cometa, de sódio e carbono.

Outro fato que contribuiu muito para a fama e o sucesso das observações efetuada no Imperial Observatório do Rio de Janeiro, foi a fragmentação do núcleo do cometa, registrada no dia 16 de novembro em Olinda, Pernambuco, para onde havia deslocado o astrônomo brasileiro Julião de Oliveira Lacaille (1851-1926), que se encontrava nessa cidade em missão do Governo para observar a passagem de Vênus sobre o disco solar. Como relata em sua comunicação à Academia de Ciências de Paris, foi logo após o seu retorno ao Rio de Janeiro (8 de janeiro de 1883) que Oliveira Lacaille e os seus colegas Lima, Louzada e Duarte puderam, às 9 horas da noite, com a equatorial Dollond de 25cm do Morro do Castelo, distinguir os quatro fragmentos no qual o núcleo havia se subdividido.

Essas observações tiveram a maior repercussão internacional. Em consequência o Prêmio Vals, da Academia de Ciências de Paris, referente a 1883, foi dividido entre Cruls e o astrônomo inglês William Huggins (1824-1910) que, além de haver aplicado, pela primeira vez, com sucesso, a fotografia ao estudo dos espectros dos corpos celestes, obteve, em 1881, por esse processo, o espectro do cometa 1881b.

Todos esses trabalhos valorizam ainda mais os méritos de Cruls. Da comissão que lhe atribuiu o prêmio, constavam as seguintes observações: “Reconhecer suas descobertas cometárias, valorizar o estudo que fez da constituição física do brilhante cometa, por uma hábil aplicação dos métodos de análise espectral” e “haver demonstrado pelos seus trabalhos a grande utilidade de um estabelecimento de primeira ordem nas regiões austrais”.

O aparecimento desse grande cometa, que se mostrou nos primeiros dias de setembro, obrigou-me, confessou Cruls, “a uma sobrecarga de trabalho, de que bem gostaria pudesse ter sido poupado”.

Estava muito preocupado com as missões destinadas à observação do trânsito de Vênus. Ao assim proceder, Cruls não sabia que aquele cometa lhe daria um prêmio da Academia de Ciências de Paris, em 1883, como já vimos.

Na verdade, em 6 de dezembro de 1882, devia ocorrer o trânsito de Vênus sobre o Sol, visível em excelentes condições numa grande extensão das duas Américas. O Brasil não podia deixar passar essa ocasião, única na história da astronomia, sem tomar uma parte ativa na observação do fenômeno. Por isso o governo, por solicitação de Cruls, requereu às Câmaras Legislativas um crédito de trinta contos para financiar as despesas das comissões que deveriam ser enviadas às Antilhas, a Olinda e a Punta Arenas.

A discussão desse crédito permitiu segundo Cruls “que certo deputado espirituoso gracejasse a respeito do que ele chamava a *astronomia* do Imperador. Em contraposição, o jovem ministro do Império, Rodolfo Dantas, colocou a eloquência da sua palavra a serviço da Ciência, e defendeu galhardamente o projeto, que foi votado. No Senado, o pedido de crédito foi sustentado e eloqüentemente discutido pelo Visconde de Ouro Preto”. Como muito bem disse Cruls: seria por demais longo e sem grande interesse contar por miúdo as dificuldades que tiveram de ser superadas para que fosse preparado a tempo o material destinado às diversas missões.

Das três missões, Cruls escolheu a de Punta Arenas. Esta foi a última a deixar o Rio de Janeiro, uma vez que se gastou muito tempo no preparo das outras. “A lentidão com que foi concedido o crédito necessário às Comissões levou-me, diria Cruls, a fazer na Europa algumas encomendas por telegrama. Ainda assim, quando chegou o dia 26 de outubro, marcado para a partida, ainda me faltava a objetiva da luneta principal”.

A viagem a Punta Arenas só foi possível graças ao governo que havia colocado a disposição de Cruls a corveta “Parnaíba”, sob o comando do capitão de fragata Luiz Saldanha da Gama, um dos oficiais mais distintos da marinha brasileira.

Em 1892, o presidente Floriano Peixoto designou Luiz Cruls para chefiar a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil que, após 18 meses de intensa pesquisa científica, escolheu e delimitou o vinte horas, vê-se que a objeção da distância não é sustentável”.

O êxito alcançado pela Missão Cruls levou o presidente Floriano Peixoto a novamente indicá-lo para chefiar a Comissão de Estudos da Nova Capital da União, que em junho de 1894 retornou ao

planalto central para novas pesquisas. No *Relatório Parcial da Comissão de Estudos da Nova Capital da União* (1896), Luiz Cruls escreveu:

“Tenho a mais absoluta convicção de que da mudança da capital, a par dos interesses políticos que a ela se prendem, resultará para o Brasil, sua prosperidade e desenvolvimento futuro, as mais benéficas conseqüências, que atualmente ninguém pode avaliar”.

Em 1901, Cruls foi designado para chefiar a Comissão de Limites entre o Brasil e Bolívia. Ao chefiar essa missão, encarregada de explorar as nascentes do rio Javari, de importância fundamental para a questão acreana, contrariou malária, de que nunca se recuperou inteiramente, vindo a falecer em 1908, em Paris.

O conjunto formado pelos quatro marcos, deixados no Planalto Central por Luiz Cruls e sua equipe, pode ser considerado um autêntico monumento à força de vontade do homem.

Como autêntico divulgador científico, o “Flammarion brasileiro”, como gostava de ser chamado, além de escrever artigos para a imprensa, elaborou o primeiro **Atlas Celeste** publicado no Brasil e criou a **Revista do Observatório**, primeiro periódico de ciências editado no nosso país.

Luiz Cruls foi um pesquisador e explorador completo: além das pesquisas sempre se dedicou à divulgação científica dentro do espírito de que devemos continuamente justificar o que fazemos, num respeito à pátria que nos financia. Luiz Cruls, por sua vida, foi mais brasileiro do que muitos brasileiros. Seu nome encontra-se imortalizado, na superfície da Lua e de Marte, denominado crateras.

Seu amor pelo Brasil era tão grande que sua viagem à Europa para tratamento da malária, todas as noites permanecia no convés do navio observando o céu. Na noite em que contemplou o Cruzeiro do Sul desaparecer no horizonte oceânico, ao voltar para a cabine, disse para sua esposa:

– “Tudo acabou”.

Esta paixão pela nossa pátria só foi superada pela que dedicou à sua esposa e aos seus filhos, como comprova a carinhosa correspondência trocada, durante as suas missões, com sua esposa e filhos, cheia de afeto e poesia.

INTERPRETANDO CANUDOS

ALBERTO MARTINS DA SILVA

O período compreendido entre novembro de 1896 e outubro de 1897, no sertão baiano, entendido como Campanha de Canudos, foi de séria perturbação na vida sócio-política do país. Os mais variados personagens mantiveram, durante onze meses, uma luta matizada de cores fortes, onde desempenharam ações patético-bestiais, viveram crises de desesperos e sublimaram heroísmos candentes no estímulo constante de seus instintos de sobrevivência, obedecendo razões as mais diversas. Do nada, quando tudo surgiu, para o nada, quando tudo terminou, restaram as lições que a história deve entender e explicar em suas causas e conseqüências.

Assim, deveremos apreciar aquele período com suas verdades, sem rebuços, e dentro do contexto histórico, alijadas as repetições eivadas de parcialismos, de interpretações errôneas e de inverdades fabricadas. Hoje, decorrido uma centúria, a epopéia de Canudos será lembrada com todo o respeito histórico e dentro das suas novas e reais interpretações. Os desmandos e os fortes interesses políticos locais; as atitudes de uma igreja regionalista e perdida com as novas diretrizes da política governamental; a crise econômica e a seca sazonal; a tentativa do novo regime em se reestruturar, frente ao primeiro presidente civil; o florianismo ainda fervente e a procura de um novo líder, buscado entre os militares do Exército; as razões político-militares da ação de força do governo civil; o misticismo, peculiaridade da população sertaneja; o temor dos pecuaristas e latifundiários diante da evasão de sua barata mão-de-obra; e os precários meios de comunicação da época, são fatores de grande complexidade que merecem análise mais profundas e cuidadosas para os que estudam Canudos.

Bastou um pregoeiro de rezas e promessas – fanático até – liderando um bando de desiludidos sociais, embora crentes, para

transformar as áridas terras do sertão baiano, em região de conagração dos esquecidos, dos esperançosos da sorte, dos arautos de uma nova era. Bastou a chegada dos aproveitadores malsinados, dos fugidios da justiça, dos ameaçadores dos bens alheios, dos arredios à ordem pública, para que os seres piedosos do aglomerado, se transmutassem em agressivos, irresponsáveis, violentos, assentados na garra das índoles sertanejas, na força do atavismo dominante, na enorme e incontida insatisfação social.

O Governo Central bem poderia ter permanecido à margem de discussões regionalistas e mesquinhas, podendo ter sido o supremo árbitro de certas decisões políticas, já que o seu ministério mantinha homens fortes de origem baiana. As pressões exercidas sobre o governante maior – Prudente de Moraes – e as crises que ele enfrentava no fortalecimento de seu gabinete, muitas delas maximizadas com segundas intenções, vieram tornar confusas em interpretação, e erroneamento urgentes em deliberação, certas causas e fatos menores, passíveis de soluções rotineiras.

Criado este perigoso caldo de cultura, fácil foi o seu desdobramento diante de tantos interesses, tantos equívocos e pouca visão dos fatos. De tudo isto, criou-se um estopim explosivo, não faltando quem procurasse acender o fogo do morticínio final. O descaso aos esquecidos do sofrido sertão, a pregação mística do visionário e carismático Conselheiro e a pseudo cegueira dos políticos serviram de pólvora ante a ação, inicialmente, da força estadual e, em seguida, da poderosa força do governo da República. Mais uma vez o interesse público é desvirtuado por mentes mesquinhas e tacanhas, que enganam explicando inverdades, atuando subrepticamente na invencionice das situações inexistentes, confundindo os simples, congregando os dúbios e ameaçando os fracos. As desavenças políticas regionais deram projeção nacional a Canudos.

Canudos foi um misto de todas as confusões, onde faltaram todos os sentidos críticos e se calaram todas as opiniões oportunas. Um terreno árido, um aglomerado de gente ansiosa e um agudo misticismo, quase alucinatório, formaram o ambiente necessário para uma surdez compreensível a qualquer palavra que não fosse a do “santo conselheiro”. Ouvidos moucos, do outro lado, também se fizeram presentes, sem atinar com as razões mais simples e mais elementares. Hoje, estamos completando o estudo sobre a realidade de Canudos; amanhã, estaremos lendo e divulgando a verdade histórica com seus protagonistas (seu passado e suas alucinações), os líderes políticos com seus interesses pessoais e suas contraditórias opiniões e a força militar, com suas razões e seus erros.

Antônio Vicente Mendes Maciel, cearense de Quixeramubim, nascido em 1830, também chamado de Antônio Conselheiro, era um sertanejo sofrido, batido pelos infortúnios políticos e sociais. Oriundo de família ligada às questões da política local, e sempre em briga com outros grupos, cresceu sofrendo as injúrias de uma época e o primarismo de uma região dominada por chefes autoritários. Sofreu na infância, na adolescência e na idade adulta todas as mazelas de um comportamento familiar adulterado. Com as autoridades policiais locais sustentou discussões; com a Igreja, dividiu influência; e com a política, manifestou desconfiança. A Polícia foi opressora; a Igreja, conivente; e a Política, manhosa.

Na região pobre, faltavam as necessidades mais elementares. Na influência política, sobejavam desmandos e opressões. Na gente humilde e ignorante havia o forte pendor para a crença mística, para os cânticos alvissareiros, para as promessas de salvação eterna. Não houve grande dificuldade para Conselheiro impor-se com suas pregações, suas doutrinas e suas mensagens. Rezava, aconselhava e dirigia. De instrução bem superior aos seus seguidores, logo cedo congregou em torno de sua figura uma leva de fanáticos e devotos. Assim, formado o grupo sob sua liderança, é fácil compreender a progressão que tivera de um simples aglomerado, com idéias religiosas, para um forte contingente de aguerridos defensores. A sobrevivência impeliu os mais ousados para os assaltos e repressões; o medo passou a dominar as áreas circunvizinhas. O foco pululava de um misticismo perigoso; os poucos recursos policiais locais se mostravam impotentes. Então, a política interveio; era o estopim para o incêndio social.

Do alto do seu púlpito de visionário, não atinou Conselheiro com as baixezas dos elementos mal formados que se alinhavam na periferia de seus próprios interesses. No entanto, na hora em que o líder precisou de apoio encontrou, prontos e congregados, os religiosamente doutrinados e os perversamente plasmados. Assim, o grupo heterogêneo enfileira-se às investidas das autoridades. Estava pronto o quadro terrível. As condicionantes psicossociais alicerçavam o ambiente; os contextos político-militares favoreceram a intervenção. Aquele, na irrealidade de uma noticiada nova era; estes, na imposição de um quadro anárquico.

Na área dominada pela pobreza, ignorância e misticismo, foi edificada, com as alvíssaras de promessa de salvação, uma estranha comunidade. Para lá acorreram bondosos crentes, ingênuos sertanejos, desiludidos da vida, fanáticos doentios, fugidios da justiça e oportunistas universais. A terra que fora invadida, nada oferecia além de pouca lavoura

e criação de gado. De resto, tudo faltava. O sol causticante dominava a cena; o rio somente franqueava o seu rico elemento em doses sazonais; e as benesses do progresso teimavam em seguir caminho até lá. Foi suficiente um sussurro de oração, nem por todos compreendido, e um brado de alerta, ouvido à distância, para que se entendesse a mensagem alvissareira há tempos ansiada. Bem cedo o grupo estava formado e a assuada, também sabida à distância, e entendida através de meandros politíqueiros, aguçou interesses e precipitou a correria das leis e suas razões militares. Tudo foi o começo de um grande e infeliz equívoco.

A comunidade ali instalada, messiânica e defensiva, que foi tomando um crescimento nunca imaginado, carecia, portanto, de regras, ordenação e liderança. A figura central – Antônio Conselheiro – carismática e alucinada, aos poucos foi organizando o seu próprio império, chamado de Império do Belo Monte, sedimentado na solidariedade de clã, no conservadorismo dos costumes e na religiosidade. Enquanto o Antônio Conselheiro enfeixava o poder religioso e o João Abade, com a sua “guarda católica”, dominava o poder de polícia, Antônio Vilanova, conhecido comerciante da região, manobrava os poderes políticos e econômicos.

A estranha comunidade congregava classes estratificadas. O tipo morfológico predominante, segundo Gonçalves Fernandes, em seu interessante livro “Mobilidade, Caráter e Região”, era o tipo esquizotímico-leptossômico, de tendência mais aberto para o misticismo, servindo de lastro para a credence ou para os movimentos messiânicos. Este tipo revela figuras místicas, de poucas palavras que, quando pronunciadas, impressionam pelo poder de indução e convencimento. Esquizotimia não é doença, nem é psicose, é, segundo os psiquiatras, uma tendência psicológica, tendência esta agravada pela influência do meio cultural ou meio geográfico. Canudos foi a síntese da mentalidade de um povo, de uma região e de uma época; é levando em consideração estes três elementos que o fanatismo religioso de Canudos deve ser apreciado.

Esta estratificação levou, com o tempo, à criação de classes privilegiadas. Lá existiam boas casas para os dirigentes, e com certo conforto; os negros ficavam nos “mocambos”, verdadeiros bairros miseráveis. Os demais se acotovelavam nos humildes casebres de pau-a-pique, cobertos com palha, com uma só porta e sem janelas. Os índios se reuniam de qualquer maneira e separados dos caboclos, que era maioria. Havia punição: penitências de rezas intermináveis ou a expulsão do Belo Monte. O dinheiro da República não era usado, mas guardado

pelo Conselheiro para as compras que efetuava nos arredores. Era comum a autoflagelação, para limpar os pecados e livrar-se das tentações do demônio. O estado sanitário da área era lastimável. O óbito era de, em média, cinco adultos por dia. É bom ressaltar que Canudos não era somente um aglomerado de fanáticos e bandidos; era uma comunidade muito povoada onde cada elemento tinha o seu lugar e o seu trabalho, produzia sua comida e alimentava sua família.

Neste cenário eclodiu, segundo vários estudiosos, um choque cultural onde ao messianismo, e outras causas históricas e sociais, veio juntar-se a mudança do regime político: monarquia para república. Waldemar Valente, em “Misticismo e Região”, examinando a questão, assim define: “Os sertanejos, guiando-se por um líder que pregava as idéias compatíveis com seu status cultural, tradicionalmente ligado à vida monárquica, insurgem-se. Numa reação profético-messiânica, de conteúdo político, contra o novo modo de pensar e de agir imposto pelo regime republicano”.

Com tantos embasamentos críticos e contraditórios, cedo atuaram os choques bélicos. E chegaram as reações e as desrazões. Era o domínio da força; de ambos os lados a sobrevivência falou mais alto. Derrotar o grupo anti-republicano (?) versus defender o líder carismático, com todas as controvérsias regionais, eis a questão. Nada sobraria no final, nem o questionamento moral nem a crença de uma nova era; nem as razões políticas nem a atitude de força do primeiro governo civil da República. Por muitos anos a história de Canudos foi mostrada em foto de “três por quatro”, já chegou o tempo de mostrá-la de corpo inteiro. É preciso rever Canudos.

Bibliografia

- BENÍCIO, Manoel. O rei dos jagunços. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1997. Rio de Janeiro.
- DOBRORUKA, Vicente. Antônio Conselheiro, o beato endiabrado de Canudos. Diadorim Editora. 1997. Rio de Janeiro.
- HORCADES, Alvim Martins. Descrição de uma viagem a Canudos. EGBA: EDUFBA. 1996. Salvador. BA.
- MARTINS DA Silva, Alberto. Médicos em Canudos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nº 386. Jan/Mar. 1995.
- MILTON, Aristides. A Campanha de Canudos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nº LXIII. Parte II. 1902. Rio de Janeiro. RJ.

** O autor é do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.*

CARLOS DE LAET

NAPOLEÃO VALADARES

No dia 7 de dezembro de 1927, morria na cidade do Rio de Janeiro, Carlos Maximiano Pimenta de Laet. Tinha completado oitenta anos a 3 de outubro. Desaparecia um dos maiores intelectuais brasileiros, talvez o mais aplicado deles. No Colégio Pedro II, foi o primeiro aluno em todos os sete anos do curso, nunca tendo outra nota que não fosse a mais alta, sendo-lhe conferido o grau de bacharel em Letras a 29 de novembro de 1867. Depois formou-se engenheiro e bacharelou-se também em Ciências Físicas e Matemáticas, obtendo, nos cinco anos do curso, notas de distinção em todas as disciplinas. Em concurso público, foi classificado em primeiro lugar para as cadeiras de Português, Geografia e Aritmética do Colégio Pedro II, de que viria mais tarde a ser diretor. Co-fundador da Academia Brasileira de Letras, que presidiu no período de 1919 a 1922. Cavaleiro da Ordem da Rosa, Conde da Santa Sé, condecorado com a comenda da Ordem de Leopoldo da Bélgica.

São alguns dados da vida do escritor Carlos de Laet, fino e luminoso estilista, ironista espicaçador, polemista indobrável, orador acadêmico, conferencista católico, jornalista literário, jornalista de combate, jornalista por cinquenta anos, mas sobretudo polemista, talvez o mais vibrante e o mais temível da nossa língua.

Travou polêmica com Camilo Castelo Branco, Lameira de Andrade, Sílvio Romero, Alfredo Gomes, Valentim Magalhães, Delfino, Carlos Lopes, Rui Barbosa, França Júnior, Ferreira de Araújo, Quintino Bocaiúva, Justiniano de Melo, Filinto de Almeida, Artur Azevedo, Ciro Azevedo, Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Barão de Macaúbas, Aluísio Azevedo, Dr. Cruls, Moreira Sampaio, Urbano Duarte, Draco, Guillon, Charles Morel, Lucindo Filho, Silva Ramos, Hemetério Gomes, Taunay, Ferreira Viana, Lúcio de Mendonça, A.J. de Macedo Soares, Érico

Coelho, João Alfredo, Bernardeli, Parlagreco, Serzedelo, José do Patrocínio, Medeiros e Albuquerque, Constâncio Alves, João Ribeiro, Hermes Fontes, Álvaro Reis, José Oiticica, Jônatas Serrano, Júlio Verim e quantos outros tiveram a coragem de enfrentar sua pena ferina.

Luís Edmundo traçou o seu perfil: “Laet é um tipo forte, simpático, o queixo manchado por uma barbicha rala, guarda-chuva de alpaca, *pince-nez* de cordão, maçaroca de jornais debaixo do braço”. E Jônatas Serrano o completou: “...era, malgrado o travor e a aspereza de sua mordente ironia, um espírito de rara opulência e ainda – e nem todos o sabem – uma alma capaz de ternura e emoção”. Nos dizeres de Antônio José Chediak, “...foi um homem terrível. Ninguém podia com ele. Viveu monarquista e católico e morreu católico e monarquista”. Coelho Neto disse do terrível polemista: “Laet é São Francisco de Sales que vestiu a pele do demônio para visitar o mundo”.

Carlos de Laet poderia ter sido, no Império, deputado, senador, ministro, conselheiro de Estado. Mas as suas pilhérias e gozações com os versos do Imperador, seu amigo e admirador, impediram que ele ocupasse um cargo político. Humberto de Campos explica: “Adorando a boa pilhéria, o dito malicioso, a expressão caricatural, preferia sacrificar um emprego, uma cadeira de ministro, e o próprio trono se lho dessem, a privar-se do prazer, diabolicamente encantador, de fazer a perfídia”. Mas, em 1889, Laet foi, finalmente, eleito deputado, pelas províncias de Mato Grosso e Paraíba. Aí, veio a proclamação da República, e o velho ironista, não chegou a tomar posse. Ironia do destino. E é o próprio Laet quem dela fala: “A ironia fere quanto basta. Se algumas bolhas coloridas e livres se dissolvem com o simples toque da ironia, é que elas eram como as bolhas de sabão, cheias de vento e apenas irisadas pelos reflexos de alguma luz poderosa”.

Quando se realizou o concurso promovido pela revista *Fon-Fon*, para a escolha do Príncipe dos Poetas Brasileiros, Laet, sempre irônico, deu o seu voto em aberto, por meio de um soneto, numa sessão da Academia Brasileira de Letras:

Partiram na formosa madrugada
Dum claro dia a despontar jocundo,
E todos três, em grupo vagabundo,
Iam cantando pela mesma estrada.

Dumas pombas seguindo a revoada,
Foi-se o primeiro... e não voltou: Raimundo.
Bilac, a divagar de mundo em mundo,
Na imensidão sumiu-se constelada.

Sobre as campas dos vates peregrinos
Alonga o sol, em terra brasileira,
Melancólicos raios vespertinos.

Mas reinar é viver, fronte altaneira,
E orquestrar o ideal em sons divinos...
Príncipe aclamo: Alberto de Oliveira!

A obra de Carlos de Laet, na imprensa – cerca de três mil artigos – daria, se transformada em volumes, uma biblioteca. Escreveu no *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Comércio*, *O País*, *Tribuna Liberal*, *O Brasil*, *Diário do Comércio*, *Liberdade*, *Comércio de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *O Jornal*. Sobre tais colaborações, permitimo-nos citar um texto de Chediak, que bem demonstra as atividades, em certo período, do velho jornalista: “Proclamou-se a república, teve de deixar *O País*, e, a 25 de dezembro, fechou-se a *Tribuna*, – ordem do Provisório, por boca de Quintino. Ei-lo, em março de 1889, a pugnar *pro aris et fassis*, no *Brasil*, jornal católico e monárquico. Ataques apimentados ao regime. Polêmicas atrocíssimas de religião, com padres e leigos. Defesa da imprensa amordaçada. Críticas de arte, com qualificativos contundentes a Lúcio de Mendonça. Dois anos de botes felinos contra o “general” Rui Barbosa. Neste ínterim, seu aferro à monarquia lhe acarretou exclusão do Colégio Pedro II, sendo readmitido, mais tarde. Ameaçado de assassinio, dirigiu linhas “Ao povo” e pôs fechadura às portas de *O Brasil*, em dezembro de 1891. No ano anterior, ainda, pelo *Diário do Comércio*, como Cosme Peixoto, iniciou uma série de apreciações aos pintores e escultores da época, com o Salão de 1890. Logo logo, deixou o *Diário*, partindo forçado para S. João del Rei, donde enviou colaborações ao *Jornal do Comércio*, as quais, reunidas, formaram o volume *Em Minas*”.

Deste livro, achamos de bom alvitre a citação de algumas linhas, onde o autor fala sobre a terra que o acolheu, quando teve que deixar o Rio de Janeiro, em razão do que escreveu por ocasião da Revolta da Armada: “O título, pois, desta obra – *Em Minas* – não é insignificante, como talvez pareça a quem nela apenas veja a indicação do local onde

foi escrita. Não: o que desejamos é dar público testemunho de consideração à nobilíssima terra onde por último se acolheria a liberdade, quando mais guarida não achasse em nosso querido Brasil”.

Não tendo como mencionar, neste trabalho, a obra jornalística de Carlos de Laet, por ser vastíssima, como dissemos, citamos os seus livros que, embora em pequeno número, são de grande importância: *Poesias*, 1873; *Em Minas*, 1894; *Antologia Nacional* (em parceria), 1895; *A Descoberta do Brasil*, 1900; *Heresia Protestante*, 1907.

Bibliografia:

CAMPOS, Humberto de. *Perfis*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc. Editores, 1958. 2 v.

CHEDIAK, Antônio José. *Carlos de Laet, o Polemista*. São Paulo: Editora Anchieta Ltda., 1942. 276 p.

COUTINHO, Afrânio. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação de Assistência ao Estudante, 1989. 2v.:il.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. 5v.:il

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978. 803 p.

MONTELLO, Josué. *Pequeno Anedotário da Academia Brasileira de Letras*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s.d. 372 p.

SERRANO, Jônatas. *Homens e Idéias*. Rio de Janeiro: Editora F. Briguiet e Cia., 1930. 238 p.

SAN TIAGO DANTAS E SUA SIGNIFICAÇÃO PARA O DIREITO E A POLÍTICA NO BRASIL

HERMENEGILDO GONÇALVES

(Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal)

Os patronos do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal são todos personalidades de alto valor intelectual e honram a história do Brasil, para a qual contribuíram com trabalhos de suas especialidades.

Entre esses vultos eméritos destaca-se a figura de Francisco Clementino San Tiago Dantas, um dos maiores juristas brasileiros e, certamente, o mais importante civilista deste século, em nossas letras jurídicas. Mas a sua personalidade projetou-se também no mundo político, tendo ocupado as pastas da Fazenda e de Relações Exteriores, em ambas deixando a marca do seu talento e erudição, em particular quando, no regime parlamentarista, fez reviver, na Câmara dos Deputados, debates ao nível de Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco e Epitácio Pessoa.

Desde jovem estudante em Belo Horizonte, San Tiago ficou conhecido por seu invulgar talento, juntando-se a Gabriel Passos e Gustavo Capanema, para participar do chamado grupo de “estudantes famosos”. Acompanhando a família para o Rio de Janeiro, cursou a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, de 1928 a 1932. É a fase da aproximação com nomes que se destacarão no mundo intelectual brasileiro, como os de Américo Lacombe, Antônio Galotti, Hélio Viana, Octavio de Faria e Gilson Amado, entre outros.

O moço San Tiago é apontado por seu poder de liderança, sua capacidade de análise e facilidade de expressão. Interessa-se, nessa época, por sociologia e participa, como relator, do Centro de Estudos Jurídicos e Sociais, que institui uma comissão para a análise da formação da

nacionalidade brasileira. Trata-se de um inquérito que investiga a situação social, econômica e política do Brasil. O Presidente do Centro, Vicente Chermont de Miranda, prefacia o relatório e afirma que o movimento de 1930 sustenta as tendências políticas, autoritárias e nacionalista, aceitas por San Tiago, que redigiu aquele documento. Diz o prefácio:

“A revolução, realizada por correntes heterogêneas e até mesmo antagonicas, sem uma forte ideologia, que lhe norteasse a atividade, sem amparo outro que o da força, sempre precário e passageiro, via-se frente a frente com uma realidade bem diversa da que se esperava, bem mais complexa e mais séria do que supunham os ingênuos pregadores liberais. Mas a revolução se debate em vão, em face de seus problemas. Seja pela ausência de fundamento ideológico forte, seja pela derrocada do princípio de autoridade.

Felizmente, porém, já se esboça um movimento de reação, caracterizado pelas afirmações nacionalistas, pelo combate ao mimetismo pernicioso que já tanto tem desgraçado este pobre País, pelo desenvolvimento dos estudos brasileiros, por toda uma mentalidade nova, cheia de fé e entusiasmo”.

Na introdução desse importante documento, San Tiago ressalta que o trabalho agrupou em seis temas suas indagações:

“Os do meio físico; os do homem com sua adaptação; os étnicos; os éticos, que compreendem os problemas resultantes do simples fator moral e do fator religioso; os econômicos, que se referem à produção, como ao comércio e ao trabalho; e os culturais, olhando a formação brasileira no seu aspecto artístico, literário e filosófico”.

Percebe-se, no trabalho, a amplitude da cultura de San Tiago, a clareza dos seus argumentos e a precisão da linguagem com que descreve os problemas sociais brasileiros.

San Tiago era, antes de tudo, o conciliador, o reformista, o não-revolucionário, que acreditava na função moderadora do direito, em busca do equilíbrio social, atribuindo-lhe papel relevante para impedir que forças desagregadoras destruam o tecido social.

Em seus escritos, em sua atividade política, percebe-se a repulsa às radicalizações, o que explica sua postura antes reformista que revolucionária.

Proponho-me examinar San Tiago nas três fases que se sucederam em sua vida: a fase política, a do magistério e a do retorno à política.

Na verdade, como se pode imaginar, essa divisão não oferece limites nítidos, mas, em cada período, observa-se a predominância de uma daquelas atividades.

Fase política

Desde jovem preocupado com os problemas sociais do País, sua mente inquisidora envolveu-se com os postulados da então social democracia, que se constituía numa força anti-marxista, e participou, sob a liderança de Plínio Salgado, do movimento integralista brasileiro, inicialmente tolerado e até mesmo encorajado por Getúlio Vargas até 1937, quando o ditador, que já desarticulava o comunismo, reprimiu violentamente o fascismo brasileiro nacionalista e anti-liberal. Elogia a asserção de Mussoline, de que “a organização sindical fascista faz aceitar o princípio da colaboração de classes”, que atribui ao seu “fundo espiritual cristão”. Ameniza seus pendores fascistas, afirmando que “o fascismo não conta com o fator moral, unificador e harmonizador, na medida em que contraria o estado cristão e tem de compensar, em violência política, o que está controlado pela força moral”.

Não sem certa ingenuidade e pureza de propósitos, conclama a realização de uma economia movida a “justo preço”, mas admitindo que uma reforma como essa só moralmente se poderia começar.

Em seu esforço pró-integralismo, foi redator-chefe do jornal “A Razão”, dirigido por Plínio Salgado, órgão empastelado pelos adeptos da revolução paulista de 1932.

Sua atuação, naquele movimento, embora curta, teve relevo para a implantação da “Ação Integralista Brasileira”, em favor da qual escreveu artigos fixando suas bases ideológicas.

É desse tempo sua colaboração na revista “Hierarquia”, juntamente com o líder integralista e outros, entre os quais Tristão de Athayde, Sobral Pinto, Leonel Franca, Pandiá Calógeras e Barbosa Lima Sobrinho.

Como registra Marcílio Marques Moreira, na introdução do volume de Perfis Parlamentares, dedicado a San Tiago, sua participação no movimento integralista brasileiro é intensa e merece análise sistemática.

Percebe-se ali a nítida preocupação de San Tiago com a questão social, que seria tema permanente de sua reflexão, preconizando soluções

paternalistas e corporativistas, posição diametralmente oposta àquela que viria a defender no seu segundo período de militância política, a partir de 1957.

Em 1931, dentro de sua visão paternalista, não admitia que as massas fossem capazes de formular as suas próprias necessidades ou soluções para os conflitos, contando com a ação governamental para responder aos problemas sociais. Não abre mão, contudo, da pregação de reformas sociais capazes de superar as desigualdades, afirmando:

“...toda serenidade e toda união serão artificiais, aparentes, enquanto perdurar um regime de desequilíbrio social como este que vivemos”.

A sua tendência ideológica está clara em pensamento publicado em “A Ofensiva”, órgão oficial da Ação Integralista Brasileira:

“No mundo, não há lugar para liberais. O dilema é fatal – ou o integralismo ou o comunismo”.

Mais tarde mudaria seu pensamento para uma posição de defesa do sistema democrático, afirmando em conferência na Escola Superior de Guerra: “A democracia, com a superioridade que lhe é inerente como sistema político, como forma de governo, como nível de proteção de liberdades individuais, tende, contentemente, a disputar o campo da influência e a impor a superioridade de suas soluções”.

San Tiago pertenceu a um dos órgãos superiores do movimento integralista, o Conselho Jurídico Nacional. Não pertenceu, ao contrário do que se afirma, à “Câmara dos Quarenta”. Progressivamente desencantado com o partido integralista, afastou-se, mas seu desligamento só ocorreu em 1937, com a extinção oficial da Ação Integralista Brasileira.

Fase acadêmica

Separando-se de Plínio Salgado, em São Paulo, San Tiago afasta-se das atividades políticas e passa a dedicar-se com maior intensidade aos estudos jurídicos, iniciando sua fase de ouro no magistério superior e na produção de trabalhos jurídicos, sem abandonar suas preocupações filosóficas e análises sociológicas de um Brasil que avançava celeremente para uma nova fase histórica, com o surgimento de uma classe média urbana, pressionada por reivindicações trabalhistas que exigiam mudanças na sociedade brasileira.

Estudioso dos grandes sociólogos Max Weber e Karl Manheim, não lhe escaparam as grandes transformações por que passava o País e sua

percepção, quase auto-justificativa, de que os vultos históricos não podem ser encarados com a objetividade das ciências exatas, mas devem ser olhados no contexto de sua situação ao tempo em que viveram, aferindo-se sua atuação pública em face das exigências das sociedade de então.

O grande jurista que foi San Tiago acreditava que o direito e a moral devem caminhar juntos.

No discurso de homenagem a Clóvis Bevilacqua, em sessão solene da Câmara dos Deputados, aproveitou o momento para, após referir-se à grande obra de direito deixada por Bevilacqua, salientar o aspecto ético da ciência jurídica, afirmando:

“Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se quiséssemos explicar a personalidade de Clóvis Bevilacqua e a autoridade com que ele se projeta sobre todos nós, apenas à luz de seus conhecimentos e de seu merecimento intelectual, o retrato ficaria incompleto, porque não o podemos explicar na inteireza da sua individualidade, sem acrescentarmos, a esses dois aspectos, um terceiro: a grandeza do ser moral. Clóvis Bevilacqua legou-nos esta lição preciosa de que a cultura jurídica, por mais profunda que seja, por mais fértil em recursos, por mais informada de subsídios, não é suficiente para construir a autoridade do jurisconsulto, se para sustentar cada uma de suas opiniões, cada uma de suas respostas, não brilhar, com igual evidência, a integridade do ser moral. Clóvis Bevilacqua revelou-nos que é apanágio da ciência jurídica unir a inteligência à consciência. Necessitamos saber que o jurista, ao enunciar a sua opinião, está identificado com ela pela autenticidade mesma das suas convicções e do seu ser, de tal modo que em seus pareceres, ao emitir as suas conclusões sobre uma controvérsia, essas conclusões brotem, sincera e autenticamente, da consciência de um justo.

Colocado nessa grandeza, erguido a esse nível, o papel do jurista assume, na vida de um povo, o de algo só comparável ao do santo e do herói”.

Professor de direito romano, acompanha a evolução da ciência jurídica, inclinando-se para o direito civil, onde foi mestre incontestado, tendo legado ao País, aos estudiosos, as mais belas, profundas e significativas lições nesse ramo jurídico. Explica-se sua inclinação pelo direito civil porque suas aquisições são lentas, são, como definiu, “transformações aluvionais”.

Essa posição nitidamente conservadora não o impediu de posições avançadas no direito.

Na tese que lhe valeu a cátedra em 1940, intitulada “O Conflito da Vizinhança e sua Composição”, expõe o direito estabelecido, cujas

origens remontam ao direito romano, mas não deixa de examinar novos aspectos da questão, tornando-se um precursor do debate ecológico, ao afirmar que “a vida moderna inflige ao direito de propriedade atentados resultantes dos danos causados pela indústria e que são o aspecto predominante nos conflitos de vizinhança, o contraste entre a fábrica e o domicílio”.

Ao concluir sua tese, enfatiza a supremacia do interesse público nas relações sociais, afirmando:

“Indústria ou lavoura, o que está em causa é o interesse da sociedade no desenvolvimento geral da riqueza”.

Como lembra o seu biógrafo, o economista Embaixador Marcílio Marques Moreira, que foi seu Assessor no Ministério da Fazenda, o elevado padrão das aulas de direito civil de San Tiago, na Faculdade Nacional de Direito, entre 1942 e 1945, levou seus alunos a anotarem seus ensinamentos e publicarem apostilas que se transformaram em quatro importantes volumes de direito distribuídos pela Editora Rio, com que se resguardou sua perenidade.

Antecipando-se às idéias que viriam a prevalecer nas Universidades, defendeu, na revista “As Novidades Literárias”, a participação efetiva dos estudantes na administração universitária. Escreveu:

“Há uma única medida que parece interessar aos estudantes brasileiros: fazer-se representar na administração das escolas. De modo que o caminho aberto à definição da mentalidade nacional é o da democratização do regime universitário, da adoção integral dos princípios do governo representativo”.

No seu traço conciliador afirma: “O papel da classe universitária, com seu conjunto de interesses, preconceitos e idéias, cuja força não poderá deixar de existir na atividade administrativa escolar. Sem que isso obste para o fazer “dirigir”, é preciso que pese na direção que lhe é dada, o que a meu ver se resolverá pela atribuição a um órgão de classe, de competência consultiva e mesmo deliberativa, em matérias definidas em regulamentos”. Ainda em tom conciliador: “O exame dos fatos nos prova que a verdade não coincide senão ocasionalmente com a ‘vontade’, e que são antes elites diferenciadas das massas que melhor conhecem e realizam a ‘verdade’”.

Sua rica formação cultural levou-o à direção da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde, com sua inteligência prodigiosa, elevou os debates brasileiros aos grandes temas

nacionais, lamentando que no Brasil nunca atingimos uma cultura filosófica que nos fosse própria, lembrando que “a cultura filosófica tem para um povo, e para sua liberdade espiritual, papel semelhante ao que desempenha a indústria pesada na sua independência econômica e política”.

Em discursos nas comemorações do cinquentenário da Faculdade Nacional de Direito, em 1941, resumiu de forma cabal o sentido da cultura quando, após afirmar que o homem vive num permanente auto-exame, concluiu:

“...a cultura não é senão um esforço para vencer as contingências do tempo e instaurar uma ordem que sobreviva à marcha incessante da história, que domine e absorva o novo dos acontecimentos”.

Outro ponto alto da vida intelectual de San Tiago nos permite uma incursão no campo de suas idéias filosóficas. Recordemos seu ensaio em conferência que realizou sob o título “Dom Quixoto: um apólogo da alma ocidental”, registrando que “o legendário herói se tornou uma fábula construtiva, um episódio exemplar, a cuja luz julgamos muitas de nossas próprias experiências, e de que tomamos modelo para muitas de nossas aspirações”.

Percebe-se aí a importância que San Tiago atribua à cultura, com suas raízes no passado, assegurando continuidade e riqueza ao processo social. Para ele, a obra de arte deveria tornar melhor o mundo.

Falando de sua obra prima “Fausto”, Goethe admitiu que não procurou encaixar nenhum pensamento abstrato, nenhuma idéia em seu herói e que isso não diminuiu o valor do livro. Idêntica consideração pode-se aplicar, como lembrou San Tiago, ao herói de Cervantes, se alguém desejar descobrir a significação abstrata de Dom Quixoto. Seria, assim, absurdo que alguém perguntasse a Goethe ou a Cervantes o sentido de Fausto e do Dom Quixote, como se essas obras fossem a ilustração de uma tese preconcebida pelo autor. Mas, acrescenta San Tiago, seria legítimo indagar o sentido simbólico, a significação que cada um assumiu no tempo, pela operação combinada das intenções do seu autor e da consciência que as recebeu. Reforça seu pensamento afirmando saber que uma grande obra vale e influi, mesmo sem ser integralmente compreendida, mas que a tarefa da inteligência humana é tirar o valor das coisas da obscuridade para a luz.

Considera, ainda, San Tiago que nenhum livro será talvez tão difícil de reduzir a uma fórmula abstrata que lhe equivalha e, ao mesmo tempo, por seu aspecto apologetal, nenhum outro exige tanto um ato de compreensão plena, em qua se esclareça o sentido de cada episódio, em

que se resolvam as dúvidas e perplexidades diante de cada personagem, e a partir do qual se dissipem os juízos contraditórios, a que sua leitura conduz.

Resumiu suas reflexões sobre a obra de Cervantes afirmando: “O Quixote nos transmitiu uma lição de purificação do mundo pelo heroísmo, não por um heroísmo do tipo Hércules, mas por um outro feito de fé inigualável, pureza perfeita, e de um atributo que a todos resume-o dom de si mesmo”.

A partir de 1951, San Tiago pronunciou uma série de conferências na Escola Superior de Guerra, que serviram de importante base para os conceitos e a fixação da doutrina política daquela instituição de altos estudos brasileiros.

Sua atenção dirigiu-se à análise da ciência política, abrangendo tanto problemas de ordem interna como externa. Ficaram famosas suas definições de “Poder Nacional” como “a soma dos meios de que dispõe o Estado Nacional para assegurar, na ordem internacional, o preenchimento de seus fins” e “Objetivos Nacionais Permanentes”, como “os interesses externos, a cuja proteção o estado visa conseguir, mediante a acumulação e o emprego do seu Poder Nacional”.

Ao examinar o papel das elites nos destinos da nação, tema recorrente nas conferências da ESG, preparadas por seu corpo permanente, San Tiago doutrina:

“A incapacidade de compreender os seus interesses básicos existenciais é, porém, numa sociedade, o sinal inequívoco de que a sua classe política perdeu a capacidade de liderança, e se uma outra classe não substituiu oportunamente a primeira, é a própria sociedade que manifesta a sua mais grave crise vital: a incapacidade de interpretar culturalmente a sua própria crise por onde terminam grandes e pequenas culturas”.

Ao tratar da legitimidade, ainda na ESG, define-a como “aquele fenômeno de aceitação coletiva, de obediência, que torna possível a continuidade do Poder”, acrescentando que “a consciência coletiva, ao aceitar o Poder, reconhece nele um valor ético, jurídico, que se traduz no conceito de legitimidade. Portanto, um estudo dos tipos do Poder Estatal, em última análise, é um estudo sobre os fundamentos de sua aceitação ou sobre os seus tipos de legitimidade”.

Retorno à política: atuação parlamentar

Quem se debruça sobre a vida de San Tiago, esmiuçando-lhe o pensamento e a copiosa produção intelectual, não se surpreende com a destacada atuação parlamentar que o fez um dos corifeus do Congresso, tanto quando foi membro da Câmara dos Deputados, como quando integrou o Gabinete, no curto período parlamentarista, que resultou do compromisso político que garantiu ao Vice-Presidente, João Goulart, assumir a Chefia do Estado, após a renúncia de Jânio Quadros.

Numa profética antevisão das dificuldades do País, ao iniciar seus debates parlamentares, com a definição do papel do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na crise política por que passava o País, conclamou os deputados a uma reforma de base que julgava indispensável. Em suas palavras, a mudança deveria visar a modificar uma sociedade em que eram inaceitáveis: 1) a imensa distância entre as classes ricas e as pobres; 2) as diferenças regionais que criavam “regiões proletárias ao lado de regiões enriquecidas; e 3) a desigualdade entre a área urbana e a rural”.

Registrando seu reconhecimento pela eleição para deputado federal, diz na 1ª sessão da Câmara da legislatura que se iniciou em 3 de março de 1959:

“Também não posso deixar de estender a minha saudação, de modo especial, ao povo mineiro, de cujo espaço moral nunca me aparteí e que me conferiu, com tanta generosidade, a sua confiança, no momento em que o meu partido houve por bem submeter o meu nome aos seus sufrágios. É nos sentimentos cívicos do povo de Minas, especialmente das classes trabalhadoras, que espero encontrar inspiração constante para minhas atitudes, e é no exemplo dos homens públicos de Minas, muitos dos quais tenho o prazer de ver sentados nestas bancadas, em ambos os lados do recinto, que espero encontrar modelo para o desempenho do meu mandato”.

Lendo seus discursos, tem-se a impressão de que fala do Brasil de hoje ao propugnar pela reforma agrária, reforma fiscal e reforma monetária. Repele a violência, como forma de solucionar os problemas da desigualdade, mas adverte que “a sobrevivência da democracia e da liberdade do mundo moderno depende de nossa capacidade de estender a todo o povo, e não de forma potencial, mas efetiva, os benefícios hoje reservados a uma classe dominante”.

Tornando-se Chanceler, tem a oportunidade de defender uma mudança no campo da política externa brasileira, enfatizando sua independência e pregando uma “convivência normal entre o Ocidente e o Oriente” que afastasse o perigo do holocausto nuclear. Opôs-se ao isolamento de Cuba e, embora sem desconhecer que “o conceito de democracia é um produto da experiência histórica”, admite “desvios ocasionais motivados por fatores de natureza temporária”.

Ao regressar, como representante da Câmara dos Deputados, da V Reunião da Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em San Tiago do Chile de 12 a 18 de agosto de 1959, San Tiago, em memorável discurso, analisou a instabilidade política na América Latina e Caribe, ressaltando a vinculação entre instabilidade política e subdesenvolvimento.

Os Anais da Câmara dos Deputados registram desta forma sua intervenção de líder da coligação PTB-PR:

“Longe de a Reunião de Santiago ter deixado em segundo plano o problema das relações entre o subdesenvolvimento e a instabilidade política, este foi precisamente o ponto sobre o qual trabalhou, para tratar da parte da Agenda relativa ao fortalecimento da democracia.

O fortalecimento da democracia, tal como o tem entendido a chancelaria brasileira e como hoje o entendem as chancelarias de quase todos países americanos, está ligado precisamente a dois campos de especulação e de atuação democrática. O primeiro é o campo econômico e o segundo é o campo jurídico.

No campo econômico, a tese em que vimos insistindo, desde a IV Reunião de Consulta, em Washington, em 1951, é de que a estabilidade das instituições democráticas resulta, em grande parte, do próprio grau de desenvolvimento econômico e do tipo de estrutura social que logrem alcançar os povos subdesenvolvidos deste Hemisfério.

Na verdade, o pauperismo em que vivem as populações latino-americanas, a debilidade de sua estrutura social, em que contrapõem, ainda, por toda parte, uma sociedade de rotos e uma sociedade de milionários, e o baixo nível de renda por habitante, que situa o nosso hemisfério entre as regiões mais pobres do mundo, tudo isso faz com

que entre nós não possa medrar uma vida política realmente estável, onde as liberdades públicas encontrem clima de segurança indispensável ao pronunciamento contínuo das instituições constitucionais”.

Esse pronunciamento, como seria de esperar, recebeu os mais diversos apertes de apoio, em que se ressaltou a forma lúcida e precisa do relatório verbal, magistralmente apresentado a seus pares pelo representante do PTB de Minas Gerais.

Enaltecendo a diplomacia brasileira, San Tiago esclareceu que a Declaração de Santiago do Chile significou a aceitação da proposta do Itamaraty, cujo conteúdo “veio representar de fato o mais consistente esforço até aqui realizado no sistema interamericano para traduzir em alguns princípios simples e concisos aquilo que os Estados americanos hoje reconhecem ser a essência do regime democrático tal como o praticamos na América. Não é um documento acadêmico. Nele não se procura dizer, como caberia melhor numa escola de direito, o que seja o regime democrático ou como deve ser entendido. Insiste em que o conceito de democracia é um produto da experiência histórica, e não pode ser isolado com proveito e verdade, senão dentro de uma época e de uma área cultural. A proposta brasileira, que se converte na Declaração de Santiago, procurou materializar, num número reduzido de preceitos, aqueles traços que os povos americanos, na presente fase de sua evolução política, consideram fundamentais para identificar o regime democrático, e para atribuírem ou recusarem essa condição ao governo ou regime que praticam”.

Ao despedir-se da Câmara dos Deputados para assumir a Chefia da Delegação do Brasil junto à ONU, San Tiago foi alvo de numerosos apertes de apoio e admiração, ouvindo do deputado Plínio Salgado o seguinte:

“Permita-me, nobre Deputado San Tiago Dantas, neste momento, sinta particular emoção, por quanto as nossas ligações vêm de longo tempo. Juntos desde a Livraria Católica, no Rio de Janeiro, e depois nas reuniões que fizemos na casa de Osvaldo Aranha, quando planejamos organizar o Movimento Integralista Brasileiro, V. Exa. era dos valores jovens mais brilhantes e de mais extraordinária cultura, para sua idade, pelo que fomos dirigir juntos um jornal em São Paulo, “A Razão”, que, por um dos equívocos os quais ontem mencionei, defendendo o interesse de São Paulo, não foi

compreendido por aqueles que empunhavam a bandeira separatista, e se viu empastelado e incendiado. Separamo-nos em São Paulo. Posteriormente, em lutas contínuas pelo bem do Brasil, V. Exa. era daqueles que comigo comungavam a doutrina que, absolutamente, não co-participava das idéias fascistas e nazistas, mas que desejava para o Brasil uma democracia orgânica, baseada nos princípios cristãos da nacionalidade e nos interesses supremos da Pátria”.

O líder integralista aproveitou a oportunidade para defender-se de acusações anti-democráticas, lembrando que sua doutrina, diferentemente do fascismo, pregava uma “democracia orgânica”.

Respondendo, San Tiago lembrou que se afastou de Plínio Salgado “por divergência”:

“Relembro com emoção o tempo em que tive a honra de militar nas hostes da Ação Integralista Brasileira, sob o comando de V. Exa. Nossos caminhos se afastaram posteriormente. Na evolução de cada personalidade, nos rumos intelectuais de cada homem, há desses momentos de convergências e de divergência”.

Dando mostra de sua percepção política e antevendo a oposição com que seria recebido, na Câmara dos Deputados, seu anúncio de que o governo brasileiro decidira reatar relações diplomáticas com a União Soviética, San Tiago, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores, em pleno regime parlamentarista, procurando atenuar a veemência dos opositores, reconhece que o tema suscita preocupações:

“Podemos, sem temores, sem timidez exagerada, mas com cautela, com consciência e com a clara compreensão das conseqüências dos nossos atos, medir, em toda sua extensão, qual a conveniência da política brasileira, no que diz respeito às nossas relações com os demais povos. Foi nesse estado de espírito, Sr. Presidente, que o governo se dispôs, desde os primeiros dias, a abordar a questão da universalização das relações políticas e comerciais do nosso país, especialmente naqueles pontos que esse problema se apresentava mais crítico, qual seja o do restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética.

Era este, certamente, um ponto, cuja transcendência ninguém poderia diminuir, porque se tratava de restabelecer relações com um país que, em primeiro

lugar, se apresenta na cena internacional como o detentor de um poderio econômico, de um poderio militar e de uma expressão cultural que dele fazem um dos maiores Estados do mundo contemporâneo, com larga influência sobre uma extensa área política do universo e com uma importância fundamental no desenvolvimento das relações comerciais modernas”.

Acrescenta, em tom de concessão à oposição:

“Ao mesmo tempo, esse Estado é aquele que se apresenta diante de nós como a encarnação mais completa da afirmação de um sistema político, do qual estamos constitucionalmente, profundamente divorciados. Estabelecer relações com países que praticam as mesmas instituições políticas, pode ter importância ou constituir um ato irrelevante, mas certamente não produz as inquietudes, as interrogações, as dúvidas, no seio da opinião pública, que se apresentam quando se trata de examinar o mesmo problema em relação a um Estado do qual, por força das nossas próprias definições constitucionais, estamos tão profundamente divorciados”.

Durante sua atividade parlamentar cuidou também da reforma da educação, atribuindo-lhe prioridade para os objetivos nacionais.

Na discussão em plenário da Câmara dos Deputados do projeto de lei que fixou as bases e as diretrizes do sistema educacional, sustentou da tribuna:

“Sr. Presidente, a discussão, em que se vem empenhando a Câmara, do Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pode ser considerada uma das tarefas de maior responsabilidade, que pesam sobre a atual Legislatura. No momento em que o País sofre modificações tão profundas em suas estruturas econômicas e no próprio modo de funcionamento da sociedade, podemos dizer que a educação se torna um dos fatores decisivos, se não o mais decisivo para que a nação brasileira alcance os objetivos a que se propõe.

Como resultado do esforço comum, em vez da antiga estrutura social formada por uma pequena minoria dominante, detentora do poder político e do poder econômico, e um proletariado politicamente passivo e

economicamente inerte, poderá surgir uma sociedade estruturada organicamente, em que uma classe intermediária sólida, estável e uma classe operária atendida nas suas reivindicações básicas possam dar ao País aquele nível de estabilidade moral, de independência econômica e progresso efetivo que constituem os objetivos da civilização.

“Ora, Sr. Presidente, todos os países que se empenharam através de uma ação consciente e coletiva, numa transformação de sua estrutura social, viram na reforma do sistema de ensino o instrumento principal, o instrumento mais efetivo da orientação e aceleração do processo em curso. Não se justifica que a Nação se empenhe na reforma de suas atividades econômicas e administrativas e que, paralelamente, não ponha sua atenção principal naquilo que, modificando o próprio homem, em sua mentalidade e aptidões, vai tornar possível o resultado proposto, dando rendimento e fixação aos planos e reformas realizadas”.

Ao Instituto que, em Brasília, cuida de sua história, é oportuno que se recorde a atuação de San Tiago, em favor da consolidação da nova Capital, que considerava “magno problema da nacionalidade”.

Em sua exposição na Câmara dos Deputados sobre esse assunto, levantou inicialmente a questão da necessidade ou não de reforma constitucional para estabelecer a transição do Distrito Federal para o Estado da Guanabara e da criação da estrutura jurídica da nova Capital. Afirma que não é indispensável a aprovação da lei constitucional, asseverando:

“Em primeiro lugar, em relação ao futuro Distrito Federal (Brasília) o esforço conjunto ao qual fiz alusão anteriormente é para que consagremos, numa emenda constitucional, inovações que poderiam melhorar sensivelmente a regulamentação constitucional da Capital Federal.

“No tocante ao atual Distrito Federal que se converterá em Estado da Guanabara, seria também de todo interesse pudéssemos introduzir aperfeiçoamentos pela via da emenda constitucional”, mas, acrescenta, concluindo sua posição pela desnecessidade de tocar-se no texto da carta política, “se isso não acontecer, se as correntes de opinião representadas nesta Casa não se puderem unir em torno de uma emenda constitucional, ou não a julgarem necessária, então a posição em que se

colocou há poucos dias a Comissão de Constituição e Justiça é a mais construtiva, é aquela que responde de maneira mais perfeita ao interesse do País, disciplinando, através de uma lei ordinária que não fira os princípios da Constituição, matéria de magna importância: a transição do atual Distrito Federal para o Estado da Guanabara.

“Não é certo, Sr. Presidente, que, para disciplinarmos o assunto, precisemos tocar na Constituição, e, se for necessário fazê-lo, será para introduzirmos inovações que julguemos úteis e convenientes, que encerrem, a nosso ver, um sentido de melhoria, mas, mesmo sem emenda constitucional, mesmo dentro das normas que se acham na Constituição, podemos, por meio de projeto de lei ordinária, resolver com tranquilidade, com ordem e com plena satisfação todos os direitos adquiridos, os magnos problemas dessa transição”.

Respondendo à aparte do então deputado José Sarney, que insiste na necessidade de reforma constitucional, San Tiago doutrina:

“A situação é simples, Sr. Presidente, e de tal maneira óbvia que não comporta tergiversações. Estamos diante de uma Constituição. Temos uma lei escrita e dentro desta lei escrita temos dois atos a praticar: o primeiro é a instalação de uma nova Capital; o segundo é a transição da Capital antiga a Estado da Guanabara.

Qualquer desses dois atos pode ser praticado através de lei ordinária, sem reforma constitucional. Não há dentro de um país constitucionalmente organizado atos de governo impossíveis ou necessariamente inconstitucionais.

Para dizermos que um ato qualquer precisaria, para ser praticado, de uma reforma constitucional, isto equivaleria a negar uma característica da ordem jurídica, da ordem de um estado constitucionalmente organizado”.

Ainda sobre Brasília, examinando tema importante para a organização administrativa da nova Capital e que foi objeto de muitos debates, San Tiago lembra, em sessão da Câmara dos Deputados, que, em geral a Capital Federal tem sua legislação a cargo do poder central do País:

“...no tocante à Câmara de Vereadores, existia no Congresso – pelo que se verificou dos debates e das trocas de opinião em plenário – uma grande inclinação pela sua supressão em emendas constitucionais. Compreende-se bem que o Congresso não devesse perder

essa oportunidade de eliminar da futura capital um órgão de caráter estritamente local, cuja presença no Distrito Federal de hoje só tem justificativa histórica, pois os regimes federativos, em geral, confiam aos próprios poderes da União os encargos de legislar para a capital da União e administrá-la”.

O assunto retoma seu relevo no momento em que a imprensa discute hoje a questão de custo-benefício em relação aos gastos com a administração de Brasília.

Defendendo o Supremo Tribunal Federal, que concedera liminar em mandato de segurança às vésperas de férias coletivas, San Tiago rebate crítica àquela decisão e, em aparte a discurso do Senador Nelson Carneiro, acentua, com sua usual lucidez e clareza:

“Lamento não esteja presente neste instante o nobre Deputado Adauto Cardoso, porque o aparte que quero dar a V. Exa. se refere a uma observação formulada por S. Exa ontem, neste plenário, a propósito desse despacho que concedeu a liminar. Segundo o Deputado Adauto Cardoso, o que havia de censurável seria unicamente o fato de haver a liminar sido concedida às vésperas das férias do Supremo Tribunal, fazendo, portanto, com que decorra o prazo de 60 dias sem que o Tribunal aprecie, em grau de recurso, a mesma liminar. Ora, V. Exa grande advogado que é, e também o Deputado Adauto Cardoso, um dos grandes expoentes do nosso Fôro, sabem muito bem que, desde o momento em que exista na consciência de quem pediu o mandado, a certeza de um direito violado, o que ficaria mal, o que não se admitiria ao magistrado, era deixar de decidir a liminar para amparar um direito que lhe parecia ter veementes probabilidades de ser reconhecido pelo Tribunal. Censurável seria que um magistrado, convencido do direito lesado, e tendo, na sua competência, a faculdade de conceder a liminar, deixasse que o Tribunal entrasse em férias sem previamente amparar o direito, quando ele sabia as conseqüências que decorreriam dessa falta. Portanto, a crítica apenas se funda num pressuposto, na convicção de que o mandado não deve ser concedido. Ora, a quem cabe, na verdade, decidir essa questão? Ao Judiciário, que vai apreciá-lo, primeiro, através do despacho do

relator na liminar e, depois, através da decisão do seu plenário. Assim, não resta dúvida alguma V. Exa. provou muito bem que a liminar cabe, porque é, do rito da representação, idêntica ao do mandado de segurança. E também é incensurável do ponto de vista moral, porque, se o juiz estava convencido do seu cabimento, da parte dele seria uma deserção deixar de dar a medida para que o Tribunal entrasse em férias”.

Terminemos lembrando que também foi notável a pessoa humana de San Tiago. Despreendido, imbuído de espírito público, corajoso, ao aperceber-se de que o fim da vida se aproximava pela impossibilidade de conter o câncer, que lhe destruíra o organismo, não parecia temer a morte, continuando suas atividades intelectuais até o final, como registra seu discípulo e amigo, Marcílio Marques Moreira.

MEUS SESSENTA E SEIS ANOS... DE PRAÇA

AFFONSO HELIODORO

Sessenta e seis anos! Que caminhada!

Deixei meu emprego na Padaria Globo e fui apresentar-me à Força Pública de Minas Gerais para servir e fazer carreira. Deixei, com grande pesar, meu emprego na padaria de seu Heitor Menin. Lá aprendi muito. Trabalhei também muito. Eram os costumes e as regras da época. Não existiam as leis trabalhistas e seu Heitor era amigo de seus empregados, que lhe retribuía com bom trabalho e amizade. As leis trabalhistas, inegável conquista social, fizeram desaparecer patrões como seu Heitor. Hoje patrão e empregado não mais conversam sobre seus problemas, não há mais aquele diálogo amigo entre patrão e empregado. É tudo resolvido na Justiça. Uma espécie de guerra. O patrão desumano e explorador, tanto quanto o mau empregado, sempre existirão. Mas no meu tempo era bom o convívio, aquele entendimento humano entre patrão e empregados. Havia respeito, amizade, noção de dever e compromisso. Começava meu trabalho bem antes das seis horas, o dia ainda escuro, e só terminava às 22 horas, quando baixava as portas de aço da padaria. Mas que tempo bom aquele. Tenho saudade daqueles dias, daqueles primeiros compromissos e responsabilidades. Tive oportunidade de conhecer, conviver e aprender muito com seu Heitor Menin. Decorridos os primeiros dois meses, passei a freqüentar a mesa do almoço, junto com seus familiares. Para o garoto pobre que eu era, aquela sala muito grande, numa casa senhorial, devia constranger-me. Mas era tudo tão natural, que eu ficava inteiramente à vontade e buscava educar-me, proceder dentro dos padrões da gente que me acolhia em sua intimidade, para não desapontar meu protetor. Sem pai desde os sete anos de idade, depois de Oswaldo, meu irmão mais velho, seu Heitor foi aquela pessoa importante na formação de minha personalidade, de meu caráter. Foi a

figura masculina que me deu os conselhos orientadores do início da adolescência e mesmo do adolescente que me tornei trabalhando com ele. Seu exemplo, seus conselhos, sua orientação e ensinamentos foram fundamentais para minha educação. Com ele transpus os umbrais da juventude para uma maturidade que tive de assumir ainda muito jovem. Seu Heitor marcou-me a vida. Quando comuniquei-lhe que ia assentar praça ele me disse: “Eu já sabia, você vive fazendo meia-volta e marchando aqui dentro o dia todo”. Queria que eu estudasse às suas expensas no Colégio Arnaldo. Acompanhava, discretamente, meu esforço estudando sozinho, nas horas de folga, atrás do balcão. Gostava de mim e queria me ajudar. Admirava a boa educação que mamãe dera aos filhos e gostava de minha dedicação ao trabalho. Não aceitei sua proposta: formar-me e continuar trabalhando com ele. Se aceitasse, não teria como ingressar na Força Pública e seguir a carreira de meus antepassados. Àquela época, três irmãos, vários tios e primos incluía-se entre os bravos da histórica e gloriosa Corporação.

Hoje faz sessenta e seis anos que deixei aquele emprego e enveredei por novos caminhos: assentei praça na Força Pública de Minas Gerais, na Polícia Militar de hoje, tão diferente daquela Corporação do meu tempo. Rigidez nos costumes, observância rigorosa das leis e dos regulamentos e a mais irrestrita obediência aos preceitos disciplinares, sem discussão. Havia, é claro, o recurso da queixa contra o superior que exorbitasse ou abusasse de sua autoridade. Queixa por escrito, submetida e julgada por um Conselho de Disciplina. Havia um natural distanciamento entre os mais graduados e os de menor graduação: praças de pré e oficiais. O que não impedia o salutar exercício da melhor camaradagem e compreensão entre comandantes e comandados. A Força Pública daquele tempo era um pequeno exército germânico, em virtude da instrução ministrada em Belo Horizonte, no Prado Mineiro: as famosas Escolas do Coronel Alberto Drexler, o Suíço. Não pretendo fazer crítica à nossa Polícia Militar, que tanto amo. Apenas estou constatando mudanças, certamente mais adequadas aos tempos modernos. Embora muitos não queiram, a Polícia Militar de Minas Gerais continua sendo aquela bicentenária Tropa Paga – a que abrigou o alferes Joalquim José da Silva Xavier, o Tiradentes – “o Animoso Alferes”, como o chamou Cecília Meireles, no seu Romancero da Inconfidência. Minha Corporação continua entre as melhores do Brasil, perdoem-me os colegas de outras Polícias Militares. O zelo por sua história e tradições, faz dela Instituição respeitada e respeitosa. Guarda com amor suas glórias, seus valores e suas tradições. Seus feitos heróicos fazem-na manter-se

excelente no cumprimento de suas funções na defesa e proteção, na tranqüilidade e segurança do povo de meu Estado. Dos trinta anos que passei nas pelejas do serviço militar, não posso queixar-me. Se algumas vitórias consegui na vida civil, pelos lugares onde andei, devo ao que aprendi na escola severa da vida nos nossos quartéis. Minha carreira foi rápida. Nunca perdi tempo. Nunca deixei passar oportunidade de somar pontos para ter direito a promoções. Soldado, cabo, sargento, aspirante. Prestei, como se fazia à época, meus exames para cabo e sargento. Promovido, requeri imediatamente exame de admissão ao Curso de Formação de Oficiais, no Departamento de Instrução, o saudoso DI, hoje Academia de Polícia. Naquele tempo, ser sargento era condição indispensável para o ingresso no CFO. O que me parecia bom, em virtude da experiência trazida da tropa, para a formação dos futuros oficiais. Nossa vida no DI muito se assemelhava à vida nas demais academias militares do País. Trabalho, estudo, traquejo, disciplina, educação física e muita instrução militar, prioridade curricular daquela época nas escolas de formação. Ordem unida, maneabilidade, combate e serviço em campanha, marchas, armamento e tiro, organização do terreno, topografia, tática de infantaria, acampamentos, manobras, travessia de cursos d'água, combates simulados e até com tiro real, e tudo mais que fosse necessário a um bom soldado ou a um bom comandante na guerra. Hoje cuida-se mais, justificadamente, dos conhecimentos indispensáveis aos bons policiais. E cuida-se muito bem. A Academia de Polícia, da nossa Polícia Militar, cumpre seu papel na formação de seus alunos com rara eficiência, o que a torna, muitas vezes, formadora de camaradas nossos de outras Corporações irmãs. Naquele tempo cuidava-se também de ensinar aos alunos dos diversos cursos de formação, noções de direito, psicologia, sociologia e outras matérias indispensáveis à nossa cultura e condição de policiais militares.

Minhas promoções foram todas por merecimento. Trabalhei com afinco para que assim fosse. Não sofri punições, nunca baixei ao hospital. Além das férias escolares, nunca deixei de estar sempre pronto para o serviço, como se dizia então.

Como aspirante, turma de 1937, fui servir em Barbacena, 9º Batalhão de Caçadores, sob o comando do grande e inesquecível coronel Vicente Torres Júnior. Homem de grande valor como pessoa, como patriota e como militar. Até as costeletas de Caxias ele gostava de ostentar. Inteligência privilegiada e disciplinador rigoroso, teve como missão, desde major, a função de instrutor dos batalhões que se dispersavam pelos destacamentos nos diversos municípios de Minas e que, geralmente,

perdiam a indispensável noção disciplinar e o compromisso com o comportamento exigido por sua condição de representantes da Força Pública, ou da Polícia Militar, pelo demorado afastamento do quartel. Recolhidos os destacamentos, organizavam-se os batalhões para receber uma dura e rigorosa instrução militar. Ordem unida, marchas, combates simulados, acampamentos e tudo mais que exigisse o bom preparo para a guerra, sem, todavia, descurar-se das noções de conhecimentos elementares de direito, indispensáveis ao serviço do policial fora das vistas de seus superiores e entregues à sua própria responsabilidade no interior do Estado, como comandantes de destacamento ou simplesmente como componentes da pequena tropa isolada lá no interior distante, de nossa Minas Gerais. Educação Moral e Cívica sempre fizeram parte dos ensinamentos recebidos nos nossos quartéis.

O coronel Torres comandou o 4º Batalhão em Uberaba. Depois de preparada aquela tropa, deslocou-se para Barbacena. Chegara a vez do 9º Batalhão, onde o tema escolhido para a instrução foi a possibilidade de invasão da cidade, rumo à capital, por tropas vindas de Juiz de Fora, Rio de Janeiro ou São João del Rei. Lembro-me bem, meus dentes do siso nasceram ali, dentro das trincheiras que cavamos nos arredores da cidade. O frio de Barbacena, nas longas noites de um jovem oficial de dia ao Batalhão, ou nas madrugadas, às vezes chegando a temperaturas insuportáveis, quase zero grau, faziam parte, mesmo que indiretamente, de nosso treinamento. Mas, com frio ou sem frio, a chamada do batalhão era às 6:30 horas, armados e equipados, como se fôssemos para a guerra. Muitas vezes, com o dia ainda escuro. No final do expediente, às 17 horas, antes da leitura do boletim, havia preleções sobre temas da História Mineira e do Brasil, ou leitura de trechos de livros como Os Sertões, de Euclides da Cunha, que o tenente Nélio Cerqueira lia com o maior entusiasmo, fazendo comentários sobre as passagens trágicas daquela campanha. Depois, cantávamos um ou dois hinos patrióticos, ouvíamos a leitura do boletim e éramos mandados para casa. Creio que tudo isso deve ter contribuído para esta minha longevidade. Nossos capotes e cobertores não eram adequados para aquele clima.

O nosso coronel Torres, por último, foi comandar o 6º Batalhão em Belo Horizonte. Mais uma tropa para ser instruída, como já acontecera com o 4º e com o 9º. Do 6º Batalhão saiu para exercer o Comando Geral da Polícia Militar. Nessa ocasião fui honrado com as funções de seu ajudante-de-ordens, depois de ter-me dedicado ao seu serviço nos 9º e 6º Batalhões, como instrutor. Tempos bons, porém duros, aqueles!

O 6º Batalhão, mais de uma vez, foi convidado para desfilar no Rio de Janeiro. Depois de uma visita feita a Belo Horizonte pelo então Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, em companhia de oficiais norte-americanos, quando visitou nosso quartel e assistiu a uma demonstração de ordem unida e ginástica suéca, nunca mais deixou de convidar o 6º Batalhão para desfilar naquela cidade, nas paradas do dia 7 de setembro. A ginástica com o fuzil de guerra era uma novidade, embora tenha sido muito praticada nos anos em que o suíço chefiou as Escolas de Instrução no Prado Mineiro, nos idos de 1912 a 1923. Espetáculo grandioso e de rara beleza, impressionava pelo ritmo, pela ordem, pelo vigor demonstrado e pela disciplina. Mil e trezentos homens realizando manobras e movimentos ritmados, cadenciados e iguais, praticamente sem comando. Apenas um curto trilo de apito e aqueles homens se transformavam num verdadeiro corpo de balé, realizando cerca de trinta movimentos só para formar o dispositivo inicial para o exercício da ginástica. Depois, outro trilo de apito e começava a ginástica propriamente dita, com variados movimentos em que se destacava o elemento fuzil de guerra, com o brilho de suas baionetas. Terminada a ginástica, a tropa, agora formada em coluna por três, desfilava em passo cadenciado, o famoso passo de ganso, como um exército alemão, ao som de uma banda de música marcial, bem treinada, que transmitia grande entusiasmo aos soldados. A homenagem prestada ao Ministro da Marinha, no Campo de Santana, no Rio de Janeiro, foi espetáculo inolvidável. O batalhão inteiro entrou na praça cantando O Cisne Branco, a canção da Marinha de Guerra. O Ministro, presa de forte emoção, fez questão de ir pessoalmente cumprimentar o coronel Torres e sua tropa, depois de ter assistido às demonstrações de ordem unida e a apresentação da famosa ginástica suéca.

Transferido para a reserva o coronel Torres, fui servir no DI, junto à Missão Militar. Formamos o primeiro Curso de Candidatos a Cabo, o saudoso CCC, do qual fui seu primeiro Diretor, auxiliado por excelentes amigos e companheiros, jovens oficiais e sargentos, bem como uma turma de instruídos, da qual jamais me esquecerei. Depois fui ser instrutor na Diretoria de Ensino Militar, onde permaneci até 1950, saindo de lá como Diretor Geral do Ensino Militar. Dali, fui para o Gabinete Militar do Governador Juscelino Kubitschek. E, em fevereiro de 1951, um mês após a posse do Governador, substituí, na Chefia do Gabinete Militar, o coronel Nélio Cerqueira Gonçalves, que assumiu o Comando Geral da Polícia Militar, onde teve marcante e destacada atuação.

Tempo houve, 1930 e nos anos seguintes, em que a vida nos quartéis era um sobressalto só. Ah! E as prontidões? Um traque no Rio de Janeiro e lá íamos nós para o desconforto das noites indormidas. Alojamento para os menos graduados até que havia. Os solteiros, de modo geral, dormiam no quartel. Os demais, oficiais, sargentos e mesmo alguns soldados, dormiam sobre mesas, poltronas, cadeiras, sofás ou até no chão. Às vezes dispúnhamos de colchões. O capote e o cobertor ajudavam muito. Tudo isso servia ao nosso desconforto. Importante: a noção do dever não permitia o surgimento de reclamações ou movimentos organizados de protesto. Cumpríamos o dever que havíamos aprendido desde o juramento feito ao ingressarmos na Corporação. As prontidões quase sempre se prolongavam sem uma razão aparente. Houve uma, em 1934, que ficou esquecida. Não se lembraram de dispensar homens do Hospital Militar. Tinham que responder à chamada todo início de noite. Ficavam ali até uma determinada hora e depois eram dispensados. Até que alguém resolveu terminar, por conta própria, com aquela coisa incômoda e desnecessária. Descobriu-se que só no Hospital Militar havia a tal chamada, nas tardes de calma política que, geralmente, se sucediam às demoradas e sofridas prontidões.

De 1922 para cá, a vida política conturbada do País agitava, a todo instante, nossos quartéis. Garoto ainda, em Santa Efigênia, quantas vezes não me inquietei com os toques de reunir que eram ouvidos, geralmente à tardinha, depois do expediente. A correria dos soldados pelas ruas para atender ao chamamento das cornetas, punham em polvorosa os moradores de Belo Horizonte, marcadamente os de Santa Efigênia e Santa Tereza, onde se localizavam o 1º e o 5º Batalhões. Eu, geralmente, acompanhava meu irmão Bilé, de tantas histórias, músico da Banda do 1º Batalhão, e só voltava para casa depois de ter tomado uma boa caneca de café com leite, pão e manteiga, que eram servidos antes do toque de recolher. Só comecei a participar, como soldado, das prontidões, depois que incorporei-me, em 1930, ao Batalhão Provisório Mário Brant, como patriota, como éramos chamados.

A mobilização da sociedade, das forças políticas e dos quartéis para a Revolução de 1930 fizera de nossa cidade um permanente burburinho. Além das tropas regulares, acrescidas do recolhimento à Capital do pessoal destacado, vindo do interior, batalhões de voluntários eram organizados para enfrentar as tropas legalistas que apoiavam o governo de Washington Luiz. Eram os chamados, pejorativamente, Batalhões de Patriotas. Esses batalhões eram comandados por oficiais da Força Pública que preparavam os recrutas para a luta, onde houvesse

resistência. Se não me engano, nenhum deles participou de qualquer combate. Em Belo Horizonte, com a rendição do 12º RI em 1930, houve uma aparente normalidade. O governo, para atender às necessidades do comércio, passou a emitir uma moeda, espécie de bonus, que logo levou o nome de *Borrusquê*, não me ocorre hoje, tantos anos depois, a razão do nome, certamente, uma gozação. Corriam também no mercado da cidade, por falta de outras, moedas antigas de prata, do fim do Império e do começo da República, que as pessoas guardavam por serem de prata ou por seu valor histórico. A escassez fê-las reaparecer. Consegui, a custo, guardar algumas no fundo de minha mala de roupas. Mamãe, às escondidas, comprava verduras com elas. Algumas ficaram. Tenho-as até hoje. Fortuna? Não. São umas vinte, ao todo, de um mil réis e quinhentos réis, mais uns níqueis de quatrocentos e duzentos réis, e o famoso tostão, níquel de cem réis. Lembranças de meus 14 anos de idade. Foi nessa época que resolvi ingressar em um batalhão de voluntários. Queria, como meus irmãos, combater ao lado dos mineiros. Quando cheguei em casa fardado, mamãe me escorraçou, perguntando se não chegavam os outros filhos que já estavam engajados nas lutas que se travavam nos fronts da revolta. Dia seguinte apresentei-me ao Batalhão, com o mesmo entusiasmo do menino de ontem, que queria ser soldado, embora os pitos da mãe. Eu era o menor e o mais novo soldado do Batalhão Mário Brant. E aquele era o meu primeiro dia de instrução. O comandante era meu tio, tenente Benjamim Constant de Andrade. Cheguei mesmo a desfilar na Praça da Liberdade, para o Presidente Olegário Maciel. Mas, na hora do embarque para o front, veio a ordem de recolher. A revolução havia acabado. Restava, apenas, o desfile no Rio de Janeiro, **O Desfile da Vitória**, para o qual foi escalado o 1º Batalhão.

Depois veio a Revolução Constitucionalista de 1932. A Revolução Comunista de 1935 e a Revolução Integralista de 1938. Passados esses tempos, embora a aparente tranqüilidade política – Getúlio já havia dado o golpe, instituindo o Estado Novo –, volta e meia vinha o desconforto das prontidões nos quartéis, dos alertas em casa, dos sobreavisos. Em 1939 realizaram-se as grandes manobras militares no Vale do Paraíba. O 2º Batalhão de Juiz de Fora foi convocado para incorporar-se ao 12º RI, agora sediado naquela cidade. Do DI e de outras unidades da Capital foram designados oficiais para, adidos ao 2º Batalhão, participarem das manobras que pretendiam envolver milhares de homens do Exército, da Aeronáutica e das Polícias Militares de Minas Gerais e de São Paulo. Eu estava entre os convocados. Lembro ainda de alguns nomes de oficiais de nossa Polícia Militar que participaram dessas

manobras: Major José Coelho de Araújo, comandante do batalhão; Cap. Egídio Benício de Abreu, instrutor chefe do batalhão; Cap. José de Deus Faria; Tenentes Watson Mesquita, Vinícius Machado, Amúlio Leite, Raimundo Pereira da Silva, José Bastos Guimarães e outros, cujos nomes não me lembro agora, quando escrevo estas memórias, mas cujas fisionomias, camaradagem e boa convivência não se apagaram de minha lembrança e saudade. Tivemos um período de instrução preparatória antes de iniciadas as manobras. O instrutor era o capitão Benício de Abreu. Futuro Comandante Geral de nossa PM. O primeiro a apresentar-se ao 12º RI fui eu. Embarquei com o Regimento num trem da Central do Brasil para a cidade de Cruzeiro, em São Paulo. Uniforme cáqui naquele trem, só o meu. Era constrangedor. Não conhecia ninguém. Logo dois tenentes do Regimento vieram sentar-se ao meu lado. Vieram socorrer-me. Entabularam conversa comigo. Perceberam meu constrangimento. Eu era um estranho naquele imenso ninho de uniformes verde oliva. Fiquei amigo dos dois. Eram os tenentes Murici e Wilker, este, mais tarde, ferido na Itália, perdeu uma perna. Continuamos amigos quando voltou da guerra e foi morar em Belo Horizonte. Durante as manobras, designado oficial de ligação entre o Comando do General Barcelos e o Estado-Maior da tropa mineira que participava daquela operação de treinamento para a guerra, tive oportunidade de participar de muita coisa interessante durante aquele exercício militar. Todos dignos de serem mencionados. Deixo de fazê-lo, entretanto, para não tornar este depoimento muito extenso.

Tudo passou. Fui para a reserva em 1960. Afastado das lides dos quartéis desde 1951, quando assumi a Chefia do Gabinete Militar do Governador Juscelino Kubitschek, continuando com ele na Presidência da República, nas funções de Subchefe do Gabinete Civil da Presidência, procurei levar bem alto o nome de nossa gloriosa Polícia Militar. Subordinavam-se ao meu gabinete os Ministérios do Trabalho, da Agricultura e o Dasp, hoje Ministério da Administração. Tinha ainda sob minha responsabilidade, além do Serviço de Interesses Estaduais, o Serviço de Verificação das Metas Econômicas do Governo, o famoso **Programa de Metas** do Presidente JK. Ocupava-me, ainda, da divulgação de suas obras nos campos da industrialização do País, da construção de Brasília, do desenvolvimento de nossa agricultura e pecuária, bem como o desenvolvimento no campo da saúde e da educação, para o que realizamos algumas exposições de prestação de contas do governo em cadeia de televisões – as primeiras da história realizadas no País – bem como em diversas capitais, como Belo Horizonte, São Paulo,

Recife e Brasília. Também, pela primeira vez, realizamos uma exposição flutuante, montada no Navio Mauá, da Marinha, que percorreu todo o litoral, saindo de Salvador, na Bahia, até Manaus e de lá até Porto Alegre. Cumpria-nos demonstrar o que dissera o Presidente: “Acordei o gigante, sacudi-o de Norte a Sul”.

Terminado o mandato do Presidente JK, participei da campanha para sua eleição ao Senado, pelo Estado de Goiás, ao mesmo tempo em que dirigia um dos escritórios de sua campanha à nova eleição (bem diferente de reeleição) à Presidência da República em 1965, com o programa de desenvolvimento agropecuário, cujo *slogan* era: “5 ANOS DE AGRICULTURA PARA 50 DE FARTURA”. Mas não tivemos eleições em 1965. Esse programa teria levado o Brasil à sua total independência econômica e nos teria libertado dessa vergonhosa submissão ao FMI. O golpe de 1964 interrompeu o processo democrático no País e JK teve seu mandato de senador e seus direitos políticos cassados por 10 anos, com isto, frustrando-se seu plano de desenvolvimento social e econômico perseguido desde os tempos de prefeito de Belo Horizonte. Quando presidente, instado por aquele organismo internacional a interromper seu programa de governo, paralisando a arrancada desenvolvimentista iniciada no governo Vargas e vigorosamente desenvolvida durante seu mandato, Juscelino disse-lhes um solene NÃO, negando-se a cumprir suas determinações. “Não queria o empréstimo que escraviza, mas, sim, o investimento que nos dá o direito de ganhar o pão de cada dia com o suor de nosso rosto”. Seu governo, sem as injunções do FMI, pôde dar ao Brasil um desenvolvimento econômico e social até hoje sem similar. Juscelino não se submeteu à política recessiva preconizada pelo FMI. Tornou-se *persona non grata*. Para ele foi a cassação, o exílio, o retorno ao Brasil e a morte.

Ajudei a fundar e, por quatorze anos, dirigi o Memorial JK em Brasília. Hoje me encontro na Presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Porém, depois de tanto andar, de perflustrar caminhos agrestes, estradas nem sempre largas e ensombradas, depois de ter passado pelos palácios do poder, vejo-me louco de saudade e cheio de vontade de voltar ao meu primeiro lugar, aos braços da minha Polícia Militar, de conviver com meus amigos e colegas, conviver com aqueles que, como eu, ainda resistem e os que, novos, jovens, poderão dar-me a alegria de rever-me em sua juventude e em seu trabalho. Jovens que hoje ocupam os velhos lugares de seus antecessores, com mais brilhantismo, talvez, mas, estou certo, com o mesmo acendrado amor pela Corporação que é o retrato e a imagem de nossa MINAS GERAIS.

REGISTRO ICONOGRÁFICO



A Diretoria e o corpo de sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal decidiram, por unanimidade, conceder a um de seus mais antigos membros, acadêmico Guido Mondin, o Diploma de Sócio Honorário da Instituição. A outorga foi feita em sessão solene no auditório do IHG-DF sob a direção do presidente da entidade, Affonso Heliodoro dos Santos. Na foto, o agraciado assina o termo da outorga, tendo ao seu lado o presidente Affonso Heliodoro dos Santos e o vice João Carlos Taveira.



A herma do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (vista na foto sob as bandeiras hasteadas) foi inaugurada pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico do DF, Affonso Heliodoro dos Santos, no dia 2 de junho de 1998, em caráter festivo. Junto à obra foi feita a remodelação do jardim de entrada do edifício-sede bem como de suas instalações internas.

Uma única e nobre ambição

“Acompanhei, com emoção, uma a uma, as peripécias das viagens da Caravana de Integração Nacional. Pelo milagre da solidariedade, que nos torna presentes em todos os atos que têm importância para nós, vim percorrendo convosco as estradas que, das partes mais distantes e opostas do Brasil, nos trouxeram até aqui – bem no coração da Pátria –, a esta cidade prestes a se transformar no centro das decisões administrativas e políticas do Brasil.

Trazidos por estas estradas novas, algumas ainda inacabadas, com os restos da selvagem virgindade da véspera, mas já servindo a unidade nacional, viestes cortando regiões as mais diferentes do nosso território, tangidos pelo mesmo espírito dos desbravadores de outrora. Viestes oferecer, aos que precisam tocar materialmente o milagre para crer, a prova de que este País deixou de ser um conjunto de aglomerados solitários para ser um todo, para constituir uma unidade não apenas em palavras, mas de fato.

Viestes de todos os quadrantes do Brasil para provar que o território brasileiro só agora começa a ser realmente conquistado; que só agora, efetivamente, o vamos conhecer, e dele extrair tudo o que deve e pode dar. Deixamos de ser uma seqüência de paisagens, de florestas, de rios não aproveitados, um mundo impenetrável, fechado e começamos a tornar-nos senhores de uma Pátria que por fim se ordena. Esta é uma hora gloriosa para todos nós, porque nos vamos libertando do jugo de nossa própria grandeza territorial, vamos vencendo tudo, e a tudo estamos impondo a lei da nossa vontade e da nossa civilização. A viagem que acabais de fazer é a da libertação de nosso território. O Brasil se desvencilhou de suas prisões, de suas limitações, dos obstáculos e barreiras, empreendeu uma viagem ao encontro da unidade nacional.

Este é o momento em que devo confessar que me sinto orgulhoso de nosso esforço comum. Deus me ofereceu, por um dos seus desígnios indevassáveis, que o levam a confiar altas missões às criaturas mais humildes, o comando desta batalha de unir e estreitar os vínculos internos de nosso País. Mas que seria de mim se não tivesse encontrado homens indômitos, mártires até, que permitiram levássemos a cabo a tarefa ingente de rasgar a terra bruta às comunicações, à circulação da vida que nesta terra estua e se afirma. A glória de termos derrubado, com estradas novas, as barreiras que isolavam as partes de nosso País, pertence aos trabalhadores, aos pioneiros, aos bandeirantes modernos. A enumeração dos quilômetros que percorrestes vale por si só como uma evocação à grandeza – 2.200 quilômetros, os que viestes da nossa querida e bela cidade de Porto Alegre; 2.220, os que partistes de Belém, a graciosa Belém do Norte, para a qual prevejo uma recuperação imediata, um reflorescimento desta vez permanente; 1.200 quilômetros, os que deixastes o Rio de Janeiro – cidade ilustre que durante dois séculos hospedou o governo da República; 1.100 quilômetros, os que vos originastes da progressiva e varonil Cuiabá. Esses números dizem tudo – dão uma idéia de nossa extensão, falam melhor do que palavras, do que torrentes de palavras. Já temos uma Transbrasiliana, já é possível viajar por terra de Belém a Porto Alegre – o que equivale a ir de Lisboa a Moscou, ou de Nova Iorque a Califórnia. Digo isto, meus senhores, mais como uma sensação de alívio do que de alegria. É que confesso que demoramos demais a chegar a este resultado. Há mais de cem anos – Fremont realizava a primeira travessia leste-oeste norte-americana, e esta proeza foi considerada tão importante que o herói se tornou o primeiro candidato do Partido Republicano à Presidência da República daquele país. Em 1863 inaugurava-se, nos Estados Unidos, a primeira estrada de ferro ligando o Atlântico ao Pacífico.

Mesmo dando o desconto considerável de nossas condições econômicas e das nossas peculiares dificuldades geográficas, chegamos um pouco tarde demais até aqui. Só ofereço este reparo para não nos deixarmos contagiados pela satisfação demasiada, sempre tão funesta aos países. Deus sabe que podemos ter orgulho de nossa geração, que ela trabalhou e sofreu pela libertação do Brasil – mas devemos manter nítida a consciência de que apenas estabelecemos bases. E que a verdadeira edificação de nosso País só agora começa. Este é o passo inicial que, não sendo necessariamente o maior, é de todos o mais difícil. Mas a esse impulso deve seguir-se uma luta incessante, sem tréguas, para que o Brasil ocupe o seu lugar – o lugar que lhe é devido.

Ao receber-vos, meus patrícios, quero dirigir-me, por vosso intermédio, aos brasileiros de todos os rincões da Pátria. Realizamos apenas as primeiras metas. Guardai bem que é sobre este terreno que deverá erguer-se uma Nação forte. Uma tarefa imensa está à nossa espera, e não nos é dado faltar ao trabalho de soerguimento, sem faltarmos a um dever sagrado a nós mesmos.

Sou um presidente que completará em breve o seu tempo de governo, e em pouco encerrará a sua carreira de homem público. Nada pretendo, a nada aspiro, senão a que sobre um novo espírito e uma nova esperança por sobre a terra brasileira; e que haja uma nova alma, uma só vontade, um único empenho, o de desenvolver o Brasil e de lhe dar uma posição de relevo no mundo. Não aceitamos, não podemos aceitar uma posição secundária à grandeza. Num país com estas dimensões – ridícula é a pequena ambição, a conformidade com o que é medíocre. Que em torno do problema da expansão, do crescimento, do enriquecimento nacional, se estabeleça uma só opinião, uma frente sagrada, capaz de impor silêncio aos que se ufanam por querer que tudo seja pequeno e anêmico.

Brasileiros do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste, saúdo-vos comovido e em vós sinto presente a própria Nação brasileira, numerosa, mas unida por uma só alma. Por uma só esperança, por uma única e nobre ambição”.

Juscelino Kubitschek

Palavras proferidas pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília, no dia 2 de fevereiro de 1960 e lido pelo Presidente do IHG-DF por ocasião da aposição, na sala da diretoria, da réplica do marco existente na Esplanada dos Ministérios. Referida inauguração deu-se, no dia 25 de fevereiro de 1999, em comemoração aos 39 anos do memorável feito, chegada da Caravana de Integração Nacional ao Planalto Central.

NECROLÓGIO

José Gonçalves Zuza nasceu em Porto Nacional, Tocantins. Professor, dirigiu uma caravana de estudantes goianos, no dia 20 de dezembro de 1956, em visita ao local da futura Capital do Brasil. Um dos fundadores, durante a construção da Capital, do primeiro estabelecimento particular de ensino na Cidade Livre (hoje Núcleo Bandeirante), o Ginásio Brasília.

Diretor da Fundação Colégio Brasília e do Ginásio Brasília, fundado em 1957, no início da epopéia da construção da Capital, com endereço à Avenida Central, na Cidade Livre. Em 22 de junho de 1959 foi admitido na Novacap. Membro do primeiro Diretório do PSD (Partido Social Democrático) em Brasília, durante a construção da cidade, foi o orador de seu Diretório. No Ginásio, lecionava Português e Matemática.

Ocupava no Instituto Histórico e Geográfico a cadeira nº 37, cujo patrono é Alcides Celso Ramos Jube.



Cláudio de Paula Penna – Médico Cardiologista. Chegou em Brasília em 1957, ficando hospedado no Catetinho. Ainda no tempo da construção de Brasília, morou na Granja do Ipê e no Acampamento do Banco do Brasil. Médico particular do engenheiro Israel Pinheiro, presidente da Novacap. Trabalhava também para o Banco do Brasil.

Veio do Rio de Janeiro. Membro e Presidente da Associação Médica de Brasília. Integrante da equipe fundadora do Hospital Distrital, hoje Hospital de Base.

Responsável por um bom trabalho comunitário com relevantes serviços, principalmente naqueles tempos da construção de Brasília.

Ocupava a cadeira nº 53, patroneada por Segismundo de Araújo Mello, no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, onde exerceu, por mais de um mandato, as funções de 2º tesoureiro. Colaborou, ainda, na reforma do Estatuto da Instituição.



Inácio de Lima Ferreira – Engenheiro. Cearense. Foi um dos fundadores, em 23 de setembro de 1957, do Clube de Engenharia e Arquitetura de Brasília. Identificou e sugeriu o local onde hoje se situa a cidade-satélite de Sobradinho, como o sítio ideal para ser plantada uma cidade rural. Isto, nos idos de 1958. Designado para executar o Projeto Urbanista de Paulo Hungria, cujas obras se desenvolveram com recursos do Departamento de Terras e Agricultura ao longo de 1959 e início de 1960. Iniciou-se na Novacap em 5 de junho de 1957, onde logo ocupou posições de chefia e liderança. Quando se transferiu para Brasília, trabalhava em Juiz de Fora, Minas Gerais. O agrônomo Joaquim Tavares, chefe do DTA – Departamento de Terras e Agricultura da Novacap, durante a construção de Brasília, destaca que "o seu trabalho foi inestimável", na epopéia da nova Capital.

Ocupava, no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, a cadeira nº 63, patronada por José Maciel de Paiva.



VOLTA A UM VELHO TEMA **(A correspondência entre** **Monteiro Lobato e Artur Neiva)**

CASSIANO NUNES

Meu primeiro artigo sobre Monteiro Lobato teve origem no país estrangeiro que ele mais amou: os Estados Unidos. Ao fazer um curso acerca da Literatura do Oeste Americano, em Miami University (Oxford, Ohio), ministrado pelo prof. Edgar M. Branch, tive a oportunidade de dedicar-me à leitura extensa e curiosa de boa parte da obra da obra de Mark Twain. Na personalidade do autor de HUCKLEBERRY FINN, contudo, comecei a notar certos traços lobatianos que convidavam a uma comparação cuidadosa. Na ocasião, o estudo, que escrevi, foi breve. Faltava-me material brasileiro. Anos mais tarde, na Alta Sorocabana, em Assis, ambiente que agradaria tanto a Twain como a Lobato, tive a oportunidade de realizar, atento e diligente, o ensaio que dez anos antes – em 1948 – se esboçava no meu espírito. Foi publicado no 1º número da Revista de Letras da Faculdade de Assis, em 1960, e representou o meu “canto de cisne” nessa escola de ensino superior, a que o seu diretor, o prof. Antônio Soares Amora, se dedicou com desvelo, e fez logo nome, contando com professores altamente categorizados como o admirável Antônio Cândido, aliás admirável em muitos aspectos.

Seis anos depois, recém-chegado a Brasília, escrevi meu segundo ensaio sobre o autor de URUPÊS: “Monteiro Lobato: uma Teoria do Estilo”. Depois, durante anos, dediquei-me a trabalhosa pesquisa, em que procurei, incansável, documentos lobatianos, principalmente correspondência. Consegui verdadeiras coleções de cartas inéditas e sobre elas fui escrevendo ensaios. Nem tudo foram alegrias nessa busca, em que encontrei colaboradores entusiastas que acabaram ficando bons

amigos meus. Também defrontei sinais de destruição de material precioso. A minha maior decepção foi ter sabido que a correspondência de Lobato que constava do arquivo da Companhia Editora Nacional – grande empresa que nasceu do sonho comum de Lobato e Octales Marcondes Ferreira – fôra inteiramente lançada fora. No rol das decepções, coloco também o dissimulado retraimento de umas poucas pessoas (poucas felizmente) que ocultaram ciumentamente documentos do taubateano ilustre. Desta maneira, nada fazem nem deixam fazer. Talvez digam lá com os seus botões: “Ora, eu lá vou tolamente colocar azeitona na empadinha dos outros!” Pessoas assim ignoram a felicidade de partilhar e contribuir para o melhor conhecimento e reverência de patrícios excepcionais que podem dar exemplos de grandeza a nossas vidas modestas.

Mas por que essa acirrada busca das velhas missivas escritas por Monteiro Lobato? Para conhecer melhor a sua vida fecunda? Para compreender melhor os seus textos literários? Sim, tanto para uma coisa como para a outra, mas especialmente para dar relêvo à parte epistolar da sua obra em que desempenhou, com maior grandeza, o seu poder criativo e que é infelizmente mal conhecida. Reconhecendo o fato de que Lobato não deu à criação literária total dedicação, como Machado de Assis, diminuindo assim, de modo irremediável a sua realização no setor das Letras, é, de certo modo, uma compensação ao beletrista prejudicado, descobrir e divulgar um gênero literário em que ele se sobrelevou sem deixar de se dedicar às grandes causas que o empolgaram.

A prova da sua capacidade epistolar se mostra à saciedade na espetacular correspondência que foi recolhida no volume intitulado *A BARCA DE GREYRE*, em que se reuniram todas as missivas do criador de Jeca Tatu, remetidas a seu companheiro de mocidade, o escritor Godofredo Rangel, que após os estudos realizados em São Paulo, arraigou-se no território mineiro.

Foi lendo *A BARCA DE GLEYRE* que me converti definitivamente a Lobato e decidi dedicar-me à cata de epístolas inéditas do escritor que não aceitou o jugo exigente das Letras, ansioso de cooperar pessoalmente para o progresso do país atrasado. Infelizmente, o interesse pela publicação de correspondência lobatiana foi limitado. Esta correspondência que sai agora à luz e de maneira completa, pois apresenta igualmente a parte que diz respeito a Artur Neiva, já foi analisada por mim num ensaio, publicado em 1981, a que dei o título de *O PATRIOTISMO DIFÍCIL*. Relendo agora essas cartas, percebo como fui feliz na escolha do título do ensaio, pois todas elas mostram a dificuldade do patriotismo no Brasil.

Decidido a lutar por uma edição da correspondência completa entre os dois grandes brasileiros – porventura, um estímulo para a publicação das outras coleções de cartas infortunadamente ainda inéditas – por sorte, encontrei radiosa, generosa, colaboração de Priscila Fraiz, que atua na Fundação Getúlio Vargas, o local próprio para encarregar-se da edição de tal material. Seguro da concretização da muito desejada e necessitada publicação, ocorreu-me a idéia que ainda algumas observações poderiam gerar maior apetite por esse diálogo mantido por duas personalidades que, de modos diferentes, marcaram a história cultural do País. Diferentes em certos aspectos, naturalmente, entretanto, os dois intelectuais, de maneira saliente, também possuem muito em comum. Lobato e Neiva mostravam ambos que foram bem marcados pelo “espírito do tempo”. É interessante observar como coincidem nos seus pontos de vista. São animados pelas mesmas idéias e ideais.

Uma das observações que logo se faz à leitura desta correspondência vivaz, despretensiosa e com freqüência mordaz, sem papas na língua, é que Lobato e Artur Neiva são dos primeiros intelectuais no Brasil a denunciar o advento da cultura de massa como fonte de alienação da sociedade. Assim, de São Paulo, a 6 de agosto de 1920, Lobato escreve o seguinte: “O assunto do dia é o 1º prêmio de revólver do tenente brasileiro em Antuerpia. O Brasil delira! Campeão do mundo! “O País” deu artigo: “Jeca Tatu não falha!”. Todos os problemas estão resolvidos. A opilação é uma mentira. A raça é estupenda: campeã do mundo! Mais uma vitória destas na Olimpíada de Antuerpia e mudo-me com o Felinto de terra, para a Alemanha. Só em país derrotado, a vida é boa”.

Lobato parecia prever a extraordinária onda alienadora, gerada pelos meios de comunicação, impondo o ufanismo baboso da “pátria de chuteiras”.

Em Nova Iorque, em 1929, volta em carta, a seu amigo sábio, a denunciar a mistificação da imprensa no Brasil a propósito da participação de uma brasileira no concurso internacional de beleza feminina, promovido pelos Estados Unidos. Escreve ele, a 20 de junho do ano citado: “Estou de cara à banda com os telegramas lidos no ‘Estado’ a propósito da “recepção que Miss Brasil teve em New York”. Que cinismo de mistificação. Nunca imaginei que mentirinha jornalística pudesse chegar a tais extremos. **Tudo mentira**, meu amigo; tudo invenção para tapear o trouxa brasileiro. Não houve nada. Só houve um tremendo desastre. A menina vestiu sua calcinha de banho em Galveston, alinhada com 40 outras e... foi desclassificada. Não obteve nenhum dos onze prêmios concedidos.

Por que um jornal sério como o “Estado” não investiga isto? Por que não toma conta aos que tão deslavadamente o empulharam? Bastaria pedir a essa gente que apresentassem (sic) os jornais americanos que deram notícias das maravilhosas festas que descrevem. Não houve um, porque não poderiam dar notícia do que não houve. A coisa chegou a ponto que o TIME, uma revista weekly, publicou uma nota irônica a respeito dos exageros da imprensa do Brasil. Se encontrar ainda essa nota, vou lhe mandar.

Pobre Brasil. Como o traem de todos os lados. Como fazem dele gato e sapato...”.

O assunto da euforia ilusória causada pela ida de Miss Brasil, ao concurso de beleza nos Estados Unidos, é analisado com mais objetividade e penetração por Artur Neiva: “Não imagina o que foi na nossa Pátria a questão de Miss Brasil, sobretudo não pode calcular sequer a seriedade com que o assunto foi aqui encarado, principalmente no frívolo Rio de Janeiro. Foi uma verdadeira doença: no Rio, então não havia meio de ninguém poder isolar-se convenientemente, sem ouvir referências ao absorvente concurso. Por mais patriota que seja, o patriotismo da gente se coagula diante de imbecilidades tamanhas. Pode-se bem imaginar qual o futuro próximo desses 40 milhões de habitantes, cuja preocupação por uma futilidade tamanha como foi o concurso de Galveston, dá uma exuberante prova de que o brasileiro, em geral, não tem ainda a inteligência amadurecida”.

Se lá, no assento etéreo em que subiram, visões desta vida se consentem, o que terão dito entre si os dois finos intelectuais a respeito do tetracampeonato de futebol conquistado pelo Brasil, ao verem dominados por excessivo ufanismo, não só as turbas delirantes mas também o Presidente da República, deputados, senadores, ministros e mais gente de prol, que deviam ser mais sensatos.

Já em 1930 os dois intelectuais, que estudamos, observavam a pobreza crescente do Brasil. Destarte, depois de referir-se a antigos senhores de engenho, opulentos, no Recôncavo, terra do seu afeto, Artur Neiva choca-se com o descalabro que defrontava: “A população cresce enormemente e com ela uma pobreza chinesa, pois o adulto ganha 1\$500 a seco e isso à distância de 20 milhas da capital da Bahia, o quarto Estado da Federação em rendimento e o terceiro em população!”.

Como se vê, os salários de fome sempre existiram no Brasil, fato que seria clamoroso se tivéssemos um sentimento mais forte de humanidade e um sentido mais vivo da realidade. Sobre esse tópico repulsivo, pairam sempre serenos, nas alturas, os condores da nossa economia...

Em carta que, em 1934, mandou ao amigo sanitariano, Lobato, já na fervente dedicação à conquista do ferro e do petróleo, apontava a nossa pobreza, como derivada do nosso primitivismo, das nossas condições arcaicas. Assim expõe o autor de CIDADES MORTAS o seu pensamento sobre as causas do nosso atraso e indignação: “O Brasil é o que sabemos – e o é sobretudo por pobreza. Hoje ponho o problema brasileiro numa equação. O homem é pobre porque possui um índice muito baixo de eficiência (o índice do americano é de 42%, o do europeu é de 13; o nosso é pouco mais que um, que é o índice do homem natural, do selvagem, o que só pode o que podem os seus músculos). Ora, a eficiência do homem da terra só aumenta por meio da máquina. Se posso ir de São Paulo ao Rio em 12 horas é que o trem ou o automóvel – a máquina – me multiplicaram a eficiência. Sem essas máquinas, eu faria como o homem natural – iria a pé, gastando um mês”.

O ardoroso propagandista do progresso, o defensor da fundação de nossa siderurgia e prospecção, no solo nativo, do petróleo, um pouco mais adiante na mesma carta, explicita o seu pensamento: “Dotados de ferro, teremos máquinas; dotados de petróleo, teremos a energia para mover a máquina e esta infecção que é o Brasil atual – 40 milhões de pazvobis que praticamente só dispõem dos seus fracos músculos – estará habilitado a começar a ser alguma coisa no mundo. Terá começado a aumentar a sua eficiência. Estará salvo de apodrecer-se em China. Que é a China senão um aglomerado humano que cresceu sem promover o aumento do índice de eficiência do chinês? No andar em que vamos, dentro de um século, seremos aqui mais de cem milhões de pazvobis ainda mais fracos e lazarosos do que somos hoje”. Não foi difícil a Lobato ser profeta na sua própria terra...

Admire-se nessa carta o seu estilo pessoal, direto, didático, popular (no melhor sentido da palavra), uma das suas características que explicam o sucesso enorme da sua obra, que conseguiu esse êxito sem fazer concessões de baixo nível, tão desveladamente justificadas pelos defensores do “kitsch”.

Esta reunião de cartas ocupa-se predominantemente com a descrição da vida profissional dos dois amigos, que, na verdade, souberam colocar, em sua profissão, uma boa dose de idealismo, um patriotismo prático, quotidiano, modesto na aparência, sem as condecorações da presunção e da vaidade. Especialmente, no caso de Lobato, o retrospecto de sua existência dedicada ao trabalho braçal de idealista, o que nos mostra senão sonhos, decepções, queixas, perdas, fracassos e, por fim, a prisão absurda, em nome de uma lei estúpida, chamada de segurança nacional?!...

A correspondência evidencia a participação inteligente e generosa de Artur Neiva para que se confirmasse afinal a descoberta do petróleo em Lobato (BA), que custou tantos sacrifícios a outro herói do petróleo, hoje esquecido: Oscar Cordeiro.

Oferecendo numerosas referências à época, em que foram escritas, essas cartas, hoje, consistem subsídios para estudos históricos.

Como já se tem feito campanhas contra Lobato acusando-o disto e daquilo (racismo, por exemplo), cumpre advertir os leitores das páginas que se seguem, que as leiam com inteligência e, sobretudo, com compreensão, não tomando tudo ao pé da letra.

As circunstâncias históricas explicam determinadas opiniões, expressas com exagero calor, de modo especial, porque às vezes correspondiam a fortes explosões de temperamento. Certos julgamentos são evidentemente produtos da ira e não podem ser levados muito a sério. É claro que os missivistas não os reiterariam em momentos de serenidade.

Recebi, há alguns anos, excelente tese do prof. Reginaldo Pinto de Carvalho A ESTATÍSTICA DA INDIGNAÇÃO – A **Sátira nos Contos de Monteiro Lobato**, em que o competente professor analisa detalhadamente a prosa de Lobato em que muitas vezes o sarcasmo se mistura com o fervor. Com razão, o prof. Reginaldo coloca, como epígrafe, em sua tese, confissão do próprio Lobato reconhecendo a sua tendência congênita para a agressão satírica. Consta ela de trecho de carta do escritor de Taubaté a seu amigo e confrade Godofredo Rangel: “Estou triste, Rangel, porque verifiquei que só escrevo cousas que prestam sob a influência da indignação. É a minha musa, a Cólera! Todos os meus contos e artigos brotam desse sentimento criador”.

Conhecedor dessa tendência do escritor do Buquira, também numa tese, o escritor Reynaldo Valinho Alvarez defende Lobato da pecha de preconceituoso. Mostra-o, ao contrário, como corajoso demolidor de preconceitos. Assim inicia Reynaldo Valinho Alvarez o seu capítulo intitulado “Monteiro Lobato: Preconceito e Contestação”, o primeiro de sua obra: “O paradoxo fundamental no estudo de Monteiro Lobato como escritor para crianças é a insistência com que são levantadas teses a respeito de preconceitos do autor. De fato, ninguém menos preconceituoso e mais demolidor de mitos negativos ao dirigir-se ao público infantil-juvenil de sua época que o criador do Sítio de D. Benta”.

É evidente que aqui não são apresentados textos literários, bem aparados e penteados, destinados ao vasto público, e sim material epistolar particular, escrito ao correr da pena. O destemperado da linguagem

dos dois epistológrafos de pijama e chinelos – de limpeza de moral vitoriana, na verdade – acontece porque prosem à vontade, conversam de amigo para amigo. Em suma, é uma correspondência, como diria Tobias Barreto, “em mangas de camisa”. Não contam com a presença de outras pessoas, o que lhes imporia um comportamento mais restringido, uma linguagem mais policiada. Humor e sátira aparecem, então, sem qualquer inibição, e estimulados por uma tradição de conversas de café e choparia, conversas liberadas cheias de chistes, a que não faltavam figuras conhecidas por sua comicidade e mordacidade como Felinto Lopes e Manequinho Lopes. Não esqueçamos que uma das admirações paulistas de Lobato era o famoso Martim Francisco, sarcasta, autor de RINDO e GRACEJANDO. Lobato chegou a ser seu editor. Note-se que Monteiro Lobato é um dos maiores humoristas brasileiros. Ora, o humor exige o uso da máscara cômica, do talento caricatural. Com ele, atingimos verdades profundas mas por meio de caprichos, fantasias e exagerações. Conversando, em ambiente alegre, somos freqüentemente atores. Os escritores, então, continuamente representam: mudam de papéis, com naturalidade. Representar o “mau” ou o “tolo” sempre foi uma das melhores fontes do riso. É verdade que algumas vezes, mesmo as conversas de amigos são turvadas por equívocos, erros de interpretação, pois toma-se a sério o que não passava de uma brincadeira.

Leitores de Monteiro Lobato, sensíveis em alguns pontos, têm reclamado, ofendidos. Ignoram a fundamental pureza de Lobato, homem tão bom, leal e ingênuo, que não admite a perfídia de alguns e rebate de maneira teatral, excessiva, absurda ou canhestra. Escritor inocente ou imprudente, a verdade é que Lobato tem às vezes aspectos chaplinescos. Comove-nos e faz-nos rir. Em relação a ele, a nossa pior atitude – a mais errada – é o ressentimento.

Volto a um assunto já tratado anteriormente. A aversão mais cultivada, tanto por Lobato como por Artur Neiva, na correspondência em questão, é a que diz respeito ao português, figura dominadora na sociedade brasileira do tempo. Lobato usa contra ele sátira brilhante, aprendida indubitavelmente nas páginas ácidas de Camilo, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Fialho de Almeida.

Até certo ponto, havia motivo para esta prevenção. Figurões “da colônia”, novos-ricos, influenciavam negativamente a imprensa, a vida social e cultural do Brasil. “Medalhões” e comendadores exaltavam sempre “a união luso-brasileira” e nada faziam de útil. Mas a não ser em certos tipos doentios que apareceram na época florianista, o jacobinismo (assim se denominava a má vontade contra o português) nunca mostrou

periculosidade ou violência. Escritores como Carlos Maul, Gondim da Fonseca e Antônio Torres, o panfletário mineiro – articulista fascinante –, não davam folga à colônia lusfada. Lobato, nacionalista apaixonado, também põe sempre a culpa dos males brasileiros nos portugueses – injustiça evidente. A 21 de junho de 1920, em carta ao amigo baiano paulistanizado, residindo então no Rio, o escritor de IDÉIAS DE JECA TATU assim se manifesta sobre a realidade nacional: “Não recebo aqui ‘A Noite’: não vi, pois, a sua entrevista. São Paulo será uma coisa melhor porque está se deslusitanizando. O progresso das nossas zonas é diretamente proporcional ao grau de deslusitanização operado. O mal secreto do Rio é, mais do que o bahianismo, o lusitanismo. Chega a cercear o pensamento dos que se dirigem ao público. Em todos os artigos que para aí mandei, podaram-me o que havia, leve que fosse, desfavorável ao galego. Tenho a impressão de que existe em cada jornal um censor especial para isso. Ataque-se tudo, menos o pé de chumbo, digo tamanco. Vingo-me barrando-os na “Revista”. Inda ontem recebi oferta de colaboração de Júlio Dantas, por intermédio de amigo seu de Santos. A resposta foi a de sempre: “Galego aqui não entra. Chinfrim mas nossa”.

O interlocutor ilustre, o entomologista Artur Neiva, que partilha com Lobato idéias patrióticas e progressistas, infelizmente também com frequência ataca os portugueses. Acreditava, como muita gente na época, que os nossos males provinham da colonização portuguesa... Desta maneira, se manifesta no final de uma carta de 1929: “A herança portuguesa criou um depósito de chumbo nas células cerebrais dos seus descendentes, em geral somos burros de nascença e burros morremos. O Brasil é o robusto filho de Portugal e poderá mudar seu nome, com mais justiça, para o de Portugalão”.

São opiniões superficiais ou concepções históricas erradas que sempre careceram de profundidade e levaram a um anedotário de sucesso, mas esses preconceitos nunca tiveram a dureza e a virulência do racismo em outras nações: Alemanha ou África do Sul. Quem pode culpar os portugueses pelo permanente “projeto de arcaísmo”, que domina a política brasileira, para deixar a oligarquia intangível e sempre cada vez mais rica?

Vemos, nesta correspondência, que, na primeira metade do século, diziam-se, do Rio de Janeiro, os mesmos horrores que hoje são imputados a Brasília... Todas as cidades são malsinadas se nelas se estabelecem câmaras de deputados... Vale a pena lembrar o que o deputado Artur Neiva diz de seus pares eminentes em 1934: “Estou vendo o Congresso de perto e por dentro. Aquilo devia ser o miolo da nação,

mas se é miolo, meu caro Lobato, tem a aparência de queijo suíço, crivado de buraquinhos, buracos e burações.

A coragem de certas afirmações dá estremecimentos na gente. O indivíduo ergue-se na tribuna e proclama: “País rico onde não há fome nem problemas sociais”. Os apoiados rebentam e repontam de todos os lados. Riqueza, eu conheço bem; grande parte do Norte e do Nordeste, devem possuir grandes riquezas debaixo da terra. As (sic) que afloram como os cocais do babaçu no Maranhão a espessa e crônica burrice nacional não sabe tirar proveito.

Haverá quem possa afirmar que neste país não há fome, quando ciclicamente milhares e milhares de semelhantes morrem de fome e sede nas calcinadas regiões de Lampião, Antônio Conselheiro, Padre Cícero e outros mais régulos, sobas e mandões!

Não há problemas sociais numa terra onde a desorganização do trabalho é de tal ordem que se nós ordenarmos todos os adultos obrigados a trabalhar não digo oito horas mas seis por dia, não haverá trabalho para tanta gente!”

Como é bom lermos trechos de correspondência do passado como este, pois ficam expostas de maneira quase escandalosa a alienação e a demagogia existentes há anos no Brasil! Betinho, se tivesse aparecido nas décadas de 20 e 30 teria sido fuzilado pelos patriotas profissionais que não aceitavam o reconhecimento de fome no país riquíssimo! A meu ver, e discordando de Artur Neiva, acho que o atraso no Brasil, não deriva da burrice, mas, ao contrário, da esperteza: ela conserva a miséria, intangível, para que subsista sempre a oligarquia!

Enfim esperamos que esta correspondência preciosa por mais de um motivo, e que já chega tardiamente ao público brasileiro, estimule outras instituições e editoras a lançarem as outras coleções de cartas de Lobato, que existem, felizmente.

Há um passado vivo, ardente, chego mesmo a dizer, que não se extinguiu como certas ignorâncias diplomadas acreditam. Monteiro Lobato e Artur Neiva e alguns dos seus amigos e correspondentes, companheiros de lutas e de sonhos, aguardam a nossa convocação. Seu amor ao Brasil não morreu.

MACHADO DE ASSIS, SE SANTO FOSSE, PROFETA SERIA

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA CERQUEIRA

Folheando o livro “Terra Carioca”, de Victor de Sá, deparei com a transcrição de uma crônica de Machado de Assis que muito me despertou a curiosidade e ainda mais me fez reverenciar o nosso incontestável mestre das letras. O assunto era a mudança da capital do Rio de Janeiro para o quadrilátero que a expedição, específica para tal, fora enviada por Floriano Peixoto sob a responsabilidade de Luiz Cruls, na época ocupando o cargo de diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Vale lembrar que Adolfo Varnhagen em meados do século passado recomendava como local mais vantajoso para construir-se a nova capital a latitude de 15 graus Sul e o ideal seria nas proximidades das lagoas Feia, Formosa e Mestre d’Armas. Anteriormente José Bonifácio endossava a idéia de Hipólito da Costa que no início do mesmo século já imaginava o local entre os paralelos de 15 e 20 graus de latitude Sul.

Voltando à crônica de Assis: Discutia-se na Câmara dos Deputados o projeto de lei que estabelecia a mudança da capital, porém o deputado Belisário Augusto propunha substituí-lo por outro que declarava como definitiva a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro como capital do Brasil. Os argumentos, colocados com muita eloquência, eram fartos e Machado os cita na sua crônica mas, embora não mudancista, o escritor fluminense pondera as eloqüentes justificativas do deputado, até mesmo invertendo-as. “Não estranheis ver-me assim metido em política, matéria alheia à minha esfera de ação. Tão pouco imagineis que falo pela tristeza de ver decapitada a minha boa cidade carioca”, diz Machado.

Ainda discorrendo sobre o assunto o nosso maior homem das letras conclui que o Rio de Janeiro, mesmo deixando de ser a capital do

País, não perderia suas belezas naturais, seus espetáculos teatrais e seu charme. Como diz: “Não levarão daqui a nossa vasta baía... a nossa rua do Ouvidor... Cá ficará o gigante de pedra da Tijuca... a enseada de Botafogo, se até lá não tiver sido aterrada por alguma companhia com melhoramentos... Tudo pode acontecer. Um dia, quem sabe? Lançaremos uma ponte entre esta cidade e Niterói, uma ponte política, entenda-se, nada impedindo que também se faça uma ponte de ferro. A ponte política ligará os dois Estados, pois que somos todos fluminenses e esta cidade passará de capital de si mesma para capital de um grande Estado único, a que se dará o nome de Guanabara”...

Após profetizar, numa única crônica, o aterro da enseada de Botafogo, a construção da ponte Rio-Niterói e a criação de um Estado único, que chamaria Guanabara, arremata: “Que esta esperança console o nosso Belisário Augusto, se cair o seu projeto de lei”.

Esta crônica, intitulada “A Semana”, escrita por Machado de Assis para a “Gazeta de Notícias”, data de 7 de junho de 1896.

AS RAZÕES OCULTAS DA CRISE MUNDIAL

[Versão de outubro de 1998]

WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO

I – Introdução

O presente trabalho busca explicar as causas remotas e imediatas da crise que assola o nosso planeta. Das remotas, uma está em Bretton Woods. Analisar-se-ão, oportunamente, sua gênese e sua falência. Depois, num mundo globalizado, far-se-ão algumas reflexões, basicamente nas áreas bancária e financeira, de como a crise atinge os globalizados. Então, surgirá a originalidade do trabalho, ou seja, a reflexão de como a crise já vem atingindo, há algum tempo, os globalizadores e como estes têm tentado escondê-la, como se ela fosse apanágio dos globalizados. Haverá, por certo, um diagnóstico para se compreender a crise monetária e financeira mundial que se acentuou nos últimos meses. Será visto, também, como a bolha financeira especulativa vem envolvendo a economia real, gerando desemprego, recessão e conseqüentemente crises sociais, políticas e militares. A bem da verdade, quase todas as análises feitas no Brasil ultimamente, partem do pressuposto de que a crise tem sua raiz na periferia do mundo anglo-saxão, uma ilha de fortaleza financeira inabalável, levando o resto do mundo a naufragar na recessão. A conclusão do artigo é bem outra. Aos argumentos, pois.

II – Gênese de Bretton Woods

Após a IIª Guerra Mundial montou-se o sistema de Bretton Woods, um tratado de entendimento internacional, para regular o comércio mundial e a estabilidade monetária e financeira. Resultou de discussões bilaterais entre o Reino Unido e os EEUU, a partir de 1942,

quando já se antevia a vitória aliada e a necessidade de instaurar uma ordem monetária internacional pós-guerra. Os negociadores eram, por parte do Reino Unido, o economista John Maynard Keynes, então assessor do Tesouro de Sua Majestade e, pelo lado norte-americano, o assistente do Secretário do Tesouro – Harry Dexter White.

Depois de meses de preparação, através de diversos grupos de trabalho dos dois países, em primeiro de julho de 1944, o Presidente Franklin Roosevelt convocou um grupo de 44 nações no vilarejo de Bretton Woods em New Hampshire, para discutirem uma proposta de princípios, preparada previamente pelos anfitriões, pretendendo a reconstrução econômica européia e a estabilidade monetária do pós-guerra. As conversações prosseguiram até o dia 22, quando se aprovou, por unanimidade, a proposta de criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e um Banco para a Reconstrução e Desenvolvimento, mais tarde mais conhecido como Banco Mundial.

No início de 1945, o FMI e o Banco Mundial começaram a operar quando a guerra caminhava para seu desfecho.

Os delegados ao conclave, além dos anfitriões, incluíam representantes da Comunidade Britânica e da América Latina. A delegação brasileira era presidida pelo então Ministro da Fazenda – Arthur de Souza Costa, mas a estrela da delegação, no dizer do Deputado Roberto Campos, que descreve o evento, com riqueza de detalhes nas suas Memórias (Lanterna na Popa, pg. 62), foi o professor Eugênio Gudin.

O problema básico de Bretton Woods era a restauração do comércio entre as nações para facilitar a reconstrução da infra-estrutura econômica da Europa devastada pela guerra.

Tinha-se, ainda em mente a devastadora experiência da guerra de tarifas de importação havida durante a década de 30 com a conseqüente luta competitiva pela desvalorização das moedas que levaram a uma brutal depressão econômica e, por que não dizer, mais tarde à eclosão da IIª Guerra Mundial. Os delegados de Bretton Woods estavam preocupados com a criação de um sistema monetário internacional que evitasse esses problemas no futuro.

Tanto o Banco Mundial como o FMI foram criados, prioritariamente, para tratar dos problemas econômicos dos principais países industriais da Europa, devastados pela guerra. Os países subdesenvolvidos e as colônias da África e da Ásia eram tidos, principalmente, como fonte das matérias-primas tão necessárias à reconstrução européia.

O fulcro do sistema de Bretton Woods foi a fixação da paridade cambial. As taxas de câmbio deveriam ser mudadas em relação ao ouro ou ao dólar em último caso e, somente, quando todas as medidas de política nacional tivessem malogrado. Após a guerra, houve um acordo para que o valor da libra esterlina, do franco francês, da coroa sueca, da lira italiana e, após 1948, do marco alemão, fosse fixado, mais ou menos permanentemente, ao par do dólar norte-americano. Investimentos de longo prazo e relações comerciais somente poderiam prosperar num ambiente de estabilidade cambial. Riscos de dramáticas perdas cambiais eram inexistentes nas regras primevas de Bretton Woods.

Em contraposição, o dólar norte-americano era fixado, ou melhor era congelado, em relação a uma dada quantidade de ouro, ou seja uma onça de ouro era equivalente a 35 dólares. O propósito era encorajar os outros governos a não desvalorizar suas moedas, simplesmente imprimindo mais papel e operando déficits colossais, pecado tentador no pós-guerra imediato, adiando assim a tão almejada estabilidade. Além do mais, a garantia do câmbio fixo acelerava a retomada do comércio internacional o mais breve possível.

O papel do dólar em Bretton Woods era único por diversas razões em 1945. Naquele momento, ele era a moeda mais robusta, apoiada na mais possante e produtiva economia industrial, a nação líder do comércio mundial e que possuía um brutal lastro de ouro para apoiá-lo. O dólar norte-americano, como se dizia naqueles bons tempos, era a única moeda "tão boa quanto o ouro". As reservas européias de ouro eram as mais baixas, pois tinham sido sangradas pelos custos da guerra.

Como o Sistema da Reserva Federal dos EEUU detinha naquele momento 65% das reservas mundiais de ouro, fazia sentido estabelecer o que veio a ser conhecido como *Gold Exchange Standard*, ou seja, a plena conversibilidade do dólar em relação ao ouro e por conseguinte, a todas as moedas do mundo. Mediante esse padrão de Bretton Woods, o dólar era um substituto aceitável para as reservas dos Bancos Centrais. A um Banco Central de um país, filiado ao FMI, era permitido emitir moeda numa taxa definida pelas suas reservas tanto em ouro quanto em dólar. Objetivava-se para as economias européias, após a guerra, que o processo de criação de crédito não-inflacionário fosse mais fácil e encorajasse as altas taxas dos desejados e necessários investimentos industriais para uma rápida reconstrução. Assim, o Banco Mundial foi criado como o veículo para estender os empréstimos de reconstrução em dólar para os governos da Europa.

O dólar funcionou durante um quarto de século, até o final da década de 60, como um substituto para o ouro. As taxas de investimento e o crescimento da economia real, durante a década dos 50, foram possíveis por haver estabilidade e por estarem ancorados no padrão dólar/ouro criado em Bretton Woods.

O controle sobre um membro do FMI, sob o sistema de Bretton Woods, que tentasse desvalorizar sua moeda promovendo impressão doméstica de dinheiro, era rigoroso já que esta atitude deveria ser a última regra. O FMI propunha agir mais como um pool financeiro de dólar e reservas de ouro de cada um de seus membros, usado para propiciar empréstimos de emergência, de curto prazo, até que o país-membro pudesse impor mudanças na sua política econômica para corrigir qualquer problema de balanço de pagamentos antes que se tornasse crônico. Hoje, infelizmente, atua como uma polícia de austeridade mundial. Em suma, o FMI era um estabilizador das economias mundiais, destruídas pela guerra. Hoje é um mentor que regula o crescimento dos países em desenvolvimento.

Até aproximadamente 1958, quando as moedas européias começaram a se tornar conversíveis, o problema fundamental para a reconstrução econômica e para o comércio, na Europa Ocidental, era a escassez de dólar. Este era absolutamente necessário para estabelecer comércio entre os países da Europa ou com o terceiro mundo.

Como corolário, sob o sistema de paridade de Bretton Woods, com o dólar como moeda central de reserva, uma desvalorização unilateral do mesmo pelos EEUU era impensável. Somente reavaliações positivas de outras moedas não-conversíveis era permitido, pois as economias industriais estavam se recuperando das condições pós-guerra e começavam a possuir superávits em seus balanços cambiais. No final dos 60, a regra proibindo a desvalorização do dólar tornara-se um fator central no começo da quebra do sistema de Bretton Woods.

III – A Quebra de Bretton Woods

Em 1958, o sistema de Bretton Woods de taxa de câmbio fixa tornou-se completamente operacional, visto que após 13 anos de funcionamento do FMI, o marco, a libra, o franco e outras moedas se tornaram plenamente conversíveis, não só para os Bancos Centrais, mas também para as transações entre os negócios privados.

Sob as regras de Bretton Woods, os bancos centrais dos países-membros do FMI podiam tomar os dólares que tivessem acumulado e

trocá-los por ouro na Reserva Federal de Nova Iorque. As barras de ouro permaneciam fisicamente, contudo, em Nova Iorque, mas o ouro era creditado e registrado, com a anuência do FMI, para a conta do respectivo banco central membro. Antes de 1965, o montante de tais transações era relativamente pequeno.

Como visto acima, 1958 marca a plena conversibilidade das principais moedas européias e os bancos norte-americanos estavam aptos a realizar grandes empréstimos internacionais para as economias européias famintas de dólares para importar bens e equipamentos norte-americanos. A convertibilidade cambial assegurava aos emprestadores que o valor dos empréstimos permaneceriam constantes durante o tempo do mesmo. As companhias norte-americanas poderiam, com pequeno risco, investir em firmas européias, trocando seus dólares, dentro das regras de livre conversibilidade, por francos, libras, liras, marcos etc.

O receio francês de ver o país completamente comprado pelos americanos tornou-se uma obsessão nacional durante a década dos 60, levando Jean-Jacques Servan-Schreiber, jornalista e político francês, a escrever o seu famoso *Desafio Americano*.

No começo de 1965, a França na sua ansiedade de se sentir invadida pelas corporações americanas, levou-a a detonar uma intervenção que desarranjou todo o acordo estabelecido em Bretton Woods. Ao invés de aplicar o seu saldo de dólares em títulos do Tesouro Americano, como era comum, os Bancos Centrais europeus, primeiramente o Banco de França, e em seguida o Banco da Inglaterra, começaram a pedir a troca de seus dólares por ouro na Reserva Federal, pela primeira vez em quantias avassaladoras.

Em 4 de fevereiro de 1965, o Presidente francês – General De Gaulle – pediu a troca do padrão ouro/dólar estabelecido em Bretton Woods e o retorno ao padrão ouro puro do século XIX. Por esta época, o Banco de França tinha acumulado imensas reservas de ouro e estava numa posição excelente como negociador exigente. De Gaulle propunha um novo sistema "numa inquestionável base monetária que não carregasse a estampa de nenhum país em particular". O General adotou a proposta de seu assessor Jacques Rueff, contra o conselho de seu próprio Ministro das Finanças e do Banco de França.

A reação à bomba arrasa-quarteirão do General foi tudo, menos calma. Os EEUU argumentaram, veementemente, contra a proposta francesa que propunha uma grande reavaliação do preço do ouro monetário, em torno de 100%. Isso permitiria aos americanos recomprar suas reservas de dólares nos bancos centrais europeus com ouro, como

também estabelecer um preço alto o suficiente para encorajar o incremento da mineração do ouro ao redor do mundo.

Washington argumentou que uma desvalorização do dólar em torno de 100% desestabilizaria todo o sistema de comércio mundial. Além do mais, o imenso incremento no preço oficial do ouro teria enormes conseqüências na condução da Guerra Fria. O maior beneficiário, além da África do Sul, seria a União Soviética, o segundo maior produtor mundial de ouro. Os russos poderiam vender seu ouro, com enormes lucros, para financiar a importação de tecnologia ocidental, para modernizar sua economia, sistemas de armas e, em seguida, reforçar seu controle sobre os satélites cativos da Europa Oriental.

A França não se impressionou com a arenga americana. De Gaulle ordenou imediatamente a conversão de 300 milhões de dólares, uma soma considerável naquela época, trocada pelo Banco de França na Reserva Federal de Nova Iorque. Daí em diante, a França começou a trocar mensalmente seus dólares por ouro norte-americano. Outros bancos centrais seguiram as pegadas francesas. Não, porém, tão agressivamente.

A guerra do Vietnã, também na década dos 60, foi outro petardo contra Bretton Woods. Houve grandes déficits públicos, usados para financiar os custos de uma guerra impopular. Sem impor novos impostos, pois também seriam impopularíssimos, ano após ano, os bancos centrais europeus acumularam imensos montantes de dólares, na época, chamados de "Eurodólar".

Outro complicador da década foram os déficits crônicos do balanço de pagamentos inglês, em claro desafio às regras de Bretton Woods, pois o gabinete trabalhista britânico, apesar dos empréstimos emergenciais americanos, teimava em manter a sua política de pleno emprego, fato que culminou com a desvalorização da libra em 14% em novembro de 1967. Este colapso da libra e a sua desvalorização unilateral trouxeram então, à tona, as fraturas de base do câmbio fixo de Bretton Woods e, por decorrência, o problema do dólar claudicante.

No final de 1967, a inflação norte-americana, causada principalmente pelas despesas colossais advindas da guerra do Vietnã e os déficits crônicos no balanço de pagamentos, cresceram dramaticamente. As economias da Alemanha, do Japão e da França, pelo contrário, estavam experimentando um "boom" nas suas exportações e apresentavam superávits nos seus balanços de pagamento.

À luz destes fatos, os especuladores começaram a comprar somas imensas de ouro na bolsa de Londres e a trocar seus fundos em

dólares por marcos e francos. Já farejavam que o dólar deveria sofrer uma desvalorização frente ao ouro e as principais moedas européias.

De Gaulle encorajou esta mudança. Um *pool* de ouro das dez principais economias industriais, lideradas pelos EEUU, concordaram, a partir de 1963, em colocar as reservas de ouro num consórcio para sustentar a paridade estabelecida em Bretton Woods, vendendo, quando necessário, suas reservas de ouro do sindicato no mercado de Londres. Entretanto, quanto mais ouro era ofertado em Londres, mais os especuladores compravam, sinalizando que o câmbio fixo de Bretton Woods estava nos estertores finais. Em junho de 67, De Gaulle, unilateralmente, retirou a França do consórcio de ouro de Londres, enfraquecendo-o significativamente.

Durante um período de seis meses, de outubro de 67 até a desvalorização da libra em abril de 68, os países aderentes àquele sindicato de ouro foram forçados a vender algo em torno de 3,5 bilhões de dólares em ouro, para acalmar os especuladores que aguardavam a quebra do sistema de Bretton Woods. Isto significou que os EEUU perderam 20% de suas reservas de ouro. Finalmente, em março de 68, o *pool* de ouro oficial foi dissolvido, começando assim a flutuação esquizofrênica da compra e venda de ouro, pois, enquanto o mercado privado se tornava livre, os bancos centrais ainda mantinham a paridade dos 35 dólares por onça.

No final de 69, a economia americana ingressou numa brutal recessão. Em 1970, a administração Nixon e a Reserva Federal afrouxaram a política monetária com taxas de juros mais amenas para estimular o crescimento doméstico. Imediatamente, os especuladores de moedas internacionais iniciaram um ataque maciço ao dólar. Em 1971, como a recessão piorava e Nixon se via frente a uma difícil campanha para sua reeleição, a inflação e o dinheiro fácil da Reserva Federal foram incrementados por pressão da Casa Branca.

Nixon indicou seu velho amigo Arthur F. Burns para ocupar o estratégico cargo de Presidente da Reserva Federal para que esta não se tornasse tão independente. O presidente necessitava, para sua reeleição em 72, de baixas taxas de juros e do aumento do suprimento de dinheiro para estimular uma economia cambaleante.

O torrencial fluxo de dinheiro levou a uma fuga de fundos de curto prazo para fora dos EEUU. Esta fuga de capitais alcançou 6.5 bilhões de dólares em 1970 e atingiu a cifra alarmante de 20 bilhões em 71. O déficit orçamentário seguiu as mesmas pegadas: 10 bilhões em 70 e 30 bilhões em 71. O custo da reeleição estava se tornando alucinante.

Assim, em agosto de 71, as reservas oficiais de ouro dos EEUU caíram pela metade das de 58. Algo mais alarmante, contudo, estava por vir, pois para cobrir os passivos externos dos EEUU, as reservas representavam somente 25% do total das futuras exigências sobre o ouro americano pelos bancos centrais estrangeiros abarrotados de dólares. Teoricamente, se todos os bancos centrais exigissem ouro pelas suas reservas de dólares, os EEUU quebrariam. Era o começo da *débâcle* da paridade de Bretton Woods.

Nos primeiros dias de agosto de 71, o Tesouro americano recebeu um relatório de inteligência, informando-o sobre um planejado ataque dos bancos europeus sobre as remanescentes reservas de ouro americanas. Este ataque seria liderado pelo Banco da Inglaterra e pelo Banco de França. Tomando a dianteira, o presidente Nixon num Domingo – 15 de agosto de 1971, anunciou a um mundo estarrecido que a Reserva Federal dos EEUU não honraria suas obrigações, baseadas no Tratado de Bretton Woods, de trocar dólares por ouro. O dólar, assim como as outras moedas do mundo, começava a flutuar.

Em 1973, o sistema de livre flutuação de moeda, oficialmente, tomou o lugar do sistema de Bretton Woods, abrindo caminho para a criação do que Rueff apelidou de moeda "papel impressa". O ouro tinha sido escorraçado do sistema monetário.

Uma vez entendido o colapso de Bretton Woods fica mais fácil analisar a crise monetária e financeira que o mundo vive nos últimos meses.

IV – O Início da Crise

Um fantasma ronda o mundo: o fantasma da crise financeira. Os tigres asiáticos e o Japão, que até há pouco tempo encantavam o mundo com suas performances de crescimento econômico e recordes de exportação, a partir da segunda metade de 1997 perderam o seu encanto e mergulharam o mundo numa profunda crise financeira. A crise vem em ondas sucessivas: Hong Kong, Malásia, Coréia, Indonésia e o Japão começam a balançar. O FMI que gastou uns 15 bilhões de dólares com o México, deverá despende uns 50 bilhões com a Coréia, 17 com a Tailândia e 40 com a Indonésia. Se o Japão entrar em colapso, 100, 150 bilhões de dólares serão suficientes? Terá o FMI fôlego para tanto? O efeito-tequila seguido do efeito-ginseng, ontem o efeito-vodka, hoje o efeito-caipirinha e quem sabe amanhã o efeito sakê não estão a exigir um repensar sobre a crise mundial e sobre os instrumentos de solução

atualmente existentes? Será mais uma crise cíclica do capitalismo como a de 29 ou desta vez estamos entrando em algo maior?

Estamos vivendo uma IIIª Guerra Mundial Monetária e Financeira e o único governo ainda a evitar o contágio é o chinês. Tanto é vero que o Ministério da Defesa chinês emitiu um documento no qual afirma serem os efeitos da crise financeira mundial equivalentes aos efeitos de uma guerra total. No referido documento diz-se que a crise econômica ameaça as bases da nação, ou seja, a soberania da nação chinesa e, por este prisma, a questão da crise financeira deve ser enfocada como um problema de segurança nacional.

Os dois grandes problemas, motivados pelo processo de globalização que se vive atualmente, são: a crise financeira e o desemprego. Faça-se aqui, um enfoque à crise financeira. O problema do desemprego, um dos grandes chamarizes das eleições de 1998 foi, magistralmente, analisado pelo prof. Edward Luttwak, pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade George Washington. O estudo foi publicado inicialmente no London Review of Books em 07/04/94 e traduzido no Brasil pela revista Novos Estudos do CEBRAP, em novembro do mesmo ano. O prof. Luttwak focaliza o caso dos EEUU e considera não ter sido este problema respondido satisfatoriamente nem pelos republicanos nem pela esquerda moderada, abrindo portanto, um espaço provavelmente a ser ocupado por uma espécie de partido fascista melhorado. Sintomaticamente, o título do artigo é: "Por que o Fascismo é a Onda do Futuro".

Se a Coréia ou a Indonésia ou até mesmo o Japão naufragarem, a área do dólar poderá sofrer um novo Pearl Harbor. Se o índice Nikkei da Bolsa de Tóquio cair muito abaixo de um determinado patamar, as reservas "ocultas" de 18 dos 20 maiores bancos japoneses (seis deles estão entre os maiores do mundo) poderão tornar-se "negativas". A crise japonesa atingiu um primeiro tremor em abril/98, pois com o fechamento dos balanços em 31 de março de 1998, o mundo começou a tomar conhecimento dos empréstimos podres dos bancos japoneses. Em vista disto, o Banco do Japão tem pressionado o Banco de Compensações Internacionais, o Banco Central dos Bancos Centrais, sediado em Basiléia na Suíça, para uma "exceção" à regra criada em 1988 e efetivada a partir de 1992 que estatui precisarem ser mantidos 8 dólares de reserva para cada 100 dólares prontos para empréstimos.

A crise do sudeste asiático poderá atingir os EEUU de diversas maneiras, uma, de importância fundamental. O governo e o sistema monetário norte-americanos possuem uma crescente vulnerabilidade

estratégica, pois 40% dos seus Títulos do Tesouro foram comprados por governos estrangeiros. Segundo estatística do Departamento do Tesouro de agosto de 1997, os EEUU têm 3,401 trilhões de dólares no mercado, sendo que 1,279 trilhões, em mãos de governos estrangeiros. Na carteira de títulos internacional, o Japão é o maior detentor de títulos do Tesouro com mais de 370 bilhões de dólares (170 bilhões com o Banco do Japão e 200 bilhões com os outros bancos japoneses) ou seja, algo em torno de 30% dos títulos norte-americanos em mãos estrangeiras são japoneses. Na hipótese de uma crise financeira no Japão, este se verá forçado a buscar liquidez no sistema internacional. Assim, os títulos norte-americanos serão os primeiros a serem vendidos e, é sabido por todos, que nem o mercado internacional nem os EEUU terão capacidade de absorver tal quantidade de títulos. Outro fator que amplifica a crise é o fato de os bancos japoneses terem emprestado mais de 200 bilhões de dólares para a sua área de influência no Sudeste Asiático. A Coreia deve também mais de 200 bilhões sendo que 75% vencem em menos de 12 meses. Qualquer desarranjo no sudeste asiático torna o Japão, num primeiro momento, o maior perdedor e a crise poder vir em ondas sucessivas até engolfar todo o mundo.

Dado este quadro, a saída para a crise deveria ser uma mobilização, primeiramente do G-7, para uma reforma institucional do sistema financeiro internacional, já que num sistema globalizado, as instituições criadas em Bretton Woods (FMI, Banco Mundial etc.) são ineficazes para tratar com as grandes massas de capitais (efeito Soros) que se deslocam pelo mundo em velocidade fantástica. Outro fator a ser, veemente, considerado é um freio nos mecanismos especulativos do mercado internacional, principalmente os derivativos analisados mais adiante. Para se ter uma idéia, 74% do comércio internacional (imp+exp) dos EEUU, em 1956, era representado por bens físicos, isto cai para 35% em 1976, 7% em 1982 e hoje está em 2%, ou seja somente 2% do que os EEUU mercadejam pelo mundo são bens físicos, boa parte dos 98%, pura especulação.

Num mundo globalizado é bom distinguirem-se os globalizantes dos globalizados, pois aí está uma diferença fundamental.

V – Os Globalizados

O sistema bancário de uma nação é um dos setores mais estratégicos de sua elite de poder. No clube dos donos do poder, o sistema bancário tem uma forte participação. Quem dominar o sistema bancário

já começa com uma vantagem fundamental no Country Club do poder efetivo. A Ibero-América está no rol dos globalizados no processo geral de globalização. Como andar­á seu sistema bancário? É o que se verá agora.

A partir de 1996 assiste-se a uma escalada frenética de controle estrangeiros dos bancos ibero-americanos. Os últimos dados apresentam o seguinte: 41% dos bancos da Venezuela são controlados pelo capital externo, o Peru com 42%, a Colômbia com 51%, a Argentina com 53%, o Chile com 55%, o México com 59% e o Brasil ainda com 18%. (Conforme prognosticado na época out/98, hoje o percentual é de 42,5%)

A crise financeira quando alcança um país, além da desvalorização de sua moeda, deprecia radicalmente o valor de seus ativos. Os grandes negócios, ou seja, a compra de bancos e fábricas são feitas logo após a crise quando os globalizantes compram impérios a preço de ocasião, o que antigamente era conhecido como negócio da China.

O caso do México exemplifica-se modelarmente. Antes da crise, em 1992, o México tinha um único banco estrangeiro (City Bank) operando no país com somente 1,5% dos ativos bancários totais. Hoje, após a crise financeira de dezembro de 1994, os bancos estrangeiros controlam, como vimos acima, 59% dos bancos mexicanos. O Montreal comprou o segundo maior banco do país; o HongShang, o terceiro; o Scotiabank, o quarto; o BHC, o sexto; o Banco Bilbao Vizcaia, o sétimo e o Santander, o nono dos maiores bancos do país. Na Argentina, oito dos seus dez maiores bancos estão em mãos de bancos alienígenas. O Peru está em situação um pouco melhor, pois seis dos seus dez maiores bancos são controlados por capitais internacionais. A grande exceção é o Brasil com os seus 18% controlados por bancos externos. Um exercício sado-masoquista seria o de profetizar qual será o futuro percentual após a crise que o Brasil está sofrendo ou se o colapso da crise mundial que se avizinha (analisado mais adiante) será tão intenso que levará tudo de roldão, superando a crise de 29.

Curioso salientar que o controle externo não vem de Wall Street mas sim da City de Londres, capitaneados pelo Hongkong and Shanghai Banking Corp. O HongShang possui o terceiro banco no México, o sétimo no Peru, o primeiro no Chile, o sexto no Brasil, o nono na Argentina, etc. O Banco de Santander da Espanha, outro glutão no Hemisfério, possui laços estreitíssimos com bancos escoceses. Na Argentina, por exemplo, 54% dos ativos dos dez maiores bancos estão sobre a influência de bancos britânicos enquanto os outros estrangeiros possuem somente

7%. Na Colômbia, o Reino Unido controla 38% dos dez maiores bancos enquanto os outros estrangeiros, míseros 4%.

Em 1992, a Colômbia tinha somente 11% dos seus ativos bancários em mãos externas contrapostos aos 51% de hoje. A Argentina que sempre possuiu um percentual alentado de controle externo – 18% em 1992 contrapostos aos atuais 53%.

A abertura bancária advinda do efeito-tequila, ou seja, da crise mexicana de 1994, parece que está fazendo escola na Ibero-América, pois a Venezuela aprovou uma lei, ainda em 1994, desregulamentando o seu sistema bancário e permitindo 100% de participação estrangeira nos bancos locais.

O Brasil tinha resistido às investidas estrangeiras. O caso da compra do Bamerindus pelo HongShang começa a quebrar o monopólio dos bancos nacionais, privados ou públicos. A situação brasileira é a seguinte: bancos privados nacionais (34%), bancos estatais (48%) e os estrangeiros com os 18% conforme visto acima.

Outro ponto importante desta blitzkrieg financeira seriam os fundos de pensão que estão sendo privatizados em toda Ibero-América com a notável, ainda, exceção do Brasil. Os fundos de pensão chilenos, algo em torno de 25 bilhões de dólares, desde 1980 estão em mãos dos mesmos grupos financeiros estrangeiros que compraram 55% dos seus bancos. Argentina (7,3 bilhões de dólares) e Peru (1,4 bilhões de US\$), ambos aprovaram legislação privatizante dos fundos de pensão em 1994. A Venezuela (5 bilhões de US\$) fez o mesmo no ano passado. O mastodonte brasileiro com seus 50 bilhões de dólares aguarda a sua vez.

O cronograma da avalanche financeira estrangeira tem sido o seguinte: o México iniciou o processo em 1995; em seguida o Chile em meados de 1996; a Venezuela no final de 96 e finalmente a Argentina e o Peru no final de 1997. Será que o Brasil é a bola da vez?

Os grandes glutões financeiros são, principalmente, da Comunidade Britânica e dos EEUU. Da Comunidade o campeão é o HongShang que controla, hoje, algo em torno de 46 bilhões de dólares na Ibero-América, seguido do Banco de Montreal com 32 bilhões e o Banco da Nova Escócia com 22 bilhões. Os nominalmente espanhóis, mas com estreitos laços na City londrina são: Banco de Santander que controla 33 bilhões, Banco Bilbao Vizcaia com 26 bilhões e o BCH com 24 bilhões. O Citibank, durante 80 anos o escalão avançado de Wall Street na Ibero-América vem em mísero sétimo lugar, controlando meros 16 bilhões de dólares; o Boston vem em oitavo com o controle de 10 bilhões.

Apesar de a Constituição Brasileira proibir a entrada de bancos estrangeiros no Brasil sem reciprocidade, será salutar observar o desenrolar do filme quando da próxima crise financeira, pois, no caso da compra do Bamerindus pelo HongShang houve intervenção direta das autoridades, monetárias e superiores, que aproveitaram um feriado bancário para exarar um decreto, publicado em edição especial do Diário Oficial, pronunciando que a venda do Bamerindus foi feita “no interesse do Governo Brasileiro”.

Se no arraial dos globalizados a situação não é das mais confortáveis, como andarão os tónus financeiros dos globalizantes? Antes da análise dos globalizantes há que se fazer um parêntese para abordar um pouco os derivativos, nos quais está montada uma bomba que, ao explodir, poderá desencadear a crise global do sistema.

VI – Derivativos

Ésotérico é o mundo dos derivativos. As palavras de passe são aparentemente quase místicas: *floors, forward, caps, puts, calls, spreads, swaps, straddles, butterflies e condors*. Afinal o que são derivativos?

Os derivativos são instrumentos financeiros que permitem proteger todo tipo de ativo e de passivo – como receitas de exportação ou dívidas de importação de uma empresa – contra algum imprevisto financeiro futuro. Tal imprevisto pode ser uma grande desvalorização cambial, uma alta repentina dos juros ou ainda uma queda nos preços internacionais de mercadorias como laranja ou soja. Essas operações são chamadas assim por se basear em contratos futuros, derivados de cotações presentes de moedas, de taxas de juros e de preços de *commodities*. Existem ainda as 'alavancagens' empregadas em ações e derivativos de ações que aumentam a volatilidade dos mercados e pode vir a produzir surpresas desagradáveis como se tem visto ultimamente. A alavancagem é uma espécie de financiamento que permite aos fundos fazer aplicações em valores muito maiores que os de seus patrimônios. Elas se desenvolveram tanto nos últimos anos que hoje movimentam, no mundo inteiros, trilhões de dólares por dia.

Veja-se um exemplo prático. Supõem-se que uma empresa americana tenha relações de importação bem acentuadas com a Alemanha e resolva utilizar derivativos para se proteger contra a queda do dólar frente ao marco. Com um *swap* de moedas, pode garantir o pagamento em dólar. Para isso basta pagar um pequeno percentual sobre o valor total da operação ao agente financeiro. Se não quiser fazer o *swap*, poderá

comprar futuros de marco alemão no mercado internacional. Ainda aqui estará protegida da queda do dólar. Eis que vem à cabeça uma pergunta óbvia: por que essa empresa não compra marcos diretamente, em vez de fazer uma operação de derivativos? É que, simplesmente, para comprar os marcos, precisaria empatar muito mais capital. Ao optar pelos derivativos, ela mobiliza muito menos dinheiro, pois os contratos são liquidados pela diferença entre a cotação atual e a futura. Os derivativos, nos seus primórdios, foram uma poderosa tecnologia financeira para reduzir os riscos das empresas.

Para os especialistas, que acompanham continuamente o mercado dos derivativos, os ganhos e as perdas são colossais. Dentre as perdas mais significativas, nos últimos anos, pode-se citar a da matriz da Procter & Gamble, empresa que, no Brasil, incorporou a Phebo. Seu prejuízo foi de mais de 102 milhões de dólares com operações especulativas de *swap* de dólares por marco alemão. Apostou, firmemente, que ganharia com a diferença de juros existentes nas duas economias. Com a alta dos juros americanos, a perda foi fulminante. A P&G tentou acusar o Bankers Trust de mal assessoramento, mas responsabilizaram, no final, apenas o tesoureiro, sumariamente demitido.

Em setembro de 93, a Europa foi sacudida por uma das maiores "quebras" de empresa de sua história: a falência do segundo maior grupo industrial italiano – Feruzzi – devido à especulação mal sucedida com derivativos. Em 6 de dezembro explode financeiramente o mais rico município dos EEUU: o Orange County da opulenta Califórnia, como resultado de uma perda de 3 bilhões de USD em contratos de derivativos.

A Kashima Oil, do Japão, perdeu 1,5 bilhão de USD em operações com moeda. A Metallgesellschaft, conglomerado alemão da área de *commodities*, teve perdas semelhantes com derivativos de petróleo.

Num fim de semana (25/26) de fevereiro de 95, enquanto o mundo voltava seus olhos para a Ibero-américa, estoura a primeira bomba da Ásia: a bancarrota do banco britânico Barings como resultado de perdas de um bilhão de USD devido a especulação com derivativos na Ásia. A quebra do Barings, o chamado banco da Rainha, de tradição mais que secular, foi imputado a um gerente de 28 anos – Nicholas Leeson – do escritório de Cingapura causando espanto mundial. O que não se informou era que o referido banco especulava com derivativos há um bom tempo.

Em junho, o Ministro das Finanças do Japão admitia que devido a más aplicações, o sistema bancário estava furado em 471 bilhões de

USD. Em meados de junho, conforme decidido na reunião do G-7 em Halifax no Canadá, os bancos centrais começaram a bombear dinheiro barato nos seus respectivos sistemas financeiros quebrados, salvando-os momentaneamente, mais uma vez, e provocando uma espetacular ascensão das bolsas de ações na Ásia, Europa e EEUU. Em junho, anunciam-se gigantescas perdas em torno de 4 bilhões de USD do conglomerado Sumitomo mais uma vez devido a contratos financeiros de derivativos. Agosto de 95 assiste simultaneamente ao colapso da segunda maior associação de crédito japonesa – Kizu Shinyo Kumai e do banco Hyugo, a primeira quebra de banco no pós-guerra do Japão. A população japonesa começa a entrar em pânico retirando seu dinheiro dos bancos privados e colocando-o no banco Postal de propriedade do governo. Em março de 97, começam os primeiros tremores da crise do Sudeste asiático com a Tailândia anunciando o fechamento de sua maior firma financeira – Finance One Plc e o ataque especulativo à sua moeda: o *baht*. A Tailândia, em junho, suspende a operação de 16 bancos. Duas semanas depois, começam as especulações em torno do *ringgit* da Malásia, do peso filipino e do dólar de Hong Kong e o Japão toma medidas de emergência para evitar o colapso de alguns de seus maiores bancos como o Banco Nippon Credit e o Banco Hokkaido Takushoko. Em meados de agosto, a crise no sudeste asiático começa a lançar ondas sísmicas sobre Nova Iorque, causando a queda de 247 pontos no Dow Jones. O mercado de ações de Londres experimenta a sua maior queda desde 1987. O FMI anuncia uma aporte de 17,2 bilhões de USD para a Tailândia. O sistema financeiro do sudeste asiático começa a explodir em outubro e a bolsa de NY cai 550 pontos num único dia. O pânico é prevenido pela manipulação maciça da bolsa pelo Federal Reserve e pelas grandes companhias dos EEUU, as quais compraram blocos de suas próprias ações num esforço temporário bem sucedido para alavancar o mercado. O FMI promete, em outubro, 12 bilhões de USD de assistência emergencial para Indonésia e outros 57 bilhões para a Coreia do Sul. A Yamaichi Securities, a quarta maior empresa de seguros do Japão quebra em novembro. Em janeiro de 98, colapsa a Peregrine Investment de Hong Kong. Em final de maio, o Economist de Londres escreve que o escritório de Cingapura do União de Banco da Suíça apresentou perdas na Ásia nos últimos 12 meses de bilhões de dólares. De acordo com a mesma revista, as perdas eram tão grandes que havia o perigo de que as agências regulatórias aprovassem um plano de fusão do UBS com o Swiss Bank Corp. Tais perdas são devidas a contratos de derivativos em Londres e Hong Kong.

A luta entre as autoridades reguladoras nos países desenvolvidos tem sido bastante intensa, nos últimos tempos. A preocupação como os derivativos concentra-se na possibilidade de os prejuízos se alastrarem pelo sistema financeiro, provocando quebras em cascata de bancos e corretoras. Como os riscos são transferidos indefinidamente entre os agentes financeiros, poderia acontecer aqui o chamado efeito dominó. Nos EEUU, existem duas facções reguladoras que lutam incessantemente: os pró e os contra os derivativos. Exemplo disto é a tentativa de proteger o mercado de balcão (*over-the-counter* – OTC) dos derivativos. Em maio de 98, a Comissão de Comércio de Commodities Futuras (Commodity Futures Trading Commission – CFTC) lançou um aviso sobre a necessidade de se fazer um estudo sobre o rápido crescimento do mercado de balcão dos derivativos. Esta sugestão inocente desencadeou uma torrente de protestos tanto dos grandes operadores de derivativos quanto das maiores agências reguladoras do mundo financeiro. A Reserva Federal, o Departamento do Tesouro, a CVM deles – a SEC, não somente foram contra a proposta da CFTC como mandaram uma carta conjunta ao Congresso americano pedindo que o mesmo emitisse uma legislação que proibisse qualquer análise e prognóstico da CFTC sobre o mercado de balcão de derivativos. Para ter certeza de que o Congresso levasse a sério a demanda, anexaram uma proposta de lei, prontamente introduzida como H.R. 4062, chamada de "Financial Derivatives Supervisory Improvement Act of 1998", pelo presidente do Comitê de Casa Bancária – Jim Leach, republicano de Iowa. Alan Greenspan, presidente do Fed, deixando claro, em depoimento perante uma subcomissão do Congresso, declarou-se contrário a qualquer regulamentação. Ele disse que isso poderá aumentar o risco do sistema financeiro americano como um todo.

O diretor de mercados globais do Chase – Dennis Oakley – depondo numa audiência perante o Comitê de Casa Bancária, em 17 de julho, disse "o Commodity Exchange Act requer que todos os contratos de *commodities* futuras sejam comercializados numa câmara de comércio, e que desde 1974, os produtos financeiros têm sido considerados *commodities* futuras, a menos que se torne exceções das Emendas do Tesouro. Se um produto é considerado como sendo um futuro e não é comercializado numa câmara de comércio, ele é nulo e vazio". O problema é, ele continua, "que alguns de nossos produtos de crescimento mais rápido, como os derivativos de ações e créditos, não estão cobertos por esta exceção". Em palavras mais pedestres, trilhões de derivativos vendidos pelos bancos são, de acordo com a lei norte-americana, nulos

de pleno direito. Oakley ainda disse: "nós não temos meios de gerenciar este novo risco legal" e ainda ameaçou que se a ação do CFTC não fosse paralizada "o Chase seria forçado a mudar seu negócio para outra localidade, provavelmente Londres".

VII – Os Globalizadores

A Rússia foi finalmente tragada pela crise financeira. A moratória russa começa a apavorar os grandes bancos internacionais, principalmente os alemães, suíços e norte-americanos. O G-7, o FMI, o Banco Mundial começam a propor soluções, até agora tímidas. O Brasil dá os seus primeiros vagidos ao ingressar na crise em pleno processo eleitoral. O Banco da Inglaterra começa a auxiliar o Canadá – o elo mais fraco do G-7 – para que não entre em colapso. A Austrália dá sinais de fraqueza financeira. Afinal, a crise vem do Oriente ou da Rússia? É o que se tentará analisar nos próximos parágrafos.

Crê-se, particularmente, que a crise financeira e monetária que engolfa o mundo começa nos países periféricos, alcança o sudeste asiático, o Japão, a Rússia e o Brasil, para no final se introduzir no cerne do sistema: a City londrina e Wall Street. Alcançará o seu apogeu quando atingir o dólar e os grandes bancos internacionais.

Afinal, quem controla o fluxo do dinheiro? Dados do final de 1998 do Banco de Compensações Internacionais, o banco central dos bancos centrais com sede em Basileia na Suíça dão uma idéia dos principais centros bancários do mundo. O Reino Unido controla 1,637 trilhões de dólares, os EUA com 931,4 bilhões de dólares, o Japão com 697,7, a Alemanha com 628,5, a França com 627,9, Hong Kong 626,1, Cingapura com 475,2, Cayman com 461,4, Suíça com 404,4, Luxemburgo com 362,1, Bélgica com 283,1 e a Holanda 234,6.

Nota-se pelos dados que o Reino Unido é o grande controlador do fluxo financeiro ao contrário do que pensa o senso comum de que seriam os EEUU. Considerada toda a Comunidade britânica, o controle passa de 1637,1 bilhões de USD para mais de 3199,8 bilhões. Como a Holanda faz parte da geopolítica financeira da Inglaterra, o total pode ultrapassar 3,43 trilhões de dólares.

A economia internacional tem se transformado, nos últimos anos, num imenso Cassino Royale, onde o financeiro se descolou da economia física real numa espécie de imensa bolha financeira que suga as energias da economia física, sucateando tudo que encontra pela frente.

Para se ter uma pálida idéia da relação dos dez maiores bancos dos EEUU com a “indústria” dos derivativos, vejamos o quadro acima:

Capital, Ativos e Derivativos dos Dez Maiores Bancos dos EEUU (milhões de USD)

Nº	Banco	RDD*	Capital	Ativos Totais	Derivativos	RDD/D	K/D	A/D
1	Chase Manhattan	3.624	21.742	365.521	7.738.234	2.135	356	21,2
2	J.P. Morgan	1.081	11.404	262.159	6.216.123	5.750	545	23,7
3	Citicorp	5.816	21.196	310.897	3.105.924	534	146	10
4	Bankers Trust NY	997	5.708	140.102	2.146.525	2.153	376	15,3
5	NationsBank	2.782	21.337	264.562	1.720.488	618	81	6,5
6	BankAmerica	3.500	19.837	260.159	1.593.504	455	80	6,1
7	First Chicago NBD	1.408	7.950	114.096	1.266.676	899	159	11,1
8	Republic NY	326	3.438	55.638	274.386	840	79	4,9
9	Bank of NY	641	5.002	59.961	205.659	320	41	3,4
10	BankBoston	712	4.610	69.268	149.115	209	32	2,2
Total e Média		20.887	122.224	1.902.364	24.416.634	1.169	199	12,8

* RDD = Reserva para Devedores Duvidosos

RDD/D = Relação RDD por Derivativos

K/D = Relação Capital por Derivativos

A/D = Relação Ativos Totais por Derivativos

Fonte: Office of the Comptroller of the Currency – OCC dez.97

O final de 1997, 93% dos derivativos, ou seja, 23,8 trilhões de dólares estavam concentrados em somente 7 bancos dos 10 maiores dos EEUU e 99% dos derivativos estavam na mão dos 25 maiores bancos. O Chase Manhattan e o Morgan eram responsáveis por 14 trilhões de dólares ou 54% de todos os derivativos controlados por todos os bancos dos EEUU. O Morgan que sempre tinha sido um banco conservador é, hoje, o mais exposto entre os maiores bancos norte-americanos.

Para se ter uma leve idéia da elevadíssima faixa de risco à qual estão expostos os bancos da maior potência do mundo, as relações apresentadas no quadro acima são por demais eloqüentes. O Morgan necessitaria de, no caso de um colapso dos derivativos, 5.750 vezes as suas reservas para devedores duvidosos para cobrir seus derivativos, 545 vezes o seu capital e 23,7 vezes o total de seus ativos para o mesmo fim. Uma perda equivalente dois décimos de 1% na sua carteira de derivativos seria suficiente para varrer cada níquel do capital do Morgan e estas perdas estão chegando com a crise que estamos vivendo no momento. Após o colapso da Coréia do Sul, o Morgan estava em luta com a companhia coreana SK Securities para fazer frente à perda de 489 milhões de dólares em derivativos. Os acionistas do Morgan não devem estar dormindo muito tranqüilos ultimamente. E nós também.

Esta explosão dos derivativos não está circunscrita somente aos Estados Unidos. Segundo dados do Banco Central alemão (Bundesbank) o nível de derivativos nos bancos alemães aumentou 54% durante 1997 passando de 16,8 trilhões de deutschmarks para 25,9 trilhões de DM, ou seja, de 9,3 trilhões de dólares para 14,4 trilhões, algo como 7 vezes o PIB alemão.

As grandes fusões de mega-bancos (Manufacturers Hanover-Chase-Chemical, Security Pacific-BankAmerica, First State-Wells Fargo, First Chicago-NBD, Citicorp-Travelers etc) que temos assistido de uns tempos para cá são um sintoma dos buracos financeiros que necessitam ser escondidos para que o câncer financeiro não fique muito exposto. Desnecessário dizer que os bancos comerciais estão também se transformando ou comprando bancos de investimentos ao arrepio da proibição de Lei dos Bancos, mais conhecida como Lei Glass-Steagall promulgada na época da Grande Depressão em 1933 que forçou a Casa de Morgan, de então, a se dividir no J.P. Morgan & Co., o banco comercial e o Morgan Stanley, o banco de investimento.

As últimas notícias que nos chegam foram a quebra do Banco de Crédito de Longo Prazo no Japão, devido a operações com derivativos e o campeão do ano foi a compra, para evitar a bancarrota do fundo de hedge de 80 bilhões de USD de patrimônio – o Long Term Capital Management – um dos mais bem equipados fundos de arbitragem do mundo, controlado por um dos gestores de maior sucesso de Wall Street, um ex-vice *chairman* do FED (o Banco Central americano), e dois detentores de prêmio Nobel por suas contribuições à teoria das finanças, Myron Sholes e Robert Merton, ou seja os Nobéis de derivativos ajudaram a quebrar o fundo dos derivativos. Convém aqui ressaltar que esta *débâcle* do LTCM foi o motivo alegado para as perdas de mais de 700 milhões de USD no terceiro quadrimestre de 98, ainda em execução, que a União de Bancos Suíço, o maior banco europeu, expôs na sua última conferência de imprensa. Segundo, ainda, o editorial do Estado de S. Paulo de 26/09/98 "a operação (de salvamento) foi coordenada pelo ramo nova-iorquino do Fed, o Banco Central dos Estados Unidos, que, como guardião do sistema financeiro dos EUA, não conseguiu farejar nada. O desastre aconteceu no maior centro financeiro do mundo, diante do nariz dos maiores especialistas e dos mais influentes avaliadores de risco. Os analistas com poder suficiente para transformar um país ou continente na bola da vez, como se tivessem o direito de jogar com o destino de dezenas ou centenas de milhões de pessoas, falharam, mais uma vez, miseravelmente, quando o perigo estava ao seu lado. Também

isto é parte da lição. Haverá humildade suficiente para entendê-la e extrair suas conseqüências?"

Pelo exposto, fica agora claro que a crise não vem do Oriente, da Rússia ou do Brasil somente, pois o sistema financeiro e monetário como um todo está entrando em colapso por causa da metástase dos derivativos e da falta de mecanismos e políticas internacionais para solucionar o problema. Nenhuma instituição consegue mais controlar o fluxo financeiro dos capitais internacionais que desestabilizam nações e continentes numa escala global. Já é hora de pensarmos em um novo Bretton Woods, fato que implica na substituição do atual FMI e órgãos congêneres, para estancar a sangria financeira, pois as políticas do FMI têm sido uma espécie de balde de gasolina na fogueira que começa a se alastrar em escala mundial.

Agora fica um pouco mais claro por que a bolsa de Conceição de Mato Dentro oscila e causa repercussões em Wall Street. São Paulo e Rio de Janeiro estão aplicando maciçamente em dólares mas quando o mesmo começar a cair o pânico tenderá a se espriar. Os grandes conglomerados financeiros internacionais estão comprando ouro desde a algum tempo, bem devagar, para que o mesmo não suba muito. A relíquia bárbara (o ouro) tenderá a ser o único ativo para fazer frente aos novos tempos.

As instituições e os analistas brasileiros, que estão debruçados sobre a crise, não estão sabendo diagnosticar as reais causas do fenômeno – expostas acima com o auxílio inestimável da Internet – e portanto incapazes de corrigir as distorções. A nosso ver a crise de 29 foi tão somente uma crise cíclica, mas esta, que começamos a viver, será fundamentalmente uma crise **sistêmica**, com implicações estratégicas, políticas e militares.

William Almeida de Carvalho – membro do Instituto Histórico e Geográfico do DF, ex-Secretário de Estado do Distrito Federal, ex-membro do Gabinete Civil da Presidência da República, sociólogo e pós-graduado em Administração Pública. williamcarvalho@zaz.com.br

DE MARSELHA A CAMPINAS

ANTONINHO RAPASSI

Ainda vou ficar devendo ao Instituto Histórico e Geográfico do DF, e especialmente ao seu dinâmico e olímpico presidente, Cel. Affonso Heliodoro dos Santos, um trabalho que vai demandar pesquisas. O assunto é bom e inédito. O seu título, escolhi-o há anos e pela primeira vez o estou usando aqui: “De Marselha a Campinas”. O trabalho arquitetado, consistirá em reunir histórias emocionantes, na emocionante existência de Juscelino Kubitschek, no ângulo exclusivo do seu destemido encantamento pelo uso de aviões. Como disse, este é um tema pouco explorado, rico em aventuras, e com forte apelo até para as reflexões sobrenaturais. JK foi um presidente-alado, tamanha a milhagem aérea que acumulou nos seus cinco anos de governo, onde devorou distâncias como um Pégaso da mitologia. A partir de 1930 até 1976, ele utilizou-se de todos os tipos de aeronaves disponíveis, sob quaisquer condições atmosféricas. JK sempre estava pronto para aventuras no espaço. Fosse dia, fosse noite. Nas tempestades, nas cerrações ou em céu de brigadeiro, sua coragem de desbravador era animada pelo seu irrequieto espírito de realizador. Ele voava sem parar, para conquistar o colossal interior do país, aproximando os irmãos brasileiros e integrando-os através das obras que surgiam, com substanciadas no programa de metas.

Ao longo de tantas viagens, ouve de tudo para matar do coração: panes, turbulências, tempestades, enganos de rotas, quase colisões iminentes, desesperos de pilotos, combustíveis adulterados, enfim, tantos foram os casos de arrepiar que precisam ser contados. Não tanto pela defesa da segurança em voar, mas sim para procurar entender um homem corajoso que conviveu com os perigos no ar, subestimando-os e nunca se apavorando, nem mesmo quando o piloto do visconde presidencial, Cel. Lino Teixeira, o informou do desastre que se avizinhava.

Imperturbável, vestiu-se e passou a assinar decretos para proteger o futuro dos familiares prestes a viverem na orfandade e na viuvez.

Portanto, ao deixar de lado os temas econômicos, políticos e sociais, recorri ao magnífico livro “A Experiência da Humildade”, em que JK nos conta como conheceu aquele instrumento veloz. Assim ele escreveu, à página 109: “Foi em Marselha que entrei, pela primeira vez, num avião. Certa manhã, vi um pequeno aparelho sobrevoar o hotel. Era um aviãozinho aberto, que levava apenas um passageiro, e que poderia ser alugado para um rápido vôo pela cidade. A idéia logo me excitou. Pouco depois, já me achava no hangar, em entendimento com o piloto. Lembro-me, como se fosse hoje, da emoção que experimentei, durante esse primeiro vôo, vendo desfilar, sob meus olhos, panoramas que, de outra forma, jamais poderia ter contemplado. A experiência tornou-me um aficionado da aviação.”

Feita esta estréia, foram 46 anos de pofias. E o paradoxo está no fato discutível da sua morte em terra firme, episódio chamado de “acidente automobilístico” no Km 165 da Via Dutra, que o nosso Serafim Melo Jardim trata no seu recém-lançado livro: “Onde Está a Verdade?”

No dia 20 de agosto de 1976, JK embarcou de Brasília para São Paulo, com bilhete de ida e volta. O mal tempo em São Paulo força o avião a descer em Campinas. Este foi o seu último vôo. No domingo, dia 22, sobreveio o acidente. Ao contrário de encerrar, este momento é o início de nova e triste fase.

Assim, fica aqui o compromisso de juntar os fatos notáveis da época em que JK era conhecido como o “homem que avoa”, e juntos, sentirmos a força inexorável do destino de cada um. Creio que por governar com a boa alma que tinha – sua estrela – e por estar constantemente perto do céu, JK capturou o espírito do progresso, do pioneirismo e da originalidade, que pairavam no telhado do Brasil. Não se imitam os escolhidos. Na política, nas ciências, no esporte ou em qualquer outro ramo da atividade humana.

Antoninho Rapassi é sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do DF.

O PROJETO RONDON E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS RONDONISTAS

ESTANISLAU MONTEIRO DE OLIVEIRA*

O PROJETO RONDON, esse verdadeiro mutirão da Integração Nacional teve 22 anos de vida e a participação de milhares de universitários.

Embora o Projeto Rondon tenha sido extinto em janeiro de 1989, dentro da *reforma administrativa* do Governo da época, as suas sementes estão frutificando através dos seus participantes. Assim, em maio de 1993 foi fundada a Associação Nacional dos Rondonistas, uma Organização Não-Governamental que tem por objetivo dar continuidade às ações do Projeto Rondon.

Origem do Projeto Rondon

Em 11 de julho de 1967 partia do Aeroporto Santos Dumont, com destino a Porto Velho, uma equipe de 30 universitários e um professor, todos do Rio de Janeiro, para “sentir o Brasil”. Iam a bordo de um C-47, de prefixo PP-FNE, de propriedade do DNOCS, depois de intenso treinamento na então Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Esse projeto-piloto foi batizado de “Operação Zero” e desenvolveu-se no ex-Território Federal de Rondonia. O retorno da equipe, as entrevistas, a repercussão nos meios universitários, causaram uma surpresa: demonstraram maturidade, idealismo e vontade de participar. Emocionaram o público que os ouviu e voltaram com um *slogan*: INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR, que seria adotado como logotipo do Projeto Rondon. O nome dado a esse movimento, pelos próprios universitários, foi uma homenagem ao bandeirante do Século XX, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

A necessidade de integrar a Amazônia, pela ação de brasileiros, foi o sentimento político-nacionalista mais forte do grupo que integrou o *projeto-piloto*. E se justificava dentro do cenário da época.

O Governo, através do então Ministério do Interior, apoiou a repetição dessa iniciativa nas férias de 1967/68, já com mais de 500 participantes. Daí em diante, a experiência explodiu, permitindo a participação de mais de 350.000 estudantes e professores nos seus 22 anos de existência (1967-1989), sendo depois, progressivamente institucionalizado. Primeiro como um Grupo de Trabalho; depois como Órgão Autônomo da Administração Direta, e finalmente transformado em Fundação, através de Projeto de Lei, de iniciativa do Poder Executivo, cuja redação foi muito discutida e aprimorada pelo Congresso Nacional. Hoje o Projeto Rondon apresenta-se não mais como um Órgão integrante da estrutura do Poder Executivo Federal, mas como uma Organização Não-Governamental, consubstanciado na Associação Nacional dos Rondonistas.

Tendo como princípio o voluntariado sem qualquer remuneração, e conduzido por pequenas Coordenações Estaduais, onde 2/3 do efetivo de colaboradores eram constituídos de universitários e 1/3 por professores e técnicos cedidos pelas Universidades e Organismos Regionais (SUDENE, SUDAM, SUDECO etc.), o Projeto Rondon, já adulto, passou a envolver as Instituições de Ensino Superior para realizar projetos que os Governos, em seus três níveis (federal, estaduais e municipais) não dispunham, em quantidade suficiente, dos recursos humanos qualificados para executá-los.

Síntese dos programas executados pelo Projeto Rondon

Todas as atividades do Projeto Rondon tinham como base a ação comunitária que surgiu em consequência da conjuntura sócio-política-econômica, com a finalidade de contribuir para a organização da sociedade civil, buscar a cidadania, dando ênfase às alternativas de sobrevivência econômica.

As Operações Nacionais

Base do nascimento do Projeto Rondon, tinham lugar nas férias de verão (janeiro/fevereiro). As coordenações estaduais das *áreas de atuação* (locais onde atuavam os estudantes originários de outras regiões do país) preparavam, em parceria com as Universidades e os órgãos

governamentais locais (Prefeituras, Governos Estaduais e Órgãos Regionais do Governo Federal), projetos que representavam as demandas prioritárias das *áreas de atuação* de cada equipe. De posse desses projetos, as coordenações estaduais das *áreas de origem* dos estudantes selecionavam equipes multidisciplinares que atendessem à execução dos projetos previstos. As equipes recebiam um treinamento básico de ação comunitária no sentido de abordarem adequadamente as comunidades onde iriam trabalhar.

As Operações Regionais

Eram idênticas às Operações Nacionais, com a diferença de que eram realizadas no próprio Estado de origem dos universitários e durante as férias de inverno (junho/julho). Foram uma decorrência da pressão dos universitários que não conseguiam vagas para participarem das Operações Nacionais.

As Operações Especiais

Nasceram, também, do desejo dos universitários para uma atuação local, nas periferias das cidades onde estavam localizadas suas Universidades, colaborando com a administração municipal e/ou com órgãos dos governos estaduais na solução de problemas sócio-econômicos, especialmente junto às comunidades menos favorecidas.

Os Campi Avançados

Surgiram no segundo ano de atuação (1969) do Projeto Rondon. Foi um apelo dos universitários e das próprias Universidades e das comunidades para uma atuação permanente. O primeiro campus avançado foi o da Universidade Federal de Santa Maria (Rio Grande do Sul) em Boa Vista (capital do ex-Território Federal de Roraima, na Amazônia).

Escolhida a Universidade e a Comunidade de atuação, de imediato era constituído dentro da Universidade um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração dos projetos a serem executados, sob supervisão docente. Os trabalhos realizados pelos estudantes eram considerados como “créditos curriculares”.

Os campi avançados representaram, realmente, uma participação significativa para o desenvolvimento das comunidades. Era a universidade com todo o seu potencial técnico colaborando com o desenvolvimento e a integração nacional. Quando da extinção do Projeto

Rondon, em janeiro de 1989, contava o Brasil com 22 campi avançados (ver mapa).

A partir de uma idéia de conhecer e entender o Brasil, o Projeto Rondon passou a participar do processo de desenvolvimento, contribuindo, de forma significativa para a sua integração, e muito motivado pelo desafio da Amazônia. O Projeto Rondon, hoje podemos vislumbrar, chegou para conhecer e apoiar as comunidades locais, mas logo entendeu as realidades brasileiras. Passou a participar – com a potencialidade das Universidades – do desenvolvimento nacional, resultando numa interiorização espontânea e qualificada, de grande valor para a integração nacional.

O intercâmbio cultural que os campi avançados proporcionavam, o contato do estudante com a população, de formas de pensar, sentir e agir peculiares, fazia com que a equipe retornasse à Universidade imbuída de uma consciência crítica e social e comprometida com a realidade vivenciada.

É interessante assinalar os intercâmbios culturais e a integração resultante da ação recíproca decorrente da presença de um grupo intelectualizado, embora reduzido, que atuava em quase todos os setores das pequenas comunidades. A atuação do estudante levando novas técnicas e conhecimentos de sua origem, sem interferir na cultura local, mas absorvendo dela costumes e valores, era o que viria a se denominar da “dimensão psicológica” do Projeto Rondon, difícil de traduzir em números, mas que atuando sobre o jovem, isoladamente, produzia efeitos benéficos para a formação de nossa nacionalidade.

A continuidade do Projeto Rondon, especialmente do seu programa de campi avançados, daria, indiscutivelmente uma contribuição significativa para a integração e o desenvolvimento nacionais, não só pela contribuição física, mas principalmente, pela conscientização de todos os brasileiros a respeito de suas diferentes realidades.

A Associação Nacional dos Rondonistas

A Associação Nacional dos Rondonistas é uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo congrega, em todo o território nacional, as pessoas que direta ou indiretamente tenham participado das atividades do Projeto Rondon, e por finalidade promover gestões que objetivem ações conjuntas de governo, universidades, iniciativa privada e comunidades, visando o desenvolvimento de políticas públicas, o desenvolvimento sustentável,



Recife, Campus da Universidade Federal de Pernambuco. Operação Fênix Zero. Equipe no Campus da UFRPE antes do embarque para Serra Talhada. Janeiro 1996.



Município: Serra Talhada, Distrito de Conceição de Cima. Operação Fênix II. Participantes do Projeto Rondon posam ao lado da cisterna de placas. Janeiro/fevereiro de 1997.

* Estanislau Monteiro de Oliveira é sociólogo e atual Presidente da Associação Nacional dos Rondonistas (Projeto Rondon).

RELAÇÃO NOMINAL DOS SÓCIOS ACADÊMICOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

Adison do Amaral
Patrono: Benjamin Constant
Cadeira n°: 103

Adalberto Lassance de Albuquerque
Patrono: Antônio Americano do Brasil
Cadeira n°: 38

Adonias dos Reis Santiago
Patrono: Elias Brito Sobrinho
Cadeira n°: 44

Affonso Heliodoro dos Santos
Patrono: Juscelino Kubitschek
Cadeira n°: 76

Agnelo Paz Sobreira
Patrono: Ernesto Ule
Cadeira n°: 34

Alarico Ottoni Ramos Verano
Patrono: Guimarães Rosa
Cadeira n°: 104

Alberto Martins da Silva
Patrono: Deodoro da Fonseca
Cadeira nº: 10

Almir de Campos Brunetti
Patrono: Cassiano Ricardo
Cadeira nº: 113

Anderson Braga Horta
Patrono: Medeiros e Albuquerque
Cadeira nº: 46

Antônio Carlos Elizalde Osório
Patrono: José Ludovico de Almeida
Cadeira nº: 47

Antônio Pimentel
Patrono: Evangelino Meireles
Cadeira nº: 40

Ari Cunha
Patrono: Gen. Ernesto Dornelles
Cadeira nº: 28

Aristides Gonçalves Leite
Patrono: Agnaldo Caiado de Castro
Cadeira nº: 39

Armando José Buchmann
Patrono: Donald Belcher
Cadeira nº: 48

Arnaldo Serafim
Patrono: Aires da Mata Machado
Cadeira nº: 115

Augusto Estellita Lins
Patrono: Visconde de Taunay
Cadeira nº: 112

Aureo Mello
Patrono: Filipe dos Santos
Cadeira nº: 119

Benjamin Roriz
Patrono: João D'Abreu
Cadeira nº: 49

Bernardo Carvalho de Araújo
Patrono: Íris Meinberg
Cadeira nº: 50

Branca Borges Góes (Bakaj)
Patrono: Olavo Bilac
Cadeira nº: 45

Carlos Fernando Mathias de Souza
Patrono: José Capistrano de Abreu
Cadeira nº: 11

Carlos Mário da Silva Velloso
Patrono: Ribeiro da Costa
Cadeira nº: 51

Cassiano Nunes Botica
Patrono: Monteiro Lobato
Cadeira nº: 52

Cláudio de Paula Penna
Patrono: Segismundo de Araújo Mello
Cadeira nº: 53

Clodomir Padilha Alves da Silva
Patrono: Ernesto Silva
Cadeira nº: 101

Clóvis Sena
Patrono: Getúlio Dorneles Vargas
Cadeira nº: 21

Cyl Gallindo
Patrono: Joaquim Cardozo
Cadeira nº: 25

Danilo Gomes
Patrono: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo
Cadeira nº: 54

Dario Abranches Viotti
Patrono: João Coelho Gomes Ribeiro
Cadeira nº: 55

Dario de Souza Clementino
Patrono: Eugênio Hussak
Cadeira nº: 24

Dinair Andrade da Silva
Patrono: Pedro Ludovico
Cadeira nº: 56

Diniz Esteves
Patrono: Aurélio de Lyra Tavares
Cadeira nº: 114

Dorália Duarte Galesso
Patrono: Cândido Mariano Rondon
Cadeira nº: 05

Doryval Borges de Souza
Patrono: Tiradentes
Cadeira nº: 20

Edisio Sobreira Gomes de Matos
Patrono: Hipólito José da Costa
Cadeira nº: 30

Ernesto Silva
Patrono: Mal. José Pessoa C. de Albuquerque
Cadeira nº: 19

Esau Afonso de Carvalho
Patrono: Eleazar de Carvalho
Cadeira nº: 31

Fernando Lourenço Fernandes
Patrono: Domingos Jorge Velho
Cadeira nº: 41

Flávio Mendes de Oliveira Castro
Patrono: Barão Duarte da Ponte Ribeiro
Cadeira nº: 106

Francisco Braga Sobrinho
Patrono: Jerônimo Coimbra Bueno
Cadeira nº: 57

Francisco Ferreira de Castro
Patrono: Joaquim Nogueira Paranaguá
Cadeira nº: 58

Francisco Pinto Cabral
Patrono: Augusto Tasso Fragoso
Cadeira nº: 17

Francisco Xavier da Silva Guimarães
Patrono: Adroaldo Mesquita da Costa
Cadeira nº: 59

Gilberto Amaral
Patrono: Felinto Epitácio Maia
Cadeira nº: 60

Guilherme Fagundes de Oliveira
Patrono: Lauro Sodré
Cadeira nº: 61

Hélio Morato Krahenbuhl
Patrono: Mário Augusto Teixeira de Freitas
Cadeira nº: 35

Hermenegildo Fernandes Gonçalves
Patrono: Santiago Dantas
Cadeira nº: 14

Humberto Gomes de Barros
Patrono: Carlos Maximiliano
Cadeira nº: 62

Ivan Zanoni Hausen
Patrono: Alphonsus Guimaraens
Cadeira nº: 107

Jairo Valladares Pinto
Patrono: André Malraux
Cadeira nº: 66

Jarbas Gonçalves Passarinho
Patrono: Nelson Carneiro
Cadeira nº: 67

Joanyr de Oliveira
Patrono: Domingues Velasco
Cadeira nº: 68

João Batista Cascudo Rodrigues
Patrono: Parsifal Barroso
Cadeira nº: 69

João Carlos Taveira
Patrono: Thomaz Antônio Gonzaga
Cadeira nº: 70

João Henrique Serra Azul
Patrono: Pe. Antônio Tomaz
Cadeira nº: 71

Joaquim Roriz
Patrono: Bernardo Sayão
Cadeira nº: 09

José Adirson de Vasconcelos
Patrono: Francisco A. de Varnhagen
Cadeira nº: 27

José Carlos Brandi Aleixo
Patrono: Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota
Cadeira nº: 72

José Carlos Fonseca
Patrono: Luiz Cruls
Cadeira nº: 07

José Carlos Gentili
Patrono: Dario Cardoso
Cadeira nº: 73

José Gilberto Louzada
Patrono: Eurico Gaspar Dutra
Cadeira nº: 74

José Helder de Souza
Patrono: João Alberto Lins e Barros
Cadeira nº: 75

José Santiago Naud
Patrono: Luiz Carlos Prestes
Cadeira nº: 77

Kurt Pessek
Patrono: Juarez Távara
Cadeira nº: 78

Léa Sayão C. de Araújo
Patrono: Djalma Poli Coelho
Cadeira nº: 22

Lélio Viana Lôbo
Patrono: Santos Dumont
Cadeira nº: 79

Lenine Fiuza Lima
Patrono: Pedro Américo
Cadeira n.º: 80

Léo da Silva Alves
Patrono: Oscar Niemeyer
Cadeira n.º: 64

Leon Frejda Szklarowsky
Patrono: Arthur Bernardes
Cadeira n.º: 13

Lília Portugal Magnavita
Patrono: Pedro Calmon
Cadeira n.º: 81

Lincoln Magalhães da Rocha
Patrono: Sílvio Romero
Cadeira n.º: 82

Lourenço Fernando Tamanini
Patrono: Lauro Müller
Cadeira n.º: 32

Lourierdes Fiuza dos Santos
Patrono: Machado de Assis
Cadeira n.º: 83

Lucídio Guimarães Albuquerque
Patrono: Sette Câmara
Cadeira n.º: 118

Luiz Adolfo Pinheiro
Patrono: Lúcio Costa
Cadeira n.º: 84

Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
Patrono: Edgard Roquete Pinto
Cadeira n.º: 85

Luiz Solano
Patrono: Gelmires Reis
Cadeira nº: 86

Luiz Vicente Cernichiarro
Patrono: José Clemente Pereira
Cadeira nº: 87

Lusitano Abrantes Malheiro
Patrono: Vasco da Gama
Cadeira nº: 88

Manoel Soriano Neto
Patrono: Everaldo Backeuser
Cadeira nº: 89

Márcio Cotrim
Patrono: Josué Montello
Cadeira nº: 90

Márcio de Carvalho Firmino
Patrono: Salviano Guimarães
Cadeira nº: 91

Marcone Formiga
Patrono: Assis Chateaubriand
Cadeira nº: 91

Maria de Souza Duarte
Patrono: Pompeu de Sousa
Cadeira nº: 03

Mário Miguel Nicola Garófalo
Patrono: Cláudio Santoro
Cadeira nº: 92

Mário Tomelin
Patrono: Henrique Teixeira Lott
Cadeira nº: 93

Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro
Patrono: Gilberto Freyre
Cadeira nº: 94

Meira Penna
Patrono: Heckel Tavares
Cadeira nº: 65

Mercedes Gassen Kothe
Patrono: Florestan Fernandes
Cadeira nº: 108

Miguel Setembrino Emery de Carvalho
Patrono: Viriato Correia
Cadeira nº: 120

Napoleão Emanuel Valadares
Patrono: Carlos de Laet
Cadeira nº: 42

Newton Egydio Rossi
Patrono: Alvarenga Peixoto
Cadeira nº: 116

Nina Maria Harres T. Rangel de Freitas
Patrono: Jofre Mozart Parada
Cadeira nº: 95

Oscar Alberto Mattos Horta Barbosa
Patrono: Duque de Caxias
Cadeira nº: 18

Palmerinda Vidal Donato
Patrono: Aflilio Fontana
Cadeira nº: 109

Paulo Afonso Martins de Oliveira
Patrono: Euclides da Cunha
Cadeira nº: 36

Paulo Bertran Wirth Chaibub
Patrono: Altamiro de M. Pacheco
Cadeira nº: 96

Paulo Cabral de Araújo
Patrono: Tobias Barreto
Cadeira nº: 04

Paulo César Timm
Patrono: José Bonifácio de Andrade e Silva
Cadeira nº: 06

Pedro Wilson Carrano de Albuquerque
Patrono: Bartolomeu Bueno da Silva
Cadeira nº: 12

Raimundo Nonato da Silva
Patrono: Antônio Gonçalves Dias
Cadeira nº: 97

Raul Bernardo Nelson de Senna
Patrono: Israel Pinheiro da Silva
Cadeira nº: 98

Romeu Barbosa Jobim
Patrono: Bárbara Eliodoro
Cadeira nº: 117

Rubem de Azevedo Lima
Patrono: Neiva Moreira
Cadeira nº: 99

Rui Manuel Cordeiro de Vieira Rasquilho
Patrono: Floriano Peixoto
Cadeira nº: 16

Santa Alves Soyer
Patrono: Ernesto Balduino de Almeida
Cadeira nº: 23

Sérgio Mário Pasquali
Patrono: João Batista Mascarenhas de Moraes
Cadeira nº: 33

Sérvulo Coimbra Tavares
Patrono: Pe. Primo Scussolino
Cadeira nº: 43

Sophia Wainer
Patrono: Cyro dos Anjos
Cadeira nº: 110

Stella dos Cherubins Guimarães Trois
Patrono: Júlia Kubitschek
Cadeira nº: 100

Victor José de Mello Alegria Lobo
Patrono: Fernão Dias Paes Leme
Cadeira nº: 15

Waldemar Zveiter
Patrono: Rui Barbosa
Cadeira nº: 102

William Dalbio Almeida de Carvalho
Patrono: Joaquim Felício dos Santos
Cadeira nº: 111

Sócios Honorários

Guido Mondin
Dom José Newton de Almeida Baptista

Sócio Benemérito

Hélio Lobato de Almeida

